NORMAN ANGELL

A GRANDE ILUSÃO

COLEÇÃO

CLÁSSICOS IPRI

A reflexão sobre a temática das relações internacionais está presente desde os pensadores da antigüidade grega, como é o caso de Tucídides. Igualmente, obras como a *Utopia*, de Thomas More, e os escritos de Maquiavel, Hobbes e Montesquieu requerem, para sua melhor compreensão, uma leitura sob a ótica mais ampla das relações entre estados e povos. No mundo moderno, como é sabido, a disciplina Relações Internacionais surgiu após a Primeira Guerra Mundial e, desde então, experimentou notável desenvolvimento, transformando-se em matéria indispensável para o entendimento do cenário atual. Assim sendo, as relações internacionais constituem área essencial do conhecimento que é, ao mesmo tempo, antiga, moderna e contemporânea.

No Brasil, apesar do crescente interesse nos meios acadêmico, político, empresarial, sindical e jornalístico pelos assuntos de relações exteriores e política internacional, constata-se enorme carência bibliográfica nessa matéria. Nesse sentido, o IPRI, a Editora Universidade de Brasília e a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo estabeleceram parceria para viabilizar a edição sistemática, sob a forma de coleção, de obras básicas para o estudo das relações internacionais. Algumas das obras incluídas na coleção nunca foram traduzidas para o português, como *O Direito da Paz e da Guerra* de Hugo Grotius, enquanto outros títulos, apesar de não serem inéditos em língua portuguesa, encontram-se esgotados, sendo de difícil acesso. Desse modo, a coleção *CLÁSSICOS IPRI* tem por objetivo facilitar ao público interessado o acesso a obras consideradas fundamentais para o estudo das relações internacionais em seus aspectos histórico, conceitual e teórico.

Cada um dos livros da coleção contará com apresentação feita por um especialista que situará a obra em seu tempo, discutindo também sua importância dentro do panorama geral da reflexão sobre as relações entre povos e nações. Os *CLÁSSICOS IPRI* destinam-se especialmente ao meio universitário brasileiro que tem registrado, nos últimos anos, um expressivo aumento no número de cursos de graduação e pós-graduação na área de relações internacionais.

Coleção *Clássicos IPRI*

Tucídides
"História da Guerra do Peloponeso"
Prefácio: Hélio Jaguaribe

E. H. Carr
"Vinte Anos de Crise 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais"
Prefácio: Eiiti Sato

J. M. Keynes
"As Consequências Econômicas da Paz"
Prefácio: Marcelo de Paiva Abreu

Raymond Aron
"Paz e Guerra entre as Nações"
Prefácio: Antonio Paim

Maquiavel
"Escritos Selecionados"
Prefácio e organização: José Augusto Guilhon Albuquerque

Hugo Grotius
"O Direito da Guerra e da Paz"
Prefácio: Celso Lafer

Alexis de Tocqueville
"Escritos Selecionados"
Organização e prefácio: Ricardo Velez Rodrigues

Hans Morgenthau
"A Política entre as Nações"
Prefácio: Ronaldo M. Sardenberg

Immanuel Kant
"Escritos Políticos"
Prefácio: Carlos Henrique Cardim

Samuel Pufendorf
"Do Direito Natural e das Gentes"
Prefácio: Tércio Sampaio Ferraz Júnior

Carl von Clausewitz
"Da Guerra"
Prefácio: Domício Proença

G. W. F. Hegel
"Textos Selecionados"
Organização e prefácio: Franklin Trein

Jean-Jacques Rousseau
"Textos Selecionados"
Organização e prefácio: Gelson Fonseca Jr.

Norman Angell
"A Grande Ilusão"
Prefácio: José Paradiso

Thomas More
"Utopia"
Prefácio: João Almino

"Conselhos Diplomáticos"
Vários autores
Organização e prefácio: Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Emerich de Vattel
"O Direito das Gentes"
Tradução e prefácio: Vicente Marotta Rangel

Thomas Hobbes
"Textos Selecionados"
Organização e prefácio: Renato Janine Ribeiro

Abbé de Saint Pierre
"Projeto para uma Paz Perpétua para a Europa"
Saint Simon
"Reorganização da Sociedade Européia"
Organização e prefácio: Ricardo Seitenfuss

Hedley Bull
"A Sociedade Anárquica"
Prefácio: Williams Gonçalves

Francisco de Vitoria
" De Indis et De Jure Belli"
Prefácio: Fernando Augusto Albuquerque Mourão

NORMAN ANGELL

A GRANDE ILUSÃO

Prefácio:
José Paradiso

Tradução:
Sérgio Bath

Imprensa Oficial do Estado
Editora Universidade de Brasília
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

São Paulo, 2002

Título Original: *The Great Illusion*
Publicado originalmente em 1910
Tradução de Sérgio Bath

Editora Universidade de Brasília
SCS Q. 02 bloco C nº. 78, 2º. andar
70300-500 Brasília, DF

Equipe técnica:
Eiiti Sato (Planejamento editorial)
Isabela Soares (Assistente)
Vera Lúcia Gomes Severolli da Silva (Revisão)

Fotolitos, impressão e acabamento:
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Angell, Norman
A grande ilusão / Norman Angell; Prefácio de José Paradiso; Trad. Sérgio Bath (1a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002
LVI, 312 p. , 23 cm – (Clássicos IPRI, 6)

ISBN: 85.7060.089-5 (Imprensa Oficial do Estado)

1 – Relações Internacionais; I. título II. série.

CDU – 327

Índices para catálogo sistemático:

SUMÁRIO

TERCEIRA PARTE
Resultados práticos

PREFÁCIO

Norman Angell: A Grande Ilusão

José Paradiso

PACIFISMO e militarismo na fronteira entre dois séculos

Juntamente com as questões social, nacional, democrática e religiosa, a da guerra e da paz foi um dos temas que mais provocou atenção por parte dos que viveram na transição entre os séculos XIX e XX, fossem governantes, intelectuais ou homens e mulheres comuns. Em torno desses temas ocorreram os mais inflamados choques políticos e os mais ardorosos debates ideológicos. Certamente essas preocupações não eram novas, mas um conjunto de circunstâncias, entre elas a forma como tais questões se vinculavam entre si, faziam com que ganhassem uma intensidade como poucas vezes no passado.

Devido à distância em que pareciam ter ficado as disputas napoleônicas e às características da ordem mundial que as haviam sucedido, os mais otimistas se tinham apressado a anunciar o desaparecimento definitivo do flagelo da grande guerra. Julien Benda lembraria: "Em 1898 estávamos sinceramente convencidos de que a era das guerras terminara. Durante os quinze anos transcorridos entre 1890 e 1905 os homens da minha geração acreditaram realmente na paz mundial." Sem dúvida essa idéia resultava da constatação de que durante quase um século tinham sido registrados dois grandes ciclos de paz, e que só houvera cerca de um ano e meio de luta entre os maiores países europeus. No entanto, atribuir essa crença a toda uma geração era um exagero, sobretudo porque esse otimismo contrastava com uma corrida armamentista que crescia ano após ano, e na qual as potências embarcavam com entusiasmo não dissimulado.

A rigor, durante toda a última parte do século XIX, um novo cenário mundial se havia formado, com a completa convergência e cruzamento de idéias e de fatos, por trás dos quais estavam as forças da industrialização e do nacionalismo, ambas destinadas a minar as bases do sistema pós-napoleônico. Na ordem dos fatos, sobressaíam as crescentes tensões a que se via submetido o equilíbrio manifestado como um concerto de potências, mas que em última instância descansava sobre os ombros da Inglaterra, e que permitira o grande hiato que se seguiu à Conferência de Viena. A efervescência nacional golpeava as bases do sistema internacional. A guerra franco-prussiana não só selou a unidade alemã, como queria Bismarck, mas ativou uma nova lógica de reacomodações e confrontações entre as potências, as quais começaram a elaborar uma trama de alianças e contra-alianças que promovia animosidades, prevenções e previsões.

Ao lado das circunstâncias políticas, mas não de forma independente, produzia-se uma transformação no cenário econômico mundial, de facetas variadas e com múltiplas conseqüências. O que importava não eram as manifestações conjunturais – retração entre 1875 e 1895 e expansão de 1895 até as vésperas da Primeira Grande Guerra – ou o desempenho de novas potências industriais que reduziam as vantagens obtidas pela Inglaterra, mas sim o fenômeno que havia na sua base: uma nova fase do desenvolvimento capitalista materializada na aceleração do impulso integrador do mercado mundial, associado a impressionante progresso tecnológico. Qualquer que fosse o lugar ocupado pelo observador nesse processo, e a sua interpretação do mesmo, ninguém deixava de perceber a presença cada vez maior do poder financeiro e da grande empresa, e menos ainda a "diminuição do mundo" e a fenomenal interdependência dos seus componentes, produzida pelos avanços assombrosos nos transportes e nas comunicações. Como lembra Marc Ferro, no transcurso de poucas décadas "as distâncias diminuem, o mundo encolhe, os intercâmbios se multiplicam e a unidade dos hemisférios é afirmada." [1]

[1] Marc Ferro, *La Gran Guerra*, Madrid, Alianza, 1969.

Naturalmente, os fatos políticos e econômicos se tocavam em muitos pontos, estabelecendo relações complexas com as idéias. As mudanças no mapa do poder e a crescente competição entre as potências alimentavam a corrida imperialista, dilatando assim o âmbito geográfico em que ela se desenvolvia. Uma após a outra, as regiões periféricas disponíveis para a expansão européia cairiam sob o controle de potências ávidas de mercados, de posições estratégicas ou simplesmente de glória e prestígio. Esse movimento, que não se limitou aos protagonistas europeus, mas incluiu o aporte de duas potências emergentes – os Estados Unidos e o Japão –, tinha começado no princípio dos anos oitenta, acelerou-se por volta de 1885 e teve seu maior desenvolvimento entre 1890 e 1906. Após esse ano, o processo tendeu a diminuir de impulso, embora continuasse a oferecer motivos de fricção, como ocorreria com a crise marroquina de 1911.

Igualmente profundas eram as transformações que ocorreriam na esfera militar. A explosão demográfica, os novos padrões industriais e o desenvolvimento científico se uniriam para montar um cenário que vinha amadurecendo desde meados do século mas que em sua última fase adquiriu perfis singulares e impulso renovado. Independentemente da rapidez com que se integravam nos corpos doutrinários dos Estados Maiores, as inovações no campo dos armamentos, juntamente com a revolução das comunicações, anunciavam a transformação radical da natureza da guerra, sua duração, intensidade e conseqüências humanas e materiais. O fuzil de carregamento automático, o aperfeiçoamento da metralhadora, a pólvora sem fumaça, com base na nitrocelulose granulada, a dinamite e a cordite, os canhões retro-carregáveis de maior potência, alcance, precisão e rapidez de tiro, os couraçados mais velozes, dotados com maior potência de fogo, as minas marítimas, os submarinos e torpedos, os dirigíveis e, pouco depois, os aviões eram as peças mais destacadas de arsenais beneficiados por uma inovação tecnológica que parecia inesgotável e que alimentava a corrida armamentista, em termos quantitativos e qualitativos, na qual se criava uma complementação funcional entre o Estado e o mercado.

Ano após ano as grandes empresas, dedicadas à produção dos instrumentos de guerra mais sofisticados, produziam artefatos de maior

potência mortífera, e se empenhavam em ampliar a carteira de sua clientela, formada por estados. Para isso aproveitavam todas as disputas, primeiramente açulando-as, direta ou indiretamente, depois vendendo suas armas aos dois grupos em conflito. Do lado dos Estados, a lógica de igualar forças com rivais efetivos ou presumidos predominava sobre a prudência orçamentária. Nenhum deles parecia disposto a permitir de bom grado que os outros se tornassem mais fortes, e a adoção de armas mais sofisticadas exigia dos rivais um novo esforço para não ficar em posição de inferioridade. A construção de cada um estimulava a dos outros, e todos definiam a sua segurança em termos da posse de uma superioridade de forças que dissuadisse qualquer rival eventual. Na verdade, a paz armada não seria monopólio das grandes potências européias, estendendo-se também às regiões da periferia onde houvesse países com litígios fronteiriços ou desejosos de ganhar poder ou influência.

O aumento da população permitia formar grandes exércitos, baseados na instauração do serviço militar universal, prática que se difundiu rapidamente de país a país, a partir do exemplo dado pela Alemanha. Entre 1870 e 1896 os efetivos militares desse país triplicaram, chegando a três milhões de homens; os da França igualaram esse número, os da Rússia ultrapassaram quatro milhões e os da Áustria os dois milhões. No mesmo período, as despesas correspondentes à defesa nacional das principais potências européias aumentaram em mais de cinqüenta por cento. Paralelamente, os militares galgavam os lugares mais altos na escala do prestígio social, e a vida nos quartéis era evocada como um afastamento benéfico das vicissitudes e incertezas do mundo do trabalho e dos negócios.

A despeito de sua curta duração, o conflito franco-prussiano de 1870-1871 havia representado um passo adiante no sentido da "guerra total". Nunca antes o Estado e a população de uma sociedade se haviam empenhado daquela forma em uma luta de morte contra o Estado e a população de outra. Dizia-se que os dois povos mais organizados e nacionalistas da Europa tinham chegado a "degolar-se mutuamente". Nessa guerra, para a qual as duas potências mobilizaram quase três milhões e meio de soldados, as baixas por todos os motivos foram de cerca de 450

mil, e no transcurso das hostilidades foi introduzida uma novidade aterradora: o bombardeio de cidades indefesas.

O que estimulava o negócio das armas para alentar a paz armada era a difusão das idéias do "nacional militarismo", com sua conjugação de realismo político com a exaltação do poder. Como se sabe, um dos fenômenos ideológicos mais singulares da segunda metade do século XIX foi a conversão do nacionalismo de cunho liberal, surgido com a Revolução Francesa na condição de ideário do direito das nacionalidades, em um pensamento reacionário que opunha a nação à democracia, e se incumbia de auspiciar a expansão imperialista. A força e o "sagrado egoísmo" eram os traços característicos de uma nova concepção da nação. A vibração patriótica se difundia por todo o corpo social, convertendo-se, de certo modo, em uma das formas de reação coletiva diante dos fenômenos nascidos da unificação econômica do mundo. Esta vibração levaria centenas de milhares de jovens aos campos de batalha com uma atitude de júbilo festivo.

O nacionalismo de tom patriótico encontrou um aliado inesperado no progresso da educação e no surgimento da imprensa de massa. Não se verificou a presunção liberal de que esses progressos deveriam conduzir à formação de uma opinião pública bem informada que atuasse para conter os ímpetos discricionários e belicosos de reis, generais e diplomatas; com efeito, estes encontrariam novos pretextos para os seus jogos de poder. A lógica capitalista não se atraiçoava: os lucros de muitas empresas jornalísticas cresceriam à medida que inflamavam as emoções dos leitores e seus preconceitos étnicos, religiosos e nacionais.

A legitimação do léxico do poder constituía uma das notas características da época. O que políticos ou governantes estavam naturalmente dispostos a fazer encontraria respaldo valioso na argumentação exibicionista de filósofos e cientistas. Conforme a recomendação de um estadista austríaco, ecoando lições de Treitschke, tratava-se de que quem tivesse poder decidisse conservá-lo, utilizando-o em seu proveito. O filósofo Walter Bagehot afirmava: "As nações mais fortes tendem a prevalecer sobre as outras, e em certos aspectos notáveis a mais forte tende a ser a melhor."

Para uma geração que vivia sob o extraordinário impacto intelectual da *Origem das Espécies*, era inevitável a extensão das idéias de Darwin ao campo social e político. O poder e a força seriam critérios irrecorríveis da verdade. A conversão do conceito de nação ao nacionalismo com certeza não teria sido possível, pelo menos com a virulência com que ocorreu, sem a irrupção, com respaldo científico, de um novo elemento da cultura política da época: a idéia de que na vida do homem a competição não podia ser considerada qualitativamente diferente da existente na natureza.

Esse nacionalismo, fortemente comprometido com a corrida armamentista, se combinava com um pensamento belicista que, por sua vez, crescia com a contribuição de diferentes vertentes. Este era o raciocínio dos que viam a guerra como uma fatalidade, à qual era necessário ajustar-se com realismo mais ou menos resignado, assim como dos que proclamavam a sua conveniência e estavam dispostos a dar-lhes as boas-vindas. Uns argumentavam que o flagelo tinha raízes na agressividade intrínseca da natureza humana, sendo portanto irredutível. Outros diziam que se tratava de um fator adequado para proteger ou restaurar a saúde das sociedades; segundo Renan, era "a chicotada que impede que um país adormeça e que obriga a mediocridade a sacudir a sua apatia". Para uns, era a caldeira na qual se fundiam as forças revolucionárias, para outros a arena apropriada à restauração das virtudes aristocráticas. Em certas ocasiões, era o meio de recuperar as forças espirituais de sociedades carcomidas pelas materialidades burguesas; em outros casos, a oportunidade para ativar o aparelho produtivo, saldar as contas sociais internas e impor silêncio à agitação revolucionária.

A rigor, esta variedade de abordagens podia ser resumida em duas vertentes principais; a que enfatizava as motivações de ordem material e a que ponderava os componentes espirituais: interesses práticos ou apelos morais. Ora a guerra era defendida em nome das vantagens econômicas que proporcionaria ao vencedor, ora por atuar como um antídoto contra o vírus do materialismo consumista.

Para reconstruir o clima predominante na época é preciso levar em conta a força que chegou a ter essa "ética da guerra"; da mesma forma,

essa percepção é importante para que se compreenda as razões pelas quais, quando finalmente a guerra aconteceu, foi recebida com júbilo autêntico pelos povos afetados. Sustentava-se não só que a paz duradoura era um sonho, mas que era um sonho pernicioso. Via-se a batalha como um elemento da ordem divina do mundo, em que se manifestavam as virtudes mais nobres do homem: a coragem e a abnegação, o sentido do dever e o espírito de sacrifício: os soldados doavam a sua vida sem exigir qualquer compensação. Sem a guerra o mundo se estancaria, perdendo-se em atividades práticas, de valor obscuro. Dezenas de textos testemunhavam esse ponto de vista. Humboldt dissera que a ação da guerra sobre o caráter de um povo era "um dos instrumentos mais proveitosos para o aperfeiçoamento do gênero humano, devido à insuficiência do estímulo de outros perigos", e Victor Coussin declarou que era "preciso aplaudir a guerra e glorificá-la, já que não há uma só batalha que a civilização tenha perdido. O vencido é sempre quem merecia sê-lo." Não podia haver grandeza em uma nação sem fundamento no campo de batalha, nem tempo tão extenso quanto "o tempo supremo da guerra".

De certa forma o militarismo aumentava suas apostas teóricas e sua gestão propagandística para neutralizar a corrente pacifista que, sem chegar a converter-se em fenômeno de envergadura, vinha crescendo paralelamente à transformação da guerra moderna, expressando-se através de vozes e ações individuais, assim como a criação de instituições destinadas a advogar contra a guerra e suas conseqüências. Na verdade essas organizações surgiram nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha pouco depois das lutas napoleônicas, nutridas de espírito religioso, particularmente no caso dos *quakers*, e sustentadas pelos defensores do livre comércio, cujos adeptos financiavam muitas vezes as suas atividades. Em 1843 e 1848 foram realizados congressos de alcance mundial nos quais o tema do desarmamento foi considerado.

A Guerra da Criméia (1854-1856) e os conflitos da década de 1860 abriram uma nova etapa na história do pacifismo, dando-lhe maior impulso. Surgiram então muitas entidades que, com freqüência, caminhavam em paralelo aos grupos socialistas. A corrente se ampliou a partir de 1870, de tal forma que, por volta de 1900, já havia mais de quatro-

centas sociedades pacifistas. Ao mesmo tempo, muitos juristas e parlamentares criaram suas próprias organizações internacionais para promover o direito público e a prática da arbitragem. Nos Congressos Universais pela Paz, realizados periodicamente desde 1892, as negociações entre governos para resolver suas controvérsias eram apresentadas como os expedientes mais idôneos para a preservação da paz. O *International Peace Bureau*, com secretariado instalado em Genebra, foi formado como corpo permanente para coordenar e promover esses objetivos.[2]

Tal como acontecia com o militarismo, a literatura do pacifismo era multiforme, abrangendo desde o tom moralista de Leon Tolstoy até pesquisas sistemáticas, como aquela realizada pelo engenheiro polonês Ivan Bloch. O estudo de Bloch, publicado na Rússia no fim do século, constava de seis tomos, intitulados *O Futuro da Guerra*. Sustentava que, no futuro, os conflitos absorveriam todos os recursos e energias dos Estados combatentes, os quais, incapazes de alcançar uma vitória decisiva, lutariam até a sua ruína total. A interdependência das nações no aspecto financeiro, no comércio e no suprimento de matérias primas significava que o vencedor não se encontraria em situação muito diferente da do vencido. A potência destrutiva das armas modernas provocaria um aumento sensível da mortalidade humana. Os combates de um só dia tinham passado para a história; exércitos inteiros precisariam permanecer entricheirados semanas e mesmo meses; as batalhas se transformariam em assédios e os não combatentes da população civil seriam arrastados igualmente ao conflito. Nenhum Estado moderno conseguiria alcançar uma vitória sem que os seus recursos ficassem devastados. A guerra era algo que não se deveria permitir, a menos que os combatentes "quisessem suicidar-se". Com respeito à duração dos conflitos, antes da hipótese de longos enfrentamentos, predominava, nas conjecturas feitas sobre a guerra industrial, a expectativa de choques intensos e curtos.

Em 1908, Charles Richet, catedrático da Universidade de Paris, publicou um estudo destinado a contrapor-se às teses belicistas, advo-

---

[2] April Carter, *Peace Movements*, Londres, Longmans, 1992.

gando em favor de instituições tais como os tribunais internacionais e a prática da arbitragem. Na primeira parte do seu texto procurava rebater os argumentos de base biológica, metafísica, moral, patriótica ou simplesmente oportunista de que se serviam os militaristas; a segunda parte girava em torno da idéia de que a paz era possível, e a abolição da guerra não constituía uma simples quimera. Nessa parte, empregava uma figura à qual têm recorrido habitualmente aqueles que procuram desautorizar os pacifistas mediante julgamentos sobre seu caráter supostamente utópico: "A realização das quimeras do passado nos ilustra a respeito das quimeras do presente." Com efeito, o regime parlamentar, a abolição da escravidão, o sufrágio universal, a liberdade de imprensa e a educação integral testemunhavam progressos que em algum momento foram considerados pouco menos do que impossíveis.[3]

Um dado curioso é que Richet, que tinha dirigido a Revista Científica e a Sociedade Pacifista Francesa, estava incluído entre os pacifistas que consideravam que a modernização dos arsenais não representava um elemento negativo, mas podia ter efeitos benéficos. Antecipando o que muitas décadas depois se consagraria como a dissuasão pelo terror, dizia: "quanto mais sangrenta a guerra, mais rara. E se por acaso algum químico hábil pudesse inventar um explosivo capaz de destruir uma cidade inteira, ou todo um exército, a vinte quilômetros de distância, pelo horror da sua invenção ele conseguiria tornar a guerra impossível. Há trinta anos ninguém se atreve a empreender grandes guerras talvez porque se espera sempre um canhão mais rápido ou um fuzil mais mortífero ou uma pólvora mais destrutiva ... Todas as novas máquinas que possam ser criadas serão saudáveis para a nossa causa. Elas farão com que a guerra seja tão terrível que nem os mais temerários se atreveriam a arriscar-se nesse jogo espantoso." Vale lembrar aqui que o inventor da dinamite acompanhava suas gestões em favor da paz com o esforço para desenvolver uma arma tão poderosa e destrutiva que impedisse a guerra pelo temor da destruição mútua dos eventuais antagonistas.

[3] Charles Richet, *O Passado da Guerra e o Futuro da Paz*, Paris, 1908.

Era previsível que esse movimento pacifista se somasse com entusiasmo à iniciativa inspirada pelo Czar da Rússia, ao finalizar o mês de agosto de 1898. Nicolau II propôs a todas as nações a realização de uma conferência destinada a discutir a situação e a possibilidade de um acordo para a limitação de armamentos. O documento com o qual os governos representados em São Petersburgo eram convidados a participar do evento mencionava o impacto econômico de uma corrida que desperdiçava recursos: "O sistema de aquisição de armamentos sem limites está transformando a paz armada em um ônus angustiante que gravita sobre as nações e que, se prolongado, conduzirá inevitavelmente a um cataclismo que é preciso evitar". A consistência lógica da exortação não bastava para desfazer o medo das verdadeiras intenções da diplomacia czarista, e menos ainda para dissuadir aqueles que estavam longe de desejar que esse cataclismo fosse evitado. Finalmente, a conferência se reuniu em Haia, em maio de 1899, sem que resultasse em qualquer acordo para provocar uma pausa na paz armada.

A lógica do confronto fazia com que fossem insuficientes todos os diques que se quis construir para conter o ímpeto guerreiro, de modo que o século XX começou com "um ressoar contínuo de tambores" – conforme o título dado por Barbara Tuchman a um dos capítulos do seu livro tão citado.[4] A guerra do Transvaal e, pouco depois, a guerra russo-japonesa foram advertências premonitórias. A preocupação britânica em manter sua cômoda vantagem nos mares e os programas navais alemães davam um novo impulso à corrida armamentista. O lema do almirantado alemão ("A Alemanha deve ter uma esquadra tão forte que imponha um risco, em caso de ataque, até mesmo ao adversário dotado do poderio naval mais formidável") desafiava abertamente a supremacia britânica. O padrão estratégico passou a ser o domínio dos mares, seu instrumento os couraçados mais potentes que podiam ser construídos, a sua doutrina a dos livros do Almirante norte-americano Albert Mahan. A primeira lei naval foi aprovada pelo *Reichstag* em 1892,

---

[4] Barbara W. Tuchman, *The Proud Tower: A portrait of the World Before the War, 1890-1914*, N. York, Macmillan, 1966.

e um novo projeto foi aprovado em 1900. Nos primeiros meses de 1906 a Inglaterra lançou ao mar a primeira de uma série dessas grandes unidades, e Berlim preparou o seu terceiro programa naval, que previa a aceleração do ritmo de produção desses navios. Pressionada pela opinião pública, a autoridade naval teve que reafirmar o "*Two Powers Standard*", segundo o qual a Coroa devia contar com uma frota tão forte quanto a do conjunto das duas outras maiores potências navais, e em 1909 precisou enfrentar a pressão dos que propunham a construção de oito unidades por ano, contra as quatro anuais previstas pela Alemanha. O refrão "*We went eight and we won't wait*" ("Passamos para oito e não vamos ficar esperando") se converteu em um slogan de rápida assimilação por parte de uma sociedade convencida de que essa era a forma de garantir a sua segurança.

Nos dois países a vida parecia girar em torno das respectivas marinhas de guerra. A Alemanha não podia construir um submarino ou montar um novo canhão naval sem que a imprensa britânica lançasse gritos de protesto, e sem que os técnicos calculassem laboriosamente o seu efeito sobre o equilíbrio das duas forças. Os romancistas produziam obras que tratavam da invasão do solo britânico pelos exércitos alemães; em mais de um teatro eram representadas cenas de um eventual ataque; a imprensa popular publicava relatos espantosos sobre a descoberta de planos secretos de invasão.

O novo capítulo dessa paz armada gravitou na celebração da Segunda Conferência Internacional de Haia. A rigor, a idéia de uma reunião desse tipo tinha surgido na mente do presidente Teodoro Roosevelt por volta de 1904, mas para que se concretizasse foi preciso aguardar o fim da guerra russo-japonesa, em que o próprio Roosevelt atuou como mediador. Em 1905 foi novamente o Czar quem retomou a iniciativa, que Roosevelt concordou em acompanhar e que contou em seu favor com a chegada ao poder, na Inglaterra, de um governo liberal com inclinação pacifista, favorável ao desarmamento e à criação de um tribunal permanente de arbitragem. Depois de extensa tramitação que bloqueou a incorporação do tema do desarmamento à agenda da Conferência, esta teve início no dia 15 de junho de 1907, estendendo-se por quatro

meses.[5] À margem das convenções que foram firmadas, especificando regras, direitos e restrições, esta segunda experiência não teve mais êxito do que a primeira, e nada pôde fazer para impedir que a corrida armamentista prosseguisse com o impulso de sempre.[6]

Norman Angell e "A Grande Ilusão"

Esta era a situação do mundo em 1909, ano em que Norman Angell, alarmado pelo rumo que tomava a corrida armamentista e o fracasso da recente reunião em Haia, publicou o que viria a ser posteriormente a obra que lhe daria fama, e cujo título, segundo sua própria confissão, tomara de versos de Milton. A rigor, a primeira edição do livro tinha sido um texto curto, apresentado com modéstia, sob o título *Europe's Optical Illusion* (*A Ilusão de Ótica da Europa*), mas no qual o autor já desenvolvia o que seriam as linhas gerais da sua tese. Em edições sucessivas, publicadas antes da Primeira Guerra Mundial e traduzidas para vários idiomas, Angell ampliava consideravelmente as suas observações, incorporando as respostas dadas a críticas provocadas pela edição original, especialmente as canalizadas pelo *Daily Mail*, o órgão da imprensa normalmente receptivo às teses belicistas e defensor ferrenhos dos programas navais, além de registrar os novos acontecimentos mundiais daqueles anos.

Quem era Ralph Norman Angell Lane e qual a sua trajetória até aquele momento? Nascera em 26 de dezembro de 1872 em Holbeach, Lincolnshire, na Inglaterra, e sob a influência dos irmãos mais velhos freqüentara textos de Spencer, Voltaire, Darwin, Huxley e Stuart Mill, cujo *Ensaio sobre a Liberdade* seria sua primeira e permanente influência intelectual importante. Quanto à educação formal, passou do nível pri-

[5] Aumentou o número de participantes – 44 países e 256 delegados, entre eles representantes dos países latino-americanos, contra 26 países e 108 delegados na Conferência precedente. Foram criadas quatro comissões – de arbitragem, regulamentos bélicos no mar e na terra e legislação marítima.
[6] Um dado curioso foi a oposição da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos à proibição do emprego de balas dundum e do uso de gases asfixiantes, com o argumento de que não queriam impor restrições à inventividade do seus cidadãos para criar armas de guerra.

mário em Londres para o liceu em Paris, voltando a Londres para a escola de comércio e, finalmente, por um curto período, estudou na Universidade de Genebra. Tudo isso até os dezessete anos, idade com que partiu para os Estados Unidos. Ali teve as profissões mais variadas, desde agricultor, em um vinhedo, até vaqueiro. Por fim, dedicou-se ao jornalismo, atuando como repórter em vários diários. Em 1898 voltou à Inglaterra e depois se instalou em Paris, onde confirmou esta última vocação trabalhando como sub-editor de um diário publicado em inglês, e atuando como correspondente de várias outras publicações.

Essa atividade jornalística o familiarizou com o cenário mundial. O impacto de episódios como a guerra entre os Estados Unidos e a Espanha, o caso Dreyfus e a irrupção do "jingoismo", o nacionalismo exaltado que invadiu a Inglaterra na época da guerra dos Boers, o levaram a publicar seu primeiro livro, em 1903: *Patriotism Under Three Flags: A Plea for Rationalism in Politics* (*Patriotismo sob três bandeiras: uma defesa do racionalismo na política*). Segundo seu próprio testemunho, além do objetivo de propor uma visão que se afastasse das interpretações materialistas pela ênfase no papel das idéias, esse texto foi parte das gestões que tinha feito para impedir um conflito entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, devido às divergências sobre a forma de se posicionar diante da questão venezuelana.

Mas o nome de Angell está identificado com *A Grande Ilusão*.[7] O que se explica pela enorme repercussão do livro, que vendeu milhares de exemplares, foi traduzido rapidamente em vários idiomas e mereceu a consideração de muitos dos principais homens públicos da época. Mas terminou deixando na sombra uma vasta produção que se prolongou até a década de 1950. Angell morreu em 1967, aos 95 anos, e tem a seu crédito mais de quarenta títulos, inclusive uma autobiografia, publicada em 1951. Por outro lado, aquele livro e o seu autor permaneceram envoltos em um equívoco notável, tanto no plano acadêmico como no das opiniões mais generalizadas do público. Suas idéias foram

[7] *The Great Illusion; A Study of the Relation of Military Power in Nations to their Economic and Social Advantage*, Londres, Heinemann, 1910. No presente estudo as citações são reproduzidas da versão espanhola (*La Grande Ilusión*, Paris, Thomas Nelson and Sons) e da francesa (*La Grande Illusion*, Paris, Nelson).

colocadas como paradigmas de uma perspectiva idealista das relações internacionais, e na representação popular tendeu-se a identificar o termo "ilusão" com o triunfo da paz – algo que Angell obviamente desejava com fervor – quando na realidade ele se referia à crença errônea de que a guerra podia proporcionar vantagens materiais a quem a empreendia. Neste sentido, a idéia de "ilusão ótica", tal como havia formulado o título original, refletia com mais fidelidade o caráter singular da sua perspectiva. Seguramente esses equívocos se fortaleceram com a Grande Guerra, que tornava fácil demonstrar o engano de alguém a quem se atribuía ter vaticinado o desaparecimento do fenômeno bélico.

Para analisar a guerra Angell escolheu um ângulo que não era o dos pacifistas, embora seus argumentos contribuíssem inevitavelmente a essa causa. Também não defendeu a não resistência ou o desarmamento unilateral, como alguns dos seus contemporâneos. No prefácio da edição francesa de *A Grande Ilusão*, de 1911, afirma expressamente: "Meu objetivo não é provar que a guerra é impossível, mas que é inútil ... Meu livro não é anti-militarista ou pacifista no sentido ordinário em que esses conceitos são empregados. Não aconselho a nenhuma nação que se descuide da sua defesa, mas procuro demonstrar que nenhum Estado tem interesse em atacar outro, e que a necessidade de estar permanentemente em condições de defender-se se deve a que cada um acredita que o outro tem esse interesse." E nas primeiras páginas do livro, distanciando-se das razões esgrimidas habitualmente pela propaganda pacifista, assim como das invocações moralistas do tipo das de Leon Tolstoy, assinalava que, quando o defensor da paz invocava o altruísmo nas relações internacionais, admitia na verdade que o êxito na guerra podia concordar com o interesse, mesmo imoral, do vencedor, o que o igualava com respeito às premissas da questão.

A seguinte frase mostra que Angell estava longe da propaganda a favor do desarmamento unilateral: "Vamos suspender todos os preparativos bélicos com base em que a nossa derrota não pode favorecer nossos inimigos ou causar-nos, em resumo, um prejuízo muito grave? Esta não é em absoluto a conclusão resultante da ordem de considerações aqui expostas. Enquanto prevalecer quase universalmente na Europa o equívoco

fictício e imaginário de que o domínio político e militar dos outros países pode proporcionar vantagens materiais tangíveis para o conquistador, todos correm o perigo de que ocorra a agressão." Enquanto essa ilusão dominasse os espíritos mais ativos da política européia, em termos de política prática era preciso considerar a agressão como uma possibilidade. "Portanto, meu objetivo não é proclamar o desarmamento independentemente do que façam as outras nações. Enquanto a filosofia política da Europa continue sendo o que é hoje, não serei eu quem vai propor a redução de uma só libra esterlina nos nossos orçamentos militares."

A forma como a obra foi sendo construída, com edições sucessivas acrescentando textos de conferências ou o desenvolvimento mais pormenorizado de certos temas, além das respostas aos seus críticos, dá-lhe um caráter singular, muitas vezes reiterativo, como o próprio autor se vê obrigado a esclarecer nos respectivos prefácios. De todo modo, o corpo central está composto de três partes principais. A primeira se dedica à análise dos aspectos econômicos gerais, em especial no capítulo terceiro, que repete o título do livro. Os argumentos empregados pelos defensores da guerra e pelos advogados da paz, juntamente com as considerações relativas às premissas morais, psicológicas e biológicas, ocupam o principal da segunda parte, e na terceira são examinadas as conclusões práticas das teses sustentadas pelo autor. Cabe mencionar que as edições de 1913 são mais extensas do que as do ano precedente, pois acrescentam vários capítulos à segunda parte, com amplos comentários sobre a permanência da natureza humana, o domínio das nações belicosas, o emprego decrescente da força física e a falácia de considerar o Estado como uma pessoa.

Longe de anunciar o fim da guerra, Angell a vê surgindo por trás da corrida armamentista, em particular a que envolvia a Alemanha e a Grã-Bretanha. Sustentava: "No mundo moderno a guerra é o fruto da paz armada". Para evitar esse destino só vislumbrava uma possibilidade: ganhar a batalha das idéias, abrindo uma nova opção entre a grande corrente do realismo militarista e as representações habituais do pacifismo. Essa rivalidade parecia levar a um impasse frente ao qual duas alternativas se abriam; de um lado, a proposta por "uma minoria sonhadora

e doutrinária", de pessoas tidas como incapazes de compreender o mundo em que viviam, a qual preconizava o desarmamento geral ou uma limitação mútua dos armamentos; de outro, o "da grande maioria dos homens práticos", para quem a situação de rivalidade estava destinada a desembocar em conflitos armados que haveriam de concluir com a derrota de um dos dois contendores.

O pensamento realista, amplamente majoritário, se sustentava sobre enunciados quase axiomáticos que, na opinião de Angell, até o momento ninguém havia contestado seriamente. Dava-se como certo que, assim como a riqueza inglesa tinha resultado do seu poderio e da expansão colonial, respaldada pela marinha de guerra britânica, a recente ascensão da Alemanha era o fruto dos seus triunfos militares e do aumento da sua influência política. "Na tradição do pensamento político, quando se fala da análise das relações internacionais, tem prevalecido a idéia de que o poder nacional significa riqueza e prosperidade, de que uma nação civilizada pode extrair vantagens da conquista ou da capacidade de impor pela força a sua vontade. Um dos axiomas da política européia, aceito unanimemente, é o de que a estabilidade industrial e financeira de cada nação, a segurança em matéria comercial, em suma, a sua prosperidade e bem-estar dependem da capacidade de defender-se contra os ataques de outras nações, as quais estão sempre prontas a tentar a agressão com o objetivo de aumentar por essa via o seu poder, e com ele sua prosperidade e bem-estar."

O propósito do livro era demonstrar que, embora aceitas quase universalmente, essas idéias constituíam um dos erros mais enganosos e perigosos que era possível cometer, "erro que comporta uma ilusão ótica ou uma simples superstição." Como ele mesmo disse em obra posterior, teria sido mais oportuno falar em "palavras disfarçadas", já que a ilusão a que se refere nascia em grande parte de uma terminologia vaga, inexata e enganosa da política internacional: interesses fictícios e imaginários de possíveis agressores. Na perspectiva de Angell, umas poucas proposições eram suficientes para demonstrar a debilidade desse "saber consagrado", proposições que definitivamente podiam ser resumidas em uma única: "Que em nossos dias a única linha de conduta

possível para o conquistador consiste em deixar a riqueza do seu território em mãos dos indivíduos que o habitam, e que, por conseguinte, há uma ilusão ótica e uma falácia lógica na idéia alimentada hoje na Europa de que uma nação aumenta a sua riqueza ao expandir o seu território. Mesmo nos casos em que o território não é anexado formalmente, o conquistador não se pode apoderar das riquezas correspondentes, pois o que o impede é a própria estrutura do mundo econômico, baseado no sistema de créditos e bancos que tornam a segurança industrial e financeira do vencedor solidária com a segurança industrial e financeira de todos os centros civilizados, com o resultado de que qualquer confisco ou prejuízo considerável do comércio no território conquistado repercute desastrosamente sobre os interesses do conquistador. Este se acha reduzido assim à impotência econômica, o que significa que o poderio político e militar é economicamente fútil, ou seja, não pode influir em absoluto na prosperidade e bem-estar daqueles que o possuem."

No passado, a conquista de um território trazia vantagens para o conquistador, mas as condições que tornavam isso possível eram agora obsoletas. Onde se localizava o essencial dessa mudança? Na crescente interdependência das nações, impulsionada pela divisão do trabalho e a facilidade das comunicações. "A mútua subordinação vigente e perceptível através das fronteiras geográficas surgiu principalmente nos últimos quarenta anos, e o seu desenvolvimento e crescimento nesse período foi suficiente para engendrar uma tal relação de dependência recíproca entre as capitais do mundo que qualquer perturbação em Nova York repercute sob a forma de transtorno no comércio e nas finanças de Londres, e se essa perturbação é considerável, obriga os homens de negócios de Londres a cooperar com os de Nova York para resolver a crise, e não por razões de altruísmo. Em suma, o telégrafo e o banco tornam o uso da força militar economicamente estéril."

A rapidez do correio, a difusão instantânea das notícias comerciais e financeiras por via telegráfica, e de modo geral o progresso notável havido em matéria de comunicações tinham posto em íntimo contato as seis ou sete grandes capitais do mundo. O rápido desenvolvimento industrial havia dado lugar à intervenção das finanças, convertidas no

sistema nervoso da indústria, sob cuja influência ela começava a perder o caráter exclusivamente nacional, assumindo uma dimensão mais internacional. As relações dos Estados entre si se modificavam rapidamente, em obediência à rápida mudança das condições circundantes, estabelecendo um vínculo inevitável de dependência recíproca. A mesma complexidade tende à cooperação universal, agrupando as diferentes unidades em uma ordem independente de toda divisão, de modo que as fronteiras políticas deixavam de demarcar as fronteiras econômicas, ou de coincidir com elas.

Angell pondera muito especialmente o efeito do "caráter instantâneo e imediato" dos fenômenos. Neste cenário, dominado pela "reação telegráfica das finanças", os conceitos do passado careciam de sentido. Os verdadeiros fatores da prosperidade não tinham a mais remota relação com o poder naval e militar, o que quer que dissesse o linguajar político. "Se não estivéssemos hipnotizados por essa extraordinária ilusão ótica, aceitaríamos o fato de que a prosperidade de um povo depende de fatores tais como a riqueza natural do solo que habita, sua disciplina social e o seu caráter industrial, resultado de anos, de gerações, séculos talvez, de tradição sustentada e um processo seletivo lento e minucioso."

As questões relativas à natureza humana e ao papel do Estado constituem dois elementos centrais da sua argumentação. Com respeito ao primeiro tema, a imutabilidade era um dos fundamentos de todos os discursos militaristas, mas Angell sustenta que o problema não é mudar a condição dos homens, mas a sua conduta, a qual pode ser modificada por reavaliações fundamentadas em novas percepções, novas idéias e novas instituições. Cita como exemplos a tendência a um abandono gradual e amplo do recurso à força física: o desaparecimento da antropofagia, dos sacrifícios humanos, da escravidão, da queima de hereges, dos tormentos judiciais, do duelo. Com relação ao Estado, vislumbra a sua transformação e uma erosão relativa da sua capacidade, produto da gravitação das forças que provocam a "dependência mútua e complexa do mundo moderno", e atuam por cima da vontade das unidades políticas, e a despeito delas.

Angell pensava estar assistindo a mudanças no papel do Estado: um reforço da nacionalidade, diante das tendências cosmopolitas, e o

surgimento de novas formas de sociabilidade internacional. Nesse sentido, é eloquente a citação de um antigo membro do *Foreign Office* que, em conferência dedicada ao exame da situação mundial dizia: "O traço mais notável das relações internacionais em nossos dias é o aumento das exposições, associações e conferências internacionais de toda espécie, sobre todas as matérias imagináveis. Temos aqui presentemente, em forma de todo embrionária, um grupo de fatores, aliás opostos entre si, mas que concordam pelo menos em um ponto: a organização da sociedade sobre bases distintas da divisão territorial e nacional."

Diferentes causas contribuíam para modificar os ódios tradicionais entre os países. De um lado as nações se tornavam cada vez mais complexas; de outro, os interesses dominantes da humanidade começavam a transcender as simples divisões entre os Estados. Em terceiro lugar, o aprimoramento das comunicações tendia a contrapor a solidariedade das classes e das idéias à solidariedade estatal: "Jamais tinha havido um mecanismo destinado a animar e personificar os interesses, as idéias e os ideais coletivos que vemos dilatar-se sobre toda demarcação fronteiriça. Normalmente as pessoas não percebem até que ponto nossas atividades se tornaram internacionais. Duas grandes forças se internacionalizaram: o capital e, de outro lado, o trabalho e o socialismo. Os movimentos operário e socialista sempre foram internacionais, e tendem a sê-lo cada vez mais."

De outro lado, o desenvolvimento mercantil acentuava o fato de que a verdadeira base da moralidade social era o interesse próprio de uma comunidade, entendido como a garantia das condições de maior bem-estar para a massa do povo: uma vida tão plena quanto possível, a abolição ou redução da pobreza e das carências, melhor vestimenta e habitação, a capacidade de prever o atendimento das necessidades da velhice e da doença, o prolongamento da vida e sua maior alegria.

Com muita freqüência Angell recorre à experiência dos países pequenos para exemplificar a inclinação para a paz e mostrar que a prosperidade e o bem-estar não estavam relacionados com o poder militar. Suíça, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia eram exemplos mencionados

habitualmente, pois esses países desfrutavam de tanta prosperidade e bem-estar quanto os habitantes da Alemanha, Rússia, Áustria ou França, e, em termos *per capita,* o seu comércio superava o das grandes potências. Assim como se inferia dos dados sobre a riqueza industrial das nações, a prosperidade dos pequenos Estados prescindia de armamentos e não era devida aos tratados que garantiam a sua neutralidade, de onde se podia deduzir que a segurança nacional tinha condições de utilizar outros meios em lugar da força militar.

A experiência dos países latino-americanos está presente igualmente em *A Grande Ilusão*, refletindo não só o nível de informação do autor, mas a sua capitalização de experiências e observações que tinha acumulado em várias viagens pelo México e a América Central. No prefácio da edição espanhola Angell esclarece que os princípios e forças que tinha procurado analisar no seu livro se revestiam de interesse especial para a América do Sul. Confessa que essa região lhe havia proporcionado grande parte dos exemplos usados para tornar inteligível a ação daquelas forças e princípios. A influência do desenvolvimento industrial sobre as condições políticas era um problema que precisava ser investigado por todos os que se preocupavam com o bem-estar dos seus países, e isto era precisamente o que ele se propunha a investigar. Concluía, assim, que "a despeito das aparências em sentido contrário, a América Hispânica se encontra mais próxima de algum tipo de confederação prática do que a própria Europa."

Podemos observar que, se a evolução dos países sul-americanos apoiava as teses postuladas em *A Grande Ilusão*, em trabalhos anteriores a sua perspectiva tinha sido um pouco diferente, e nos livros dos anos 1930 sua visão foi mais pessimista. Em notas jornalísticas escritas pouco depois da guerra entre Estados Unidos e Espanha, Angell interpretava a derrota da Espanha como o drama de uma nação de forte tradição militarista que precisou resignar-se diante das qualidades que o regime industrial tinha fomentado nos norte-americanos, carentes de tradições e hábitos militares. A realidade do Sul do continente, tal como lhe parecia manifestar-se até essa época, resultava precisamente da herança do militarismo espanhol, que frustrava as possibilidades de convivência

pacífica entre as partes. "Temos ali uma vintena de Estados semelhantes entre si em todos os aspectos políticos e sociais. Nada os distingue. Semelhantes uns aos outros em língua, leis, ideais étnicos, instituições, etc., estão contudo de tal forma hipnotizados com a pretensa 'necessidade da defesa nacional' e com o prestígio e o brilho de manter uma organização militar complicada e custosa para defender-se uns dos outros." Para fundamentar sua interpretação menciona os conflitos entre Nicarágua e El Salvador, Peru e Chile, Peru e Colômbia, Chile e Argentina. Na sua opinião, essa realidade contrasta com a existência de "condições propícias para uma grande confederação", neutralizadas pelo desperdício de energia em torno de assuntos "tão insignificantes em si mesmos como as estradas da Patagônia, que estiveram a ponto de provocar uma guerra entre as duas repúblicas meridionais."

Em *A Grande Ilusão* Angell comenta que nos anos transcorridos desde sua caracterização anterior a situação da América do Sul havia sofrido uma mudança profunda, já que a região ingressara decididamente na corrente econômica mundial, justificando assim a frase de Spencer, para quem a graduação às formas superiores do homem e da sociedade dependia do "declínio do espírito militar e da preponderância da industrialização". Devido à instalação de fábricas que representavam grandes inversões de capital, de bancos, empresas comerciais etc., a atitude dos interessados nessas empresas se modificou, e o nacionalista exaltado, o aventureiro militar, o político fraudulento aparecem sob sua verdadeira luz, "não como patriotas úteis, mas como agentes destruidores e perniciosos".

A América Hispânica parecia finalmente em vias de sacudir o jugo do militarismo. Estados onde o repúdio de empréstimos era um acontecimento familiar e característico da vida política se tinham tornado tão sólidos e respeitáveis como a *City* de Londres, fazendo-se notar pelo cumprimento estrito das suas obrigações. "Durante mais de cem anos esses países foram um antro de desordens e de atropelo perpétuo, de ambições pessoais que disputavam entre si os despojos de querelas sangüinárias. No espaço de quinze ou vinte anos tudo isso mudou ... A explicação não é complicada ... Esses países,

como a Argentina e o Brasil, gravitaram para o círculo do comércio, do câmbio e das finanças internacionais. As relações internacionais se ampliaram e fortaleceram, a ponto de fazer com que o repúdio dos empréstimos passasse a ser a forma menos produtiva do roubo. Esses países não se podem dar ao luxo de deixar de honrar as suas dívidas; se o tentassem, poriam em risco as propriedades de todo tipo, vinculadas direta ou indiretamente com o desempenho regular das funções oficiais; os bancos seriam comprometidos; os grandes negócios soçobrariam e haveria protestos da comunidade econômica e fiscal em massa."

Outro tema que mereceu a Angell uma reflexão importante é o que se refere à analogia entre Estado e indivíduo. Em sua maior parte as hostilidades internacionais se baseavam no conceito errôneo de que o Estado inimigo era uma personalidade homogênea, com responsabilidade análoga à de uma pessoa que nos atacasse e que, por isso, nos incitasse a devolver o golpe recebido; no entanto, não se pode atribuir ao Estado esse caráter de pessoa ou indivíduo, a não ser em termos limitados, e cada vez mais estreitos. A diversidade de interesses materiais e morais do agrupamento coletivo falseia completamente aquela analogia. Há quem fale de um país – da Alemanha, por exemplo – como se os seus atos resultassem de uma opinião determinada, adotada por um ou outro partido, e não, como acontece na realidade, de um corpo de opiniões submetidas a todo tipo de forças que influenciam desigualmente o conjunto, imprimindo-lhe uma constante oscilação. A afirmativa de que as relações mútuas entre as nações só podem ser determinadas por meio da força, e que a agressividade no âmbito internacional se expressará sempre pela luta material das nações são outros corolários da falsa analogia do Estado com uma pessoa.

A Grande Ilusão conclui com um capítulo que reitera as críticas ao pacifismo, tal como este se manifestava habitualmente, e onde já se revela a diferença entre "pacifismo" e "pacificismo".[8] Angell questionava as declarações acadêmicas em favor da paz, baseadas em motivos de abnegação e altruísmo. De acordo com o seu ponto de vista, entre o pacifista e o defensor da *Realpolitik* havia uma distinção intelectual e não moral, e a suposição de moralidade superior em que o primeiro costu-

mava estribar-se na verdade pouco favorecia a sua causa: "Não faremos grandes progressos enquanto persistirmos na crença de que motivos elevados e teor moral é tudo quanto se necessita nas relações internacionais, e que a correta compreensão desses problemas ocorreria por meio de caminhos maravilhosos ou pela sua própria virtude, independentemente de um esforço intelectual sustentado e sistemático."

Em várias edições posteriores a 1910, *A Grande Ilusão* foi precedida de comentários suscitados a políticos, economistas, jornalistas ou militares. A análise dessas manifestações, mesmo as provenientes dos mais tímidos, punha em evidência a aceitação quase unânime de que se tratava de uma contribuição genuína aos debates sobre o tema, de que não se podia prescindir em qualquer discussão. O *Daily Mail* o considerava um dos livros que tinham despertado o interesse e estimulado o pensamento no século XX. *The Nation* afirmava que nenhuma obra produzira uma maior revolução entre aqueles que dirigem o curso dos acontecimentos. Finalmente, para *The Evening Post,* o livro era uma obra revolucionária da maior importância, uma completa demolição das idéias convencionais sobre a política internacional – algo correspondente ao que fora *A Origem das Espécies* no campo da biologia.

É paradoxal comprovar que, longe de desqualificá-lo por um presumível idealismo, muitos viam em Angell um espírito realista, uma demonstração livre de sentimentalismo, a expressão fiel dos fundamentos econômicos e políticos do mundo contemporâneo ou uma das contribuições mais brilhantes ao estudo das relações internacionais. Até mesmo órgãos vinculados às forças armadas expressavam o seu reconhecimento. Assim, em uma publicação naval norte-americana lia-se o seguinte: "Se todos os anti-militaristas pudessem defender sua causa com a imparcialidade e a honradez do Senhor Angell estaríamos dispostos a acolhê-los não como inimigos inconciliáveis, mas como bons camaradas intelectuais. Ele condensou nesse livro mais idéias sólidas e sadias do que as apresentadas por todas as sociedades pacifistas no curso da sua existência."

[8] M. Ceadel, *Pacifism in Britain, 1914-1945*, Oxford, Clarendon Press, 1980.

Antes do início da Primeira Guerra Mundial, Angell escreveu dois outros textos nos quais ampliava as teses desenvolvidas em *A Grande Ilusão*. São eles: *The Peace Theories and the Balkan War (As teorias da paz e a guerra dos Balcãs)*, de 1912, e *Arms and Industry: A Study of the Foundations of International Policy* (*Armas e a indústria: um estudo dos fundamentos da política internacional*), de 1914. E durante o transcurso da conflagração publicou, em 1915, *America and the New World State: A Plea for American Leadership in International Organization* (*A América e o Estado do Novo Mundo: um pleito pela liderança americana na organização internacional*).

Às vésperas do conflito, Angell tinha defendido a tese de que a Grã-Bretanha devia manter-se à margem do conflito, tendo fundado para isso a *Neutrality League*; frustrado esse objetivo, criou, juntamente com Ramsay MacDonald, Bertrand Russell, Charles Trevelyan, Edward Morel e outras personalidades, a *Union for Democratic Control*, entidade que se pronunciaria contra a diplomacia secreta, e em favor da democratização do serviço exterior britânico. Já em agosto de 1914 a UDC divulgou um manifesto que fixava critérios para a ordem no pós-guerra: rejeitava a possibilidade de que uma região pudesse ser transferida de um país para outro sem o consentimento da sua população e propunha que nenhum tratado ou acordo fosse feito sem sanção parlamentar, e sem garantir o controle democrático da política exterior. A Grã-Bretanha não devia propor alianças destinadas a estabelecer equilíbrios de poder, mas orientar-se para uma ação concertada entre as potências e a constituição de um Conselho Internacional cujas deliberações e decisões fossem públicas. Chegado o momento dos acordos de paz, devia apoiar um plano orientado para conseguir uma redução drástica dos armamentos de todos os países beligerantes, facilitando esse objetivo com a nacionalização das indústrias de armamentos e o controle das exportações de armas de um país para outro.

Depois da Grande Guerra

Como o desaparecimento da guerra não era parte das suas idéias, Angell não se sentiu desmentido pela tragédia que se prolongou por

quatro longos anos. Do seu ponto de vista, essa experiência confirmava a maioria dos argumentos esgrimidos no seus escritos anteriores, e assim o sustentou em obras posteriores, embora admitisse que algumas das suas previsões não se tinham realizado. Entre outras, a de que o conflito se limitaria a um confronto entre Alemanha e Grã-Bretanha, e de que os outros países se negariam a financiá-lo, ou de que os estados não teriam a capacidade de salvaguardar a sua moeda e mobilizar seus recursos de modo a poder sustentar um esforço bélico prolongado, conforme demonstraram. Da mesma forma, se surpreenderia com a pouca resistência oferecida pelas entidades de classe às lealdades nacionais.

Onde não errou foi ao avaliar o significado das reparações impostas em Versalhes à Alemanha derrotada. Em *A Grande Ilusão* tinha dedicado todo um capítulo para demonstrar o "sofisma da indenização", ressaltando as conseqüências paradoxais da atitude de punição econômica dos vencidos. Especificamente, procurou contestar o argumento daqueles que se valiam do exemplo dos duzentos milhões de libras da indenização imposta pela Alemanha à França, no fim da guerra de 1870-1, como prova de que uma nação podia ganhar dinheiro com uma guerra. Devido às novas condições econômicas e financeiras, "a imposição de tributos a um povo vencido tornou-se uma impossibilidade econômica, e a fixação de indenizações tão custosas, direta ou indiretamente, tem resultado extremamente desfavorável como operação financeira." Embora a frota e o exército da Alemanha tivessem sido aniquilados, subsistiriam milhões de trabalhadores, que seriam tão mais industriosos quanto maiores fossem suas provações e sofrimentos; trabalhariam em suas fábricas e explorariam suas minas com tal afinco e diligência que não tardariam a ser os mesmos rivais de antes, com ou sem exército, com ou sem esquadra.

Imposto praticamente por uma opinião pública que proclamava de boa fé a sua confiança em que a guerra que terminara teria posto fim a todas as guerras, o Tratado de Versalhes lhe parecia um compêndio de quase todos os sofismas que havia criticado no seu livro. Os termos do Tratado demonstravam que todas as nações pretendiam anexar novos territórios e aspiravam a beneficiar-se economicamente. Em quase ne-

nhuma parte transparecia a crença de que a prosperidade de um país dependia da prosperidade dos seus vizinhos; de que a estabilidade econômica não podia ser alcançada a não ser por meio da cooperação internacional. Todos os países queriam ter uma posição preponderante para garantir a sua segurança.

É oportuno lembrar que, com respeito a esses temas, as opiniões de Angell contidas em dois livros – *The Peace Treaty and the Chaos of Europe (O tratado de paz e o caos da Europa)* (1919) e *The Fruits of Victory (Os frutos da vitória)* (1921) – caminhavam em paralelo e ecoavam muitas das críticas formuladas por John Maynard Keynes à política de reparações, no seu livro, justamente célebre, *The Economic Consequences of Peace (As conseqüências econômicas da paz)*, de 1919. [9] São também dos anos 1920 *Human Nature and the Peace Problem* (*A natureza humana e o problema da paz*) (1925), *The Public Mind: Its Disorders and its Explanation (a mente do público: sua explicação e suas desordens)* (1926) e *The Money Game: How to Play it (O jogo do dinheiro: como jogar)* (1928). Entre 1928 e 1931 Angell foi também editor da prestigiosa revista *Foreign Affairs*, e por um breve período, entre 1929 e 1932, representante no Parlamento do Partido Trabalhista, no qual ingressara no princípio da década por considerar que era o mais compatível com as suas idéias sobre política internacional, e menos pela sua orientação socialista. Cumprido o mandato, declinou da candidatura à reeleição por considerar que, livre de restrições orçamentárias, teria melhores condições para apresentar à cidadania as suas teses internacionalistas.

Para Angell os anos trinta foram os de maior produção intelectual, que se intensificou paralelamente com a ascensão dos regimes fascistas e o obscurecimento do cenário mundial. Em 1932 publicou *The Unseen Assassins (Os assassinos que não foram vistos)* ; em 1933, ano em que recebeu o Prêmio Nobel da Paz, publicou *From Chaos to Control (Do caos ao controle)*, *The Press and the Organization of Society (A imprensa e a organização da sociedade)*, uma nova edição de *The Great Illusion* e um estudo intitulado *The International Anarchy (A anarquia internacional)*. Em 1934 escreveu *The Menace to Our National Defense(A ameaça à nossa defesa nacional)* ; em 1935, *Peace and the Plain Man (A paz e o homem*

comum); em 1936, *This Have and Have-Not Business (O negócio do ter e do não-ter)* ; *Political Fantasy and Economic Fact (Fantasia política e fatos econômicos)* ; em 1937, *The Defense of the Empire(A defesa do império)* ; em 1938, *Peace with the Dictators?(Paz com os ditadores?)* e *The Great Illusion Now (A grande ilusão agora)*; em 1939, *For What Do We Fight?* (*Para que lutamos?*)

Uma das características da maioria desses trabalhos, nos quais alguns pensam ver, não sem razão, um ajuste da sua perspectiva e um tom menos racionalista, era a ênfase na idéia da segurança coletiva, tal como tinha sido contemplada pelo Artigo XVI do Pacto da Liga das Nações. Angell admitia que a defesa era um fator predominante no comportamento externo dos estados, que a auto-preservação era a primeira e a última das suas exigências – "a primeira lei da vida de cada coisa viva, seja física ou política". Sustentava, porém, que havia duas formas de conceber a segurança: confiando exclusivamente nas próprias forças, ou seja, dependendo de si mesmo, o que acentuava os aspectos anárquicos do sistema internacional e portanto a tendência ao conflito e às ameaças de guerra, ou repousando em um sistema mais eficaz de defesa mútua, cooperativo ou coletivo, plasmado em uma grande combinação de Estados capazes de criar um poder muito grande – diplomático, político, econômico e financeiro, além de militar e naval – com condições para fomentar a paz e conter as tendências belicosas de qualquer nação.

Como todos os que se interessam pela natureza das relações internacionais, o fenômeno da anarquia ocupava o primeiro plano da sua análise. Segundo essa visão, só era possível terminar com a anarquia mediante dois procedimentos: a imposição por parte de um detentor do poder ou o consentimento comum. No primeiro caso tínhamos o imperialismo, o estilo da *pax romana*; no segundo, a segurança coletiva. Obviamente, sua opção

[9] As avaliações de Keynes lhe serviriam também para respaldar suas teses sobre o papel e as falhas da opinião pública; é o que faz recorrendo a uma citação, na qual o célebre economista se refere ao papel de Loyd George com respeito ao Tratado de Paz, dizendo: "Sabia que o Tratado não era sensato e era em parte impossível, pondo em risco a vida da Europa, mas que as paixões e a ignorância do público desempenham no mundo um papel que quem aspire a guiar uma democracia precisa levar em conta; e a paz de Versalhes era no momento o melhor ajuste permitido pelas exigências da multidão e dos principais atores envolvidos."

por esta última via estava muito clara. Embora não proporcionasse uma interpretação detalhada do sentido e do alcance da organização federativa, sustentou reiteradamente que sempre que um grupo de coletividades soberanas e independentes recorriam a essa forma de encarar a defesa comum, a guerra entre elas podia terminar.[10] Na anarquia, cada nação procura a sua segurança tornando-se mais forte do que os vizinhos, o que implica uma ameaça à segurança destes últimos. A única solução para este dilema era fazer com que a defesa de cada país fosse função de todos, método equivalente ao que tinha chegado a se impor no plano nacional, mas que, para ser adotado no âmbito internacional, enfrentava a falta de compreensão por parte do público, "confundido com respeito aos riscos que corria ao escolher um caminho em lugar de outro." Se uma nação estivesse convencida de que no longo prazo podia confiar no funcionamento do sistema, em vez de depender exclusivamente das suas próprias forças, não se empenharia em ser mais forte do que as outras para conservar a vida; ao contrário, se um membro de um sistema coletivo tivesse dúvidas sobre se os outros membros sairiam em sua defesa em caso de um ataque, se negaria ao desarmamento, fazendo alianças especiais, o que provocaria suspeitas nos outros, induzindo-os a agir da mesma forma. Sem um compromisso explícito de trabalhar em conjunto contra o agressor, de modo a oferecer a cada membro da coletividade das nações um meio de defesa diferente do seu poder nacional, não haveria como escapar da velha competição anárquica.

Em seus textos da década de 1930 o auspício da segurança coletiva se acompanhava de uma crítica muito firme às políticas de acomodação da Grã-Bretanha e ao isolacionismo norte-americano. No caso do Governo de Washington, seu afastamento da Liga das Nações, depois de ter agido como o seu promotor mais entusiasta, tinha sido "o primeiro de todos os desastres" da entidade, que teria muito a ver com a explosão de uma nova guerra. Quanto ao Governo inglês, tinha um compromis-

[10] O exemplo que cita é o contraste entre a evolução das treze colônias da América do Norte, depois da independência, e o que aconteceu com a fragmentação das repúblicas centro e sul-americanas, sobretudo as primeiras, que depois da divisão começaram a guerrear entre si.

so parcial com a Liga, sob a influência de uma imprensa que promovia ativa campanha contra ela, queixando-se, entre outras coisas, das despesas que obrigava a fazer.

Angell denunciou a tolerância com relação aos programas expansionistas da Alemanha, do Japão e da Itália, propiciada por uma combinação de conservadores e pacifistas. Por trás dessa atitude vislumbrava razões ideológicas dos setores mais conservadores, e quis demonstrar com insistência suas debilidades e contradições, procurando neutralizar a influência de grupos importantes, formados por proprietários de jornais, jornalistas, políticos e intelectuais eminentes, que transmitiam ao povo a idéia de que, para viver em paz, o país precisava abster-se de intervir nas disputas entre países cujo destino não lhe dizia respeito.

As "comunidades de defesa" a que se referia não trariam o risco de participar de conflitos alheios, porque sua mera existência limitaria esses conflitos, atuando como um mecanismo efetivo de dissuasão. A seu juízo não havia uma só objeção contra o sistema coletivo que não pudesse ser aplicada, com mais razão, ao velho sistema de segurança individual e ao equilíbrio de poder. Apesar de tudo, em 1914, a vintena de Estados que tinham entrado na guerra estavam livres de compromissos que os obrigassem a isso, circunstância que não os isentou de envolver-se com o conflito. Se houvessem assumido compromissos efetivos e abertos, é provável que não tivessem sido arrastados à guerra, pois se a Alemanha tivesse sabido que, conduzindo-se de forma agressiva, teria de enfrentar as forças reunidas de vinte países, não teria agido como agiu, e a guerra não teria ocorrido. A lição era que, se as nações se armavam, deviam revelar de antemão que motivos as induziriam a combater.

A "combinação de potência" do sistema coletivo reconhecia a todos os Estados igualdade de direitos em questão de defesa, mas faria com que qualquer país inclinado à guerra se encontrasse frente a forças de tal superioridade que a sua campanha estaria destinada a fracassar; seria uma aventura imprudente, e uma atitude mais "realista" do eventual agressor desestimularia essas aventuras. [11]

[11] Norman Angell, *The Labour Peace Policy and its Critics*, em *Labour*, Londres, junho de 1935.

A política de defesa coletiva podia assumir diferentes formas, sendo desnecessário reduzi-la a um sistema rígido de compromissos permanentes, mas podia desenvolver-se gradualmente, adaptando-se às condições do sistema internacional. Não se devia interpretá-la também como um mero subterfúgio para perpetuar o *status quo*, conforme objetavam os setores da esquerda, mas apenas uma garantia de que o mesmo não seria alterado mediante a guerra. Por outro lado, tinha plena consciência de que a solução do problema da guerra entre Estados soberanos não significava o desaparecimento dos conflitos, desordens e injustiças internacionais; não ficava decidida a questão mais profunda de extirpar as causas das guerras civis, as guerras entre classes sociais, as animosidades inflamadas entre grupos religiosos e os ódios encarniçados devido a diferenças raciais.

Angell esteve entre os analistas políticos que com mais fundamento questionaram o conceito e a prática do equilíbrio de poder. Admitia que toda política de defesa precisa necessariamente "levar em conta a forma como o poder está distribuído", mas acreditava também que atuar conforme a idéia de equilíbrio não só colocava o poder em um lugar distinto do que lhe correspondia na sociedade humana, privilegiando a força sobre o direito, como também era menos efetivo como medida de prevenção da violência. A intenção de manter o equilíbrio de poder (situação além de tudo sempre instável) resultava necessariamente em uma oscilação da preeminência – primeiro de um lado, depois do outro – que ativava a conflitividade. "Nós não queremos um equilíbrio de poder entre Estados totalitários e democráticos, entre agressores e vítimas; queremos uma preponderância irresistível de poder contra o agressor, e é duvidoso que possamos mantê-la por muito tempo se houver esforços constantes para manter um equilíbrio entre os mesmos aliados ... Nosso esforço deve orientar-se não para um equilíbrio calculado entre os vários aliados, mas para um ponto de encontro de interesses comuns por trás dos quais possa concentrar-se o poder coletivo da comunidade de nações: o direito à vida, à auto-determinação, à existência livre de ameaças e de todas as formas de violência." [12]

[12] Norman Angell, *Peace with Dictators?* (trad. espanhola, *La Paz y los Dictadores*, Buenos Aires, Losada, 1939).

Por último, é necessário lembrar que o seu conceito de defesa incluía um aspecto que oferecia um flanco muito vulnerável à crítica, ao justificar as práticas intervencionistas do liberalismo anglo-saxão. Angell sustentava que as numerosas guerras feitas pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha – potências saturas ou saciadas, que por isso defendiam a conservação do *status quo* – não tinham sido guerras de agressão, embora travadas fora da suas fronteiras. Além da invasão e da proteção do solo nacional, havia muitas outras hipóteses que todas as grandes nações consideravam como um ataque, estando decididas a impedir por meio das armas que elas se concretizassem: o acesso a territórios não desenvolvidos, a colonização de novas terras, o livre uso dos estreitos marítimos, a passagem pelos canais inter-oceânicos, a proteção dos seus cidadãos em países em situação de rebeldia interna, os direitos extraterritoriais no Extremo Oriente, as capitulações no Levante, os direitos do mar. Esses conceitos correspondiam à sua defesa do imperialismo, embora em uma versão singular, pois Angell não atribuía valor econômico às possessões coloniais – embora acreditasse na difusão da civilização e na incorporação ao mercado de regimes retrógrados, que resultaria em benefício do conjunto da humanidade – e considerava apropriada a política imperial britânica com suas formas de associação e autogoverno tal como vinham sendo plasmadas no *Commonwealth*. [13]

Outra nota singular de Angell foi a forma como analisou a relação entre capitalismo, socialismo e paz. Opinava que quando os capitalistas fomentavam a guerra, como o faziam às vezes em nome da conquista de mercados, expunham-se aos mesmos erros e paixões da generalidade das pessoas, e raciocinavam como nacionalistas e militaristas, não como economistas. De seu lado, o socialismo errava ao acreditar que podia beneficiar-se do caos. Socialistas e capitalistas tinham um interesse comum na conservação da ordem internacional e na supressão da guerra. O capitalismo não precisava da guerra, nem ganhava com ela: ao contrário, se enfraquecia. Por outro lado, certas críticas dos socialistas feitas aos esforços para aperfeiçoar a ordem internacional por

[13] Norman Angell, *Peace and the Plain Man* (trad. espanhola, *La Paz y el Pueblo*, Barcelona, Biblioteca Interamericana, 1936).

meio da lei e da segurança coletiva eram uma péssima estratégia do ponto de vista da reforma social. Em uma frase que revela sua perspectiva ideológica, comenta: "Infelizmente a guerra fez também com que fracassasse o ideal socialista; em nenhum lugar da Europa Ocidental o socialismo conseguiu escapar da guerra. Houve revoluções, mas seguidas sempre de contra-revoluções em que os capitalismo perde os traços liberais que tenha adquirido. Do caos da guerra foi o fascismo que surgiu, não o socialismo; não a revolução social prognosticada por Marx, mas a contra-revolução, a destruição dos frutos da Revolução Francesa."[14]

Angell chama atenção reiteradamente para o fato paradoxal de que, terminada uma guerra que pretendia tornar o mundo seguro para a democracia, ocorreu em toda parte uma verdadeira epidemia de ditaduras, de autocracias totalitárias ao lado das quais o governo do Kaiser parecia liberal. Em conseqüência, o socialismo democrático e o capitalismo liberal tinham um interesse comum: a conservação da ordem política e a prevenção da desordem social que provoca o surgimento de um fascismo pernicioso. Seguindo esta linha de argumentação, que o levava além de tudo a discutir as teses enunciadas pelo seu compatriota Harold Laski (segundo as quais o capitalismo era a causa principal da guerra, pela demanda de mercados para colocar seus excedentes e a necessidade de apoiar esse empreendimento com um sólido poder militar), Angell interpretou a decisão da União Soviética de ingressar na Liga das Nações como uma prova de que a sociedade capitalista e a socialista tinham um interesse comum na prevenção da guerra, e a proteção da primeira grande experiência socialista da história parecia derivar para uma doutrina de cooperação entre sistemas rivais.

A perspicácia de Angell se refletia nas suas previsões das características que deveria ter uma nova guerra e as alianças que poderiam enfrentar-se nessa ocasião. Quanto ao primeiro ponto, antecipava uma luta em que a força aérea seria grande protagonista, e na qual desapareceria a distinção entre civis e militares. Os beligerantes fariam o possível

[14] Norman Angell, *La Paz y los Dictadores* (op. cit.).

para destruir os centros nervosos do inimigo: estações ferroviárias, depósitos de água potável e grandes conglomerados industriais, e os destruiriam não só com bombas carregadas de explosivos poderosos mas também com bombas incendiárias, de gás tóxico e de bactérias patogênicas.[15]

Com respeito à descrição de possíveis alianças, modeladas com base nos interesses, ameaças e ideologia dos protagonistas, vislumbrava no continente europeu duas possíveis coalizões. França, Rússia, Tchecoslováquia, Romênia, Iugoslávia, Bélgica, Dinamarca e os Estados bálticos, inclusive a Polônia, tinham um interesse comum em opor-se ao crescimento do poderio alemão. De outro lado, a tendência do Japão, aliado potencial da Alemanha, a apoderar-se da China se opunha completamente aos interesses dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, União Sul-Africana e a parte asiática do Império Britânico. Nessas relações se insinuava o núcleo de uma coalizão mundial contra a agressão que pudesse perpetrar aqueles países mais inclinados a perturbar a paz. "Os Estados Unidos, Rússia, China e Grã-Bretanha, juntamente com outros estados, são aliados potenciais e a ação comum dos quatro pode ser vista por um agressor potencial como um poder suficiente para dissuadi-lo."[16]

Durante a segunda metade dos anos 1930, quando a Liga das Nações atravessava o seu momento mais difícil, não só devido à incapacidade de impor sanções mas também aos ataques das potências do Eixo e à indiferença dos governos democráticos, Angell aderiu à iniciativa de um grupo de prestigiosas personalidades anglo-francesas, que pretendiam manifestar seu apoio àquela organização internacional. Esse grupo encetou uma Campanha Internacional Pela Paz, que recebeu rapidamente numerosas adesões de organismos não governamentais, e que se materializou em um congresso internacional realizado em Bruxelas em setembro de 1936, com mais de quinhentos participantes, representando entidades de 35 países.

[15] Norman Angell, *La Paz y el Pueblo* (op. cit.).
[16] Norman Angell, *La Paz y los Dictadores* (op. cit.)

Havia seguramente boas razões para ver no início da Segunda Guerra Mundial uma confirmação de muitas das presunções do combativo Angell, sobretudo pelo fracasso da segurança coletiva e a combinação do isolamento com a acomodação. Neste sentido, sua descrição das causas da primeira conflagração mundial em larga escala eram válidas para a segunda. E se tivesse sido possível unificar o poder da Europa, dedicando-o a sustentar a paz comum, teriam surgido instituições internacionais capazes de proporcionar os meios para efetuar mudanças pacíficas. A defesa nacional teria chegado a ser um procedimento cooperativo e seria, como não poderia deixar de ser na anarquia internacional, um instrumento com o qual se negava aos outros o direito reclamado para si. Nas duas ocasiões os Estados Unidos e a Grã-Bretanha precisaram entrar na guerra – os primeiros mais tardiamente do que a segunda – para enfrentar ameaças que podiam ter sido evitadas. É interessante comprovar que, para explicar as razões pelas quais os Estados Unidos tinham decidido combater, Angell emprega argumentos quase idênticos aos dos realistas mais conhecidos, como Nicholas Spykman ou Walter Lippman. O triunfo da Alemanha e a derrocada britânica teriam de significar a maior ameaça para a segurança norte-americana, segurança que durante mais de um século tinha contado com o apoio do poder naval de Londres.

Nos anos da Segunda Guerra Mundial Angell escreveu *America's Dilemma: Alone ou Allied?(O dilema da América: isolada ou aliada?)* (1940) e *Let the People Know (Que se diga ao povo)*, publicado em 1943, que se converteu em um dos textos mais sugestivos sobre a política internacional da época. Em 1947 publicou *The Steep Places: An Examination of Political Tendencies (Os despenhadeiros: um exame das tendências políticas)*, e em 1951 sua já mencionada *Autobiography.*

* * *

Fazer um balanço da obra de uma figura como Norman Angell é empreendimento difícil, que exige abordagem rigorosa e uma ampla perspectiva. O uso que se fez das suas posições, reais ou supostas, e as

controvérsias que ele suscitou exigem um exame do conjunto da sua obra, tomando nota da evolução das suas idéias, do que existe de continuidade e mudança na sua linha de reflexão e análise, dos ajustes que pode ter introduzido em contato com as circunstâncias que se sucediam em cada momento no cenário mundial. Só assim poderão ser desvendados todos os matizes de um pensamento genuinamente prolífico, evitando interpretações parciais ou focalizando fragmentos selecionados com intuito polêmico ou para exibi-lo como exemplo paradigmático de uma determinada vertente teórica.

A maioria dos estudos, críticos ou descritivos, dedicados a examinar a sua abordagem aos assuntos mundiais põem ênfase na presunção de racionalidade, ou seja, a convicção de que há uma razão humana comum que pode e deve constituir a base dos nossos comportamentos individuais e das instituições sociais; não obstante, ao lado do que possa ter sido sua ponderação desse componente racional das condutas, o mais importante em Angell foi o esforço que fez para construir (ou modificar) todo um sistema de crenças.

Indubitavelmente Angell dava continuidade à tradição do internacionalismo racionalista e liberal do século XIX. As teses do cosmopolitismo livre-cambista que Cobden e Bright tinham sustentado desde meados do século XIX [17] foram retomadas por ele em um contexto no qual à interdependência comercial mencionada por aqueles autores se acrescentavam os efeitos das transformações ocorridas nas comunicações e no sistema financeiro mundial. A marca de Stuart Mill está refletida na perspectiva social, que por sua vez se vincula ao reformismo liberal de Hobhouse, um contemporâneo que também via o fenômeno da crescente interdependência das nações como um fator que podia atuar em benefício da paz; além, naturalmente, dos diferentes elementos ideológicos do trabalhismo inglês. Por outro lado, não parece um exagero encontrar nele uma antecipação dos argumentos que seriam desenvolvidos mais tarde por Karl Polanyi em *A Grande*

[17] Já a fins da década de sessenta Cobden anunciava a seus eleitores ingleses que estavam vivendo "uma época em que é impossível que a guerra seja vantajosa".

Transformação, quando explica o ciclo europeu de paz como resultado da expansão da "*haute finance*", assim como das teses muito mais recentes sobre o estado comercial ou a interdependência complexa.

Angell reconhecia que o fanatismo era um fato comum nos assuntos humanos, e que "os seres humanos amam a violência", mas isso não nos devia impedir de fazer todo o esforço possível para progredir no caminho do racionalismo político e para que os homens se deixem guiar pela razão e não pelas paixões. "Não considero impossível modificar ou formar as idéias dos indivíduos, argumento que nos condenaria ao silêncio universal, pondo fim a toda produção política. Mesmo supondo que a tarefa de modificar as opiniões políticas fosse tão laboriosa e difícil como os críticos presumem, não teríamos por que renunciar a ela. Quanto mais eles insistam na gravidade desse obstáculo, mais e mais notória será a necessidade de nos esforçarmos para vencê-lo ... a inteligência é o único meio de fazer frente às forças da natureza; a intervenção da inteligência informada e consciente como um fator entre as forças que regem o desenvolvimento social é o único modo pelo qual a sociedade pode garantir-se contra o seu desmembramento ou dissolução."

Toda a obra de Angell, desde o que escreveu antes de *The Great Illusion*, teve um objetivo principal e uma premissa básica. O objetivo era demonstrar aos dirigentes políticos e ao público em geral que os conceitos convencionais de que eles se valiam eram geralmente falsos, propondo a forma correta de analisar e tornar inteligíveis os problemas da guerra, paz e segurança das nações; a premissa era a gravitação das idéias sobre a ação política e , como se disse, a possibilidade de uma ampliação da racionalidade nessa esfera.

Da sua convicção de que os homens não se guiavam pelos fatos, mas pela opinião que tinham sobre eles derivava o esforço constante para livrar o grande público dos erros de percepção e dos falsos estereótipos. A respeito do patriotismo militarista, a presunção das vantagens econômicas da conquista ou a relação positiva entre poder e bem-estar, a defesa individual, as críticas à Liga das Nações ou as políticas de acomodação, eram todas idéias com forte sustentação no pensamento majoritário das pessoas, cujas conseqüências em um sistema de-

mocrático contrariavam o interesse dos cidadãos e das nações. Em *A Grande Ilusão* escreveu: "Quando os fatos sobre os quais se apoiam minhas teses forem plenamente conhecidos pela opinião pública européia – da qual depende absolutamente a subsistência ou o desaparecimento do regime militarista –, os movimentos agressivos não mais terão razão de ser ... É chegado o momento de promover uma campanha de educação na Europa; de fazer com que os sessenta e cinco milhões de indivíduos que ganham a vida laboriosamente, e cujo dinheiro serve de combustível para sustentar essas rivalidades, percebam a realidade das coisas."

Partindo da premissa de que os governos "foram criados para proteger e não para sacrificar os interesses colocados sob a sua custódia", e ecoando a expressão de um político francês: "sou líder, por isso sigo os outros", Angell considerava que, em um regime parlamentar, o chefe de partido ocupava esse lugar "a título de ser o representante da média das opiniões do partido", e que essa média de opiniões refletia ou se adaptava às opiniões predominantes no seio da sociedade, as quais por sua vez resultavam (como a sua experiência jornalística havia constatado) da influência da imprensa. Era praticamente impossível que os governos baseassem seus planos políticos em idéias que contrariassem o que as pessoas pensavam, desarticulando-se dos climas de opinião.

Naturalmente, Angell não desprezava a influência sobre os governantes, mas considerava muito mais importante educar aqueles que com seu voto os consagravam, impondo-lhes seus pontos de vista. Por isso, o principal destinatário da sua mensagem fundamentalmente pedagógica era o homem comum, esse John Citizen ou John Smith de que fala extensamente nos seus escritos – que quer ver identificando seus verdadeiros interesses, libertando-se dos erros e paixões, procurando "apresentar e responder as suas perguntas, dúvidas e temores a respeito da guerra, suas causas, origens e resultados". Por vezes esse entusiasmo pedagógico se reflete na forma como os problemas são apresentados, iniciando com uma ampla lista das interrogações mais comuns – quase setenta em *Peace and the Plain Man*, escrito em 1935.

* * *

Da perspectiva de um estudioso das relações internacionais, Norman Angell pode ser tomado simplesmente como o autor emblemático de uma interpretação idealista ou utópica; como alguém que, por meio de uma produção muito ampla, abordou questões e empregou categorias fundamentais para o desenvolvimento dessa disciplina, e que portanto merece ser reconhecido como um marco necessário na sua história. Isto se aplica, por exemplo, às análises que nos deixou sobre a forma como os atores percebem os interesses mútuos em contextos de anarquia, à lógica dos mecanismos dissuasórios, à analogia entre pessoas e Estados, às alternativas pelas quais contrapôs o emprego da força nas relações internacionais; a suas reflexões a propósito da vinculação entre a interdependência econômica e a textura e recursos dos Estados, o equilíbrio de poder, as instituições de segurança coletiva, os fatos relativos à formulação da política exterior. São igualmente insubstituíveis os seus comentários sobre os episódios mais relevantes da política mundial durante a primeira metade do século XX.

Quanto ao seu presumido utopismo, não pode deixar de ter origem no equívoco mencionado no início deste Prefácio, e que de certo modo teve início com o seu coetâneo E. H. Carr, foi sustentado por Morgenthau e continua vigente, como o demonstra o comentário de Waltz em artigo recente no qual atribui a Angell haver resumido os textos de gerações de economistas clássicos e neoclássicos e extraído deles a conclusão dramática de que "não deveria haver guerra porque ela não era rentável."[18] Como já foi assinalado, há muitas evidências de que Angell nunca sustentou isso, e que não incorreu no erro que atribui àqueles com que polemiza ou a quem se dirige, ou seja, não se iludiu a respeito do êxito de um esforço orientado para o modo de pensar os temas da guerra e da paz; de outro lado, para sermos fiéis ao seu prognóstico sobre a guerra, deveríamos distinguir entre as afirmativas de que "não haverá", "não deveria haver", "não convém que haja" e "é possível fazer certas coisas para que não haja".

[18] Kenneth Waltz, "Globalization and Governance in Political Science and Politics", em *Political Science and Politics*, vol. XXXII, dezembro de 1999.

Somos tentados a concluir que Angell esteve mais próximo da necessária combinação de utopia com realismo exigida por Carr do que este último autor. Desde logo, há os que o classificam nas fileiras do realismo, e não do idealismo, e acham que, ao valorizar certos fatos, Angell foi mais realista do que o célebre historiador. Neste sentido, já foram mencionadas as previsões sobre o que seria a associação dos Aliados, e também sua sugestão de que a Rússia poderia aproximar-se de Berlim se Londres lhe voltasse as costas.[19]

Precisamente, um capítulo em que manifesta sua perspicácia para apreciar os fenômenos que definem o clima da época é o que contém observações sobre a natureza dos fenômenos sociais, políticos e ideológicos que influenciavam o cenário internacional nas duas décadas anteriores à Segunda Guerra Mundial. Abordar este aspecto da sua obra nos revela um pensador cuja filiação política o situa em um campo próximo do socialismo liberal, e com notável capacidade para penetrar no que há de mais profundo naqueles fenômenos, identificando matizes que não foram percebidas pela maioria dos contemporâneos.

Em meados da década de 1930 Angell tinha escrito: "Somos testemunhas de uma revolução social em grande parte do mundo, revolução social que tem pouco a ver com a de Marx. A única revolução comunista que teve êxito não aconteceu onde deveria ter ocorrido segundo a tese marxista – em um país altamente industrializado – porém na menos industrializada de todas a nações, e os fatores que contaram para isso foram o caráter pessoal e a genialidade de três ou quatro homens, não as forças puramente materiais do determinismo econômico." [20]

Poucos anos depois voltaria ao tema, e baseando-se no que acontecia na Grã-Bretanha, com seus programas de seguridade social e o fortalecimento do poder sindical, e nos Estados Unidos desde a im-

[19] No que diz respeito à comparação entre Angell e Carr seria bom investigar, e colocar em paralelo a produção contemporânea. Antes de comparar *The Twenty Year's Crisis* ou *Conditions of Peace*, escritos em 1939 e 1942, com *The Great Illusion*, publicado antes da Primeira Guerra Mundial, seria o caso de compará-los com os textos preparados na mesma época, isto é, *Peace and the Plain Man*, *Peace with Dictators?* ou *Let the People Know*.
[20] Norman Angell, *Peace with Dictators?* (op. cit.)

plantação do *New Deal*, descrevia a incontrastável aceleração da reforma social e o progresso da socialização. Tendência que considerava positiva, e que tinha a certeza de que continuaria a aprofundar-se, contrastando com um movimento muito menos positivo no campo das relações entre os Estados.

O nacionalismo não estava muito distante dessa tendência: fenômeno em cuja análise Angell mostrava tudo o que o afastava de uma perspectiva idealista. Dizia: "Provavelmente o sentimento nacionalista é a força política mais poderosa do mundo moderno." Se a estrutura política européia se baseava na existência de soberanias independentes, em vez de repousar, como no caso da América do Norte, em um sistema federativo, era porque "o nacionalismo se harmoniza com impulsos humanos profundos, instintos e outros fatos psicológicos que é preciso reconhecer, assim como é preciso admitir os fatos econômicos. Pretender que a nossa natureza não contenha ódios e agressividade, desejos de domínio e de represália, sadismo e apetites, que contrariam muitas vezes nossos interesses materiais e frustram nossas intenções conscientes, é desconhecer tanto a experiência diária como os ensinamentos da história." [21]

As grandes tendências da época se materializavam em regimes de signo distinto mas de iguais práticas autoritárias. Dizia Angell: "Poucas coisas são tão reveladoras do parentesco espiritual entre o comunismo e o nacional-socialismo como comparar os processos de Moscou com o incêndio do *Reichstag*, e a OGPU com a Gestapo." Mesmo assim, reconhecia uma diferença entre os casos da União Soviética e da Alemanha. A Rússia sempre fora uma autocracia pura, e a ascensão do bolchevismo havia ocorrido em uma sociedade que mal deixara a barbárie asiática, enquanto no momento do triunfo de Hitler a Alemanha era um país altamente civilizado; em conseqüência, "o que para a Rússia significa um progresso com relação à situação anterior, para a Alemanha representa um retrocesso na sua civilização." Afinal, o que devia ter impor-

[21] Norman Angell, *Peace and the Plain Man* (op. cit.)

tância primordial não era "que o país representasse o regime mais odiado, porém o mais perigoso devido à sua ambição."[22]

Os regimes fascistas não eram o resultado de necessidades econômicas, da pobreza ou da fome; aqueles que os impulsionavam "estavam bem alimentados, bem vestidos e pertencem geralmente à classe média. Estamos diante de uma revolução da classe média, devida em parte a injustiças e contratempos, mas também ao puro amor à violência, a uma revolta contra a razão, contra o livre debate e a liberdade de pensamento."[23]

Quanto ao aspecto internacional, Angell insistia em reconhecer que a Rússia não era um Estado que desejasse territórios de outros países, enquanto a Alemanha, a Itália e o Japão se declaravam expansionistas, e se dedicavam à aquisição de terras alheias. De outro lado, aceitava a idéia, muito difundida nos setores liberais, de que, desde que Stalin se impusera a Trotsky, Moscou tinha abandonado a idéia de exportar o comunismo. "Pode não ter deixado de lado os lemas revolucionários, mas os deixou de lado como política exterior. Sua ideologia já não é principalmente bolchevista ou marxista, é russa."[24]

Uma vez iniciada a Segunda Guerra Mundial, esses argumentos serviram a Angell para explicar e justificar a aliança com a União Soviética, e para sugerir uma orientação para a ordem mundial no pós-guerra: ele estava entre os que acreditavam que a estabilidade do mundo dependia de que a aliança da guerra, que incluía a União Soviética, fosse mantida na paz. Essa unidade facilitaria a solução da enorme seqüela de problemas deixados pelo conflito – carências alimentares, ressentimentos e revanchismos políticos e ideológicos, deslocamentos maciços de população, etc. – e desestimularia futuras ameaças.

Não lhe parecia irrazoável que a União Soviética aceitasse desempenhar esse papel. Além da tendência já mencionada de construir o socialismo em um só país, ela sairia da guerra em tal estado de devastação e com tais necessidades econômicas que o Ocidente tinha dificulda-

[22] Norman Angell, *ibidem*.
[23] Norman Angell, *ibidem*.
[24] Norman Angell, *Let the People Know*, N.York/Londres, Viking Press, 1943.

de de imaginar. Boa parte do resultado do trabalho realizado nos últimos vinte anos havia sido destruído, o que a obrigaria praticamente a recomeçar, e o faria depois de assistida pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha, de modo que as antigas acusações bolchevistas de que o capitalismo se unia para a sua destruição ficavam desacreditadas, com a eliminação de muitas suspeitas e hostilidades. E concluía: "Quando a Rússia estiver mais estreitamente associada para a sua defesa com os Estados capitalistas, desaparecerá muito do que nela desaprovamos. É evidente que a Rússia não vai querer destruir ou debilitar aqueles de quem precisa para a sua própria defesa. Será abandonada a teoria de que em qualquer circunstância os capitalistas devem ser inimigos." [25]

Assim, Norman Angell punha em evidência uma vez mais sua capacidade de ponderar interesses e situações, despido de preconceitos ideológicos e expondo critérios de "realismo normativo", os quais, se tivessem prevalecido na segunda metade do século XX, poderiam ter conduzido a política mundial por caminho muito mais construtivos.

* * *

[25] Devemos lembrar que os argumentos desse tipo eram subscritos por muitos acadêmicos e políticos "ocidentais", entre outros o ex-Subsecretário de Estado norte-americano Sumner Welles, no seu livro *Hora da Decisão*.

PREFÁCIO DO AUTOR

para a edição em espanhol

Os princípios ou categorias de forças que procurei explicar neste livro têm interesse especial para os países da América hispânica. Com efeito, esses países me proporcionaram boa parte dos exemplos de que me servi para tornar inteligível a ação de tais princípios e forças. O efeito do desenvolvimento industrial sobre as condições políticas é um problema que deveria ser investigado por todos os que se preocupam com o bem-estar da América hispânica, e é o que quis estudar aqui. A despeito de todas as aparências em contrário, a meu juízo, a América hispânica, em termos práticos, encontra-se mais próxima de algum tipo de confederação do que a própria Europa. E penso que não há um só dos princípios discutidos aqui que não tenha uma relação prática e direta com essa tendência.

Adotei neste livro um método de exposição um tanto livre, a saber:

A sinopse não passa de uma ligeira indicação do sentido geral da argumentação apresentada – ou seja, não que a guerra seja impossível, mas é fútil e ineficaz, mesmo quando vitoriosa, como meio de alcançar aqueles objetivos morais e materiais que resultam das necessidades dos modernos povos europeus; por conseguinte, da percepção e compreensão dessa verdade vai depender a solução do problema do armamentismo e da guerra.

A questão econômica geral está resumida no capítulo III da Primeira Parte.

Os aspectos moral, psicológico e biológico estão resumidos no capítulo II da Segunda Parte.

O tema da Terceira Parte é o resultado prático – a política que deveríamos adotar em matéria de defesa, como e por que o respectivo progresso vai depender da reforma da opinião pública, e quais os processos adequados para alcançar esse fim.

Esse método de exposição tornou necessárias algumas breves repetições de fatos e exemplos, repetições insignificantes em si mesmas e que em conjunto não representam mais de três ou quatro páginas. Meu objetivo essencial foi expor a questão com toda a clareza, mais do que obedecer estritamente às regras de redação. Por outro lado, procurei condensar até o limite extremo o conjunto de fatos e detalhes relativos à tese que defendo; e os que queiram penetrar intimamente no significado e no alcance das questões aqui tratadas, todas elas dignas de estudo, farão bem em ler o livro até a última página.

Norman Angell

SINOPSE

Quais são os motivos fundamentais que explicam a atual corrida armamentista na Europa, particularmente entre a Inglaterra e a Alemanha? Todos os países invocam a necessidade da sua defesa, mas essa declaração implica que alguém está disposto a atacá-los e presumivelmente tem o propósito de fazê-lo.

Em cada caso, quais motivos os Estados temem que possam ser determinantes de uma conduta agressiva por parte dos seus vizinhos?

Esses motivos se fundamentam na crença universal de que, para abrigar sua população em crescimento e para o desenvolvimento da indústria, ou simplesmente para garantir a seu povo as melhores condições possíveis, as nações estão obrigadas necessariamente a buscar sua expansão territorial, exercendo contra as demais a sua pujança política. Assim, a competição naval da Alemanha é considerada como a expressão da necessidade crescente que tem uma população que se expande de encontrar um lugar no mundo – necessidade que tende a ser satisfeita mediante a conquista das colônias ou do comércio da Inglaterra – a não ser que a defesa dos países visados torne isso impossível. Presume-se, portanto, que a prosperidade de uma nação depende do seu poder político; que, como as nações competem entre si, o triunfo está reservado, em última análise, à que dispuser de força militar preponderante, enquanto as nações mais fracas devem sucumbir, a exemplo do que acontece nas demais esferas da luta pela vida.

O autor contesta essa doutrina em sua totalidade. Procura mostrar que ela pertence a um período da civilização que já ultrapassamos; que a indústria e o comércio de um povo não dependem mais da expansão das suas fronteiras políticas; que as fronteiras políticas e econômicas de um país não precisam necessariamente coincidir; que o poder militar é fútil do ponto de vista social e econômico e pode não ter relação com a prosperidade do povo que o exerce; que é impossível para um país apropriar-se pela força do comércio ou do bem-estar de outro país, ou enriquecer, subjugando-o e impondo-lhe pela força a sua vontade. Em suma,

que a guerra, mesmo quando vitoriosa, não pode alcançar os objetivos postulados como uma aspiração universal.

Além disso, o autor descreve um aparente paradoxo no tocante ao problema econômico, demonstrando que a riqueza do mundo economicamente civilizado baseia-se no crédito e nos contratos, os quais resultam de uma interdependência econômica decorrente da crescente divisão do trabalho e da facilidade das comunicações. Quando o crédito e os contratos comerciais são feridos por uma tentativa de confisco, a riqueza, que depende do crédito, fica prejudicada, e sua ruína acarreta a ruína do conquistador. Nesses termos, para não ser contraproducente, a conquista precisará respeitar os bens do inimigo e, portanto, é economicamente inútil. A riqueza do território conquistado fica em mãos dos seus habitantes; quando a Alemanha se apropriou da Alsácia, nenhum alemão obteve, individualmente, um só centavo da propriedade alsaciana como butim de guerra.

Assim, no mundo moderno, a conquista se reduz a multiplicar por x para em seguida voltar ao ponto de partida, com a divisão por x. A aquisição de territórios por uma nação moderna nada tem a ver com a aquisição de riqueza pelo seu povo, assim como para uma cidade – Londres, por exemplo, a anexação de um município não acrescentaria um só centavo à riqueza dos londrinos.

O autor mostra também que as finanças internacionais estão de tal forma vinculadas entre si, e tão identificadas com o comércio e a indústria, que a intangibilidade dos bens do inimigo abrange também o seu comércio. Disso resulta que o poder militar e político não pode realmente favorecer o comércio; o comerciante ou fabricante dos pequenos países, que não dispõem desse poder, competem vitoriosamente com os comerciantes e fabricantes das grandes potências. Assim, os comerciantes suíços e belgas expulsam os comerciantes ingleses do mercado das próprias colônias britânicas. Em relação à sua população, a Noruega tem uma marinha mercante maior do que a inglesa; como indicador geral, entre outros, de segurança e riqueza dos pequenos Estados desprovidos de poder político, o crédito público muitas vezes supera o das grandes potências européias: os títulos de 3% da Bélgica são cotados a 96, e os da Alemanha, a 82; os títulos de 3,5% da Noruega, a 102, e os da Rússia, a 81.

As forças especiais que promoveram a futilidade econômica da força militar também a esterilizaram como instrumento para impor os ideais morais ou as instituições sociais de uma nação sobre o povo conquistado. A Alemanha não conseguiria converter o Canadá ou a Austrália em colônias alemãs, ou seja, extirpar a língua, as leis ou a literatura desses países, por mais que os ocupasse. A segurança material desfrutada pelos habitantes das províncias cuja conquista se supõe, a comunicação rápida por meio da impressão barata, a difusão dos livros etc. permitem que as menores comunidades se façam ouvir e possam defender eficazmente o seu patrimônio peculiar e suas posses morais e intelectuais, mesmo sob a mais completa sujeição militar. Hoje, a luta pelos ideais não pode assumir a forma de luta entre as nações, porque as linhas divisórias de ordem moral se dilatam dentro de cada país, ultrapassando suas fronteiras políticas. Nenhum Estado moderno é completamente católico ou protestante, liberal ou autocrático, aristocrático ou democrático, socialista ou individualista. As lutas morais e espirituais do mundo moderno são travadas entre os cidadãos de um mesmo Estado, em cooperação com os grupos respectivos existentes em outros Estados – não entre os poderes públicos de Estados rivais.

Essa classificação por estratos implica necessariamente novas direções para a combatividade humana, fundamentadas antes na rivalidade de classes e de interesses do que nas divisões de Estados. Já não se pode justificar a guerra sob o pretexto de que contribui para a sobrevivência dos mais capazes. Ela implica, ao contrário, a sobrevivência dos menos aptos. A idéia de que a luta entre as nações seja parte da lei evolutiva do progresso humano pressupõe uma interpretação equivocada da analogia biológica.

Não são as nações belicosas que possuem a terra: ao contrário, elas representam elementos humanos decadentes. O papel cada vez mais restrito da força física em todas as esferas da atividade humana implica modificações psicológicas profundas.

Essas tendências, resultantes em sua maior parte de um conjunto de condições inteiramente modernas, engendradas pela rapidez das comunicações, fazem com que os problemas da política internacional

moderna difiram profunda e essencialmente dos antigos. Não obstante, essas idéias ainda estão dominadas por antigos axiomas e princípios, assim como por terminologia ultrapassada.

O autor insiste em que esses fatos, quase não reconhecidos, podem ser utilizados para solucionar as dificuldades trazidas pela corrida armamentista, por caminhos ainda não tentados, mediante uma mudança da opinião pública européia, em virtude da qual desapareçam os atuais motivos de agressão, e, uma vez reduzidos os riscos de ataque, diminuam proporcionalmente as necessidades da defesa. Mostra, por fim, que essa reforma política pertence ao domínio da prática, indicando os métodos pelos quais ela poderia ser realizada.

PARTE 1

CAPÍTULO I

DEFESA DA GUERRA SOB O ASPECTO ECONÔMICO

ATÉ AONDE chegará a rivalidade armamentista da Inglaterra e da Alemanha? Por que fracassam os esforços em favor da paz, e por que é natural que fracassem. A atitude dos que advogam em favor da paz. Presume-se que a prosperidade das nações depende do seu poder político, e infere-se a necessidade de precaver-se contra a agressão por parte de outras nações que desejariam cercear o nosso poder para aumentar o seu. O caráter universal desses axiomas da política internacional.

Admite-se, de modo geral, que a rivalidade européia em matéria de armamentos – e particularmente a que reina hoje entre a Inglaterra e a Alemanha – não pode prolongar-se indefinidamente na sua forma atual. O resultado líqüido, depois de um longo período durante o qual cada um dos competidores opôs os seus próprios esforços ao esforço do outro, é encontrarem-se ambos na situação inicial, de modo que os enormes sacrifícios que foram feitos não contam praticamente para nada. Se pretendemos que a Inglaterra tem a capacidade de sustentar a luta, uma vez que dispõe de recursos para isso, a Alemanha pode retrucar que também pode sustentá-la, porque conta com uma grande população, a qual, tratando-se de uma nação européia altamente organizada, significa também dinheiro e recursos materiais. No entanto, nenhum dos dois países concede passagem ao outro, dando por decidido que isso significaria, para cada um deles, colocar-se à mercê do outro – situação que ambos resistem em aceitar.

Duas soluções diferentes são propostas para resolver esse problema. A primeira, de uma minoria de pessoas, consideradas nos dois países como sonhadoras e doutrinárias, consistiria em resolvê-lo mediante o desarmamento geral ou, pelo menos, a sua limitação recíproca. A se-

gunda, de um partido mais numeroso, tido como o mais prático, supõe que a situação atual de rivalidade, com suas crises recorrentes de exaltação, está destinada a culminar em um conflito armado que reduza um dos contendores à clara inferioridade, resolvendo assim o problema, pelo menos durante algum tempo, sem prejuízo de que, depois de um lapso mais ou menos longo, volte-se a uma situação de relativo equilíbrio, e o processo se repita integralmente.

Essa segunda solução é tida em geral como uma das leis da vida, um desses rudes fatos da existência que o homem ordinariamente contempla e aceita no curso do seu cotidiano. E, nos dois países, os que aceitam a primeira solução são considerados incapazes de compreender as condições do mundo em que vivem; alega-se que estão empenhados em sustentar um ideal pouco varonil, ao qual se dispõem a sacrificar a própria segurança nacional, reduzindo os meios de defesa sem outra garantia a não ser a suposição gratuita de que o inimigo não levará a sua inimizade ao ponto de desfechar um ataque.

Contra essa suposição, o campeão da virilidade não tarda em invocar a lei do conflito. Os ensinamentos do século XIX sobre a evolução da vida no planeta contribui para apoiar essa filosofia da luta pela vida. A sobrevivência dos mais capazes, a extinção dos mais fracos, a lei de que toda vida, consciente ou inconsciente, é marcada pela luta, – tudo isso desfila diante de nossos olhos. O sacrifício imposto pelos armamentos é o preço pago pelas nações por sua segurança e seu poder político. Admite-se como certo que o poderio da Inglaterra foi a condição suprema dos seus triunfos industriais passados. Seu comércio se ampliou e seus comerciantes se enriqueceram porque a Inglaterra podia projetar sua força militar e política, e ao mesmo tempo sua influência, sobre todas as nações do mundo. Se no passado esse país predominou no comércio mundial, isso aconteceu porque sua marinha invencível dominou e continua dominando todas as rotas do comércio. Essa é a tese geralmente aceita.

O fato de a Alemanha ter recentemente surgido à frente da Inglaterra, situando-se na primeira linha como nação industrial e dando passos gigantescos no sentido da prosperidade e do bem-es-

tar, é considerado também um fruto dos seus triunfos militares e da ascendência política de que goza no continente europeu. Como veremos nas citações correspondentes, no próximo capítulo, esses conceitos são considerados axiomáticos, inseparáveis da questão. Não conheço uma única autoridade importante, pelo menos no mundo da política imediata, que os tenha contestado. Até mesmo os apóstolos mais preeminentes da propaganda da paz concordam nesse ponto com os mais desaforados bebedores de sangue humano. W.T. Stead, por exemplo, é na Inglaterra um dos porta-vozes do partido que defende uma enorme expansão da marinha. Frederick Harrison, conhecido como o filósofo protagonista do pacifismo, declara que, se a Inglaterra perdesse para a Alemanha na rivalidade armamentista, "a fome, a anarquia social, o caos incalculável no mundo industrial e financeiro seriam resultados inevitáveis. A Inglaterra continuaria vivendo, ... mas, para recuperar sua liberdade teria, antes, de perder metade da população, por não poder alimentá-la, assim como todos os seus domínios de Ultramar, por não poder defendê-los ... Como são vãs todas as belas palavras sobre a paz e a fraternidade quando estamos expostos ao risco de uma catástrofe indizível, de uma luta de vida ou morte pela existência da nação, da guerra mais cruel e devastadora".

De outro lado, temos espíritos como o Professor Von Schulz Gaevernitz, que se expressa deste modo sobre o tema: "Precisamos da nossa marinha [a alemã] para reduzir a rivalidade comercial da Inglaterra a termos inócuos, influindo ao mesmo tempo sobre o senso comum e a cordura do povo inglês para desviá-lo da idéia extremamente ameaçadora de nos atacar ... A marinha alemã é uma condição elementar da nossa própria existência independente, indispensável como o pão de cada dia, não só para nós como para os nossos filhos."

Diante de uma situação como essa, impõe-se a sensação de que a motivação ordinária do pacifista perde toda a força, e por uma razão bem simples: porque ele é o primeiro a aceitar a premissa indicada, a saber, que o vencedor da luta pela supremacia política adquire uma van-

tagem material sobre o vencido. Essa proposição parece tão evidente que o próprio defensor da paz não faz nenhum esforço para combatê-la. Por conseguinte, defende sua causa de outra forma. Alega um dos advogados da paz: "Naturalmente, não se pode negar que o roubo traz vantagens materiais para o ladrão. O que dizemos é que, se os meliantes dedicassem ao trabalho honrado o tempo e a energia que devotam a roubar-se mutuamente, seu ganho efetivo mais do que compensaria o butim ocasional."

Alguns pacifistas vão mais além e declaram que as leis naturais contradizem neste ponto a lei moral, a que devemos obedecer mesmo quando isso nos prejudique. Assim, Edward Grubb afirma:

> "A conservação não é o fim supremo das nações e tampouco dos indivíduos ... O progresso da humanidade pode reclamar a extinção do indivíduo (neste mundo), como pode exigir igualmente o exemplo e a inspiração que resultariam de uma nação mártir. Enquanto a Divina Providência precise de nós, a fé cristã exige que depositemos nossa confiança nas forças invisíveis da boa ação, do amor e da retidão; mas, conforme Jeremias ensinou ao seu povo no passado, se a vontade divina o solicitasse, deveríamos estar prontos a imolar até mesmo a existência da nação em holocausto dedicado àqueles desígnios supremos a que toda a Criação obedece.
>
> "Isso pode ser fanatismo; mas, neste caso, é o fanatismo de Cristo e dos seus profetas, e com eles estamos prontos a ocupar o nosso lugar." [1]

Essa é na realidade a nota predominante de boa parte da propaganda pacifista. Nos nossos dias, o Conde Leon Tolstoi expressou sua indignação com a idéia de que o militarismo pudesse ser combatido de outro modo que não pela reação moral.

O defensor da paz invoca o "altruísmo" das relações internacionais e, ao fazê-lo, admite de fato que o êxito na guerra favorece os inte-

---

[1] *O caminho da verdadeira vida*, p. 29. Sei que muitos dos pacifistas modernos, mesmo da escola inglesa, aos quais essas observações poderiam ser aplicadas, argumentam em base mais objetiva do que Grubb; no entanto, aos olhos do "homem sensual, comum e corrente", o pacifismo ainda sofre, para muitos, dessa espécie de altruísmo auto-imolatório (V. capítulo III da Terceira Parte), a despeito da obra admirável da escola pacifista francesa, tratada no princípio do capítulo II da Segunda Parte.

resses do vencedor, mesmo quando imorais. Compreende-se, portanto, que, na sua argumentação, a "desumanidade" da guerra, seus horrores e crueldades ocupem um lugar tão importante.

Aconteceu assim que o mundo da política imediata e dos que se interessam pelos seus aspectos e problemas práticos viesse a considerar o ideal da paz como um conselho de perfeição, suscetível de ser realizado em futuro remoto, quando a natureza humana tiver desaparecido, por assim dizer, à força de aprimorar-se; mas não enquanto subsistirem suas características atuais, e nossas mãos guardarem o vigor e a aptidão para se apoderarem de bens ambicionáveis. Enquanto isso acontecer, mãos vigorosas procurarão apossar-se desses bens, e ai daquele que não os defender!

E também não se pode dizer que essa filosofia da força é tão brutal, iníqua e impiedosa como sugere o seu enunciado oral. Sabemos que no mundo, do modo como ele existe, em esferas distintas da rivalidade internacional, o trofeu da vitória cabe aos mais fortes, e os fracos só inspiram comiseração. O regime industrial e comercial abunda em crueldades tão bárbaras quanto a guerra – na verdade piores, mais lentas e refinadas, embora menos evidentes e suscetíveis de se imporem à imaginação. Por esmerada e reticente que seja a expressão filosófica dos fatos, cada um de nós percebe que neste mundo o conflito de interesses é inevitável e que mal podemos evitá-lo (precisamos aceitá-lo como um incidente normal da nossa vida cotidiana) quando ocorrem como condição dos conflitos titânicos que determinam o rumo da história.

Para o homem viril, o argumento da "desumanidade" da guerra é bastante duvidoso. O ânimo masculino aceita o sofrimento, e até a morte, como uma contingência normal que todos estamos dispostos a enfrentar nas tarefas menos heróicas, de ordem meramente mercantil. Ninguém se recusa a viajar de trem com medo de descarrilamento ou a embarcar em um navio com medo de naufrágio e assim por diante. Na verdade, a pacífica indústria exige um holocausto de sangue maior do que a guerra, como testemunham com eloqüência as estatísticas ferroviárias, mineiras e marítimas. No último quarto de

século, a pesca do bacalhau causou tanto sofrimento e tantas perdas de vida na Europa como qualquer guerra.

Atividades pacíficas como a pesca e a navegação registram episódios tão brutais e impiedosos como a guerra.[2] Nossa administração pacífica dos países tropicais compromete e arrebata a vida de um bom número de homens e em não poucos casos provoca uma degradação moral tão profunda quanto a própria guerra, como acontece na África Ocidental.

Comparado a tamanhos sacrifícios, o "preço da guerra" é trivial, e admite-se que o depositário dos interesses nacionais não pode hesitar quando a sua proteção exige o seu pagamento. Se o homem comum está disposto, como sabemos que está, a arriscar a vida em todo tipo de profissões e ofícios perigosos, sem outro objetivo se não melhorar de situação ou enriquecer, por que o estadista haveria de recuar diante dos sacrifícios habituais impostos pela guerra, quando se trata de promover os vultosos interesses nacionais que lhe foram confiados? Se admitirmos, como admitem os próprios pacifistas, que os interesses materiais e tangíveis da nação podem ser fomentados com a guerra – em outras palavras, se a guerra pode ter um papel importante na realização dos interesses humanos –, está claro que os líderes de um povo corajoso devem enfrentá-la quando isso é necessário, por maiores que sejam o sofrimentos e sacrifícios que impõe.

Naturalmente, o pacifista se apóia em um preceito moral: não temos o direito de tomar nada pela força. Nesse ponto, porém, o "senso

[2] O jornal *Le Matin* publicou recentemente uma série de revelações segundo as quais, para castigar um ato trivial de insubordinação, o patrão de um barco francês dos que se dedicam à pesca do bacalhau abriu o ventre de um tripulante e, depois de salgar seu intestino, jogou o corpo palpitante no fundo do porão, com os peixes. Os outros tripulantes estavam tão empedernidos e tão familiarizados com todo tipo de atrocidade que não pensaram em protestar, e o incidente só ficou conhecido mais tarde, pelas conversas dos marinheiros nas tavernas. *Le Matin* menciona o episódio como um caso típico das brutalidades que prevalecem nos barcos franceses dedicados à pesca do bacalhau nos mares da Terra Nova. Na mesma ordem de idéias, a imprensa socialista alemã mencionou recentemente o que chamou de "baixas na batalha industrial": as perdas de vida por causa de acidentes industriais a partir de 1871, ou seja, em plena paz, foram incomparavelmente maiores do que a mortalidade na guerra franco-prussiana.

comum" da humanidade discorda do advogado da paz. O fabricante de um produto, por exemplo, tem o direito de empregar todos os recursos monetários e industriais contra os seus competidores mais fracos; o regime industrial vigente lhe confere o direito de eliminar a competição mediante um sistema cada vez mais perfeito, custoso e complicado de produção e publicidade, sem levar em conta a sorte dos empresários mais pobres, cuja subsistência depende da mesma indústria. Portanto, não se pode discutir o direito que tem uma nação, em seu conjunto, de eliminar a competição de outras nações usando suas forças e seus recursos coletivos. Na esfera da competição industrial, é fato que o "peixe maior" se aproveita de todas as fraquezas do "peixe menor" – da escassez dos seus recursos e até mesmo os seus problemas de saúde – para eliminá-lo. Se fosse possível alegar que a competição industrial é sempre clemente e a competição entre as nações é sempre impiedosa, o argumento do pacifista talvez fosse incontestável. Sabemos, porém, que não é o que acontece. Voltando ao nosso ponto de partida, o homem comum percebe que precisa aceitar o mundo como ele é, com a luta e a guerra, por cuja existência não é responsável. Também não cabe dizer que a guerra, por meio do emprego de armas, seja forçosamente a forma mais cruel ou mais dura da luta universal. De qualquer modo, ele está pronto a aceitar essas contingências, sabendo que o predomínio militar leva a uma vantagem real e tangível, vantagem material que se traduz em termos de bem-estar social, oportunidades comerciais, mercados mais amplos, proteção contra o ataque dos comerciantes rivais etc. Enfrenta assim os riscos da guerra com o mesmo ânimo com que marinheiros e pescadores desafiam o risco do naufrágio, mineiros o da asfixia e médicos, o do contágio – dispostos a se sujeitarem à contingência suprema em vez de aceitar, em troca de maior segurança, uma posição secundária e uma vida mais limitada para si e os seus. Cabe também perguntar se o caminho mais humilde está realmente isento de riscos, e quem conhece bastante a vida não ignora seguramente que, em grande número de casos, o caminho mais ousado é também o menos perigoso.

Por tudo isso, temos visto fracassar tão tristemente a propaganda da paz, e assim se explica também que, nos países europeus, a opi-

nião pública, em vez de moderar a tendência armamentista dos governos, os induz a aumentar esses gastos, em lugar de reduzi-los. Encontramos entre os princípios aceitos universalmente os de que o poder nacional significa riqueza e prosperidade; que a expansão territorial abre campos cada vez mais amplos para a indústria; que uma nação forte tem a capacidade de brindar a seus cidadãos boas oportunidades, excluídas do acesso das nações mais fracas. O inglês acredita que sua riqueza é, em grande medida, fruto da sua pujança política, do seu predomínio e, sobretudo, do seu poder marítimo; que a Alemanha, devido à população crescente, tem de sentir-se asfixiada e está obrigada a forçar a abertura do seu caminho; e que, se a Inglaterra não preparar a sua defesa, não tardará em servir de mais um exemplo da lei universal que faz de cada estômago um sepulcro. E, naturalmente, diante da alternativa de devorar ou ser devorado, não pode subsistir qualquer dúvida.

Como se admite universalmente que a riqueza, a prosperidade e o bem-estar correm em paralelo com a força, o poder e a grandeza nacionais, o cidadão inglês aspira a manter em toda medida do possível essa força, esse poder e essa grandeza e a não ceder sua posição enquanto isso for materialmente possível, por mais que se fale de altruísmo. E não cederá porque, se o fizesse, o resultado seria simplesmente substituir a grandeza e o poder britânicos pela grandeza e pelo poder de outra nação, a qual, na sua opinião, poderia não ter maior empenho em contribuir para a civilização. Está convencido de que é tão impossível para ele ceder sua posição na rivalidade armamentista como o seria na competição mercantil ou no domínio da indústria; e, finalmente, que é seu dever enfrentar a luta e sustentá-la dentro das condições existentes, que escapam à sua responsabilidade, já que essas condições não foram criadas por ele, nem está em suas mãos a possibilidade de modificá-las.

Admitidas essas premissas, que são em todo o mundo os axiomas da política internacional, aceitos universalmente, quem ousará dizer que o cidadão inglês não tem razão?

CAPÍTULO II

OS MODERNOS AXIOMAS ESTATÍSTICOS

Serão esses axiomas incontroversos? Seus enunciados característicos. A Alemanha e seus sonhos de conquista. Conseqüências da derrota britânica e da invasão da Inglaterra, segundo Frederick Harrison. Quarenta milhões de famintos.

Será que esses axiomas universais admitem contradição? Será certo que a riqueza, o bem-estar e a prosperidade dependem da influência política das nações ou que há uma relação entre essas duas categorias de fatos?

É verdade que uma nação civilizada pode derivar vantagens morais ou materiais da conquista de outra nação?

Haverá efetivamente alguma vantagem moral ou material na capacidade que tem um país de impor sua vontade pela força a outros países?

Pode uma nação retirar de outra, pela força, alguma riqueza material?

Pode um Estado "possuir" (no sentido literal) o território de outro – isto é, possuí-lo de tal forma que disso resulte uma vantagem para o cidadão da nação possuidora?

Se a Inglaterra pudesse amanhã conquistar a Alemanha, dominando-a completamente e eliminando por assim dizer a sua nacionalidade, melhoraria a condição do súdito britânico comum?

E se a Alemanha pudesse conquistar a Inglaterra, isso traria alguma vantagem para os súditos alemães?

O fato de que precisamos dar resposta negativa a todas essas perguntas (resposta negativa que parece contrariar o senso comum) proclama a necessidade de rever nossos axiomas políticos.

Os textos de que dispomos sobre o tema não deixam qualquer dúvida sobre a exatidão das premissas respectivas, expostas no capítulo precedente. Os especialistas e estudiosos da filosofia do governo em suas relações internacionais, de Aristóteles e Platão a Theodore Roosevelt e o Imperador da Alemanha, passando por Maquiavel e Clausewitz, são unânimes e peremptórios sobre esse ponto. A questão foi resumida admiravelmente por dois distintos escritores, o Almirante Mahan e o Barão Karl von Stengel (delegado da Alemanha à primeira Conferência de Haia). Diz o Almirante Mahan:

> "O secular instinto predatório, que motiva o forte a apoderar-se do que cobiça, ainda subsiste ... E não basta a energia moral para chegar a conclusões definitivas, enquanto não é complementada pela força física. Os governos são instituições, e as instituições não têm alma. Além disso, os governos são depositários de interesses alheios – dos seus povos –, pelos quais devem zelar, antes de mais nada ... Cada dia mais a Alemanha precisa contar com a importação de matérias-primas e, enquanto possível, com o controle das regiões que as produzem. E cada dia mais precisa também contar com mercados e ter garantida a importação de provisões, pois a cada dia é relativamente menor a produção desses bens no seu próprio território, dado o rápido aumento da população. Tudo isso se traduz em segurança marítima ... Contudo, a supremacia britânica dos mares da Europa equivale a um domínio latente e perpétuo sobre o comércio alemão. Há algum tempo o mundo se habituou à idéia da existência de uma potência naval suprema, associando-a com a Inglaterra, e tem sido observado que esse predomínio está em geral associado ao predomínio industrial e comercial, que é hoje objeto de disputa entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. É essa situação que obriga as nações a procurar novos mercados e, na medida do possível, a exercer sobre eles o controle da força predominante, cuja expressão definitiva é a posse. ... Disso emanam duas conseqüências: a primeira, o esforço por adquirir territórios; a segunda, a organização de forças destinadas a manter a posse obtida ... Esta afirmação não é senão a expressão específica da necessidade geral que indicamos; é um elo na cadeia inevitável de fatos vinculados pela lógica: indústria, mercados, controle, bases navais ..." [1]

Para comprovar que essa não é uma simples opinião particular, e que a filosofia conseqüente representa a opinião pública européia – a

[1] *The Interest of America in International Conditions*, Londres, Sampson Low, Marston & Co.

opinião da grande massa que imprime direção aos atos dos governos e explica a sua política – transcrevo os parágrafos seguintes, colhidos aqui e ali nos jornais e revistas mais à mão:

> "Foi a valentia da nossa marinha ... nossa posição dominante no mar ... que edificou o Império Britânico e o seu comércio." (Editorial do *Times*)
> "Sendo o seu comércio infinitamente vulnerável e estando a sorte do seu povo vinculada ao comércio em termos de provisões e salários ..., a Inglaterra precisa ter uma frota poderosa, uma organização perfeita de apoio a essa frota e um exército defensivo. Enquanto não contarmos com esses elementos, o país estará sob a ameaça crescente dos couraçados alemães, que hoje navegam pelo Mar do Norte. Desaparecerá todo elemento de segurança; e o comércio e a indústria britânicos declinarão rapidamente, sem que saibamos o que nos trará o amanhã, acentuando assim a decadência e a degeneração nacionais." (H.W. Wilson, *National Review*, maio de 1909)
> "O poder marítimo é o único que falta à Alemanha para alcançar completa supremacia no comércio internacional. Atualmente, a Alemanha só exporta cerca de 50 milhões de libras para os mercados fora da Europa e dos Estados Unidos, ou seja, uma sétima parte da sua produção nacional ... Haverá entre os conhecedores do assunto quem imagine que exista na própria Alemanha ou em qualquer parte do mundo um poder capaz de impedir que, consumada a primeira parte da sua obra, a Alemanha dispute com a Grã-Bretanha até a última gota dos 240 milhões representados pelo comércio ultramarino? Tendo chegado a este ponto, descobrimos a sombra que se oculta, como uma realidade presente, por trás de todas as jogadas da diplomacia e de todos os armamentos colossais que constituem preparativos para uma nova luta pela supremacia marítima." (Benjamin Kidd, *Fortnightly Review*, 1º de abril de 1910)
> "É em vão que se falar em limitação de armamentos se as nações do mundo não consentirem em abandonar todas as suas ambições egoístas. As nações, como os indivíduos, cuidam antes de tudo dos seus próprios interesses, e, quando estes se chocam com o interesse alheio, geralmente surgem disputas. E se o prejudicado é o mais fraco, seu destino final é o ralo, por mais que tenha pleno 'direito', enquanto o mais forte – tenha sido ou não o agressor – é o dono da situação. Na política internacional, a caridade não subsiste, e é natural que seja assim, pois o primeiro dever do estadista é zelar pelos interesses do seu país." (*United Service Magazine*, maio de 1909)
> "Por que a Alemanha atacaria a Inglaterra? Porque os dois países são rivais, comercial e politicamente; porque a Alemanha ambiciona o comércio, as

colônias e o império possuído hoje pela Grã-Bretanha." (Robert Blatchford, *Germany and England*, p. 4)
"Com a população que tem hoje, a Grã-Bretanha só continua a existir em virtude do seu comércio exterior e do controle que exerce sobre o intercâmbio comercial no mundo; uma derrota militar significaria a transferência de ambos para outras mãos, trazendo irremediavelmente a fome para uma grande proporção dos seus trabalhadores." (J.G. Martin, em *World*)
"Se não tivermos condições de defender nossas costas, seremos uma presa imensamente rica. E podemos ter a certeza de que essa presa cairá nas garras e nos dentes de quem disponha da força necessária para vencer nossa resistência e devorar-nos em boa parte." (*Speaker* da Câmara dos Comuns em discurso pronunciado em Greystoke e reproduzido pelo *Times)*
"O que é bom para a colméia é bom também para a abelha. Toda aquisição de terras férteis, de novos territórios ou de ricas zonas industriais por parte de um país equivale a enriquecer o seu tesouro, e portanto o país em geral, e portanto o indivíduo." (Douglas Owen, carta ao *Economist*, 28 de maio de 1910)
"Não esqueçamos que na guerra não prevalece o que chamamos de Direito Internacional, e que a riqueza não defendida será capturada onde quer que se exponha a esse risco, na vitrine partida de uma joalheria ou como alvo da obsessão de um celta humanitário." (*Referee*, 14 de novembro de 1909)
"Dir-se-ia que esquecemos a verdade fundamental – a cada instante confirmada pela história – de que as raças guerreiras possuirão a terra, e, na luta pela existência, a natureza prescreve a sobrevivência dos mais aptos ... Nosso empenho em depor as armas, nosso respeito por certos escrúpulos da consciência e o charlatanismo insistente dos papagaios que repetem a fórmula enganosa de que a paz é o maior dos interesses britânicos ... têm inevitavelmente que infundir em qualquer povo que cobice a nossa riqueza e nossas posses a ambição de desferir um golpe mortal no coração do Império, na indefesa metrópole londrina." (*Blackwood Magazine*, maio de 1909)

Tudo o que reproduzimos acima é de fontes inglesas, mas não há muito que escolher entre essas idéias e as opiniões que circulam na Alemanha sobre o mesmo assunto.

O Almirante Mahan e os anglo-saxões da sua escola encontram exemplares do mesmo modelo em todos os países europeus, mas muito especialmente na Alemanha. Um estadista tão "liberal" como é o Barão Karl von Stengel, delegado alemão à primeira Conferência de Haia, afirma o seguinte no seu livro: "Toda grande potência deve orientar seus esforços no sentido de exercer a maior

influência possível, não só na política européia, mas na mundial, uma vez que o poder econômico depende, em última análise, do poder político, e também porque a participação crescente no comércio global é uma questão vital para cada nação em particular."

Os textos das autoridades clássicas, como Clausewitz, confirmam plenamente esse modo de ver, o qual, de outro lado, dá a nota predominante nas publicações mais populares da Alemanha em matéria de *Weltpolitk* – a política mundial. O Almirante von Koster, presidente da Liga Naval, escreve:

> "O crescimento constante da nossa população nos obriga a dedicar cada vez maior atenção ao desenvolvimento de nossos interesses no Ultramar. A firme execução do nosso programa naval é a única coisa que nos pode garantir a posição exata que nos cabe, e que precisamos obter, na vastidão do oceano. O crescimento constante da nossa população nos obriga a perseguir novos objetivos e a ascender do nível de potência continental ao de potência mundial. Nossa poderosa indústria deve aspirar a novas conquistas ultramarinas. Em vinte anos, o nosso amplo comércio mais que duplicou de volume, crescendo de 500 milhões para 800 milhões (dos quais 600 milhões correspondem ao comércio marítimo) durante os dez anos em que o programa naval se manteve estacionário. É um comércio que só pode continuar prosperando se soubermos suportar com honradez o ônus imposto pelos nossos armamentos de mar e terra. Para não sermos acusados de miopia pelos nossos filhos, é necessário garantir nossa posição e nosso poder entre as outras nações, o que só poderemos alcançar sob a proteção de uma poderosa esquadra alemã, capaz de garantir-nos no futuro a paz, e uma paz honrosa."

* * *

Um escritor alemão muito popular vê a possibilidade de "destruir" o Império Britânico e de "apagá-lo do mapa do mundo em menos de vinte e quatro horas" (cito textualmente suas palavras e ouvi também de um homem público inglês explosões análogas). Para mostrar como se passariam as coisas, esse autor adota uma atitude profética. Situando-se em 1911,[2] escreve:

[2] Ou seja: tudo isso deveria ter acontecido antes de 1911 (o livro data de vários anos atrás). A peça correspondente, do lado da Inglaterra, apareceu em anos anteriores, como folhetim de um jornal inglês sob este título: "A invasão alemã de 1910".

"No princípio do século XX, a Grã-Bretanha era um país rico, livre e feliz, onde cada cidadão, do Primeiro-Ministro ao último carregador do cais, podia jactar-se de pertencer a uma grande nação, senhora do mundo. À frente dos negócios públicos havia, desempenhando funções de governo, homens encarregados de cumprir o mandato recebido, cujos atos eram submetidos à sanção da opinião pública, representada por uma imprensa independente. O hábito de governar-se formara, ao longo de séculos, uma raça que parecia destinada a exercer autoridade, e assim a Inglaterra tinha alcançado os triunfos mais notáveis na arte do governo e na administração dos povos que lhe estavam subordinados ... E esse imenso Império, que abrangia todos os territórios desde o Cabo até o Cairo, toda a parte meridional da Ásia, a metade da América do Norte e o quinto continente, foi apagado do mapa em menos de vinte e quatro horas. Esse fato, aparentemente inexplicável, parece-nos perfeitamente compreensível quando lembramos as circunstâncias com as quais se chegou a constituir o Império colonial inglês. A verdadeira base da sua supremacia mundial não tinha sido a sua força, mas a debilidade marítima das outras nações européias, cuja escassez de recursos navais, ou a completa ausência desses recursos, havia conferido à Inglaterra um verdadeiro monopólio, que ela soube aproveitar, anexando todos os domínios que tinham algum valor. Se a Inglaterra tivesse conseguido manter o resto do mundo na mesma posição em que se encontrava durante o século XIX, o Império Britânico teria podido perdurar indefinidamente. O despertar dos Estados continentais para a independência política e para a percepção das suas próprias dificuldades pôs em jogo fatores inesperados da *Weltpolitik*, e com o tempo a Inglaterra se viu obrigada a abandonar a posição que ocupava, submetendo-se ao jugo das novas circunstâncias."

* * *

O escritor nos informa o modo como as coisas se passaram, graças a uma névoa e mediante um esforço eficiente de espionagem – a derrota da estrutura militar inglesa e o êxito da Alemanha, que no momento preciso deixou cair uma nuvem de bombas sobre os navios britânicos no Mar do Norte:

"Essa guerra, decidida com uma só batalha de uma hora, não durou mais do que três semanas, e a Inglaterra se viu obrigada pela fome a assinar a paz. A Alemanha impôs suas condições com sábia moderação. Além de uma indenização em harmonia com a riqueza dos Estados vencidos, contentou-se com a aquisição das colônias africanas, com exceção dos territórios ao sul do continente, que tinham proclamado a sua independência. As possessões assim adquiridas foram divididas entre os membros da Tríplice Aliança. Não obstante, a

guerra foi o fim da Inglaterra. Bastou uma batalha para revelar ao mundo inteiro que o Colosso tão temido tinha os pés de barro. Em uma única noite o Império Britânico foi reduzido a escombros. Os pilares erguidos pela diplomacia inglesa durante tantos anos de trabalho não resistiram à primeira prova."

Uma busca em qualquer órgão da imprensa pangermanista nos revelará imediatamente a estrita harmonia de tudo o que precede com uma certa ordem de aspirações políticas alemãs, quase predominantes. Com efeito, um dos jornais pangermanistas afirma:

"O futuro da Alemanha exige a absorção da Áustria-Hungria, dos Estados balcânicos e da Turquia, juntamente com os portos do Mar do Norte. Seus domínios se ampliariam de Berlim para o leste até Bagdá, e para o oeste até Antuérpia."

Acrescente-se que, no momento, não há a intenção imediata de apoderar-se desses países, nem a Alemanha estenderá suas garras para incluir a Bélgica e a Holanda no território da federação imperial.

"No entanto" – afirma o escritor – "nossa época assistirá a todas essas mudanças", e fixa em vinte ou trinta anos o prazo para a transformação do mapa da Europa. [3]

Para esse escritor, a Alemanha sustentará a luta enquanto dispuser de um só centavo e enquanto contar com um só homem capaz de usar armas, porque o país "... enfrenta hoje uma crise mais séria do que a dos dias de Jena".

[3] Os oráculos dos dois lados parecem esquecer completamente o fato de que a modificação das relações entre a França e a Alemanha terá como resultado mais ou menos rápido a construção do túnel sob o canal, e daí em diante a Inglaterra poderá desempenhar à vontade um papel insular ou continental, o que lhe permitirá, em grande parte, fazer abstração da supremacia naval. Enquanto a França era o "inimigo" em perspectiva, a possibilidade de ser surpreendida por meio do túnel fez com que a Inglaterra se opusesse à sua construção. Com a aliança entre a França e a Inglaterra, o túnel passaria a significar que, mesmo sem a esquadra, a Inglaterra poderia manter suas comunicações com o resto do mundo; e, cooperando com a França, poderia ameaçar a fronteira ocidental a ponto de tornar completamente impossível a invasão da ilha, por mais que seus navios fossem destruídos. O túnel aumentaria de tal modo a mobilidade das forças combinadas anglo-francesas contra a Alemanha, que esta se encontraria, de toda forma, em uma situação desesperadora.

E, compenetrada dessa situação, a Alemanha só espera o momento oportuno e conveniente para pulverizar os vizinhos que pensam em destruí-la.

A França será a sua primeira vítima, e a Alemanha não vai esperar pelo primeiro golpe. Previne-se, ao contrário, para enfrentar o momento em que as potências européias queiram ditar-lhe suas condições.

Ao que parece, os alemães já estão decididos a anexar o Grão Ducado de Luxemburgo, a Bélgica e, de passagem, também a Antuérpia, acrescentando ao território do seu país as províncias setentrionais da França, para dispor de Boulogne e de Calais.

Tudo isso acontecerá como um cataclismo repentino, sem que a Rússia, a Espanha ou qualquer outra potência amiga se atrevam a levantar um dedo. A posse do litoral da França e da Bélgica porá fim para sempre à supremacia inglesa.

Em um livro sobre a África do Sul intitulado *Reisen, Erlebnisse und Beobachtungen* (*Viagens, aventuras e observações*), do Dr. F. Bachmar, encontramos esta passagem:

> "Meu segundo objetivo ao escrever este livro é a esperança de que os filhos dos nossos filhos cheguem a possuir aquela terra formosa e infeliz, em cuja absorção definitiva pelos nossos primos anglo-saxões resisto absolutamente a crer. Talvez nos caiba a sorte de unir essa terra com a Mãe Pátria alemã, em benefício tanto da África do Sul como da Alemanha."

Um escritor sério como o Dr. Schulze Gaevernitz, Pró-Reitor da Universidade de Friburgo, se expressa de forma diferente da novelesca a respeito da necessidade dos armamentos. Gaevernitz não é desconhecido dos ingleses e não tem sentimentos de inimizade para com a Grã-Bretanha. Mas opina que a prosperidade comercial da Alemanha dependerá da sua predominância política. [4]

Depois de descrever em termos imponentes o desenvolvimento assombroso do comércio alemão, assinalando a posição e o alcan-

[4] Ver, na Terceira Parte deste livro, a carta ao jornal *Le Matin*, de 22 de agosto de 1908, e extratos do seu artigo.

ce da Alemanha como competidora da Inglaterra, o escritor retoma a velha questão, perguntando-se o que aconteceria se a Inglaterra, impotente para resistir com os seus recursos econômicos à força do rival, tentasse à última hora apelar para a violência, procurando eliminá-lo. A tese do Professor Gaevernitz de que essa não é uma simples possibilidade especulativa, mas uma ameaça concreta, é sustentada por extratos de publicações como *National Review*, *Observer*, *Outlook*, *Saturday Review* etc. Ainda que se admita que essas publicações só expressam o sentimento de uma pequena minoria, nem por isso deixam de representar, segundo o autor, uma ameaça para a Alemanha, porque assinalam e recomendam uma solução realizável que não está isenta de atrativos. O velho regime pacífico do livre-cambismo, diz, revela sintomas de senilidade. Desponta um novo Imperialismo, que ameaça em toda parte alterar o equilíbrio da rivalidade econômica com o peso dos métodos bélicos.

Os parágrafos seguintes, escritos por Frederick Harrison, indicam-nos até que ponto se faz sentir esse perigo, mesmo para os que não suspeitam do patriotismo agressivo dos *jingos*. Permito-me transcrever com alguma extensão as suas opiniões. Em carta dirigida ao *Times*, ele diz:

> "Toda tentativa de ataque contra o Império e contra a predominância da Grã-Bretanha seguirá forçosamente o caminho da invasão em massa, concebida em outras épocas por Felipe e Parma, assim como por Napoleão. Devido a essa certeza, vejo-me obrigado a modificar a atitude antimilitarista que sustentei consistentemente durante quarenta anos ... Para mim, a questão não consiste em uma perda de prestígio, nem na ampliação ou redução dos domínios imperiais, mas na manutenção da nossa qualidade de potência européia de primeira ordem e mesmo de simples nação próspera ... Se nossa defesa naval se visse forçada, nossa esquadra aniquilada ou pelo menos dispersada no momento, e se nossos arsenais e portos e nossa capital fossem ocupados, a conseqüente ruína não teria paralelo nos anais da história. Destruído não seria o Império, mas a própria Inglaterra. A ocupação de nossos arsenais, portos e cidades, e da nossa capital, seria para o Império o mesmo que para um couraçado a explosão das caldeiras. Com a destruição do crédito, desapareceria o capital ... Não é possível aceitar a contingência, por mais remota que seja, de uma catástrofe semelhante – mesmo que a sua probabilidade fosse de uma em cinqüenta. Mas a probabilidade não é

essa. Nenhuma autoridade se atreveria a declarar que a invasão do nosso país é verdadeiramente impossível, mesmo mediante circunstâncias fortuitas. E uma invasão vitoriosa seria o equivalente à ruína total do nosso Império, ao desaparecimento do comércio e, com ele, de todos os elementos de sustentação dos 40 milhões de habitantes destas ilhas. Se perguntarmos por que a invasão implica, no nosso caso, um perigo maior do que para nossos vizinhos, a resposta será: porque o Império Britânico é uma estrutura anômala, sem paralelo na história moderna, como o caso de Portugal, Veneza ou Holanda, e de Atenas e Cartago na Antigüidade. Nosso Império apresenta condições especiais de vulnerabilidade. E a sua destruição, por obra de um inimigo que se apossasse do Tâmisa, teria conseqüências tão desastrosas que, para preveni-las, não basta limitar-se a uma única linha de defesa, por mais forte que seja, e por mais adequadas que sejam atualmente essas defesas. Durante mais de quarenta anos levantei minha voz, invariavelmente, contra todo ato de agressão, de expansão imperialista e de militarismo continental. Não são muitos os que protestaram com a mesma energia contra as idéias de adiar as reformas sociais e o bem-estar do povo em benefício de conquistas e aventuras asiáticas e africanas. Não retiro uma só das palavras que disse a esse respeito. Mas é fútil discorrer sobre a reorganização industrial se não prepararmos o país contra uma catástrofe que implicaria a destituição e a miséria para a massa popular, paralisando a indústria e fazendo com que os alimentos alcançassem preços desesperados, enquanto fábricas e oficinas precisariam fechar suas portas!"

Capítulo III

A GRANDE ILUSÃO

O equívoco fundamental e perigoso das idéias precedentes. Vitoriosa, o que a Alemanha poderia ou não fazer. A conquista: uma ilusão de ótica. Não pode haver transferência da riqueza. A prosperidade dos pequenos Estados europeus. Os títulos de 3% da Alemanha cotados a 82 e os da Bélgica a 96. Os títulos de 3,5% da Rússia cotados a 81 e os da Noruega a 102. O significado real de tudo isso. Se a Alemanha anexasse a Holanda, qual seria a vantagem para os alemães ou para os holandeses?

Creio ser um ponto pacífico que não é mais possível enganar-se sobre o sentido da idéia geral contida nas transcrições do capítulo precedente. Harrison define a questão da forma mais clara possível. Correndo o risco de ser impertinente, observarei mais uma vez que ele expressa simplesmente um dos axiomas da política européia aceitos de forma unânime, a saber: a estabilidade financeira e industrial de cada nação, sua segurança no campo comercial – em suma, sua prosperidade e bem-estar – dependem da aptidão para defender-se contra os ataques dos outros países, os quais estarão prontos, sempre que possível, a tentar uma agressão, para aumentar seu poder e, portanto, o seu bem-estar e sua prosperidade, às custas do fracos e dos vencidos.

Citei principalmente o testemunho de jornalistas para assinalar a realidade da opinião pública em geral e não exclusivamente da opinião bem-informada. No entanto, Harrison tem a seu favor o apoio de pessoas importantes, como por exemplo Spencer Wilkinson. Professor de história militar em Oxford e autoridade de reconhecida competência no seu ramo, ele confirma quase que ponto por ponto as opiniões que citei e subscreve enfaticamente os conceitos de Frederick Harrison. No seu

livro *Britain at Bay,* Wilkinson afirma: "Quando em 1888 o observador norte-americano Capitão Mahan publicou seu livro sobre a influência do poder marítimo na história, ninguém pensou que outras nações, que não a Inglaterra, aprendessem ali a lição de que a vitória naval implica prosperidade, influência e grandeza impossíveis de alcançar por outros meios."

No momento, o objetivo destas páginas é demonstrar que essa idéia quase universal, da qual a carta de Harrison é manifestação singularmente vívida e evidente, constitui um dos erros mais enganosos e perigosos que se possa cometer – erro que tem em alguns dos seus aspectos, o caráter de uma ilusão de ótica, de outros o de uma simples superstição, a qual, além de ser profunda e universal, engendra males tão graves como o de deslocar dos seus caminhos normais um imenso caudal de energia humana, desviando-o de tal forma que, se de tal superstição não nos conseguirmos despojar, representará uma verdadeira ameaça à civilização.

E um dos aspectos mais significativos do caso é o seguinte: para demonstrar a falsidade absoluta dessa idéia e dissipar por completo a ilusão em que se baseia, não é preciso nada de abstruso ou laborioso. Essa demonstração funda-se não em um teorema complexo, mas na simples exposição dos fatos políticos predominantes na Europa, tais como existem atualmente. Esses fatos, em si mesmos incontroversos e que vou apresentar em seguida, podem ser reduzidos a uma poucas proposições elementares, suficientes para desfazer a ilusão de que falamos. São as seguintes:

1. Uma série de devastações como as previstas por Harrison em conseqüência da conquista da Grã-Bretanha por outro país é uma impossibilidade física. Em nossos dias, nenhuma nação pode destruir ou prejudicar de forma permanente (e sequer por um período considerável) o comércio de outra nação usando meios militares, pois o comércio depende da existência de riquezas naturais e de uma população capaz de utilizá-las. Enquanto subsistam os recursos naturais de um país e a sua força de traba-

lho, o invasor não poderá aniquilar completamente o comércio de outro país. Só haveria possibilidade de se fazer isso aniquilando a população, o que é impraticável. E, se fosse possível exterminar a população, o exterminador estaria destruindo o seu próprio mercado, real ou potencial, o que, do ponto de vista comercial, corresponderia a um suicídio.

2. Se a invasão da Inglaterra pela Alemanha implicasse "a ruína total do Império", como pensam Harrison e os que compartilham as suas idéias, o capital alemão também desapareceria, arrastando consigo o crédito, devido à internacionalização atual da indústria e das finanças e à delicadeza dos laços que ligam entre si os interesses de diferentes países. E a única forma de restaurá-lo seria, para a Alemanha, pôr fim ao caos produzido na Inglaterra, o que só seria possível terminando as condições que o tivessem provocado. Além disso, e também devido a essas delicadas vinculações financeiras, cuja base fundamental é o crédito, o confisco da propriedade privada (ações, títulos, barcos, minas ou objetos valiosos de modo geral, além de jóias e móveis, qualquer das coisas que formam a parte íntima da vida econômica de um povo) por um invasor influenciaria negativamente de tal forma as finanças do invasor que o prejuízo causado pelo confisco excederia em boa parte o valor da propriedade confiscada. De tal modo, o sucesso da Alemanha como nação conquistadora demonstraria objetivamente a esterilidade econômica da conquista.

3. Por razões análogas, a imposição de tributos a um povo vencido tornou-se uma impossibilidade econômica, e a cobrança de indenizações importantes é tão custosa, direta e indiretamente, que resulta muito desfavorável como operação financeira.

4. Prejuízos como os previstos por Harrison, ou muito menores, um invasor só aceitaria a título de castigo do inimigo vencido, com grande prejuízo para si mesmo, ou então como fruto de um empenho desinteressado e caro de provocar um desastre pelo prazer de provocá-lo. Em um mundo como o nosso, cuja norma é procurar cada um o seu próprio bem, não se deve contar com essa espécie de altruísmo invertido.

5. Por analogia, é física e economicamente impossível a um

país apossar-se do comércio exterior de outro empregando meios militares. Uma grande frota é importante para o comércio de uma nação e também para "limitar a rivalidade comercial" de outros países. Da mesma forma, um conquistador não pode destruir a competição exercida pela nação vencida mediante a sua anexação, pois os seus competidores não deixariam por isso de competir. Em outras palavras, se a Alemanha conquistasse a Holanda, os comerciantes alemães precisariam continuar a enfrentar a competição dos comerciantes holandeses – competição mais forte do que antes, pois os holandeses fariam parte do regime aduaneiro alemão. A idéia de que é possível eliminar a competição dos rivais conquistando-os é uma das manifestações da curiosa ilusão em que se fundamenta o equívoco de que falamos.

6. A riqueza, o bem-estar e a prosperidade das nações não dependem de modo algum do seu poder político. Se o contrário fosse verdade, a prosperidade mercantil e o bem-estar social das pequenas nações, desprovidas de força política, seriam claramente inferiores aos das grandes potências que governam a Europa, o que não acontece. Os habitantes de países como Suíça, Holanda, Bélgica, Dinamarca e Suécia desfrutam de tanta prosperidade e bem-estar quanto os habitantes da Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria e França. Em termos *per capita,* o comércio dos pequenos países excede o dos grandes. E não se trata apenas do fato de que a segurança dos pequenos Estados repousa em tratados de neutralidade; a questão fundamental é saber se o poder político pode ser convertido positivamente em vantagem econômica.

7. Nenhuma nação poderia derivar uma vantagem prática da conquista das colônias britânicas, e de seu lado a Grã-Bretanha não sofreria qualquer prejuízo material se as perdesse, por lamentável que fosse essa perda no aspecto sentimental e por mais que afetasse a cooperação social entre povos afins e as respectivas vantagens. O próprio exemplo da palavra "perda" é enganoso. Com efeito, a Grã-Bretanha não "possui" suas colônias. Na realidade, elas são países independentes, aliados da Mãe Pátria, e para esta não representam uma

fonte de tributos ou de ganhos econômicos (exceto na medida em que qualquer nação estrangeira poderia sê-lo), pois as relações econômicas recíprocas não são determinadas pela Mãe Pátria, mas pelas colônias. Do ponto de vista econômico, a Inglaterra ganharia com a sua separação formal, pois não precisaria preocupar-se com a defesa delas. Portanto, essa "perda" não implicaria qualquer mudança dos fatos econômicos (exceto os custos da sua defesa, que a Mãe Pátria empreende para defendê-las, que seriam poupados) e por isso não poderia acarretar a ruína do Império, a miséria ou a fome para a metrópole, como alegam habitualmente os que consideram essa hipótese. A Inglaterra não recebe das suas colônias, nem poderia receber, qualquer tributo ou vantagem econômica especial; e não é possível conceber que outro país, necessariamente menos habilitado na administração colonial, conseguisse o que a Inglaterra não consegue, especialmente se levarmos em conta a história de outros impérios coloniais como os da Espanha e de Portugal, da França, além da própria Inglaterra em épocas anteriores. Essa história demonstra também que a situação das colônias da Coroa, sob o aspecto considerado, não é muito diferente da dos países independentes. Portanto, não podemos presumir que qualquer nação européia se empenhasse em projeto tão estéril como seria a conquista da Inglaterra, tentando uma experiência que toda a história colonial do mundo nos mostra que é infrutífera.

As sete proposições precedentes abarcam, na medida do necessário, o campo das afirmativas características da política adotada na Inglaterra e na Alemanha, conforme mencionei anteriormente. Fundadas como estão em fatos patentes e manifestos da política européia contemporânea, o seu simples enunciado revela suficientemente a realidade dos axiomas políticos mencionados. Achamos, contudo, que as interpretações mais notáveis, como no caso do Senhor Harrison, deixam de levar em conta fatos palpáveis, tornando-se assim indispensável aprofundá-las minuciosamente.

Com o objetivo de apresentar as idéias respectivas paralelamente à exposição de princípios políticos que animam os trechos citados do jornal *Times*, de Harrison e de outras fontes, dividi em

sete cláusulas as proposições que pretendo demonstrar; uma divisão inteiramente arbitrária, cujo único propósito é um certo paralelismo. Além disso, essas sete proposições podem ser resumidas em uma só, que é a seguinte: em nossos dias, a única conduta possível para o conquistador é deixar a riqueza de um território em mãos dos seus habitantes; por conseguinte, há uma ilusão de ótica, uma falácia lógica, na idéia hoje alimentada na Europa de que uma nação aumenta a sua riqueza ao expandir o seu território, porque, ao anexar-se uma província ou um Estado, anexam-se também seus habitantes, que são os únicos e verdadeiros proprietários da riqueza correspondente, e o conquistador nada ganha. A história contemporânea abunda em fatos que comprovam isso de forma concreta. A anexação de Schleswig Holstein e da Alsácia pela Alemanha não aumentou em um só centavo o patrimônio pessoal de nenhum alemão. Embora a Inglaterra "possua" o Canadá, o comerciante inglês é deslocado do mercado canadense pelos comerciantes suíços – e a Suíça não "possui" o Canadá. Até mesmo nos casos em que não há uma anexação formal, o conquistador não pode apoderar-se das riquezas correspondentes, pois disso o impede a própria estrutura do mundo econômico, baseado no sistema de bancos e de crédito, que torna a segurança industrial e financeira do vencedor solidária com a segurança industrial e financeira de todos os centros civilizados. Em conseqüência, qualquer confisco ou devastação extensa do comércio no território conquistado repercute desastrosamente nos interesses do conquistador. Assim, este se encontra reduzido à impotência econômica, o que significa que o poder político e militar é economicamente inútil; ou seja, em nada contribui para a prosperidade e o bem-estar daqueles que o detêm.

Os exércitos e as esquadras não podem destruir o comércio dos países rivais nem apoderar-se dele. As grandes nações européias não aniquilam o comércio dos países menores porque não podem fazê-lo. Nesse sentido, o cidadão holandês, cujo governo carece totalmente de poder militar, está tão bem situado quanto o cidadão alemão, cujo governo comanda 2 milhões de soldados, e muito melhor do que o habitante da Rússia, cujo governo dispõe de um exército de pelo menos 4 milhões de homens. Assim, como sinal evidente, embora incompleto, da riqueza e da

segurança relativas dos respectivos Estados, pode-se citar o fato de que os títulos da dívida de 3% de um país inerme como a Bélgica estão cotados a 96, enquanto os da mesma taxa da poderosa Alemanha só chegam a 82. E os papéis de 3,5% do Império Russo, com seus 120 milhões de habitantes e 4 milhões de soldados, estão cotados a 81, enquanto os títulos de 3,5% da Noruega, que não tem exército (pelo menos em condições justificáveis para os fins da presente discussão) estão cotados a 102. Tudo isso nos leva à conclusão paradoxal de que, quanto mais se protege militarmente a riqueza de uma nação, menos segura ela parece.[1]

Dirigindo-se a uma delegação de homens de negócios, o finado Lorde Salisbury fazia esta observação significativa: a conduta do homem de negócios quando age individualmente, na sua qualidade comercial, difere, de forma radical, nos princípios e na sua aplicação, do seu comportamento quando age de forma coletiva e para fins políticos. E um dos fatos mais extraordinários da vida política é a ausência quase completa de qualquer esforço por parte do homem de negócios para harmonizar seu credo político com a conduta particular, além de sua incapacidade habitual de perceber o sentido político de que se revestem implicitamente suas tarefas cotidianas.

Se não fosse assim, não presenciaríamos a estranha contradição que existe entre as convicções políticas predominantes e as práticas comerciais correntes que percebemos ao contemplar a segurança e a prosperidade dos Estados menores. De um lado, temos a declaração unânime de todos os especialistas em política, segundo a qual os grandes exércitos e as grandes esquadras são indispensáveis para proteger nossas riquezas contra os assaltos dos vizinhos poderosos, cuja cobiça e voracidade só se detêm diante da força; ao que se acrescenta que os tratados nada valem e que, nas relações interna-

[1] Naturalmente, essa não é a única base comparativa. É conhecido o alto grau de conforto desfrutado nos pequenos países da Europa como os da Escandinávia, Holanda, Bélgica, Suíça. No seu livro *Riqueza industrial das nações*, p. 391, Mulhall classifica os pequenos Estados europeus, com a França e a Inglaterra no princípio da lista; a Alemanha ocupa o sexto lugar, enquanto a Rússia, o país de maior superfície e mais poderoso militarmente, ocupa o último lugar. O Dr. Bertillon, uma autoridade em estatística, fez um cálculo minucioso da riqueza do indivíduo em cada país. Em termos médios, o alemão adulto tem 9 mil francos; o holandês, 16 mil francos (Vide *Le Journal*, Paris, 1.º de agosto de 1910).

cionais, o fundamento do direito é a força; que a segurança comercial se identifica com a segurança militar; que há uma justificativa para os armamentos: a necessidade de garantir o comércio; que a marinha britânica é um "seguro"; e que um país sem forças militares com que possam contar os seus diplomatas ao "negociar" no concerto europeu encontra-se em posição de terrível inferioridade econômica. Não obstante, ao estudar a questão do ângulo simplesmente fiscal e material, quando o capitalista precisa optar entre os grandes Estados, com seu aparato imponente de exércitos colossais e marinhas de custo fabuloso, e os Estados menores, relativamente desprovidos de força militar, ele se inclina em favor dos Estados pequenos e indefesos, em termos que implicam uma enorme diferença de critério. Uma diferença de 20 pontos, como a que existe entre os títulos da Rússia e os da Noruega, é efetivamente a diferença que existe entre o seguro e o especulativo, entre uma ação ferroviária norte-americana em dias de profunda calma e numa época de pânico generalizado. E o que é certo, tratando-se de fundos governamentais, também o é, como uma diferença imperceptível, com respeito aos títulos industriais quando comparados entre as várias nações.

Cabe indagar se é uma espécie de altruísmo ou de atitude quixotesca o que induz o capitalista a acreditar que os valores públicos em um país indefeso como a Holanda ou a Suécia, que estão à mercê de vizinhos poderosos, são 10% ou 20% mais seguros do que os das grandes potências do continente. A pergunta, naturalmente, é absurda. Os únicos fatores que o capitalista leva em conta são a segurança e o proveito; ao medi-los e calculá-los, conclui de que os valores das nações indefesas são mais seguros do que os dos países que possuem armamentos colossais. Por que chega a essa conclusão? Simplesmente porque o seu conhecimento das finanças – aplicado, neste caso, independentemente de qualquer vinculação ou implicação política – ensina que, em nossos dias, a riqueza não precisa ser defendida porque não pode ser confiscada.

Se Harrison tivesse razão, se – como afirma – nosso comércio e nossa própria existência industrial desaparecessem ao permitirmos que nossos vizinhos, invejosos do nosso comércio, superassem o nosso armamento, fazendo sentir seu peso político, como se explicaria o fato de

que as grandes potências estão cercadas de pequenas nações, infinitamente menos poderosas, e que no entanto praticam um comércio que, em termos *per capita,* é igual e às vezes superior ao das maiores dentre elas? Se as doutrinas prevalecentes estão certas, os capitalistas não deveriam aventurar um só centavo no território dos países indefesos. Não obstante, na prática eles consideram que a Suíça ou a Holanda lhes oferecem mais garantias do que a Alemanha; que as empresas industriais de um país como a Suíça, defendidas por um exército de opereta, são preferíveis, como segurança, às empresas respaldadas por 3 milhões de soldados, os melhores do mundo. Nessa matéria, a atitude do capitalista europeu é a negativa mais decidida e absoluta do pensamento dos estadistas. Se o comércio de um país estivesse realmente à mercê de qualquer invasor vitorioso; se os exércitos e as esquadras fossem verdadeiramente necessários para proteger e fomentar o comércio, os pequenos países se encontrariam em condição de irremediável inferioridade e só subsistiriam pela condescendência dos poderosos. Não obstante, com relação à sua população, a Noruega tem um movimento comercial e de transportes maior do que o da Grã-Bretanha,[2] e os comerciantes suíços, holandeses e belgas competem vantajosamente em todos os mercados do mundo com os alemães e franceses.

Assim, a prosperidade dos pequenos Estados demonstra que a segurança da riqueza dispensa armamentos. Ainda mais: já vimos que, segundo os expositores da política ortodoxa, em particular autoridades como o Almirante Alfred Mahan, os armamentos são uma parte indispensável da luta industrial, empregados como meio para conseguir vantagens econômicas impossíveis de obter sem esse recurso. Afirma-se que a seqüência lógica é: "mercado, controle, marinha, bases". A nação que não possui força naval e militar está assim em condição de irremediável inferioridade econômica e industrial. Ora, o exemplo dos pequenos Estados desmente essa filosofia "profunda",

[2] Segundo números do *Statesman's Year Book*, a Noruega tem, relativamente à sua população, três vezes o "*carrying trade*" da Inglaterra, ou seja, o somatório das mercadorias que transitam pelo país, incluídas aquelas com outro destino final.

que se reduz a uma simples tolice acadêmica quando observamos que todo o poder da Rússia ou da Alemanha é incapaz de garantir ao cidadão comum desses países melhores condições econômicas do que as prevalecentes nos pequenos Estados. Os cidadãos suíços, belgas e holandeses, de países que não exercem "controle" nem "têm o prestígio de grandes potências", são tão prósperos quanto os alemães e mais prósperos do que os austríacos e russos.

Assim, mesmo que fosse possível argumentar que a segurança dos pequenos Estados se deve aos tratados que garantem a sua neutralidade, não é possível sustentar que esses tratados lhes outorguem o poder político e o "controle" e o "peso nos conselhos da Europa", que, para o Almirante Mahan e outros expositores da política ortodoxa, representam um fator essencial da prosperidade das nações.

Proponho-me a levar a suas últimas conseqüências o argumento que pretendo demonstrar. Esse argumento não é o de que os fatos indicados comprovam que os armamentos ou a sua ausência sejam o fator único ou determinante da riqueza nacional. O que se argumenta é que a segurança das riquezas depende de outros fatores que não os armamentos; que a falta de poder político não constitui obstáculo ou garantia com relação à prosperidade; e que a simples extensão do território administrado não tem relação com a riqueza dos habitantes desse território.

Os que afirmam que a segurança dos pequenos Estados depende dos tratados internacionais que definem a sua neutralidade são os mesmos que asseveram a impotência dos tratados e de todos os direitos que estabelecem, em termos de segurança. Assim, por exemplo, um estudioso de assuntos militares diz o seguinte:

> "O princípio em que se fundamenta *praticamente* a conduta de todo estadista, ainda que não o declare de forma explícita, é o que Maquiavel enunciava com clareza: 'Um soberano prudente não deve cumprir as suas promessas quando esse cumprimento contrarie os seus interesses e tenham desaparecido as razões que o obrigaram a comprometer-se.' Bismarck disse praticamente o mesmo, embora com palavras menos frontais. Gradualmente, todos os tratados europeus são jogados no lixo, e um instru-

mento que pode ter esse destino não tem mais a condição de garantir a nossa segurança nacional. Não obstante, abundam neste país os que nos falam dos tratados como coisas sólidas, que nunca perdem valor. São pessoas admiráveis, mas perigosas, sonhadores excessivamente benevolentes e inocentes que vivem em um mundo árduo e cruel, onde a força é a lei suprema. Não obstante, há atualmente inocentes desse tipo no Parlamento. Esperemos que não permaneçam lá por muito tempo." [3]

Até certo ponto, o Major Murray tem razão: a opinião dos militaristas, dos que "confiam na guerra" e a defendem até mesmo do ponto de vista moral – porque sem ela os homens "sofreriam uma degeneração" –, contribui para sustentar essa doutrina da força e representa o ambiente próprio do militarismo, promovendo-o em toda parte. No entanto, essa opinião implica um sério dilema: se só a força pode garantir a riqueza de um povo, e se os direitos assegurados pelos tratados não valem o papel em que foram escritos, como se pode explicar a evidente segurança das riquezas de um Estado relativamente desprovido de força militar? Pelos receios recíprocos dos que subscreveram a sua neutralidade? Nesse caso, esses receios poderiam respaldar com a mesma eficácia a segurança dos grandes Estados. Os termos dessa questão são colocados assim por Farrer:

"Se o recente convênio entre Inglaterra, Alemanha, França, Dinamarca e Holanda é suficiente para tranqüilizar a Dinamarca e a Holanda contra o temor de uma invasão, a ponto de o primeiro desses países pensar seriamente em abolir o seu exército e a marinha de guerra, parece claro que bastaria dar mais um passo para que todas as potências, grandes e pequenas, garantissem reciprocamente sua independência territorial."

De qualquer forma, fica eliminado o argumento militarista: a segurança nacional pode precaver-se por outros meios que não a força militar. Mas, nesse caso, há uma distinção que é indispensável para interpretar corretamente o fenômeno. A estabilidade política das pequenas nações *não está garantida.* Ninguém se atreveria a subscrever a proposição de que a Holanda poderia manter incólume a sua independência se a Alemanha pretendesse seriamente ameaçá-la. Já a segurança

[3] Major Stewart Murray, *A futura paz dos anglo-saxões.*

econômica da Holanda, sim, está garantida. Todo capitalista europeu sabe que, se amanhã a Alemanha conquistasse a Bélgica ou a Holanda, teria de deixar intactas as riquezas desses países. Não poderia haver confisco. Assim se explica o fato de que os títulos dos pequenos Estados, isentos da ameaça de um confisco e livres (pelo menos em parte) da dispendiosa carga representada pelos armamentos, são valorizados de 15 a 20 pontos acima dos papéis das nações militarizadas. A Bélgica poderia desaparecer de um dia para outro como Estado soberano, mas a sua riqueza permaneceria praticamente intocada.

Sem embargo, por uma dessas contradições tão freqüentes no desenvolvimento das idéias, embora esse fato seja reconhecido, pelo menos de forma implícita, por aqueles que têm mais interesse no tema, não se aceita o corolário inevitável – o aspecto positivo dessa verdade negativa: o fato de que a riqueza coletiva não pode ser arrebatada. Admitimos que a riqueza de um povo está isenta desse risco, mas insistimos na afirmativa de que poderíamos enriquecer-nos conquistando outros países! De que forma, se precisamos deixar intactos os seus bens?

Não me refiro simplesmente ao saqueio. É evidente que, para a massa da população do Estado conquistador, a conquista não pode trazer nenhuma vantagem. No entanto, na política européia, a conquista é apresentada como o objetivo por excelência. Tomemos como exemplo os pangermanistas, partido que adotou como objetivo reunir todas as nações de raça e língua germânicas em uma única grande potência. Se esse objetivo fosse atingido, a Alemanha passaria a ser o árbitro do continente e poderia chegar a ser o árbitro do mundo. Segundo o modo de pensar corrente, do ponto de vista alemão esse projeto justificaria todos os esforços. Seria um objetivo tão grandioso e atraente que, para alcançá-lo, os cidadãos deveriam estar dispostos a imolar-se com todos os seus bens. Pois bem: vamos supor que, às custas de grandes sacrifícios, dos maiores que pudesse fazer uma nação civilizada dos nossos tempos, a Bélgica e a Holanda, a Alemanha, a Suíça e a Áustria fossem incorporadas à grande hegemonia germânica. *Haveria nesse caso um único cidadão alemão comum capaz de dizer que o seu bem-estar tinha aumentado com tal mudança?* A Holanda passaria a ser uma parte da Alemanha:

mas haveria um único alemão cujo patrimônio pessoal aumentasse com isso? Os holandeses se converteriam de cidadãos de um Estado pequeno e insignificante em cidadãos de um Estado de grandes dimensões: *mas ficariam mais ricos ou teriam melhores condições pessoais?* Sabemos perfeitamente que a vida dos alemães e dos holandeses não melhoraria em nada. E sabemos também que provavelmente ela pioraria. Em todo caso, podemos afirmar que a situação dos holandeses pioraria sensivelmente, com o regime de tributos moderados e serviço militar leve substituído pela tributação muito mais onerosa e pelo serviço militar mais exigente do "grande" Império Germânico.

* * *

A matéria seguinte, publicada no *Daily Mail* em resposta a um artigo desse jornal, projeta mais luz sobre alguns dos pontos que tratamos neste capítulo. O jornalista mencionara a Alsácia-Lorena como um ganho da conquista alemã, com o valor de 66 milhões em dinheiro, e acrescentava: "Se a Alsácia-Lorena tivesse permanecido em poder da França, teria produzido para o Estado francês, sob o seu regime tributário, uma renda de 8 milhões por ano. Renda que foi perdida pela França e beneficia a Alemanha."

Minha resposta foi a seguinte:

> "Se computarmos os juros do valor em dinheiro da Alsácia-Lorena, às taxas correntes na Alemanha, essa província deve valer para os alemães algo como 3 milhões por ano. Calculando sobre outra base, valerá 8 milhões. Tirando a média, adotemos o valor de 5 milhões. Ora, se os alemães se enriquecem em 5 milhões por ano, se a aquisição da Alsácia-Lorena significa de fato essa renda adicional para o povo alemão, quanto deveriam valer para o povo inglês as suas 'possessões'? Em torno de 1 bilhão de libras, como proporção da população; como proporção da superfície, muito mais; algo que bastaria não só para cobrir todos os nossos impostos, extinguir a dívida nacional, sustentar o exército e a marinha, mas também para assegurar a cada família uma bela renda. Portanto, há alguma coisa errada nesse cálculo.
>
> "Ao que parece, o meu contestador não percebe que essa teoria de que a posse por um país traz benefício aos seus cidadão baseia-se em uma simples mistificação, uma ilusão insustentável: a Alemanha derrotou a França e anexou a Alsácia-

Lorena; em conseqüência, os alemães 'possuem' essa província e enriqueceram com a sua aquisição. Essa é a visão do meu contestador, assim como da maior parte dos estadistas europeus. No entanto, trata-se de uma idéia absolutamente falsa. Na realidade, os únicos possuidores da Alsácia-Lorena são os seus habitantes, ninguém mais. Com todo o seu rigor, a Alemanha não pôde despojá-los dessa posse, o que pode ser comprovado pelo fato de que a contribuição daquela província ao Tesouro Imperial (*Matrikularbeitrag*)[4] é determinada exatamente na mesma proporção dos tributos impostos aos demais componentes do Império Alemão. A Prússia conquistadora paga, *per capita*, exatamente o mesmo que a Alsácia conquistada, nada menos. E, se a Alsácia não precisasse efetuar esse pagamento à Alemanha, teria de fazê-lo à França, e nesse caso, segundo o crítico, a quantia paga seria maior. Por outro lado, se a Alemanha não possuísse a Alsácia-Lorena, estaria isenta de custos da ordem de muitos milhões de libras, não só de 1 milhão. Portanto, a mudança ocorrida não altera a questão monetária, objeto desta discussão, nem para o possuidor nem para o possuído.

"Examinando, no meu último artigo sobre esta questão, o balanço final do crítico, observei que, se as cifras que citou fossem completas e verdadeiras, e não absurdamente incorretas e enganosas como o são, para mim o assunto não mudaria de sentido. É sabido que podemos fazer maravilhas com os números; mas há sempre algum fato simples e elementar que põe à prova as elucubrações numéricas sem que se precise recorrer à alta matemática. É possível que o meu contestador tenha tido a oportunidade, como eu, de observar, durante as sessões de jogo em algum cassino do continente, um gênio financeiro que, por meio de colunas de números misteriosos, demonstre de forma conclusiva e irretorquível que é possível quebrar a banca e faturar 1 milhão aplicando o sistema que propõe. De meu lado, não examinei aqueles cálculos, nem os examinarei, por uma razão elementar: o genial matemático está disposto a vender por 20 francos o seu segredo maravilhoso. Só esse fato basta para negar os méritos de tal segredo, pois, se fossem genuínos, ele não estaria à venda.

"Assim também, na questão de que se trata, há certos pontos fundamentais que não estão sujeitos a imposturas ou mistificações estatísticas. Na verdade, a ilusão dos que consideram uma anexação territorial como aquisição de riqueza para a nação 'possuidora' é um equívoco muito mais simples do que as falácias fundamentais dos 'sistemas' que pretendem quebrar a banca dos cassinos, baseados nas leis das probabilidades, médias e outras complicações, matéria de debates intermináveis. Só um matemático pode deslindar essas ficções probabilísticas, enquanto a ficção política que nos interessa aqui resulta sim-

[4] A qual, diga-se de passagem, não é nem de 8 nem de 3 milhões de libras, mas de cerca de 1 milhão.

plesmente da nossa incapacidade de pensar simultaneamente em dois fatos: o mais simples e o mais comum é assimilar um deles e perder de vista o outro. Percebemos assim que a Alemanha, ao conquistar a Alsácia-Lorena, 'adquiriu' uma província que vale 'em dinheiro soante', segundo as palavras do crítico, 66 milhões de libras esterlinas. Mas não percebemos também o fato de que a Alemanha incorporou igualmente a população possuidora daquele território e que continuará a possuí-lo. Multiplicamos por x, certamente, mas esquecemos que em seguida é preciso dividir por x; e o resultado, no que respeita os indivíduos, é exatamente o mesmo. Meu contestador efetuou corretamente a multiplicação, mas não a divisão correspondente. Vamos submeter o caso à prova dos fatos: se um país grande se beneficia toda vez que anexa uma nova província, e a sua população se enriquece na mesma medida, os pequenos países deveriam ser incomparavelmente mais pobres do que os grandes, embora todos os indicadores possíveis – crédito público, saldos de poupança, padrão de vida, progresso social, bem-estar geral – concorram para demonstrar que, em igualdade de condições, os cidadãos dos pequenos países desfrutam de iguais vantagens, ou até mais, que os cidadãos dos países maiores. Assim, os cidadãos da Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia e Noruega estão em situação tão boa quanto os da Áustria-Hungria, Alemanha ou Rússia. Fatos como esse são muito mais eloqüentes do que qualquer teoria. Ora, se é correta a afirmativa de que a aquisição de um território traz vantagens para a sociedade e que a expansão territorial se traduz em maior bem-estar geral, por que razão os fatos a contradizem ?

"Em todo o mundo civilizado, as rendas derivadas de um território são aplicadas nesse território, e não se conhece nenhum sistema de governo no qual seja possível primeiro transferir as riquezas do território para o Tesouro e depois redistribuí-las de forma tal que haja alguma vantagem adicional para os indivíduos que pagaram por elas, ou para terceiras pessoas. Seria como pretender que os moradores de Londres fossem mais ricos do que os de Birmingham porque o Tesouro de Londres é maior do que o de Birmingham, ou imaginar que os londrinos ficariam mais ricos se as autoridades de Londres anexassem o Condado de Hertford; ou ainda dizer que a riqueza de um povo varia na razão direta do território que ele ocupa. No seu aspecto geral, a questão não passa, como disse, de uma ilusão provocada pelo hipnotismo de uma terminologia antiquada. Assim como a pobreza pode ser maior em uma cidade grande, comparada a uma pequena, e os impostos podem ser maiores, assim também os cidadãos de um país grande podem ser mais pobres do que os de um país pequeno, e muitas vezes o são. Em nossos dias, a atividade de governo é sobretudo um assunto administrativo e tende a sê-lo completamente. A mera mudança do cenário administrativo – a absorção dos Estados menores pelos maiores ou a subdivisão dos grandes em outros menores – não basta para afetar em qualquer sentido a essência da questão."

Capítulo IV

IMPOSSIBILIDADE DO CONFISCO

A nossa terminologia política é um resíduo histórico. Diferença entre as condições hoje reinantes e as do passado. A mudança profunda causada pelo crédito. A dependência mútua e a sensibilidade das finanças internacionais. Átila e o Kaiser. O que aconteceria se o invasor alemão saqueasse o Banco da Inglaterra. O comércio alemão depende do crédito inglês. A impossibilidade econômica de confiscar os bens do inimigo nas condições da vida moderna.

Conta-se que na Inglaterra, durante as festas do Jubileu, um mendigo dizia:

> "Sou dono da Austrália, do Canadá, da Nova Zelândia, da Índia e das ilhas remotas do Pacífico; mas não tenho um pedaço de pão. Sou cidadão da maior potência do mundo atual, e todos deveriam inclinar-se diante da minha grandeza. No entanto, ontem precisei pedir uma esmola a um negro, que me rechaçou do modo mais rude."

Que significa isso? Significa que, como acontece muitas vezes na história das idéias, a terminologia hoje vigente é um resíduo que sobreviveu às condições especiais em que se formou, às quais era aplicável; e o nosso critério tende a ajustar-se inevitavelmente ao vocabulário que empregamos. Assim, a política internacional se ressente do uso que fazemos de palavras aplicáveis a condições que a vida moderna superou ou até mesmo aboliu por completo.

Na época da antiga Roma – e de modo geral em toda a Antigüidade – a conquista de um território trazia normalmente

vantagens tangíveis para o Estado conquistador. Significava a exploração do território conquistado, com vantagem para ele e para os seus cidadãos. Na maior parte dos casos, significava também a sujeição material dos vencidos, com a escravidão e a aquisição de riquezas sob a forma das populações escravizadas, fruto direto e palpável do triunfo na guerra. Na Idade Média, a guerra de conquista significava, quando menos, um butim, composto de bens móveis, ouro e prata em espécie, ou da divisão das terras entre os líderes da conquista, como no caso dos normandos na Inglaterra e outros semelhantes.

Em um período ulterior, a conquista implicava pelo menos uma vantagem para a casa reinante da nação conquistadora; as guerras entre as nações eram provocadas geralmente pelas disputas permanentes entre soberanos rivais, ávidos de poder e de prestígio.

Sobreveio depois uma época em que a civilização em seu conjunto, embora não necessariamente a nação conquistadora, obtinha vantagens (embora nem sempre) com a conquista de tribos selvagens, substituindo a desordem da sua vida primitiva por um sistema social e político mais ordenado. No período de colonização dos territórios recém-descobertos, a sua ocupação oferecia certas vantagens aos cidadãos da metrópole, abrindo para o excesso de população um campo propício para fixar-se, em melhores condições políticas e sociais do que as oferecidas pelos países estrangeiros. *No entanto, nenhuma dessas circunstâncias se aplica ao problema que estamos discutindo.* Nosso caso é o de nações rivais, completamente civilizadas, em territórios inteiramente ocupados, ou de uma civilização implantada com tal firmeza que a conquista não conseguiria modificá-la. Ora, nessas condições, a conquista de um território não traz para o conquistador nenhuma vantagem que ele não possa conseguir por outros meios. Dados esses fatos – que representam a realidade concreta do mundo atual –, o "domínio", a "superioridade de armamentos" ou a "supremacia naval" não podem influir no bem-estar geral ou

fomentar o comércio ou a indústria. Podemos construir 50 couraçados sem que por isso se possa vender um só canivete a mais. Poderíamos derrotar a Alemanha e invadi-la sem que essa vitória e a indenização de guerra cobrada aumentassem em um só centavo os bens dos cidadãos ingleses.

Como podemos explicar uma mudança de condições tão profunda que invalida de fato os termos e as expressões mais significativos do mundo antigo – aplicáveis como foram, pelo menos em certo sentido, à Idade Média e, em outros sentidos, à época do renascimento político que propiciou à Grã-Bretanha o seu Império – e que não podem mais ser aplicadas em nenhum sentido ao mundo contemporâneo? Como entender que hoje é impossível para um país apoderar-se pela conquista das riquezas de outro de forma que traga benefícios ao povo do Estado conquistador? Como decidir-nos a aceitar o absurdo (comprovado pelos fatos mais notórios do nosso Império) de que o conquistador tenha vantagens menores e não maiores, comparativamente à fase anterior à conquista?

Não pretendo enumerar aqui os diferentes fatores que contribuíram para essa mudança; para os fins da minha demonstração, bastará registrar um fenômeno inegável resultante de todos esses fatores: a subordinação financeira recíproca das nações, prevalecente no mundo contemporâneo. Anteciparei assim a colocação de certas idéias pertencentes a uma outra seção deste livro, mencionando o sistema de forças emanadas deste grande fator: a divisão do trabalho, que a facilidade das comunicações veio acentuar.

Quando a divisão do trabalho se encontrava em uma fase incipiente, e cada casa e cada família produziam todo o necessário para o seu consumo, pouco importava que uma parte da comunidade ficasse isolada do mundo durante semanas, e mesmo por alguns meses. Todos os habitantes de uma aldeia podiam ser exterminados ou seqüestrados sem que se percebesse a sua ausência. Hoje, porém, se, devido a uma greve ferroviária,

um dos condados da Inglaterra ficar isolado do resto do organismo econômico inglês, sabemos muito bem que os seus habitantes, ou uma boa parte deles, sofrerão imediatamente a ameaça da fome.

Se de um lado da fronteira os habitantes cultivam o trigo, por exemplo, e do outro lado produzem carvão, a subsistência de cada grupo estará vinculada à inclinação do outro para fazer o seu trabalho. No curso de uma semana, os mineiros não terão condições de dedicar-se à agricultura para improvisar uma colheita de trigo; os lavradores precisam esperar que o trigo amadureça e durante essa espera têm de alimentar a família e os empregados. Por isso as trocas precisam ser feitas, contando como coisa certa que uns e outros recebam oportunamente os frutos do seu trabalho; caso contrário, haverá para todos um risco iminente de fome. Essa troca e a confiança na retribuição do trabalho são, em sua forma mais simples, a expressão do comércio e do crédito; e a dependência recíproca chegou a tal complexidade, graças ao desenvolvimento das comunicações em suas numerosas modalidades, que qualquer perturbação em uma das operações afetará não só as entidades diretamente comprometidas, mas muitas outras, aparentemente isentas de qualquer relação com as primeiras.

A mútua subordinação vital aqui indicada, vigente e perceptível através das fronteiras geográficas, surgiu principalmente no curso dos últimos quarenta anos; e o seu desenvolvimento e crescimento nesse período têm sido suficientes para promover uma tal relação de dependência recíproca entre as capitais do mundo que qualquer perturbação em Nova York repercute como um transtorno no comércio e nas finanças de Londres; e se a perturbação é importante, obriga os homens de negócios de Londres a cooperarem com os de Nova York para debelar a crise – não por altruísmo, mas como medida de proteção ao seu próprio comércio. A complexidade das finanças modernas cria a dependência mútua de Nova York e Londres, de Londres e

Paris, e de Paris e Berlim em um grau sem precedentes na história. Essa dependência resulta do uso constante daqueles mecanismos da civilização, nascidos apenas ontem – o correio rápido, a difusão instantânea das notícias comerciais e financeiras pelo telégrafo, e de modo geral o incrível progresso havido no campo das comunicações – que colocou em contato íntimo as seis ou sete grandes capitais da Cristandade, ligando-as do ponto de vista financeiro muito mais estreitamente do que jamais estiveram associadas as principais cidades da Grã-Bretanha, no século passado e por muito tempo depois.

Um escritor francês, autoridade reconhecida na matéria, fez recentemente a seguinte observação a propósito das finanças:

> "O rápido crescimento da indústria cedeu lugar à intervenção das finanças, convertida em *nervus rerum* daquela, exercendo um papel predominante no seu curso. Sob a influência das finanças, a indústria começa a perder seu caráter exclusivamente nacional, assumindo uma característica cada vez mais internacional. A animosidade das nações rivais parece atenuada devido à crescente solidariedade internacional, que se tornou evidente na última crise industrial e monetária. A crise assumiu seu aspecto mais grave nos Estados Unidos e na Alemanha; no entanto, longe de trazer proveito às nações rivais, provocou-lhes sérios prejuízos. Os competidores dos Estados Unidos e da Alemanha, como a Inglaterra e a França, sofreram em grau apenas menor os mesmos danos das nações diretamente interessadas. Não se deve esquecer que, além dos interesses financeiros comprometidos, direta ou indiretamente, na indústria de outros países, todos os produtores têm a dupla natureza de competidor e cliente, de rival e mercado. A solidariedade comercial e fiscal se amplia diariamente, às custas da competição comercial e industrial. Essa circunstância contribuiu muito para impedir uma guerra entre a França e a Alemanha a propósito de Marrocos, levando à assinatura do acordo de Algeciras. Os estudiosos desse conflito não podem duvidar que a in-fluência da solidariedade econômica internacional aumenta a cada dia, apesar de tudo. Ela não decorre da ação deliberada e consciente de uns e outros, e essa ação certamente não terá condições de impedi-la." [11]

[11] *L'Information*, 22 de agosto de 1909.

Um fogoso patriota enviou a seguinte carta a um jornal de Londres:

> "Quando o exército alemão estiver saqueando os porões do Banco da Inglaterra e arrebatando-nos os fundamentos do patrimônio nacional, os charlatães que lamentam hoje as despesas com a construção de quatro novos couraçados talvez percebam por que os homens sensatos consideram hoje a sua oposição como uma tolice ."

Mas, qual seria o resultado de um atentado semelhante em Londres por parte do exército alemão? Como o Banco da Inglaterra é o banqueiro de todos os outros bancos ingleses, a primeira conseqüência seria, naturalmente, que todos esses bancos precisariam suspender os seus pagamentos. E, sendo Londres a *clearing house* de todo o mundo, os saques emitidos contra Londres, em poder de estrangeiros, não seriam honrados: perderiam o seu valor. O dinheiro disponível para empréstimos em outros centros aumentaria enormemente, e os instrumentos de crédito sofreriam uma depreciação na mesma proporção. Cairia a cotação de todos os papéis negociados nas bolsas, e seus detentores se veriam ameaçados pela insolvência e pela ruína. As finanças da Alemanha apresentariam um espetáculo tão caótico como as da Inglaterra. Qualquer vantagem que a ocupação da Inglaterra pudesse trazer para a Alemanha seria mais do que anulada pela temeridade do governo alemão ao provocar essa catástrofe geral. Um país capaz de saquear depósitos bancários seria por excelência objeto da desconfiança dos credores estrangeiros, e a essência do crédito é a confiança; os que se atrevem a repudiá-la não tardam a se arrepender. O comandante militar alemão em Londres poderia ser tão bárbaro quanto Átila, mas não demoraria a descobrir a diferença entre a época de Átila e os nossos tempos. Felizmente para ele, Átila não precisava cuidar de pormenores como a taxa de juros e assuntos do gênero. O general alemão descobriria que o seu próprio depósito no Banco da Alemanha se desvanecera no ar, enquanto

seus melhores títulos perdiam valor como por encanto, de modo que o saque, cujo resultado líqüido seria algumas libras para distribuir pela soldadesca, impor-lhe-ia sacrificar a maior parte do seu patrimônio pessoal. Podemos contar como o fato mais seguro que, se o exército alemão cometesse um ato de vandalismo como o mencionado, os efeitos dessa ação seriam sentidos na Alemanha por todas as instituições de uma certa importância, sob a forma de prejuízos tão consideráveis ao seu crédito e à sua segurança que a perda conseqüente excederia incomparavelmente o valor do butim obtido.[12] Poder-se-ia dizer sem exagero que o comércio alemão pagaria com juros cada libra tomada do Banco da Inglaterra. E as instituições financeiras da Alemanha exerceriam toda a sua influência sobre o governo para pôr fim a uma situação desastrosa para o comércio do país. Na verdade, as finanças alemãs só escapariam da ruína mais completa extraindo do governo o compromisso expresso de respeitar a propriedade privada e especialmente os depósitos bancários. É certo que os patrioteiros alemães se perguntariam qual tinha sido o objetivo da guerra, e a lição elementar de ciência financeira internacional, ditada pelos fatos, contribuiria mais eficazmente que todos os navios da esquadra inglesa para refrescar a mente desses patriotas entusiastas. Porque uma das características humanas mais constantes é que o homem está disposto a bater-se em vez de pagar e a correr riscos pessoais antes de desembolsar dinheiro ou de empreender a sua aquisição. Como dizia Bacon, "o homem prefere o perigo ao trabalho".

Acontecimentos recentes, que os homens de negócios não esqueceram, revelam a extraordinária dependência dos diversos componentes do mundo financeiro. Uma crise de finanças em Nova York pode fazer subir a taxa de juros na Inglaterra a 7%, determinando assim a ruína de muitas firmas inglesas que

[12] Com efeito, a reserva do Banco da Inglaterra em moeda física é relativamente muito pequena.

de outro modo teriam podido contornar a dificuldade. Disso resulta que uma parte do mundo financeiro se vê obrigada, contra a vontade, a contribuir com seus recursos para auxiliar outra parte importante, cuja estabilidade está em perigo.

As citações sugestivas que seguem foram colhidas em um tratado muito moderno sobre as finanças internacionais, admiravelmente lúcido:

> "As operações bancárias dos diferentes países estão de tal forma vinculadas entre si que a solidez das instituições mais poderosas pode ser equiparada à das mais débeis, quando ocorre um escândalo devido aos erros cometidos pelas menos capazes ... Assim como a segurança de um homem que segue de bicicleta por uma rua cheia de automóveis depende não só da sua própria destreza, mas também da organização do tráfego entre o qual ele se movimenta ... Pelo instinto de conservação, os bancos de Berlim se viram obrigados [durante a crise em Nova York] a deixar sair parte do seu ouro para abastecer o sequioso mercado norte-americano ... Se a crise fosse tão grave que Londres se visse obrigada a restringir suas facilidades, outros centros, que dispõem normalmente de saldos em Londres – saldos equivalentes a moeda física, pois um saque contra Londres corresponde a ouro –, encontrar-se-iam em sérias dificuldades. Se as coisas continuam assim, zelar para que as funções exercidas pela capital britânica não sejam interrompidas ou perturbadas corresponde ao interesse de todos os centros cujos negócios dependem das facilidades peculiares que só podem ser obtidas em Londres. É o que acontece especialmente com os estrangeiros que mantêm um saldo aplicado em Londres. Na realidade, foi Londres que reuniu em dezessete países diferentes o ouro necessário para socorrer Nova York..." [13]

A esse respeito merece ser observado que o comércio alemão tem um interesse especial em sustentar o crédito inglês. Efetivamente, é o que diz a autoridade citada:

> "Não falta quem afirme que a rápida expansão do comércio alemão, o qual se desenvolveu em grande parte devido à sua elasticidade, à capa-

[13] Hartley Withers, *The Meaning of Money*, Londres, Smith, Elders and Co.

cidade de adaptar-se aos desejos dos consumidores, não teria sido possível sem o auxílio dos grandes financiamentos conseguidos em Londres. ... Ninguém se pode queixar dos alemães por terem usado eficazmente o crédito que lhes demos para a expansão do seu comércio, embora a ampliação de créditos que eles ofereceram tenha produzido resultados que recaem sobre muitos outros ...

"Confiemos em que nossos amigos da Alemanha estão devidamente agradecidos e evitemos o erro de supor que, ao prestar esse serviço, nós nos prejudicamos. É do interesse da humanidade, de modo geral, que a produção seja estimulada, e o interesse geral da humanidade é o da Inglaterra e do seu poderoso comércio mundial. A Alemanha acelerou a sua produção com a ajuda do crédito inglês, e o mesmo aconteceu com todos os povos civilizados. É um fato que todos eles, inclusive nossas próprias colônias, desenvolvem seus recursos mediante o auxílio do capital e do crédito da Grã-Bretanha e depois fazem todos os esforços para excluir nossos produtos do seu mercado, impondo-lhes tarifas, de modo que na aparência, para o observador superficial, a Inglaterra fornece capital para destruir seus próprios negócios. Na prática, porém, as coisas se passam de modo muito diferente, pois todos os países que desenvolvem seus recursos com os nossos capitais aspiram a ter um comércio de exportação e a vender-nos os seus produtos; e como ainda não chegaram ao grau de altruísmo necessário para nos fornecerem gratuitamente as suas mercadorias, o aumento da sua produção gera uma demanda crescente para os artigos e serviços que nós suprimos. Entrementes, os interesses do nosso capital e do nosso crédito, e o funcionamento do mecanismo cambial, constituem um acréscimo substancial ao nosso patrimônio."

Mas, qual é o corolário ulterior dessa ordem das coisas? É o seguinte: hoje a Alemanha é, mais do que nunca, nosso devedor, e sua prosperidade industrial se acha inteiramente vinculada à nossa segurança financeira.

Qual seria, hoje, a situação da Inglaterra no dia seguinte a um conflito no qual o país saísse vitorioso?

Ouvi mencionar a possibilidade de que uma frota britânica vitoriosa conquistasse e anexasse o porto livre de Hamburgo. Vamos admitir que isso aconteceu e que se trata de tirar proveito da propriedade anexada e confiscada.

Essa propriedade era originalmente de dois tipos: em parte privada, em parte propriedade do governo alemão – melhor dizendo, do governo de Hamburgo. O rendimento desta última se destinava ao pagamento de juros de certos títulos do governo, e portanto a intervenção britânica retira praticamente todo valor a esses títulos, assim como de ações de empresas privadas: os papéis respectivos não podem mais ser vendidos ou negociados. Por outro lado, esses papéis estão, sob diferentes formas, em mãos de bancos importantes, empresas de seguros etc. – e a anulação repentina do seu valor provoca a insolvência dessas instituições. O desastre que atinge esses títulos abrange instituições não só alemãs como também inglesas, já que as primeiras estão endividadas com as segundas. Como centro financeiro, Londres sofre também em outros sentidos. Como já foi explicado, numerosas instituições estrangeiras mantêm saldos em Londres, e, como a intervenção britânica precipitou uma crise monetária na Alemanha, cria-se o pânico em Londres, e todos os saldos são imediatamente retirados.

As conseqüências são sentidas na capital inglesa em dois sentidos, e seria milagroso que, antes mesmo de chegarmos a esse ponto, não se tivesse feito sentir a influência do setor financeiro inglês sobre o governo britânico e a sua política. Admitamos, contudo, que o governo – fazendo das tripas coração – continuasse administrando a propriedade adquirida e negociasse empréstimos para aperfeiçoá-la, reparando os danos causados pela guerra. No entanto, observando que os títulos originais foram convertidos em simples pedaços de papel, graças à intervenção do governo britânico, e que os capitalistas ingleses ainda padecem com os efeitos do desastre sofrido por aqueles valores, os bancos se recusam a emprestar seus recursos, e só se consegue obter dinheiro a taxas proibitivas; em tais condições, logo se percebe a impossibilidade de fazer qualquer coisa de útil enquanto for mantida a política adotada pelo governo. Recorre-se então ao expediente de vender propriedade a algumas

instituições alemãs ou britânicas. Mas o sentimento de insegurança paira sobre os negócios e paralisa-os completamente. Nem os capitalistas alemães nem os ingleses conseguiram esquecer que os seus papéis foram convertidos em lixo devido à intervenção britânica. O governo de Londres descobre assim que nada pode obter do mundo financeiro enquanto não confirmar o título dos proprietários originais, garantindo dessa forma que todas as propriedades do território conquistado serão respeitadas. Em outras palavras, o confisco foi um completo fracasso.

Valeria a pena perguntar aos que consideram o confisco uma possibilidade econômica de que forma pensariam efetuá-lo. Levando em conta que a propriedade física, sob a forma de butim, que antigamente representava o ganho da vitória – vasos de prata e ouro, etc. – hoje seria insignificante, e que não se pode pensar em transportar para a Inglaterra bairros inteiros de Hamburgo ou de Berlim, só as ações e os bônus – símbolos da riqueza – poderiam ser confiscados. Mas o seu valor depende da confiança que se tem na fidelidade dos compromissos que representam. O confisco militar, porém, subverte todos esses compromissos, paralisando os tribunais que garantem a eficácia dos contratos, uma vez que as decisões judiciais são rejeitadas e suplantadas pelo poder da espada.

Assim, o valor desses títulos seria anulado, da mesma forma que o crédito das pessoas e entidades interessadas, enquanto o mecanismo creditício, posto à mercê de governantes estrangeiros, preocupados exclusivamente em cobrar tributos, ruiria como um castelo de cartas. As finanças e a indústria da Alemanha apresentariam um espetáculo de desordem e pânico ao lado do qual as piores crises de Wall Street pareceriam insignificantes. E qual seria o resultado inevitável ? Seria necessário recorrer à influência dos capitalistas londrinos sobre o governo para interromper a tentativa de confisco.

A intangibilidade da riqueza, por assim dizer, manifesta-se hoje sob uma forma mais acentuada. Perguntei certa vez a um

chartered accountant, homem de negócios e especialista profissional em cálculos e contas, vítima de acessos de germanofobia, como imaginava que os alemães pudessem tirar vantagem da invasão da Inglaterra, e ele me descreveu um programa muito simples. Admitida a impossibilidade de saquear o Banco da Inglaterra, os alemães poderiam reduzir a população britânica praticamente à escravidão, obrigando-a a trabalhar para o amo estrangeiro sob o chicote e o fuzil. Meu interlocutor tinha calculado o ganho a ser assim obtido pela Alemanha. Sigamos as etapas do procedimento: a população inglesa é privada do direito de gastar seus rendimentos, parcial ou totalmente. Seu regime é reduzido ao da escravidão, e a maior parte das rendas passam para as mãos dos seus "senhores". Mas, qual a origem dessas rendas tão tentadoras para os alemães – esses dividendos de estradas de ferro, de fábricas, minas, empresas de produtos alimentícios e de diversões públicas? Eles decorrem do fato de que a população consome muitos alimentos, veste-se bem, viaja em trens, assiste a espetáculos teatrais e musicais. Se os ingleses não puderem fazer as despesas correspondentes, os dividendos se evolam. Para que o amo alemão se apodere dos dividendos, é necessário permitir que sejam recebidos. E para isso precisará deixar que a população viva como antes, gastando com o seu próprio consumo. Por outro lado, se gastar com o seu consumo, que restará para o amo? Em outras palavras, o consumo é um fator indispensável do progresso econômico; uma vez eliminado, desaparece a renda: desvanece-se a riqueza deslumbrante que tanto fascinava o invasor.[14]

Se este não é um caso de intangibilidade, a palavra fica sem sentido. Em termos gerais, o conquistador de hoje tem duas alternativas: deixar as coisas como estão, hipótese em que se torna des-

[14] Sei que um economista poderia objetar que isso não inclui os rendimentos considerados como "renda econômica". Os que têm muito conhecimento prático do mundo dos negócios saberão que a transferência desses rendimentos de uma comunidade para outra, por meio da força armada, é tão irrealizável como qualquer outro. Os três capítulos seguintes esclarecem este ponto.

necessário empreender expedições temerárias, ou adotar a política do confisco, sabendo que isso secará a fonte dos rendimentos que tanto o atraem. Nos capítulos seguintes, veremos até que ponto essa intangibilidade da riqueza desvirtua a eficácia de todos os recursos da conquista, tais como as indenizações de guerra, os tributos, mercados cativos – tudo o que represente a tentativa, por parte de uma grande sociedade industrial, complexa e organizada, de agir como exploradora e parasita de outras.

CAPÍTULO V

O COMÉRCIO EXTERIOR E A FORÇA MILITAR

POR QUE não é possível capturar ou destruir o comércio por meio da força militar. A natureza real do comércio e a influência da marinha. Os couraçados e os negócios. Enquanto os couraçados da Grã-Bretanha defendem o seu comércio contra o ataque hipotético de couraçados alemães, o verdadeiro comerciante alemão, suíço ou belga se apodera desse comércio. A Suíça como "agressor comercial". O que existe no fundo da falácia conquistadora e militarista. A incorreção dos governos é tão improdutiva quanto a particular. A verdadeira base da honradez comercial por parte do governo.

Se de um lado Harrison declara que "uma invasão vitoriosa significaria o completo naufrágio do nosso comércio e, em conseqüência, a perda dos meios de sustentação para os 40 milhões de habitantes destas ilhas", já vi também em um dos nossos jornais mais importantes a afirmativa de que "se um dia a Alemanha se extinguisse, não haveria em todo o mundo um só inglês que não ficasse mais rico". E ademais o seguinte: "Durante muitos anos, as nações se combateram disputando a posse de uma cidade ou um direito de sucessão. Hoje recusariam combater por 250 milhões de libras de comércio anual?"

Mas, que significa a "extinção" da Alemanha? Significa que mataríamos a sangue frio 60 ou 70 milhões de homens, mulheres e crianças? De outra forma, ainda que a esquadra e o exército alemães fossem aniquilados, os 60 milhões de trabalhadores alemães continuariam a existir e seriam tão mais industriosos quanto maiores fossem seus sofrimentos e privações, esforçan-

do-se por trabalhar nas suas fábricas e explorar as suas minas com mais afinco, diligência e economia; e continuariam assim a ser nossos rivais – com ou sem exército, com ou sem esquadra.

E, mesmo que tivéssemos a capacidade de aniquilar a Alemanha, ao fazê-lo, aniquilaríamos uma parte tão importante dos nossos devedores que essa extinção provocaria um grande pânico em Londres. E os efeitos desse pânico sobre o nosso comércio seriam tais que este não poderia substituir a Alemanha nos mercados neutros, mesmo sem levar em conta que tal aniquilação faria desaparecer um mercado equivalente ao Canadá e à África do Sul juntos.

Portanto, que significa tudo isso? Equivoco-me quando afirmo que o problema está dominado por uma visão que outrora podia ter uma certa relação com os fatos, mas que hoje deixou de ter qualquer sentido?

Nosso patriota poderia responder que não se trata de destruição definitiva, mas de "aniquilação" temporária (o que, naturalmente, significaria uma aquisição também transitória desse comércio de 250 milhões de libras).

Poderia também, como Harrison, apresentar o argumento inverso, dizendo que, se a Alemanha conseguisse dominar os mares e cortar nossas comunicações, interceptaria nosso comércio em seu benefício. Essa idéia é tão absurda quanto a precedente. Já vimos que a "destruição completa do crédito" e o "caos incalculável do mercado financeiro", previstos por Harrison como conseqüência da invasão alemã, não poderiam ser consumados sem prejuízo para as finanças alemãs. É duvidoso que o caos da Alemanha fosse tão grande quanto o da Inglaterra, mas teria proporções suficientes para desorganizar completamente a indústria; e, com essa desorganização, os alemães ficariam impedidos de abastecer os mercados que a Inglaterra deixasse de suprir. Além disso, esses mesmos mercados sofreriam também uma desorganização, pois dependem da capacidade inglesa de comprar, a qual teria sido destruída pela Alemanha. Portanto, os

alemães não se beneficiariam com o caos que tivessem provocado, e a única forma de pôr fim a uma desordem financeira fatal aos seus interesses seria pôr fim ao estado de coisas por ela responsável – ou seja, terminar o isolamento da Inglaterra.

Com respeito a este aspecto do assunto, há duas coisas que podemos afirmar com absoluta certeza: 1) a Alemanha só conseguiria destruir o nosso comércio destruindo a nossa população; 2) se pudesse destruir a nossa população – o que é impossível – destruiria com ela um dos seus principais mercados, pois hoje os alemães nos vendem mais do que nós lhes vendemos. Em seu conjunto, o caso implica um equívoco monumental sobre a verdadeira natureza da indústria e do comércio.

O intercâmbio comercial é, pura e simplesmente, a troca de um produto por outro. Se o produtor inglês sabe fabricar tecidos, talheres ou barcos a preços e qualidade competitivos com seus rivais, o mercado desses produtos será seu; se, ao contrário, os seus produtos forem menos bons ou mais caros, ou se por alguma razão não forem preferidos pelos consumidores, o comércio passará para as mãos dos competidores, e os couraçados não poderão impedi-lo. Sem um só couraçado, a Suíça pode expulsar do mercado os produtores ingleses, até mesmo das suas próprias colônias, como está fazendo atualmente.[15] Digam o que quiserem os políticos, a realidade é que os verdadeiros fatores da prosperidade não têm a mais remota relação com o poder naval e militar. Para destruir o comércio de um povo formado por 40 milhões de pessoas, a Alemanha precisaria destruir nossas minas de carvão e de ferro, além da energia, do caráter e da inventiva da nossa população; em suma, teria de destruir a capacidade de 40 milhões de seres humanos decididos a ganhar a vida com seus braços e o seu cérebro. Se não estivéssemos hipnotizados por essa extraordinária ilusão, aceitaríamos em princípio o fato de que a prosperidade de um povo

15 Vide adiante.

depende de fatores como a riqueza natural do solo, sua disciplina social e sua engenhosidade resultado de anos, de gerações, talvez séculos, de toda uma tradição sustentada e de um processo seletivo lento e minucioso; e também – ademais de todos esses fatores profundos e fundamentais – de inumeráveis desdobramentos comerciais e financeiros, da aptidão técnica especial para determinadas produções, para adaptar-se às peculiaridades de certos mercados e para organizar processos produtivos complexos, contando para isso com uma população adestrada em certas operações e ofícios, mediante a prática de anos e de gerações sucessivas.

Para Harrison, essas coisas nada valem, e a Alemanha poderá substituí-las em um abrir e fechar de olhos; teríamos assim 40 milhões de habitantes reduzidos à impotência simplesmente porque a Alemanha teria sido vitoriosa no mar. No dia seguinte ao dessa vitória maravilhosa, brotariam por geração espontânea estaleiros, fundições, teares, minas de ferro e carvão, fábricas de toda espécie, com seus equipamentos, podendo assim substituir de imediato o comércio desenvolvido pelos fabricantes e comerciantes mais idôneos, ao longo de várias gerações. Em um momento dado, a Alemanha terá de produzir três ou quatro vezes mais do que pôde produzir até hoje com sua população e demais fatores. Se não fosse assim, teria de ceder o campo à indústria inglesa nos mercados que ela vem abastecendo. O que até hoje tem alimentado os 40 milhões condenados à fome pela hipotética vitória naval alemã é o fato de que o carvão e o ferro explorados por eles conseguiram chegar, de algum modo, aos povos que precisavam desses produtos. Será que essa necessidade de importar carvão e ferro vai desaparecer de um momento para outro, ou que essas 40 milhões de pessoas vão ficar paralisadas instantaneamente, provocando a incapacitação dessa vasta indústria? Qual a relação entre uma vitória da nossa esquadra e a necessidade que tem o agricultor canadense de comprar nossos produtos, pagando-os com trigo? É bem verda-

de que a Alemanha poderia impedir a importação desse trigo. Mas, por que razão e para que fim? Qual o benefício que isso traria para o povo alemão? Que espécie de milagre lhe permitiria abastecer de um momento para outro as necessidades de uma demanda que mobiliza o trabalho de 40 milhões de pes-soas? E que tipo de milagre lhe permitiria duplicar sua produção industrial? E que outro milagre lhe permitiria consumir o trigo que precisará forçosamente importar para que o lavrador canadense tenha condições de pagar pelos seus produtos? Como se pode compreender, tudo isso é elementar. São, por assim dizer, o bê-a-bá da ciência econômica. No entanto, a que se reduz a ciência econômica de Harrison e dos que pensam como ele, diante do arrebatamento fervoroso das suas elucubrações, como o trecho transcrito?

Há só uma outra interpretação possível das idéias desse patriota. Seu argumento pode ser o de que as grandes organizações navais e militares não estão destinadas à conquista territorial ou à destruição do comércio dos seus rivais, mas à "proteção" e ao fomento indireto da indústria e do comércio. Ele nos dá a entender que, de um modo ou de outro – o que não é definido claramente –uma grande potência pode secundar o comércio dos seus cidadãos mediante o prestígio inseparável de um grande exército e de uma grande esquadra, por meio da celebração de convênios sobre tarifas com outros países. Neste ponto, porém, outra vez a situação das pequenas nações européias desmente tal suposição.

Está claro que, se o estrangeiro adquire os nossos produtos e rejeita os da Alemanha, não é porque nossa marinha é maior e mais poderosa. Se os representantes de uma firma alemã e de outra inglesa visitarem o escritório de um importador na Argentina, no Brasil, na Bulgária ou na Finlândia, com o propósito de oferecer-lhe artigos de cutelaria, por exemplo, para garantir uma encomenda não bastará ao alemão observar que o seu país possui 12 couraçados, e a Inglaterra, só 8. Ele conseguirá sua enco-

menda se oferecer melhores condições ao comprador, e este tratará com um suíço, inglês ou belga, indiferentemente, sem se interessar pelo exército ou pela esquadra que respalde a nação do exportador. Da mesma forma, não se percebe a menor influên-cia do poder militar ou naval nas negociações tarifárias. A Suíça sustenta uma guerra de tarifas com a Alemanha, da qual sai vitoriosa. A história completa do comércio dos pequenos países ensina que o prestígio político dos maiores não lhes confere nenhuma vantagem comercial.

Falamos sempre como se o conjunto do nosso comércio, produzido e transportado, fosse de algum modo o resultado da nossa grande marinha, enquanto a Noruega exibe dados de transporte comercial (*carrying trade*) cerca de três vezes maior do que o nosso, proporcionalmente à sua população. E, pelas mesmas razões que tornariam impossível saquear as reservas do Banco da Inglaterra, seria impossível confiscar o comércio marítimo da Inglaterra depois de derrotar a sua esquadra. Assim, em que sentido se pode dizer que o nosso movimento comercial, ou o de qualquer outro povo, depende do poder militar?

Enquanto escrevo estas linhas, chega às minhas mãos uma série de artigos publicados no *Daily Mail* por F. A. Mckenzie, que explicam o modo como a Inglaterra está perdendo o comércio com o Canadá. Em um desses artigos, o autor transcreve o que dizem certos comerciantes canadenses:

> "Dizia o Senhor Harry McGey, um dos vice-presidentes da companhia, em resposta a minhas perguntas: 'Compramos muito pouco diretamente da Inglaterra. Temos vinte funcionários em Londres incumbidos de dirigir nossas compras na Europa, mas os pedidos vão principalmente para a França, a Suíça e a Alemanha, não para a Inglaterra.'"

Em outro artigo, o autor observa que muitos pedidos vão para a Bélgica. Cabe assim perguntar: que pode fazer em outra parte a nossa marinha que não tenha feito por nós no Canadá? Não obstante, o fluxo de comércio se transfere para a Suíça e a

Bélgica. Vamos defender-nos dessa "agressão" comercial suíça construindo outra dezena de couraçados? Supondo que fosse possível conquistar a Bélgica e a Suíça com a nossa marinha, poderíamos impedir que o comércio desses países seguisse seu curso natural? Nossas armas nos ajudaram a conquistar o Canadá, mas não nos ajudam a conseguir mais encomendas canadenses, que são dirigidas para a Suíça.

Se os comerciantes dos países pequenos podem rir dos árbitros da paz e da guerra, para que fim os comerciantes britânicos precisam de couraçados? Se a prosperidade comercial da Suíça está a salvo de qualquer agressão por parte de vizinhos cujo poder militar excede em cinco ou mais vezes o poder militar suíço, como entender que o comércio, a indústria e até mesmo o pão de cada dia da nação mais poderosa do mundo fiquem em perigo iminente de desaparecimento, se ela perder a supremacia militar?

Se os estadistas europeus nos explicassem *de que forma* o poder militar de uma grande nação pode contribuir para a prosperidade comercial dos seus habitantes, indicando esse *modus operandi* em vez de recorrer a afirmativas vagas, à fraseologia grandiloqüente sobre "o exercício da devida autoridade nos conselhos das nações", poderíamos aceitar as suas conclusões. Caso contrário, teremos de convir que o seu vocabulário político é simplesmente um resíduo do passado, herança de uma ordem das coisas que não existe mais.

Fatos como os que citei são os que constituem a defesa real dos pequenos países; e, à medida que se imponham ao critério geral, esses mesmos fatos estão destinados a prevenir os Estados, grandes e pequenos, para que não cometam qualquer agressão externa.

Uma autoridade financeira que já citei observa que essa dependência mútua e complexa do mundo moderno se produziu a despeito de nós mesmos, "sem que nos pareça convincente enquanto não a submetermos a uma prova um tanto rigoro-

sa". No fundo, os homens continuam prontos, hoje como em qualquer época precedente, a apoderar-se de bens que não lhes pertencem e que não adquiriram legitimamente. Mas o seu interesse relativo pelo assunto se alterou. Em condições totalmente primitivas, o roubo era uma ocupação medianamente produtiva. Quando os frutos do trabalho são poucos e incertos, por deficiência dos meios de produção, e a riqueza é de modo geral portátil, a rapina e a depredação trazem recompensas atraentes aos homens ousados. Em tais condições, o patrimônio de cada um depende em boa medida do peso do seu porrete e da agilidade com que é usado. Mas, quando a riqueza depende principalmente do crédito e do prestígio que têm no mercado os documentos que o registram, a má-fé revela-se tão improdutiva e arriscada quanto o trabalho honrado em épocas anteriores.

No fundo, os instintos do negociante profissional serão tão predatórios como os do bandoleiro de alta categoria de outros tempos; mas a usurpação do alheio pela força passou a ser uma das iniciativas menos fecundas, além de ser a mais perigosa. Foi o que determinou a força dos fatos comerciais. O defensor das armas afirma que isso se deve à ação da polícia, mas a verdade é outra. Na época dos barões que assaltavam nas estradas, havia na Europa tantos militares como há em nossa época. Atribuir à polícia a extinção dos assaltantes de estradas é inverter a ordem lógica das coisas. A existência e a organização da polícia devem-se exclusivamente ao fato de que a desordem e a agressão eram incompatíveis com a existência e o êxito dos negócios. Veja-se o que acontece na América do Sul: Estados onde o repúdio do crédito era um fato comum e característico da vida política transformaram-se em poucos anos, e hoje são tão sólidos e respeitáveis como a *City* de Londres, notabilizando-se pelo estrito cumprimento das suas obrigações. Durante mais de cem anos esses países foram marcados pela desordem e por um atropelo constante de cobiças pessoais disputando os butins de querelas sangrentas. No espaço de quinze ou vinte anos, tudo

mudou. Devemos entender que mudou radicalmente a índole desses povos, em menos de uma geração? Se fosse assim, ficariam invalidados não poucos argumentos invocados habitualmente pelos militaristas. Mas a explicação é menos complicada.

Esses países, como a Argentina e o Brasil, gravitaram para o círculo do comércio e das finanças internacionais. Suas relações internacionais ampliaram-se e fortaleceram-se, a ponto de tornar o repúdio dos créditos a forma menos produtiva do roubo. O capitalista dirá que são países que não se podem dar ao luxo de repudiar as suas dívidas. Se o fizessem, estariam comprometidas as propriedades de todo tipo vinculadas direta ou indiretamente ao desempenho regular das funções oficiais; os bancos também sofreriam; os grandes negócios se perderiam; a comunidade econômica e fiscal protestaria em massa. A simples tentativa de escapar do pagamento de qualquer empréstimo provocaria no mundo dos negócios uma série de perdas muito maiores do que o valor desse empréstimo.

O governo só pode se permitir repudiar suas obrigações e desrespeitar o código da moralidade econômica nos lugares em que a comunidade nada tem a perder – nem bancos, nem fortunas particulares vinculadas ao crédito público, nem grandes negócios, nem indústrias. Na geração passada, era o que acontecia na Argentina e no Brasil; e é o que ainda se passa, até certo ponto, em alguns dos Estados da América Central. Mas a transformação do crédito público nos países citados *não se deve ao crescimento do exército*. Na verdade, antes esses exércitos eram maiores. Mas hoje esses países sabem que o fundamento das finanças e do comércio é o crédito, ou seja, a confiança no cumprimento das obrigações, na estabilidade dos títulos de toda espécie, na sustentação eficaz dos contratos pela lei; e sabem também que, se o crédito sofrer uma quebra significativa, não haverá uma só parte da sua complexa estrutura que não sofra com isso.

À medida que aumenta a complexidade do sistema comercial, a prosperidade econômica fica mais sujeita à confiança

pública na estabilidade e na eficácia dos contratos, o que é a base real do "prestígio" nacional e pessoal. Uma ordem de circunstâncias superiores ao nosso arbítrio nos leva mais e mais longe na observância indefectível desse ideal, a despeito de tudo o que dizem os críticos mais severos da nossa civilização comercial. Naturalmente, há retrocessos inevitáveis, em particular naquelas sociedades que surgem apenas de um Estado mais ou menos primitivo. Mas sobrevem sempre o castigo, seguro e rápido.

Qual foi a origem real da crise bancária dos Estados Unidos, tão desastrosa para os negócios naquele país? Foi a perda da confiança pública por parte dos banqueiros. No fundo, essa foi a única razão. Fala-se em reservas monetárias e em erros de circulação; Londres, porém, que é o centro bancário universal, dispõe da menor reserva em efetivo de todo o mundo, porque, como disse uma autoridade norte-americana, "os banqueiros ingleses trabalham com uma reserva psicológica".

Ouçamos estas palavras do Senhor Withers:

> "A capacidade dos banqueiros ingleses de erguer uma estrutura de crédito muito maior sobre uma base de liqüidez em ouro muito pequena, elevando essa estrutura a uma altura tal que eles próprios consideram discutível, deve-se ao fato de que esses banqueiros são muito corretos e razoáveis, muito pouco empreendedores segundo o critério americano. Essa 'reserva psicológica' é a propriedade que vem sendo transmitida de geração a geração de excelentes banqueiros e que não tem preço. Em cada geração, cada indivíduo que recebe essa herança faz um esforço para sustentá-la e para dar-lhe nova projeção."

Mas isso não foi assim desde o princípio, e foi a sucessão progressiva de desdobramentos dos sistemas bancário e comercial que criou essa ordem de coisas. No fim, os americanos seguirão o nosso exemplo ou encontrar-se-ão em situação de irremediável inferioridade para competir conosco. O desenvolvimento do comércio torna cada vez mais evidente esta verdade: o verdadeiro fundamento da moralidade social é o interesse próprio. Se na Inglaterra as instituições bancárias e as compa-

nhias de seguros se mantêm no nível da mais absoluta honradez, isso se deve a que a menor incorreção por parte de uma delas ameaçaria inevitavelmente a prosperidade de todas.

Devemos supor então que os governos de todo o mundo, tão prevenidos e astutos quanto os banqueiros mais avisados, sustentarão indefinidamente uma interpretação antiquada e equivocada das exigências do seu interesse próprio? Devemos supor que o princípio axiomático dos banqueiros – de que o repúdio dos compromissos assumidos ou a sua simples tentativa é um absurdo inqualificável e um ato de suicídio comercial – tem de se manter ausente do ânimo dos governantes? E, quando esses governantes perceberem uma verdade tão insofismável, não teremos dado um passo considerável para fundamentar a política internacional em bases mais sensatas?

* * *

A seguinte correspondência, provocada pela primeira edição deste livro, pode contribuir para esclarecer alguns dos pontos tratados neste capítulo. Ao criticar certas teses aqui discutidas, um correspondente da *Public Opinion* alegava que eram uma série de "meia-verdades" e fazia as seguintes perguntas:

> "Que é a riqueza natural e de que forma pode o comércio aproveitá-la a não ser que se conte com mercados para delas dispor, depois de extraídas? Atreve-se o autor a sustentar que os mercados não podem ser afetados de forma permanente e grave pela conquista militar, especialmente se a conquista tem como conseqüência a imposição ao vencido de condições comerciais, concebidas e ditadas pelo interesse do vencedor? A Alemanha obteve e continua obtendo imensas vantagens com a cláusula que impôs à França com o Tratado de Frankfurt, fazendo-se reconhecer com os direitos de uma nação privilegiada ... É verdade que Bismarck errou nos seus cálculos sobre a vitalidade financeira da França, tendo sido seriamente desenganado quando os franceses pagaram sua indenização com presteza inesperada, livrando-se assim da carga não menos onerosa representada pelo financiamento do exército de ocupação. Bismarck se culpou por não ter exigido uma indeni-

zação duas vezes maior. A Alemanha levaria em conta essa experiência se os fatos se repetissem, e qualquer país que tivesse a desgraça de ser derrotado por ela no futuro veria certamente comprometida a sua prosperidade comercial por muitas décadas."

Eis a minha resposta:

"Permito-me observar ao seu correspondente que, em oposição às semiverdades a que ele se refere, suas palavras transcendem a influência da semiverdade particular que serve de base para a ilusão analisada e discutida no meu livro.

"Em que consiste um mercado? Evidentemente o correspondente pensa que é um lugar onde coisas são vendidas; mas essa é apenas metade do fato real. O mercado é um lugar onde coisas são vendidas *e compradas*. Uma das operações é impossível sem a outra, e a idéia de que um país possa vender e vender incessantemente, sem comprar, é a tese do movimento perpétuo aplicada à economia. E sobre essa teoria é tão impossível fundamentar o comércio internacional como as operações de engenharia. Entre as nações de alta organização econômica, o país cliente tem de ser ao mesmo tempo um competidor, sem que as baionetas possam impedi-lo. E se as baionetas atacam e eliminam o competidor, na mesma proporção atacam e eliminam também o cliente.

"O finado Senhor Seddon imaginava que a Inglaterra fazia suas compras usando um 'caudal de moedas' cuja evasão significava o esgotamento progressivo das respectivas fontes. Aquele homem 'prático', tão cheio de desprezo pelas 'simples teorias' era assim a vítima de uma teoria pura e simples. A visão que os fatos evocavam na sua mente não correspondia em absoluto à realidade. A Inglaterra mal dispõe do ouro necessário para pagar os seus impostos do ano e, se precisasse custear suas importações com ouro, esgotaria em três meses suas reservas. O verdadeiro sistema usado em seus pagamentos data já de sessenta anos e consiste no fato de que o país é simultaneamente comprador e vendedor. Para poder oferecer à Alemanha um mercado, é preciso levantar o dinheiro necessário para pagar as mercadorias exportadas pelos alemães, mediante vendas à própria Alemanha ou a outros países. Se esse mecanismo é interrompido, a Alemanha perde um mercado – não só o inglês, mas aqueles que dependem da capacidade de compra da Inglaterra, pois neste particular, outra vez, uma operação é inconcebível sem a outra.

"Se o seu correspondente tivesse levado em conta todo esse mecanismo, e não só a sua metade, acredito que não tivesse escrito o que

escreveu nessa passagem. Ao subscrever a doutrina econômica de Bismarck, está supondo, evidentemente, que os ganhos de um país são as perdas de outro, e que todos vivem da predação mais ou menos franca e decidida dos seus vizinhos. Trata-se, portanto, da economia política à moda de Tamerlão ou dos peles vermelhas e que felizmente não se ajusta aos fatos reais do comércio moderno.

"O conceito de ver os fatos pela metade infunde toda a carta do seu correspondente. Por exemplo: ele diz que a Alemanha derivou e continua derivando vantagens imensas da cláusula que impôs à França no Tratado de Frankfurt obrigando ao seu reconhecimento como nação privilegiada. Isso é verdade, mas só pela metade. A outra metade, complementar, e que tem a sua importância neste debate, é que a França também obteve grandes vantagens com essa disposição do Tratado, porque ela limitou consideravelmente os efeitos de uma perniciosa guerra de tarifas entre os dois países.

"De outro lado, por que razão a Alemanha se preocuparia com o rápido retorno da prosperidade à França? A pobreza dos seus vizinhos não aumentaria a riqueza da Alemanha, ao contrário, diminuiria, o que será reconhecido por todos os que tenham alguma pretensão de conhecer a ciência econômica, sejam quais forem as suas opiniões sobre o aspecto político da questão.

"De que forma poderia a Alemanha impor à Inglaterra derrotada um sistema comercial que empobrecesse os vencidos e enriquecesse os vencedores? Mediante outro Tratado de Frankfurt, que abrisse os portos ingleses às mercadorias alemãs? Mas há sessenta anos esses portos foram abertos, sem a necessidade de uma guerra custosa. Poderia a Alemanha fechar o seu mercado aos nossos produtos? Mas é o que tem feito, sem necessidade de uma guerra e em virtude de um direito que jamais contestaríamos. Assim, quais seriam as conseqüências dessa guerra? Durante dez anos pedi uma resposta definida a essa pergunta; mas os estadistas e homens públicos europeus a quem me dirigi responderam sempre com frases vagas e impressionistas, falando em 'supremacia comercial', 'política exterior altiva', 'prestígio nacional' e outras abstrações que não podem ser reduzidas a termos definidos. Nunca obtive uma fórmula de ação genuína, um *modus operandi*, um balanço inteligível e preciso. E, enquanto não receber uma resposta cabal, manterei minha crença em que o problema em causa baseia-se em uma ilusão, nada mais.

"O verdadeiro teste a que devem ser submetidas essas falácias é a definição dos termos usados. Vamos supor (como sonham os nossos *jingos*) que a Alemanha se converta em senhora da Europa, podendo

> ditar suas condições a todos os demais países. Que política adotaria com o seu Império europeu? O empobrecimento de partes desse Império? Isso seria um suicídio. Onde o seu povo encontraria um mercado receptivo?[16] E, se essas partes do Império fossem desenvolvidas e enriquecessem, passariam a ser outros competidores qualificados; e está claro que seria desnecessário promover a guerra mais dispendiosa do mundo para chegar a esse resultado. Tal é o paradoxo, a futilidade da conquista, a grande ilusão evidenciada de forma tão eloqüente pela história do nosso Império. 'Possuímos' o Império Britânico graças à política que adotamos de deixar que os seus componentes se desenvolvam cada um à sua maneira, de acordo com suas necessidades. Todos os impérios que seguiram outro caminho terminaram invariavelmente empobrecendo os seus cidadãos e dissolvidos por si mesmos.
> "O correspondente pergunta: 'Pretenderá talvez o Sr. Angell que o Japão não tenha se beneficiado política e comercialmente com as suas vitórias, e que a derrota não provocou prejuízos para a Rússia?'

O que estou disposto a sustentar, e o que sabem todos os especialistas, é que os japoneses empobreceram ao invés de enriquecerem com a guerra; e que os russos ganharam mais com a derrota do que poderiam ter ganho com uma vitória, pois essa derrota porá um freio à política russa de militarismo e expansão territorial, politicamente insensata, convertendo as energias da nação para o desenvolvimento econômico e social. Compreende-se assim que, no momento atual, a despeito de terríveis dissensões internas, a economia da Rússia demonstra uma reação positiva tão grande quanto a do Japão, ou mesmo maior. Em matéria de impostos e gravames, o Japão tende a bater todos os recordes entre os povos civilizados e não civilizados. Em média, o povo japonês paga, em impostos de vários tipos, 30% (quase um terço) dos seus rendimentos líqüidos. A aplicação do princípio da progressividade chegou a tal ponto que o japonês com renda de 10 mil libras anuais paga mais de 6 mil de imposto – uma situação que em qualquer país europeu provocaria

---

[16] Veja-se adiante as considerações sobre a política colonial francesa.

uma revolução em vinte e quatro horas, mas que é apresentada como ideal de forma tão convincente que os protestos não são levados a sério.[17] De outro lado, o orçamento russo exibe hoje, pela primeira vez nos últimos anos, um superávit.

> "Essa reação do país derrotado, depois dos desastres trazidos pela guerra, é um dos fatos habituais da história moderna. Dez anos depois da guerra franco-prussiana, a França estava em melhor situação financeira do que a Alemanha, o que acontece também hoje, e, embora o seu comércio exterior não demonstre a expansão que caracteriza o da Alemanha – porque a população francesa permanece estacionária, enquanto a da Alemanha cresce sem cessar – o povo francês desfruta, em conjunto, mais prosperidade, bem-estar e segurança econômica do que o alemão; dispõe de maiores reservas, sob a forma de poupança, com as conseqüentes vantagens sociais e morais. Na mesma ordem dos fatos, o renascimento industrial e social da Espanha data do dia da sua derrota, com a perda de colônias. A partir desse dia, os títulos espanhóis duplicaram de valor.[18]
>
> "Em contraste, desde que a Inglaterra acrescentou às suas possessões os campos auríferos do mundo, os títulos britânicos baixaram, em média, 20 pontos. Tal é a expressão final do êxito militar e do prestígio político, em termos de prosperidade e bem-estar social!"

[17] Resumindo um artigo da *Oriental Economic Review*, o *Boletim* de São Francisco afirma: "Aparentemente o Japão descobre neste momento que a Coréia 'conquistada' continua pertencendo na realidade aos coreanos; que tudo que o Japão conseguiu com a guerra foi uma carga administrativa adicional, com os gastos conseqüentes, e um aumento proporcional das complicações internacionais, devido à extensão das suas fronteiras e à proximidade dos vizinhos continentais: a Rússia e a China. Embora 'possua' a Coréia, o Japão se encontra em situação econômica e política pior do que na época em que se via obrigado a tratar com aquele país como nação independente." A *Oriental Economic Review* observa que os japoneses têm confiança em melhorar a situação da Coréia mediante a fusão dos dois povos por meio de casamentos mistos. O que significa uma aproximação social e econômica que provavelmente poderia ter sido feita com mais facilidade, sem extinguir a independência coreana, antes da anexação que agravou o sentimento popular.

[18] Os títulos de 4% valiam 42,5 durante a guerra e, imediatamente antes da questão marroquina, eram cotados a 90. Na *North American Review* de dezembro de 1910, E.C. Penfold diz o seguinte: "A nova Espanha, cuja força motriz emana não dos moinhos de vento da fantasia, mas do esforço honrado, tem hoje melhores condições materiais do que em muitas gerações anteriores. A partir da guerra, os títulos espanhóis praticamente dobraram de valor, e o câmbio da moeda espanhola melhorou proporcionalmente. Os portos atlânticos e mediterrâneos da Espanha estão repletos de navios, e a atitude do povo tende a passar da indolência e do *dolce far niente* para a atividade fecunda."

CAPÍTULO VI

O SOFISMA DA INDENIZAÇÃO

O BALANÇO real dos resultados da guerra franco-prussiana. A observação esquecida de Sir Robert Giffen sobre o significado verdadeiro dos números. A realidade francesa e alemã na década imediatamente posterior à guerra. A decepção de Bismarck. Os descontos a que está sujeita a indenização francesa. A influência da guerra e das suas conseqüências sobre a prosperidade e o progresso da Alemanha.

Na política, infelizmente é certo que 10 libras visíveis e palpáveis parecem muito mais, aos olhos do público, do que um ou vários milhões invisíveis, mesmo quando são reais e efetivos. Assim, por mais que se insista sobre o desastre inseparável das guerras e a impossibilidade de se conseguir com elas a mais mínima vantagem econômica e social de caráter efetivo para o conquistador, ainda se invoca o exemplo da Alemanha e da indenização de 200 milhões de libras que impôs à França ao terminar a guerra de 1870-1871, como prova conclusiva de que um país pode "lucrar com a guerra".

Em 1872, *Sir* Robert Giffen publicou um artigo notável em que resumia assim os resultados da guerra franco-prussiana: para a França, a guerra tinha causado a perda de 700 milhões de libras; para a Alemanha, um ganho líqüido de 174 milhões de libras, diferença cuja importância em favor da Alemanha, ao fim de uma guerra de poucos meses de duração, excede o valor total da dívida pública inglesa!

À primeira vista, números autênticos dessa magnitude são tão decisivos que fazem com que os que examinaram posteriormente o resultado financeiro da guerra de 1870 esqueçam este fato fundamental: se o balanço indicado fosse exato, toda a história

financeira da Alemanha e da França durante os quarenta anos subseqüentes careceria de sentido.

Naturalmente, o que carece de sentido é o próprio balanço, sem que isso recaia em absoluto sobre *Sir* Robert Giffen, que apresentou esses números sem saber o que se seguiria à guerra. Por outro lado, não se pode dizer o mesmo de todos os que adotaram esses números, aduzindo-os como testemunho. O próprio *Sir* Robert Giffen fez reservas importantes a respeito e de certa forma suspeitou das dificuldades que havia em deduzir benefícios práticos de uma indenização sem omitir a observação explícita de que os dados nominais estavam sujeitos a grandes descontos.

Criticando uma das edições anteriores deste livro, um redator do *Daily Mail* de 15 de dezembro de 1910 parece adotar, em conjunto, os número usados por *Sir* Robert, sem levar em conta as suas reservas, e precisei contestá-los de minha parte, com estas palavras:

> "Para chegar a esse balanço, o crítico omite certos detalhes, conforme a prática dos gênios financeiros que lançam no mercado certo gênero de empresa prometendo 150% de lucro aos subscritores. Eis aqui, entre outros, certos itens que não foram levados em conta devidamente: a expansão do exército francês imediatamente depois da guerra, aumento que obrigou a Alemanha a acrescentar ao seu próprio exército não menos de cem mil homens, que nele permaneceram durante quarenta anos e representaram, nesse período, uma despesa de 200 milhões de libras esterlinas. Com isso, já eliminamos os 'benefícios', sem que tenha progredido na minha enumeração. Considere-se a perda de mercados sofrida pela Alemanha, devido à destruição de vidas e de riqueza ocorrida na França: perdas causadas pelo transtorno geral na Europa e perdas ainda maiores provocadas pela manutenção de exércitos improdutivos em quase todo o continente, a partir da guerra. O subseqüente desvio de energias, por si só, privou a Alemanha de grandes mercados, e, se considerarmos o efeito depressivo sobre o desenvolvimento em geral, esses mercados perdidos foram enormes.
>
> "Ademais, é absurdo invocar o significado dos números diante de uma contabilidade como a adotada pelo meu crítico. A Alemanha tinha sofrido as conseqüências de uma preparação para a guerra bastante com-

plexa, e, devido ao conflito, e como parte integrante do sistema bélico que ela sustenta, teve de resignar-se a manter determinadas obrigações ao longo de quarenta anos - e tudo isso foi ignorado. Vejamos por um momento os resultados do sistema se fosse aplicado no domínio comercial corrente: considerando que a colheita de uma plantação, por exemplo, durasse só uma semana, omitiríamos os gastos de exploração em todo o resto do ano, contabilizando apenas o custo (e não o custo completo) da colheita: deduziríamos essa cifra do produto bruto da colheita e chamaríamos o resultado de 'ganho'. Bela contabilidade! Adequada para levar à falência qualquer empresa e também para levar à prisão os seus dirigentes.

"Por outro lado, mesmo que os números do redator desse jornal estivessem completos e não fossem defeituosos ou enganosos, minha tese não se modificaria, pois os fatos que confrontamos desautorizam suas elucubrações estatísticas, em vez de sustentá-las. Trata-se de uma guerra que, do ponto de vista financeiro, é o êxito mais completo já registrado pela história; e, se a afirmativa geral sobre os benefícios financeiros desse conflito fosse certa e seus resultados tão brilhantes como se dá a entender, as conseqüências práticas se manifestariam sob a forma de maior abundância de dinheiro e juros mais baixos na Alemanha, em comparação com a França; ao mesmo tempo, o crédito público seria muito mais sólido na Alemanha. Mas é justamente o contrário, e o resultado líqüido verificado é que, dez anos depois da guerra, as finanças alemãs estavam muito piores que as francesas, e a Alemanha se via obrigada, naquele momento como hoje, a recorrer à sua vítima, pedindo-lhe um empréstimo. Vinte meses depois do pagamento final da indenização, a taxa de juros era mais alta em Berlim do que em Paris, e sabemos perfeitamente que os últimos anos de Bismarck foram toldados por um espetáculo tão enigmático e absurdo como ver os vencidos reagir e recuperar-se da guerra muito mais depressa do que os vencedores. Isso é o que nos testemunham os seus próprios discursos, e também o fato de que a França enfrentou com menos dificuldade do que a Alemanha as tormentas de 1878 e 1879. E hoje, enquanto a Alemanha precisa pagar juros de quase 4% pelos recursos de que necessita, a França os obtém a 3% ... Estamos examinando por enquanto exclusivamente o aspecto monetário, as vantagens e desvantagens de determinada operação financeira, e as provas sucessivas que encontramos nos levam unanimemente a esse resultado: vencida, a França está em condições muito melhores do que a Alemanha vencedora. Em conjunto, o povo francês é muito mais próspero e desfruta de maior bem-estar, tem maior segurança econômica, maiores reservas financeiras e conseqüentemente todas as vantagens sociais e morais que o povo alemão, e os números com-

paravitos – de 98, que é a cotação dos títulos franceses, para 83, que é a média dos títulos alemães –proclamam essa realidade com mais eloqüência do que qualquer argumento. Evidentemente, há algo de muito errado em uma operação financeira que tem esses resultados."

O erro fundamental da operação consiste, naturalmente, em que, para poder alcançar nesse caso uma vantagem financeira, é preciso descartar todos os fatos essenciais, entre os quais se encontram, em primeiro lugar, os preparativos indispensáveis para uma guerra desse tipo, com todas as suas conseqüências imediatas. Tratando-se de países de alta organização industrial, como a Alemanha e a Inglaterra, cuja subsistência diária depende em grande parte da existência de mercados para os seus produtos, a política de "pirataria", cuja primeira conseqüência é impor aos vizinhos uma ordem de despesas que limitam a sua capacidade de compra, constitui um ônus que os iniciadores e responsáveis por essa política devem compartilhar proporcionalmente. Não foi a França que pagou a maior proporção dos custos reais da guerra franco-prussiana, mas a Europa, e especialmente a própria Alemanha, mediante o opressivo sistema militar e a tirania política que a guerra acarretou ou contribuiu para agravar.

Hoje há ainda outra consideração especial a respeito das indenizações que precisa ser comentada: a dificuldade prática em transferir uma grande soma de dinheiro por meios alheios ao mecanismo das operações comerciais, especialmente no contexto do protecionismo. Na realidade, vistas as coisas à luz da hipótese protecionista, o recebimento de uma indenização tem efeitos desfavoráveis para a nação que a recebe. Se o dinheiro recebido, sob qualquer forma, "permanecesse no país", segundo a expressão protecionista, está claro que os preços se elevariam em proporção ao aumento bruto da relação existente entre o dinheiro e os artigos de consumo, e o país se encontraria em posição desfavorável para exportar, ou seja, para competir com outros países no comércio internacional. E, se o dinheiro for gasto no exterior, os produtos assim

adquiridos vão competir com a produção nacional. Há, dessa forma, um verdadeiro dilema, e o país indenizado se vê obrigado a receber essa indenização em riqueza física, ou seja, em artigos que competirão com os produzidos localmente, ou em dinheiro, que poderá provocar uma elevação dos preços, isto é, uma inflação, de modo que o maior estoque de moeda seja anulado pela redução do seu poder de compra unitário, o que representa também uma desvantagem para o comércio de exportação. É um dilema que se impõe ao protecionista, embora não exista para o livre-cambista.

Sem insistir sobre este ponto mais do que o necessário, o caso da Alemanha e da indenização francesa nos leva à consideração de que o valor nominal de toda indenização monetária importante fica sujeito a um grande desconto, devido às dificuldades práticas de pagar e receber, inevitáveis em quaisquer circunstâncias.

Essa dificuldade foi prevista claramente por *Sir* Robert Giffen, embora suas observações e as reservas que apresentou tenham sido de modo geral desconsideradas pelos que aceitam suas opiniões e conclusões.

Essas observações podem ser assim resumidas:

> "Quanto à Alemanha, cabe a dúvida sobre se os alemães ganharam tanto quanto a França perdeu, já que o montante da indenização passa das mãos particulares para o governo de Berlim, que não pode dar-lhe uma aplicação tão remuneradora quanto esses indivíduos. É possível também que o sistema de concessão de grandes empréstimos cause prejuízos no longo prazo, embora seja preferível ao sistema de depósito de dinheiro.
>
> "As operações financeiras relacionadas com esses grandes gastos e perdas afetam gravemente o mercado monetário. Em primeiro lugar, têm sido uma causa fecunda de distúrbios espasmódicos. O início das hostilidades provocou um pânico financeiro em julho de 1870, devido à ansiedade dos que tinham compromissos pendentes e queriam proteger-se contra os riscos da guerra. Em setembro de 1871, houve um novo desastre financeiro, devido à retirada repentina da indenização pelos alemães. Esse caso evidencia assim a tendência geral das guerras de produzir

> perturbações espasmódicas em um mercado de organização delicada como é atualmente o de Londres."

Merece registro aqui que as dificuldades de 1872 são insignificantes comparadas às que surgiriam hoje. Em 1872, a Alemanha se bastava a si mesma e não dependia do crédito externo. Hoje, a estabilidade absoluta do crédito na Europa é vital para a sua indústria e a sua população, como os acontecimentos de 1911 demonstraram com suficiente clareza.

O público está longe de compreender até que ponto a história da indenização alemã comprova o que disse *Sir* Robert Giffen, e teria dificuldade em entender o fato de que, no que diz respeito aos alemães, aquele "caudal de ouro" foi convertido em pó e cinzas. Primeiramente, pela mencionada elevação dos preços e a sua influência prejudicial sobre o comércio de exportação, ao competir com o comércio francês, no qual deveria haver, por ação inversa, uma baixa de preços. Foi o que aconteceu efetivamente. P. Leroy Beaulieu e Leon Say demonstraram que esse fator influenciou o valor das letras de câmbio emitidas de forma que correspondia a uma bonificação para o exportador francês; para o alemão, ao contrário, representava uma desvantagem, claramente prejudicial aos seus interesses. Diz o Capitão Bernard Serrigny, que compilou na sua obra todo um acervo de testemunhos úteis sobre o particular:

> "A alta de preços afetou seriamente o custo de produção, e os produtores alemães se viram assim em uma situação muito desvantajosa com relação aos ingleses e franceses. Finalmente, as mercadorias produzidas com esse alto custo chegaram ao mercado local no exato momento em que a elevação do custo de vida reduzia sensivelmente a capacidade de compra dos consumidores. Essas mercadorias tiveram de competir não só com a superprodução nacional, causada pelo estancamento das exportações, como também com os produtos estrangeiros que, dado o seu baixo preço, entravam no país apesar das tarifas. Nessa competição, a França teve um papel preeminente, pois naquele país a escassez de moeda metálica provocara uma atitude muito cuidadosa com respeito aos

> assuntos financeiros, fazendo com que os preços caíssem de forma considerável. Assim, na França, a situação financeira e comercial era muito diferente da reinante na Alemanha, onde a receita representada pela indenização recebida dera lugar a uma especulação extravagante. Além disso, devido aos pagamentos importantes feitos pela França no exterior, os saques contra centros financeiros estrangeiros recebiam um prêmio, correspondendo a uma vantagem adicional para os exportadores franceses não desprezível, a tal ponto que eles chegaram em alguns casos a vender suas mercadorias com prejuízo, para realizar um ganho com o prêmio sobre as letras de câmbio correspondentes. Desse modo, o mercado alemão era invadido e ocupado no momento em que a Alemanha prometia empreender com êxito a conquista do mundo, usando a indenização."

Em seu livro *História das crises comerciais*, o economista alemão Max Wirth se espantava, em 1874, com a recuperação econômica e financeira da França. "O exemplo mais patente da vitalidade econômica do país está nas suas exportações, que aumentaram logo depois da ratificação da paz e a despeito da guerra, que devorara cem mil vidas e mais de 10 bilhões (400 milhões de libras esterlinas)." Em *Fürst Bismarck als Volkswirt* [*O Príncipe Bismarck como economista*], o Professor Biermer chega a conclusão análoga e mostra que o movimento protecionista de 1879 procede em grande parte das conseqüências da indenização francesa.

Esse porém era apenas mais um fator entre muitos: a desorganização financeira e o aumento fictício de gastos, com a sua seqüela de especulações desordenadas, precipitaram em conjunto a pior crise financeira já sofrida pela Alemanha nos tempos modernos. Lévisse resume assim o que aconteceu:

> "Foram perdidas enormes somas de dinheiro. Se tomarmos o conjunto dos títulos cotados na Bolsa de Berlim – títulos ferroviários, industriais e de mineração –, teremos de estimar o seu valor em 1870 e 1871 em milhares de milhões de marcos. Mas, na Alemanha, também sofreram prejuízos numerosas empresas que não participavam da Bolsa de Berlim. Colônia, Hamburgo, Frankfurt, Leipzig, Breslau e Stuttgart – cada uma dessas cidades tinha seus conjuntos locais de títulos especulativos. Assim, é preciso acrescentar aos milhares de milhões outras centenas de milhões. Essas importâncias não representavam apenas transferência de patrimônio, pois grande parte do capital investido se per-

> deu por completo, em despesas malfeitas e improdutivas ... Indiscutivelmente o dinheiro perdido por essas empresas representou uma perda absoluta para a Alemanha."

Os dez anos entre 1870 e 1880 foram para a França um período de ação e recuperação; para a Alemanha, representaram uma séria depressão, depois de um breve surto de progresso, em 1872. Nesse sentido, contamos com um testemunho respeitável, do próprio Bismarck. Sabe-se que, nos seus últimos anos, o Chanceler teve de assistir a um espetáculo aparentemente tão absurdo como era a recuperação da França depois da guerra, mais rápida e completa que a da Alemanha. Ao apresentar a lei protecionista de 1878, Bismarck o fez declarando que a Alemanha "sangrava lentamente" e que, se essa situação se prolongasse, o país não tardaria a se arruinar completamente. Falando no *Reichstag* em maio de 1879, Bismarck dizia:

> "Vemos que a França consegue enfrentar as atuais dificuldades financeiras do mundo civilizado com mais êxito do que nós; seu orçamento aumentou, a partir de 1871, em um bilhão e meio, e não só mediante o recurso a empréstimos. Vemos que o país tem maiores recursos do que a Alemanha e que, em suma, os franceses se queixam menos das dificuldades dos tempos atuais".

E em um discurso pronunciado dois anos depois (em 29 de novembro de 1881), retorna ao mesmo ponto:

> "Por volta de 1877, tive a oportunidade pela primeira vez de perceber a situação de quebra geral e crescente da Alemanha, em contraste com o que acontecia na França; vi altos-fornos fechados e uma queda no bem-estar geral. Piorou a posição das classes trabalhadoras, e os negócios em conjunto entraram em uma situação desastrosa."

Na obra de onde copio esses trechos,[19] o autor comenta, na introdução aos discursos de Bismarck:

---

[19] *Die Wirtschafts Finanz und Sozialreform im Deutschen Reich*, Leipzig, 1882.

"O comércio e a indústria se encontravam em situação desastrosa, com milhares de trabalhadores desempregados. No inverno de 1876-77, esse estado de coisas se agravou cada vez mais, a tal ponto que foi necessário criar cozinhas ambulantes de emergência e abrir oficinas por conta do Estado."

Mal se encontrará um comentarista que, ao tratar desse período, não assinale os mesmos fatos. Dizia M. Block em 1879: "Oxalá pudéssemos voltar à situação anterior à guerra, mas os salários baixam ao mesmo tempo em que os preços sobem." [20]

Enquanto os milhões da França choviam sobre a Alemanha (1873), esta atravessava grave crise financeira, e de modo geral esse aporte de recursos beneficiaria tão pouco o comércio e as finanças que, doze meses depois de finalizado o pagamento da indenização, os juros bancários eram mais altos em Berlim do que em Paris. E, como observa o economista alemão Soetbeer, em 1878 a moeda em circulação na França era mais abundante do que na Alemanha. [21] De seu lado, Hans Blum atribui diretamente à indenização a série de crises ocorridas entre 1873 e 1880: "Uma fugaz explosão de prosperidade e depois a ruína para milhares e milhares." [22] Durante todo o ano de 1875, os juros bancários em Paris foram uniformemente de 3%, enquanto em Berlim (*Preussischer Bank*, predecessor do *Reichs Bank*) oscilava entre 4% e 6% . Uma diferença análoga se reflete no fato de que, entre 1872 e 1877, os depósitos de poupança na Alemanha se reduziram em cerca de 20%, enquanto na França esses depósitos *aumentaram* no mesmo período em cerca de 20%.

[20] "La Crise Economique", *Revue des Deux Mondes*, 15 de março de 1899.
[21] Maurice Block, "La Crise Economique", *Revue des Deux Mondes*, 15 de março de 1879. Vide igualmente *Les Conséquences Economiques de la Prochaine Guerre*, do Capitão Bernard de Serrigny (Paris, 1909). O autor comenta (p. 127): "Evidentemente, a desastrosa situação financeira da Alemanha, que no princípio da guerra forçara a Prússia a tomar dinheiro emprestado aos juros inauditos de 11%, foi o que induziu Bismarck a exigir uma indenização tão grande, confiando em restaurar assim a situação fiscal do país. No entanto, os fatos o enganaram cruelmente: poucos meses depois de efetuado o último pagamento da indenização, o ouro enviado pela França tinha retornado ao seu território, enquanto a Alemanha, mais pobre do que nunca, se debatia na angústia de uma crise que era em grande parte o resultado direto da sua riqueza momentânea."
[22] *Das Deutsche Reich zur Zeit Bismarcks*, ou seja, *O império alemão na época de Bismarck*.

Há duas tendências que revelam claramente a situação da Alemanha durante a década que se seguiu à guerra: a enorme expansão do socialismo – relativamente muito maior do que jamais se veria depois – e o impulso dado à emigração.

A tese mais conhecida e mais comum entre os defensores da guerra é a seguinte: mesmo quando não se justifique economicamente um empreendimento como o de 1870, o estímulo moral que a vitória provocou no povo alemão impõe-se com um benefício incalculável para a povo, o conjunto da nação. Em outra parte, discutiremos mais extensamente seus alegados efeitos sobre o surgimento da solidariedade alemã, o sentimento patriótico e o orgulho nacional, com a extinção das disputas internas e outras tensões. Neste ponto, vou limitar-me a observar que essa retórica tão brilhante não resiste ao critério dos fatos. Os dois fenômenos já mencionados – o grande progresso do socialismo e o enorme impulso dado à emigração nos anos imediatamente posteriores à guerra – desmentem essas pretensões. Entre 1872 e 1873, justamente o período em que o estímulo moral inerente à vitória e o estímulo econômico inerente à indenização deveriam motivar todo bom alemão, a emigração foi maior do que antes e do que seria no futuro, em relação ao número de habitantes. Os dados respectivos são de 154 mil pessoas em 1872 e 134 mil em 1873. [23]

Em nenhuma época desde os anos 1850 as lutas políticas internas foram tão acerbas como nesse período, todo ele marcado pela

[23] Desse ponto de vista, os dados sobre emigração na Alemanha são muito significativos; embora flutuem muito e revelem nessas flutuações a influência de fatores muito diferentes, parecem sempre aumentar depois das guerras. Assim, depois da guerra dos Ducados (Schleswig-Holstein), esse número duplicou. Para os cinco anos anteriores às campanhas de 1865, foram em média de 48 mil por ano, e depois subiram rapidamente a mais de 100 mil. Em 1869, tinham caído para 70 mil, e logo chegaram a 134 mil, em 1873. O que é ainda mais revelador: a emigração não se originava das províncias conquistadas – Schleswig-Holstein, Alsácia ou Lorena –, mas da própria Prússia. Sem pretender que os efeitos das guerras sejam o único fator dessas flutuações, os dados relativos à emigração merecem ser examinados com cuidado, pois afetam a tese do êxito da guerra. Vide especialmente "L'Emigration Allemande", na *Revue des Deux Mondes*, janeiro de 1874.

repressão e proscrição de um lado e por ódios de casta de outro – verdadeira "idade do ouro do sargento", como o chamou um alemão.

Dir-se-á talvez que, depois da primeira década, o comércio alemão revelou um vigor expansivo que o francês não teve. Os que se deixam hipnotizar por esse argumento não percebem um fato que vinha adquirindo importância, não desde a guerra (pois começou a se fazer sentir cinqüenta anos antes), mas durante todo o século XIX: por causas inteiramente estranhas à guerra franco-prussiana, a população francesa permaneceu estacionária. Já a população alemã se tem multiplicado sem cessar, por razões igualmente independentes da guerra. De 1875 até hoje a população alemã aumentou em 22 milhões; a francesa simplesmente não cresceu. Não surpreende, portanto, que o trabalho de 20 milhões de pessoas tenha a sua influência na produção industrial. E é evidente que a necessidade que tem essa população em crescimento de trabalhar para seu sustento garante à indústria alemã uma expansão, fora dos seus limites territoriais, a que não podem aspirar outras nações cujas energias sociais não foram mobilizadas para enfrentar aquele desafio. Além disso, não devemos perder de vista que a Alemanha custeia seu comércio exterior a um preço elevado, se o avaliamos em função das condições de bem-estar relativo do seu povo. Em outras palavras, os alemães conquistaram esse comércio por meio de concessões desesperadas, próprias do empresário acossado que no extremo da sua luta reduz seus ganhos a um mínimo, fazendo sacrifícios que não faria se fosse próspero. Embora a França não tenha feito depois da guerra nenhum progresso extraordinário no seu comércio internacional, o nível de bem-estar das suas classes sociais tem crescido sem cessar e é hoje indiscutivelmente superior ao da Alemanha. Esse maior grau de conforto da população francesa se reflete na sua situação financeira. E verificamos que, tendo sido vitoriosa na guerra, a Alemanha se encontra hoje na situação de suplicante com respeito à França. E não é nenhum segredo de Estado o fato de que durante anos a Alemanha vem usando todos os recursos da sua diplomacia para obter o reconhecimento oficial

dos seus títulos nas bolsas francesas. Assim, no campo das finanças, a França é o árbitro da situação, no sentido literal.

E isso não é tudo. Os que falam em tom de triunfo sobre a expansão industrial da Alemanha como prova das vantagens trazidas pela guerra e pela conquista desconhecem certos fatos que não é possível ignorar. São os seguintes:

1. O progresso em questão não é peculiar à Alemanha e tem ocorrido, em maior ou menor grau, em países que não se envolveram em nenhuma guerra vitoriosa, como os Estados escandinavos, os Países Baixos, a Suíça etc. Refiro-me naturalmente à riqueza geral e à média do progresso social da população.

2. Mesmo se esse progresso fosse peculiar à Alemanha (o que não acontece), caberia indagar se certos aspectos da evolução política da Alemanha, anteriores à guerra (e que podem ser citados justificadamente como fatores mais eficazes do progresso industrial), não terão influído realmente de modo muito apreciável na evolução das coisas.

Refiro-me em particular à imensa transformação ocorrida depois da união fiscal dos Estados alemães, completada antes da declaração de guerra de 1870.

3. Graves dificuldades sociais gravitam hoje sobre o povo alemão (cada uma das quais tem, naturalmente, aspectos econômicos): os antagonismos de casta, o atraso do governo parlamentarista e a sobrevivência de idéias políticas reacionárias investidas com a denominação de "ideal prussiano" – dificuldades de que estão isentos aqueles Estados, como os já mencionados, cujo desenvolvimento político não traz os estigmas da guerra vitoriosa. Não pode haver dúvida de que todas essas dificuldades, que a Alemanha enfrenta de forma especial entre as outras grandes nações da Europa, são em grande parte o legado peculiar da guerra franco-prussiana, um aspecto do sistema geral que ela criou e a característica da aliança política que ela promoveu.

Quando se atribui o progresso da Alemanha unicamente às conseqüências da guerra, omitindo fatores que têm com esse

progresso uma relação muito mais direta e imediata, incorre-se em um desses equívocos que se acentuam à força de serem repetidos e que chegam a afetar homens públicos respeitados, evidenciando a negligência das nossas avaliações. Sobre os aspectos mais gerais do assunto, distintos do problema especial da indenização, insistirei mais detidamente em outra parte deste livro. Os testemunhos relativos à tese particular do benefício econômico e das vantagens efetivas trazidas ao vencedor por uma indenização importante têm caráter mais elementar. Podemos formular nossa indagação desta forma: houve realmente uma vantagem positiva para o vencedor, no caso concreto mais eficaz e característico de indenização já registrado pela história? A resposta é perfeitamente clara: todos os testemunhos que podemos reunir concorrem na demonstração de que não houve tal vantagem e que provavelmente teria sido preferível para o vencedor renunciar à indenização.

Mesmo que se possa deduzir dos testemunhos a conclusão oposta – ou seja, que a indenização foi útil e trouxe benefícios e não desvantagens; ainda que se omita a perturbação financeira e comercial que se seguiu ao pagamento e que sejam atribuídas outras causas às crises financeiras subseqüentes; que não se faça qualquer desconto no valor nominal da indenização e se admita o valor integral de cada centavo pago à Alemanha; mesmo em tais condições, subsiste o fato de que a guerra de 1870, considerada como operação comercial (sendo a indenização e a anexação das duas províncias francesas o produto bruto dessa operação), foi um fracasso lastimável, já que o seu custo monetário excede em muito o valor das duas províncias e da indenização recebida.

Pode-se argüir, no entanto, que em uma futura oportunidade a Alemanha, ou outro país no seu lugar, levará em conta o erro que anulou as vantagens da guerra franco-prussiana, exigindo uma indenização muito maior. A essa observação responderíamos dizendo que as dificuldades de 1872 aumentaram imensamente a partir daquela época. Hoje, a Alemanha está sujeita à estabilidade do crédito europeu em um grau muito maior do que há quarenta anos. Perigos que em 1872 poderiam ter sido evitados com um pouco de sabedoria hoje só por um milagre seriam evitados. Aumentaram os custos, as dificuldades e os distúrbios causados pela guerra, em termos incalculáveis. O custo total da guerra para os dois beligerantes foi calculado por *Sir* Robert Giffen em 600

milhões de libras esterlinas. Trinta anos depois, a Grã-Bretanha participou de uma despesa ainda maior (calculando também os gastos dos dois beligerantes) para subjugar um povo estrangeiro – não 40 milhões de pessoas, mas de cerca de cem mil –, ou seja, 1/400 do antagonista enfrentado pela Alemanha em 1870.

Os que pretendem fazer a guerra como uma operação produtiva (a eles está dirigido este capítulo) enfrentarão dificuldades e problemas da maior gravidade, não só militares, mas sociais e financeiros.

Foi aí precisamente onde falhou a ciência dos vencedores da guerra de 1870. Mas, aparentemente, não há qualquer sinal de que o estudo desse aspecto do problema tenho evoluído sensivelmente. Pelo contrário, padece esse estudo, hoje mais do que nunca, com a negligência dos pensadores, e já é hora de abordá-lo metodicamente, com uma atitude científica.

Todos os que aspiram ao bem-estar da Europa devem contribuir nesse sentido, contando de antemão com este resultado: a demonstração de que a guerra não pode ser produtiva e de que todas as forças ativas e crescentes que concorrem para o desenvolvimento do mundo moderno fazem com que, na condição de empreendimento comercial, a guerra seja desastrosa e absurda. O estudo deste ramo especial da política internacional, como o de qualquer outro dos seus aspectos, contribuirá para o objetivo comum de desprestigiar uma crença equivocada que é a origem freqüente de conflitos entre os povos civilizados, oferecendo razões que ainda são constantemente invocados como motivo e justificação da guerra.

CAPÍTULO VII

DA POSSE DE COLÔNIAS

A DIFERENÇA inevitável entre os métodos do século XX e os do século XVIII. A natureza imprecisa do nosso conceito da política. Como "possuímos" nossas colônias. Alguns fatos pouco reconhecidos. Por que os estrangeiros não poderiam disputar com a Inglaterra a posse das suas colônias autônomas. A Inglaterra não "possui" essas colônias, que são donas do seu destino. Os paradoxos da conquista: a situação da Inglaterra nas suas próprias colônias é menos favorável do que nas nações estrangeiras. A vivência inglesa como potência colonial é a mais antiga e a mais experimentada do mundo. A Alemanha poderia ter mais sucesso nesse campo?

Os capítulos precedentes esclarecem seis das sete proposições mencionadas no capítulo III. Falta a última, relativa à idéia de que de algum forma estariam em perigo nossa segurança e nossa prosperidade caso uma nação estrangeira "se apoderasse das nossas colônias" – o que, segundo se afirma, é o desejo dos nossos rivais, que poderiam assim "dissolver o Império Britânico", com vantagem para eles.

Façamos o possível para dar algum sentido a uma linguagem repetida automaticamente por todos os que modelam nossas idéias políticas, embora seja pueril e carente de sentido, como revela a sua análise.

Antes de mais nada, convém observar que neste, como em todos os demais aspectos do problema das relações entre os Estados, o mundo caminhou, e é preciso modificar os métodos utilizados no passado. Qualquer tentativa de discutir a esterilidade da força militar como recurso político no mundo atual nos leva ao argumento de que a Inglaterra adquiriu as suas colônias

pela espada, e, em conseqüência, todo Estado desejoso de adquirir colônias deverá usar o mesmo recurso. Com igual fundamento poderíamos dizer que, como em outros tempos certas tribos e nações se enriqueciam capturando escravos e mulheres entre os seus vizinhos, o desejo de adquirir escravos e mulheres deve ser um dos motivos da guerra entre as nações de hoje, deixando de levar em conta o fato de que os métodos industriais aboliram a escravidão na ordem econômica e a transformação das condições sociais eliminou a captura de mulheres.

Qual era o problema peculiar enfrentado pelo comerciante aventureiro do século XVI? Ele se encontrava em terras estranhas, recém-descobertas, com abundância de pedras e metais preciosos, frutos e árvores, habitadas por povos selvagens ou semi-selvagens. Se outros comerciantes adquiriam as pedras, está claro que isso não se devia à sorte. Por isso sua política colonial devia visar dois objetos: em primeiro lugar, a ocupação eficaz do país, para manter seu predomínio sobre os aborígenes e para explorar sem reservas o território; em segundo lugar, a exclusão de qualquer outra nação cujos cidadãos pudessem adquirir as pedras, os metais e as madeiras encontrados localmente, privando a metrópole do benefício representado por esses produtos.

Essa é a história dos franceses e holandeses na Índia e dos espanhóis na América do Sul. Mas, logo que se organizou nesses países uma comunidade estável, com raízes no solo, o problema mudou completamente de aspecto. As colônias começaram a ter importância para a metrópole como mercados e fontes de matérias-primas e alimentos; e, para que se desenvolvessem plenamente nessa direção, precisavam converter-se em entidades mais ou menos autônomas, só suscetíveis de exploração pelo país colonizador nos mesmos termos em que este poderia "explorar" qualquer outra comunidade com que se relacionasse. A Alemanha poderia adquirir o Canadá, mas não apoderar-se das suas riquezas – metais preciosos ou matérias-primas – com a exclusão de outros países. Para "possuir" o Canadá, a Alemanha teria de

resignar-se a "possuí-lo" como a Inglaterra hoje o "possui": pagando cada saco de trigo e cada quilo de carne que adquirisse, exatamente como se o Canadá continuasse a ser propriedade da Inglaterra ou "pertencesse" a qualquer outro país. Os alemães não poderiam ter sequer a satisfação moderada de germanizar aquelas grandes comunidades, pois é sabido que elas têm características próprias bem definidas. Depois da conquista, a língua, as leis e os costumes teriam de continuar sendo o que são atualmente, e a Alemanha terminaria descobrindo que o Canadá alemão não era diferente do Canadá inglês: um país ao qual podem ir (e vão) alemães e que é um campo propício para receber o excesso de população da Alemanha.

Na realidade, a Alemanha alimenta a sua população às custas dos territórios do Canadá, dos Estados Unidos e da América do Sul, sem necessidade de se apoderar deles. Na Alemanha, a era da emigração terminou, porque o aperfeiçoamento da máquina a vapor tornou a emigração em grande parte desnecessária. É justamente o desenvolvimento provocado pela intervenção de fatores como esses que torna o problema colonial do século XX tão radicalmente diferente do que significava nos séculos XVII ou XVIII.

Formulei a questão assim: nenhum país estrangeiro poderia beneficiar-se com a conquista das colônias britânicas; e a Grã-Bretanha não sofreria lesões materiais ao "perdê-las", por mais que essa "perda" afetasse o sentimento nacional e certos aspectos da cooperação, para determinados fins sociais, entre povos consangüíneos. Na verdade, as colônias britânicas são nações independentes, aliadas à metrópole inglesa, e não constituem de nenhum modo uma fonte de tributos ou rendimentos econômicos (exceto na medida em que qualquer país estrangeiro poderia sê-lo), pois as respectivas relações econômicas estão sujeitas não a critérios impostos por Londres, mas pelas próprias colônias. Economicamente, a Inglaterra ganharia se elas se separassem formalmente, pois ficaria livre dos gastos com a sua defesa. E como a perda dessas colônias não traria qualquer mudança econômica real (exceto a citada economia

com as despesas de defesa), não representaria em absoluto a ruína do Império, a miséria e a fome para a Grã-Bretanha, como dizem acreditar os que falam sobre essa hipótese. Como a Inglaterra não pode impor tributos ou extrair vantagens econômicas, é inconcebível que outro país, necessariamente menos experiente na administração colonial, conseguisse o que a Inglaterra não conseguiu, especialmente se levarmos em conta a história de impérios coloniais como os da Espanha, de Portugal, da França e da própria Inglaterra. Essa história ensina também que, no concernente ao aspecto que estamos discutindo, a situação das possessões da Coroa britânica não difere significativamente da das colônias dotadas de governo próprio. Não se deve presumir, portanto, que qualquer nação européia se empenhasse no projeto insano de conquistar a Inglaterra para fazer uma experiência com as suas colônias – empreendimento que a história colonial de todo o mundo nos ensina a considerar desastroso.

Qual é a realidade? A Grã-Bretanha é a nação que teve mais sucesso no mundo como colonizadora, e a sua política peculiar, fruto de uma vasta experiência, é a que nos explica *Sir* C. P. Lucas, autoridade da maior importância em assuntos coloniais. Falando sobre a história das colônias britânicas no continente americano, diz:

> "Compreendeu-se então – mas talvez não se houvesse compreendido isso, não fosse a emancipação dos Estados Unidos – que os colonos ingleses, como na Antigüidade os colonos gregos, emigram pretendendo ser iguais aos que deixam para trás, e não seus subordinados; que, ao se apoderarem de terras distantes, serão os donos dessas terras, no sentido mais amplo; que, tenham ou não do seu lado a razão e o direito – e talvez mais ainda quando não os tenham –, não poderão ser submetidos ou obrigados pela força. O respeito mútuo, a comunidade de interesses e o abandono de qualquer pretensão de levar certos direitos às suas últimas conseqüências são os únicos laços eficazes para manter a união de um Império colonial."

Invocando o senso comum, não se pode deixar de perguntar qual a vantagem que existe hoje em conquistar colônias se a única

conduta prudente consiste em deixá-las agir conforme a sua própria vontade e em seu proveito, "tenham ou não do seu lado a razão e o direito – e talvez mais ainda quando não os tenham". Para que servem essas conquistas se não é possível submetê-las com o uso da força? A questão se converte assim em uma *reductio ad absurdum*. Imaginemos que uma potência como a Alemanha empregue a força para conquistar uma colônia e logo descubra que não pode obrigá-la a agir conforme o seu critério e que a única política colonial eficaz consiste em deixá-la agir exatamente como antes da conquista, permitindo-lhe, se a isso se inclinar (como acontece com várias colônias britânicas), que trate a metrópole como se fosse um país estrangeiro! Por exemplo: ultimamente se debateu no Canadá a respeito da atitude a ser adotada por aquele domínio em caso de guerra, e essa discussão deixou bem clara a situação do Canadá, que pode ser resumida nestes termos:

> "Devemos ter a liberdade de dar o nosso apoio ou negá-lo." [24]

Um país estrangeiro teria uma reação diferente? Portanto, em que sentido a Grã-Bretanha "possui" o Canadá, se os canadenses têm a liberdade de prestar-lhe ou negar-lhe apoio militar? E em que sentido o Canadá se distingue de um país estrangeiro, na hipótese de que a Inglaterra seja beligerante e o Canadá não? O Senhor Asquith concorda com esse princípio.[25]

Vê-se assim claramente que, por serem dependentes da Coroa britânica, os domínios não se consideram obrigados a colocar

[24] *La Presse* de Montreal, 27 de março de 1909

[25] Cf. discurso na Câmara dos Comuns, em 26 de agosto de 1909. Os jornais de Nova York de 16 de novembro de 1909 reproduzem as seguintes declarações de *Sir* Wilfrid Laurier no Parlamento canadense durante debate sobre a marinha: "Se hoje estamos obrigados a organizar uma força naval, isso se deve a que somos uma nação em crescimento: é o tributo que pagamos por sermos uma nação. Não sei de nenhuma nação litorânea que não disponha de marinha, com exceção da Noruega. Mas a Noruega nunca atrairá as atenções de um conquistador. O Canadá porém tem minas de carvão, de ouro, campos de trigo, e suas vastas riquezas poderiam tentar um invasor."

as suas forças à disposição da Grã-Bretanha, o que equivale a converter o Império Britânico em uma confederação de Estados soberanos independentes, que não têm sequer a obrigação de ajudar-se mutuamente em caso de guerra, hipótese em que a aliança da Alemanha com a Áustria é muito mais estrita.

Comentando esse ponto, diz um escritor:

> "Quaisquer que sejam os termos empregados para defini-lo, este novo movimento de defesa imperial representa virtualmente mais um passo no sentido da completa independência das colônias. Com efeito, a sensação da responsabilidade assumida com relação à sua defesa não só dará nova força ao espírito nacional como implicará também a autoridade adicional de dispor livremente das suas relações exteriores, o que já foi admitido virtualmente no caso do Canadá, que tem voto determinante em todos os tratados e compromissos que afetam especificamente os seus interesses. Podemos assim ter a certeza de que, com o tempo, esse direito se estenderá às outras nações coloniais. A autonomia assim baseada nos temas da defesa nacional reduz o vínculo imperial à sua expressão mais tênue." [26]

Talvez ainda mais significativa seja esta declaração peremptória de Balfour, feita em Londres em novembro de 1911:

> "A existência do Império depende da cooperação de parlamentos absolutamente independentes. Não falo como advogado, mas como político. Do ponto de vista legal, creio que o Parlamento Britânico tem supremacia sobre os Parlamentos do Canadá, da Austrália, do Cabo ou da África do Sul; mas na realidade eles são independentes, e o nosso papel é reconhecer isso e organizar o Império Britânico sobre a base da cooperação de Parlamentos absolutamente independentes." [27]

Naturalmente, isso significa que a posição da Inglaterra com respeito ao Canadá ou à Austrália é exatamente a mesma com

---

[26] As recentes negociações tarifárias entre o Canadá e os Estados Unidos foram celebradas diretamente entre Ottawa e Washington, sem intervenção de Londres. A atitude da África do Sul é a mesma: o *Volkstein* de 10 de julho de 1911 estabelece: "A Constituição da União aceita o princípio de que a neutralidade é lícita em caso de guerra que afete a Inglaterra e outros Estados independentes do Império ... Para a Inglaterra, como para a África do Sul, a atitude mais propícia será a da neutralidade sul-africana" (citado pelo *Times* de 11 de julho de 1911). Note-se a expressão "Estados independentes do Império".

[27] *Times*, 7 de novembro de 1911.

relação a qualquer Estado independente; falar em "posse" desses territórios não tem mais sentido, trate-se da Austrália ou da Argentina. Na verdade, fatos muito evidentes verificados na Inglaterra estabeleceram de modo incontroverso esse paradoxo ridículo: temos mais influência – ou seja, mais oportunidades de fazer com que prevaleça o nosso critério – em países estrangeiros do que nas nossas próprias colônias. A declaração citada, de *Sir* C.P.Lucas ("tenham ou não do seu lado a razão e o direito – e talvez mais ainda quando não os tenham"), proclama justamente o fato de que a nossa posição nas colônias é mais fraca do que nos países estrangeiros. No estado atual do sentimento internacional, nunca nos ocorreria declarar que estamos prontos a submeter-nos, contra a razão e o direito, a uma nação estrangeira. A esse respeito a história recente é muito edificante.

Na sua acepção mais ampla, que motivos levaram a Inglaterra a bater-se na África do Sul contra as repúblicas holandesas? Afirmar a supremacia inglesa e a prevalência dos ideais ingleses sobre os ideais dos bôers; estabelecer os direitos dos súditos indo-britânicos e outros; proteger os aborígenes contra a tirania bôer; e, em termos gerais, destituir das funções de governo um povo que descrevíamos como "organicamente incapaz de civilização". Qual tem sido, contudo, o fruto de 250 milhões de libras esterlinas gastas na busca desses objetivos? O governo do Transvaal está hoje em mãos do partido bôer. [28]

A Inglaterra consumou a união da África do Sul, com a predominância do elemento bôer, e pôs em vigor contra os súditos britânicos de origem indiana, em Natal e no Transvaal, as mesmas

[28] O *World*, um órgão imperialista, expressa-se assim: "Completa-se na África do Sul o processo eleitoral de subversão dos resultados da guerra. Na disputa da semana passada, o Senhor Merriman conseguiu uma grande maioria de votos nas duas Câmaras. O triunfo do *Bond* na cidade do Cabo não é menos decisivo do que o do *Het Volk* em Pretória. Os três territórios de que vai depender o futuro do subcontinente ficam assim vinculados entre si sob a supremacia bôer ... uniforme ou federado, o futuro sistema se fundamentará em bases holandesas. Se era isso que queríamos, poderíamos ter pago um preço menor do que 250 milhões de libras e 20 mil vidas humanas."

disposições bôers que antes da guerra provocavam uma de nossas queixas; e o Parlamento acaba de ratificar uma Ata de União em que a atitude dos bôers com relação aos naturais do país é codificada como um fato permanente. Foi o que declarou *Sir* Charles Dilke no debate havido na Câmara dos Comuns, dizendo: "O princípio britânico antes invocado em oposição ao dos bôers, com relação ao tratamento dos aborígenes, era a igualdade de direitos para todos os homens civilizados. Quando começou a guerra na África do Sul, dissemos a esse país que um dos nossos objetivos principais, e o traço predominante de qualquer tratado de paz, seria a instituição do princípio britânico, em oposição ao bôer. No entanto, hoje este último prevalece em todo o território sul-africano."

Asquith admitiu, em nome do governo britânico, que era assim na realidade, e que "a opinião deste país opõe-se quase unanimemente à restrição à cor no Parlamento da União". Acrescentou também: "Não deveríamos permitir que a opinião britânica – do povo ou do Parlamento – chegasse a estorvar a liberdade de uma colônia dotada de governo próprio". Assim, depois de gastar na conquista do Transvaal uma quantia maior do que a indenização que a Alemanha impôs à França, depois da guerra franco-prussiana, a Inglaterra não tem hoje sequer o direito de impor a sua opinião àqueles cuja divergência em certas questões deu origem ao *casus belli*!

Há um ou dois anos esteve em Londres uma delegação dos súditos indo-britânicos residentes no Transvaal, com a queixa de que as normas ali vigentes os privavam dos direitos ordinários dos cidadãos britânicos. O governo britânico precisou responder que, sendo o Transvaal uma colônia dotada de governo próprio, em Londres nada se podia fazer em seu favor.[29] Não se terá esquecido que, na época do nosso conflito com Paul Krüger,

---

[29] No Conselho Legislativo da Índia, foi proposta uma lei que faculta ao governo proibir a emigração a qualquer país onde os súditos indo-britânicos não recebam um tratamento que conte com a aprovação do Governador-Geral. O *Times* informa que "não se havendo conseguido um tratamento eqüitativo para os indianos livres, esta proibição será aplicada a Natal, a menos que melhore ali o seu tratamento."

uma das diferenças mais importantes entre as duas posições foi a relativa ao tratamento dos súditos indo-britânicos. Vencido Krüger, e ficando a Inglaterra com a "posse" daquele país, fizemos o que pretendíamos: obrigar Krüger a agir na sua condição de governante de um povo estrangeiro? Absolutamente não! Nós, ou melhor, o governo responsável pela colônia, com o qual não nos atrevemos a intrometer-nos (embora estivéssemos sempre prontos a fazer insinuações e manifestações junto a Krüger), adota e aplica as normas que bem entende. Além disso, as colônias da Austrália e da Colúmbia Britânica assumiram desde então a mesma atitude do Presidente Krüger, que nós convertemos em *casus belli*. No entanto, como são colônias, nada se faz para impedir isso. Portanto, o processo se reduz ao seguinte: um governo estrangeiro faz algo que nos contraria, e pedimos a esse governo que deixe de fazê-lo, sem sermos atendidos, o que constitui para nós um *casus belli*. Declaramos guerra e somos vitoriosos. O país em questão passa a ser nossa colônia, e autorizamos o seu governo local a continuar fazendo o que, no caso de um Estado estrangeiro, era para nós um *casus belli*. Por que empreendemos então essa guerra de conquista? Fica claro que nos colocamos assim na situação absurda de ter *maior incapacidade de impor nossas idéias e opiniões no nosso próprio território, ou seja, em nossas colônias, do que em um país estrangeiro*. Será que nos submeteríamos mansamente se um governo estrangeiro exercesse opressão permanente e evidente sobre uma parte importante dos nossos cidadãos? Está claro que não. Mas, quando quem exerce a opressão é o governo de uma das nossas colônias, nada fazemos, e uma autoridade na matéria declara que devemos abster-nos, sobretudo se o governo colonial não tem razão, e que, por mais injustificável que seja a conduta desse governo, não é possível obrigá-lo mediante o emprego da força. E não se pode dizer que as possessões da Coroa difiram sensivelmente, neste particular, das colônias autônomas. Não só há uma tendência irresistível por parte das primeiras para adquirir os direitos gozados pelas segundas como se tornou praticamente impossível deixar de respeitar seus interesses especiais. Sobre esse ponto, a experiência é conclusiva.

O que dissemos até aqui não é um simples jogo de palavras ou um exercício de dialética paradoxal. Essa *reductio ad absurdum* – o fato de que, ao possuir um território, renunciamos ao privilégio de impor-lhe pela força as nossas opiniões – converte-se cada vez mais na nota dominante da nossa política colonial.

A situação fiscal das colônias é, para todos os efeitos, distinta da sua caracterização na ordem política. Ou seja, é a mesma dos países independentes. Assim, as colônias aplicam tarifas aduaneiras à Grã-Bretanha; excluem grandes segmentos dos súditos britânicos (embora a Índia britânica seja o maior componente do Império, praticamente nenhum indo-britânico pode pôr o pé em solo australiano); e aplicam até mesmo aos súditos da Grã-Bretanha leis de exclusão mais ou menos vexatórias. Surge outra vez a pergunta: um país estrangeiro poderia fazer mais do que isso? E, quando a Inglaterra recebe alguma preferência fiscal, isso não acontece por ser a colônia uma "possessão" britânica, mas como ato deliberado dos legisladores coloniais, operando no caso com o mesmo título de qualquer nação estrangeira desejosa de estreitar suas relações fiscais com a Grã-Bretanha.[30]

Seria concebível que a Alemanha – compreendidas corretamente as relações entre a Inglaterra e as suas colônias – se empenhasse na guerra mais custosa do mundo para adquirir uma posição absurda e improdutiva, sem qualquer sombra de vantagem material?

Talvez se alegue que, depois da guerra e da conquista, a Alemanha poderia tentar adotar uma política que lhe garantisse vantagens materiais nas colônias, como em outra época Espanha e Portugal procuraram fazer. Nesse caso, porém, seria concebível que a Alemanha, sem experiência colonial, fosse capaz de sustentar uma po-

[30] Em 1908, o comércio ultramarino britânico foi de 1.049 milhões de libras, sendo 784 milhões com países estrangeiros e 265 milhões com as colônias. A Inglaterra participa com até 52% desse comércio, como acontece com a Austrália, mas é certo que alguns países estrangeiros têm uma proporção maior de comércio com a Inglaterra do que as colônias. A Grã-Bretanha comparece com 38% do comércio exterior da Argentina e só 36% do canadense, embora o Canadá lhe tenha concedido recentemente consideráveis preferências.

lítica à qual a Inglaterra há cem anos se viu obrigada a renunciar? Pode-se imaginar que, sendo a Inglaterra impotente para fazer com que as colônias paguem alguma forma de tributo à metrópole, a Alemanha, sem experiência e com enorme desvantagem em matéria de língua, tradições, vínculos étnicos etc., tivesse mais êxito? Não há dúvida de que, se a Alemanha percebesse os elementos envolvidos na questão, deixaria de alimentar por um só momento uma idéia inteiramente absurda.

Certamente não há quem possa supor que o sistema colonial da Grã-Bretanha seja um empreendimento filantrópico, ou que se inspire em uma causa excepcionalmente nobre. Sabemos muito bem que esse sistema foi adotado diante do completo fracasso comercial, social e político do sistema de exploração e monopólio, o qual havia literalmente desmoronado antes de ser formalmente abolido pela lei. Se a Inglaterra tivesse insistido em usar a força para impor uma ordem de coisas desfavorável às suas colônias, não teria demorado a seguir a trajetória da Espanha, da França e de Portugal, com a perda das suas colônias e o desmembramento do Império.

A Inglaterra precisou de dois ou três séculos para aprender a verdadeira política colonial, mas em nossos dias um conquistador não precisaria de tanto tempo para compreender a única relação que é possível estabelecer entre duas grandes sociedades. A história da Europa proporciona na realidade um exemplo notório da eficácia das forças que obrigaram a Inglaterra a adotar sua atitude peculiar com relação às colônias, mesmo tratando-se de possessões a que não se poderia aplicar propriamente a denominação de "grande sociedade". Há menos de vinte anos, na França, no governo de Méline, foi imposto a algumas da colônias daquele país um regime fortemente protecionista, de certa forma análogo ao antigo sistema colonial monopolista da Inglaterra. Nenhuma das colônias em questão era importante; ao contrário, eram todas pequenas. No entanto, representavam na vida econômica francesa uma força suficiente para mudar radicalmente a atitude do governo francês com

respeito à política adotada há menos de vinte anos. No jornal *Le Temps* de 5 de abril de 1911 lê-se o seguinte:

> "Nossas colônias podem marcar com letras vermelhas o dia de ontem. O debate nas Câmaras permite esperar que o regime fiscal asfixiante sob o qual têm laborado se modificará consideravelmente. A comissão de tarifas da Câmara tem sido até aqui uma verdadeira fortaleza do mais obtuso protecionismo. O Senhor Thierry é atualmente o presidente da comissão, e por ele mesmo sabemos que se trata de inaugurar uma nova era para as colônias. É uma importante mudança, que terá conseqüências incalculáveis para o futuro desenvolvimento do nosso Império colonial.
>
> "A lei aduaneira de 1892 cometeu duas injustiças com nossas possessões. A primeira foi obrigá-las a receber com isenção de direitos as mercadorias procedentes da França, gravando ao mesmo tempo os produtos coloniais importados pela França. Parece impossível que se tenha celebrado um tratado semelhante entre dois países livres, e se essa obrigação foi imposta às colônias é porque eram débeis e não tinham condições de se defender da metrópole ... De seu lado, animado por um espírito mais liberal e mais flexível, que vemos com satisfação surgir no tratamento das questões coloniais, o Ministro das Colônias prometeu fazer todos os esforços para pôr fim ao sistema ruim que está em vigor.
>
> "Um segundo defeito da lei de 1892 é que todas as colônias ficaram sujeitas ao mesmo regime fiscal, como se pudesse haver algo de comum entre países separados por grandes distâncias, situados nos dois lados do mundo. Felizmente o sistema era absurdo demais para que pudesse ser aplicado com todo rigor. Na época em que a lei foi votada, algumas das nossas colônias africanas se encontravam sob o regime de tratados internacionais, e o governo precisou fazer algumas exceções. Mas o plano de Méline era submeter todas as colônias a um sistema fiscal imposto pela metrópole, logo que caducassem aqueles tratados. Assim, aquelas exceções forneceram a demonstração mais útil do resultado comparativo dos dois sistemas: a política fiscal ditada pela metrópole, que só consultava os seus interesses, e a outra, elaborada pelo menos parcialmente pelas próprias colônias, cujos interesses eram levados em conta. O resultado foi o seguinte: as colônias que tinham a liberdade de adotar a política adequada a seus interesses desfrutaram de inegável prosperidade, enquanto as outras, sujeitas às decisões tomadas por outro país, se arruinaram, encontrando-se hoje diante do desastre mais completo! Só é possível portanto chegar a uma conclusão: todas as colônias devem ter a liberdade de adotar o sistema que melhor convenha às condições locais. Não era o que desejava o Senhor Méline, mas é o que proclama a experiência ... Não se

trata apenas de justiça e injustiça. O fato é que a nossa política tem sido absurda. Que deseja a França das suas colônias? Um aumento da riqueza da metrópole. Mas, se as obrigamos a submeterem-se a um sistema fiscal desfavorável, que as empobrece, como podem converter-se em fonte de riqueza e vigor para a metrópole? Uma colônia que nada pode exportar nada pode importar: é um cliente perdido para a indústria francesa."

Cada um dos fatos precedentes tem um significado fecundo: a mudança política de que se trata não ocorre porque a França é impotente para impor-se pela força, pois pode fazê-lo perfeitamente. Na realidade, as colônias não dispõem da força física necessária para resistir a essa imposição. A mudança se dá porque a imposição da força, por mais completa e incontroversa que seja, do ponto de vista econômico é ineficaz e pueril. O objetivo a que se propõe a França só pode ser conseguido de uma forma: mediante um convênio mutuamente vantajoso, contratado por acordo recíproco, que coloque as colônias na mesma situação fiscal e econômica dos países estrangeiros. Hoje a França está em vias de fazer exatamente o que já fez a Inglaterra com as suas possessões: desfazendo a obra da conquista, abandonando passo a passo o direito de impor a força, porque esta não conduz à meta almejada. Mas o aspecto mais significativo do caso da França talvez seja o seguinte: foram precisos menos de vinte anos para destruir o antigo sistema colonial, embora se tratasse só de pequenas colônias, relativamente impotentes. Ora, por quanto tempo poderia uma potência como a Alemanha impor a velha política de exploração a sociedades grandes e fortes, cem vezes mais poderosas do que as colônias francesas, supondo que conseguisse efetivamente "conquistá-las"? [31]

---

[31] Para os que desejam difundir idéias mais equilibradas e sadias, na medida das suas forças, pode ser um estímulo o fato de que uma edição anterior deste livro tenha tido alguma influência na mudança da política colonial da França, que acabamos de indicar. Com o propósito de reforçar as opiniões mencionadas no artigo do *Le Temps*, o Ministério das Colônias do governo francês chamou atenção mais de uma vez para a primeira edição francesa deste livro. No relatório sobre o orçamento colonial para 1911, este capítulo foi em boa parte reproduzido, No Senado (Vide *Journal Officiel de la République Française*, 2 de julho de 1911), o relator citou por sua vez trechos consideráveis do livro, dedicando grande parte do seu discurso às teses aqui expostas.

Não obstante, estamos tão longe de interpretar corretamente a verdadeira condição das colônias modernas que em conversa particular ouvi um homem público inglês, cuja posição teria conferido grande influência à sua opinião, dizer que um dos atrativos da guerra para a Alemanha e um dos objetivos que ela ambicionava era a aquisição dos territórios sul-africanos e das jazidas auríferas, que, mediante um imposto de 50% sobre o valor da produção, significaria a posse de uma das maiores fontes de ouro conhecidas.

Quando teve início a guerra sul-africana, falou-se do papel que teriam representado as minas nesse conflito. Tanto na Inglaterra como no continente europeu se dava como certo que a Grã-Bretanha "ia atrás das minas". O *Times* publicou uma ampla matéria sobre o valor real dessas minas e a quantia que merecia ser gasta para a sua "captura". Vitoriosa a Inglaterra, de quantas minas de ouro se apoderou? Em outras palavras, quantas ações dessas minas tem o governo britânico? Em conseqüência da vitória, quantas minas foram transferidas dos seus proprietários originais para o governo britânico? E quais os tributos cobrados por esse governo em troca das 250 milhões de libras gastas com as hostilidades?

Na verdade, o governo britânico não detém qualquer parcela da propriedade das minas de ouro da África do Sul, que pertencem exclusivamente a seus acionistas; e, nas condições atuais, nem o governo britânico nem qualquer outro poderia apoderar-se dessa propriedade, total ou parcialmente, como fruto de uma guerra de conquista.

Supondo que a Alemanha ou outra potência quisesse impor um tributo de 50% sobre a produção das minas de ouro, quais seriam os resultados? Essa produção é hoje de cerca de 30 milhões de libras por ano, e o imposto produziria uns 15 milhões de libras anuais.[32] O total das rendas na Alemanha pode ser calculado em cerca de 3 bilhões de libras, de modo que

[32] Um economista a quem dei para ler as provas deste capítulo me disse: "Com esse gravame, as minas deixariam de ser rentáveis."

o tributo em questão significaria proporcionalmente o correspondente a 10 *pennies* por dia para quem tivesse uma renda anual de 3 mil libras. Representaria, digamos, o que pode gastar com a compra de fósforos uma pessoa de classe média com renda de 400 ou 500 libras. Seria razoável supor que no seu estado normal um indivíduo nessas condições se tornasse culpado de assalto e homicídio para economizar alguns centavos por semana? Essa seria a situação da Alemanha ao empreender uma guerra desoladora para conseguir os 15 milhões de libras anuais produzidos pelas minas da África do Sul. Aliás, seria ainda pior, pois, ao tornar-se culpado de assalto e assassinato para conseguir uns poucos *pennies* semanais, esse indivíduo (ou seja, o Império Alemão, se empreendesse uma guerra das mais espantosas visando obter um tributo de 15 milhões de libras) perceberia que, para alcançar o seu objetivo, teria comprometido a maior parte dos títulos e valores que lhe asseguravam uma renda. Um dia depois de decretar o tributo de 50%, haveria tal queda no valor das minas, da maior importância para as bolsas do mundo inteiro, que todas as empresas importantes da Europa seriam afetadas. Na Inglaterra, temos experiência com as dificuldades e os transtornos provocados por um ataque fiscal em um setor como a indústria cervejeira, tributação relativamente moderada e com base em razões mais morais e sociais do que econômicas. Portanto, qual não seria o escândalo em todo o mundo no dia em que cada ação das minas da África do Sul perdesse repentinamente pelo menos metade do seu valor? Quem aplicaria dinheiro no Transvaal se as propriedades estivessem expostas ali a semelhante assalto? Os capitalistas diriam que, se hoje as minas eram atacadas, amanhã seriam outros setores, e todo o Sul da África seria impotente para levantar um só *shilling* destinado a qualquer investimento, com exceção dos mais rasteiros e ruinosos. Por conseguinte, sofreriam todo o comércio e a indústria da África do Sul, e o mercado desse país diminuiria de importância. Os vários negócios associados a esse mercado se veriam ameaçados de ruína iminente, e muitos sucumbiriam completamente. Seria essa a maneira como um país da competência da Alemanha pretenderia desenvolver suas novas possessões? Não tardaria a descobrir que tinha em seu poder uma colônia

arruinada. E, se a raça robusta de holandeses e ingleses não produzisse em seguida um George Washington, com melhores e maiores razões para proclamar a independência, seria porque a história perdera inteiramente o seu significado. E se a Inglaterra gastou 250 milhões de libras para conquistar a África do Sul holandesa, quanto custaria à Alemanha a conquista da África do Sul anglo-holandesa? Uma política como essa não duraria seis meses, e a Alemanha terminaria por fazer o mesmo que a Inglaterra: renunciar a todos os sonhos de tributos ou vantagens comerciais distintas das que resultem da livre e espontânea cooperação com os habitantes da África do Sul. Em outras palavras, a Alemanha se inteiraria de que a política colonial da Grã-Bretanha não obedece a qualquer razão filantrópica, mas única e exclusivamente às árduas lições da experiência: e ao mesmo tempo veria que a última palavra em matéria de política colonial consiste em não procurar extrair proveito das colônias. E, em uma questão em que a maior potência colonial do mundo e da história se viu obrigada a adotar essa posição como a única possível, um intruso na arte da administração colonial dificilmente teria êxito seguindo outro caminho. Acabaria por descobrir que a única conduta possível em matéria de colônias consiste em tratá-las como nações independentes ou estrangeiras, e a única forma de "possuí-las" é abster-se de exercer as funções de "possuidor". E todos os motivos que contribuíram para fortalecer esse princípio, nos séculos XVII e XVIII, centuplicaram a sua eficácia com os modernos mecanismos de crédito e capital, a rapidez das comunicações, o governo popular, a imprensa diária e as condições e exigências da guerra; enfim, com tudo o que representa o progresso. Não se trata aqui de formular novas teorias, de desenvolver uma tese complexa, menos ainda de discorrer sobre quais deveriam ser as relações entre colônias e metrópole e vice-versa. As divergências entre o imperialista e o não-imperialista são estranhas a esta discussão. Trata-se simplesmente de aprender o que nos ensinaram fatos inequívocos da nossa experiência; e sabemos todos que, sejam quais forem as relações mantidas com as colônias, elas são determinadas não por nós, mas pelas próprias colônias, pelo seu livre consenti-

mento. *Sir* J. R. Seeley observa, no seu livro sobre *A expansão da Inglaterra*, que a denominação de "possessões", que continuamos usando, se deve ao fato de que as antigas colônias espanholas eram de fato verdadeiras possessões; e que todas as nossas idéias sobre a política colonial ficaram impregnadas, por assim dizer, pela influência fatal de um termo incorreto. Já não seria o momento, portanto, de eliminar o uso dessas palavras funestas? Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul não são mais possessões da Inglaterra do que a Argentina ou o Brasil; e o país que conquistasse a Inglaterra, mesmo que chegasse a ocupar Londres, estaria tão longe da conquista do Canadá ou da Austrália como se tivesse ocupado Constantinopla ou São Petersburgo. Sendo assim, por que permitimos o charlatanismo dos que imaginam que apoderar-se de Londres significa apoderar-se simultaneamente de Montreal e Vancouver, de Johanesburgo e da Cidade do Cabo, de Melbourne e Sidney? Já não se abusou demais desses grunhidos de um terrorismo totalmente estranho aos fatos mais simples e elementares da realidade? Não somos nós os mais interessados em contribuir para a difusão e o perfeito entendimento dessas verdades em toda a Europa, já que isso contribuiria substancialmente para a segurança do nosso Império?

Capítulo VIII

A LUTA POR "UM LUGAR AO SOL"

Como a Alemanha alimenta a sua população em crescimento. A ineficácia da conquista política. Diferença entre um exército e uma força policial. A polícia mundial. A participação da Alemanha, a este respeito, no Oriente Próximo.

Qual o resultado prático da situação que expusemos à luz dos fatos no capítulo anterior? Países como a Alemanha terão de aceitar a conclusão de que, não podendo renovar a luta das potências européias dos séculos XVII e XVIII pela posse de territórios, e sendo simplesmente pueril a esperança de uma conquista das colônias britânicas pela Alemanha, deverá este país abandonar definitivamente toda esperança de expansão, resignando-se a ocupar uma posição secundária no mundo, por haver chegado tarde à partilha? E, com toda a sua atividade e competência científica, terão os alemães que aceitar passivamente o *status quo*, devido à dificuldade em abrir espaço para o aumento da sua população?

A não ser pela deformação que as metáforas enganosas da linguagem política introduzem no nosso pensamento, é duvidoso que nos houvesse ocorrido a existência de semelhante "problema".

Quando um país – digamos, a Inglaterra – ocupa um território como o Transvaal ou o Estado Livre de Orange, isso significa que esse território está perdido para os alemães? Ora, sabemos que isso é um absurdo. A Alemanha mantém um comércio enorme, e crescente, com os territórios que foram ocupados pelos anglo-saxões. Na Alemanha, milhões de pessoas ganham sua subsistência graças à iniciativa e à indústria dos alemães exercidas

em território anglo-saxão, a ponto de os ingleses se queixarem de que os alemães os estão obrigando a abandonar esses territórios; que, enquanto a navegação nos mares do Oriente se fazia até aqui em navios britânicos,[33] hoje os barcos alemães desempenham nessa navegação o papel mais importante; que, em grandes áreas, o comércio que antes era dominado exclusivamente pelos ingleses passou para as mãos dos alemães, e não só nos casos em que o tratamento fiscal se acha mais ou menos sujeito ao governo britânico, como nas possessões da Coroa, mas naqueles territórios que já foram britânicos e deixaram de sê-lo, como os Estados Unidos da América, e nos que são verdadeiramente independentes, como a Austrália e o Canadá, embora nominalmente colocados sob controle britânico.

De outro lado, por que a Alemanha necessita da "possessão", ou do simulacro de possessão que tem a Inglaterra, se pode desfrutar todas as vantagens de um Império colonial? O número de alemães que se fixaram nos Estados Unidos nos últimos cinqüenta anos excede o dos ingleses radicados em todas as colônias britânicas. Calcula-se que haja em território norte-americano entre 10 milhões e 12 milhões de descendentes diretos de alemães. A verda-

[33] Um correspondente me envia alguns dados significativos sobre o incremento dos interesses alemães no Egito. Já se disse que em outubro será publicado naquele país um jornal em língua alemã, e que as notícias oficiais dos tribunais mistos foram transpostas dos jornais franceses locais para o *Egyptischer Nachrichten*. Entre 1897 e 1907, o número de alemães residentes no Egito aumentou em 44%, e o de residentes britânicos só em 5%. Entre 1900 e 1904, a participação alemã nas importações egípcias foi de 688.776 libras, mas em 1909 essa cifra subira para 1.157.271 libras. O mais recente empreendimento alemão no Egito foi a fundação do *Egyptische Hypotheken Bank*, em que estão interessados todos os principais bancos alemães. O capital desse banco será de 500 mil libras, e, dos seus seis diretores, três são alemães, um austríaco e dois italianos. Falando recentemente sobre "A nostalgia entre os emigrantes" (*World*, 19 de julho de 1910), diz o Senhor Aflalo: "Entre todas as nacionalidades, os alemães são os que menos sofrem dessa fraqueza. Embora muito mais ligados ao lar do que seus vizinhos do outro lado do Reno, eles se ressentem menos com a expatriação. A idéia que prevalece entre eles é a de escapar do serviço militar, e nesse sentido, ao deixar o seu país, os habitantes do continente europeu encontram uma compensação que para o inglês nada significa. Recordo-me de uma colônia de pescadores alemães no lago Tahoe, a mais bela paisagem aquática da Califórnia, onde os picos da Sierra Nevada deviam lembrar-lhes as montanhas nativas do Harz, mas viviam contentes na liberdade que lhes proporcionava a pátria adotiva e nunca sentiam falta da Alemanha."

de é que os alemães que não vivem sob a bandeira do seu país parecem satisfeitos e não contrariados com a sua situação. Em sua maioria, eles estão longe de desejar que a terra onde se estabeleceram tenha as características políticas da que deixaram para trás. Por outro lado, ao fixar-se nos Estados Unidos, esses alemães trouxeram consigo algo das tradições alemãs, criando um novo tipo nacional que participa das características inglesas e alemãs, o que os beneficia e beneficia também sua pátria adotiva.

Naturalmente, há quem insista em que, apesar de tudo, o sentimento nacional aspirará sempre a busca de novos territórios para acomodar a população excedente, nos quais predominem a língua, as leis e a literatura dos emigrantes. Mas não será essa uma daquelas aspirações simplesmente políticas que perduram, mas que procedem de um impulso, de idéias antiquadas e fatos passados, destinadas a desaparecer tão logo os fatos reais atualizados se difundam no público?

Assim, motivado pelo impulso patriótico, um alemão pode dispor-se a comprometer irrefletidamente o seu país, se isso for necessário, com uma guerra para conquistar determinada colônia asiática ou equatorial. No entanto, se esse mesmo alemão pretende emigrar com a sua família, examina a hipótese com todo cuidado, e as coisas se passam de outro modo. Não escolhe a África equatorial ou a China; emigra para os Estados Unidos, opção preferível ao Camerun ou a Kiau Hau. Mesmo com relação à Inglaterra, acontece que alguns países estrangeiros têm mais colônias para nossos descendentes do que certos territórios sobre os quais flutua a bandeira inglesa. Esses ingleses emigrados não encontram melhores condições para a sua instalação em um território "estrangeiro", como a Pensilvânia, do que em um território "britânico", como Bombaim.

Naturalmente se, por meio da intervenção e da conquista militar fosse possível converter os Estados Unidos ou o Canadá em uma Alemanha genuína – com língua, legislação e literatura alemães –, a situação seria outra. Mas os fatos estudados no capítulo

precedente revelam que terminou definitivamente a era das conquistas desse tipo. Portanto, é preciso encontrar outras soluções. O futuro conquistador alemão teria de repetir Napoleão: "Cheguei tarde demais; as nações já estão muito consolidadas." Até mesmo os ingleses, que são os colonizadores mais importantes, ao se apoderarem de territórios como o Transvaal e o Orange, estão obrigados a respeitar a língua, as leis e a literatura desses territórios, exatamente como se não tivessem sido conquistados. Foi o que aconteceu em Quebec há mais de cem anos, e a Alemanha não teria outra opção. Imediatamente depois da conquista, teria de basear sua presença e sua influência por outros meios que não os militares – o que poderia fazer hoje mesmo. Ao discutir este assunto, nunca se repetirá bastante que o mundo mudou, e hoje não podemos fazer o que em outra época fizeram os cananeus, os romanos e os normandos. É impossível adotar novamente a regra de extermínio de todas as crianças do sexo masculino nascidas na terra conquistada, para exterminar assim uma raça. Nesse sentido extremo, a conquista é hoje impossível. A história colonial mais extraordinária, que é a do Império Britânico, ensina que nesse campo a força deixou de surtir efeito.

É o que os alemães começam a entender. Escreve o Dr. P. Rohrbach:

> "Devemos resignar-nos fria e serenamente ao fato de que é impossível adquirir colônias para receber imigrantes. Mas, se não podemos ter tais colônias, isso não significa que não possamos obter, ainda que em sentido restrito, as vantagens que tornam as colônias atraentes. É um erro considerar que a simples posse de amplos territórios transoceânicos significa um aumento indiscutível de poder, por muito adequados que sejam para absorver uma parte da população excedente. A Austrália, o Canadá e a África do Sul não representam um aumento de poder para o Império Britânico simplesmente por serem possessões britânicas ou porque abrigam uns poucos milhões de emigrantes ingleses e seus descendentes, mas porque o comércio com esses territórios contribui para aumentar a riqueza da Inglaterra e portanto a força defensiva da metrópole. Quando não apresentam esses resultados, as colônias têm pouco valor, e os territórios que são importantes nesse sentido, mesmo sem serem colônia, substituem decisivamente as possessões coloniais, na acepção habitual da palavra."[34]

As enganosas metáforas da linguagem política, a que já aludimos, têm contribuído de forma notável para destruir nossa noção das realidades e proporções no que concerne ao controle político dos territórios estrangeiros, o que é confirmado pela crise diplomática de 1911. Naquela oportunidade, observei o seguinte:

"Neste momento, a imprensa européia e norte-americana discute ativamente as lições do conflito militar que está começando. E a impressão que se deduz da maior parte desses ensaios sobre temas de alta política – sejam franceses, italianos ou ingleses – é que estivemos e estamos presenciando parte de um grande movimento mundial, a primeira arrancada de forças titânicas 'baseadas em impulsos e necessidades primordiais'.

"Durante meses, os que conheciam o segredo das Chancelarias suspenderam a respiração, por assim dizer, pressentindo a chegada de um verdadeiro juízo final das nações. Ao simples enunciado da guerra das três potências, grandes interesses comerciais se viram em dificuldades, perdendo e ganhando fortunas nas bolsas; bancos quebraram e alguns milhares de pessoas se arruinaram; e o fato de que a quarta e a quinta dessas nações romperam as hostilidades suscita todo tipo de perspectiva de conflito, não só na Europa, mas na Ásia, com o perigo adicional de explosões de fanatismo religioso com todas as suas conseqüências. De modo geral, a suspicácia e a acrimônia internacionais se acentuaram, e o único resultado concreto de tudo isso será a criação de pesados gravames, sob a forma de novos impostos para novos armamentos, aos que já oprimem os cinco ou seis países comprometidos. A vida, que já não é fácil, devido a problemas como os preços elevados, as lutas operárias, as dificuldades sociais não resolvidas, tornar-se-á cada vez mais difícil.

"As necessidades que provocaram um conflito como este devem assim ser verdadeiramente 'primordiais'. Alguma autoridade competente nos diz a este respeito que o que vimos e aconteceu é a 'luta pela vida dos homens e das mulhe-

[31] Segundo estimativas recentes, os alemães residentes no Brasil chegam a 400 mil e, em sua maioria, se fixaram nos estados meridionais: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Uns poucos se encontram em São Paulo e no Espírito Santo. Esses números são em parte o resultado da multiplicação local, pois nos últimos anos essa imigração diminuiu consideravelmente. Na Ásia Ocidental, a colonização alemã também é recente. Na Transcaucásia, há estabelecimentos agrícolas fundados por lavradores de Wurtemberg, cujos descendentes, já na terceira geração, vivem em suas aldeias e ainda falam a língua natal. Na costa da Palestina, há colônias de templários alemães tão prósperas que chegam a provocar ressentimento entre os naturais da região.

res' – conflito que tem o seu paralelo em toda a escala da existência.

"Pois bem: atrevo-me a sustentar como coisa digna de uns breves instantes de meditação que não há nada que se assemelhe a esse conflito; que tem por objeto questões perfeitamente fúteis, as quais, em sua maioria, os alemães e ingleses, franceses, italianos e turcos poderiam olhar com total indiferença. Com efeito, para a imensa maioria desses 250 milhões de seres humanos, o fato de o Marrocos e não sei que outros povos da África Equatorial serem governados por agentes alemães, franceses, italianos ou turcos não faz qualquer diferença, desde que sejam bem governados. E poder-se-ia ir além disso, declarando que o que consegue o país interessado em conquistar esse tipo de território é só um íncubo devorador de recursos.

"Tudo isso, naturalmente, é absurdo, e perco de vista a necessidade de suprir as exigências da futura expansão da raças, na qual cada um deseja garantir 'um lugar ao sol' e não sei que outras maravilhas."

Na época, fervilhavam na imprensa européia frases desse teor, e, para perceber o seu valor positivo, propus-me a comparar a história da França com a da Alemanha em matéria de expansão nos últimos trinta ou quarenta anos.

"Diz-se que a França ganhou um novo império, uma grande vitória; enriqueceu-se e expandiu-se mediante a posse de algo que deixa os seus rivais mais pobres, por não terem conseguido o mesmo.

"Vamos admitir que conseguiu no Marrocos o mesmo sucesso que teve em outra das suas possessões – em Túnis, por exemplo –, o que representa um dos empreendimentos de expansão colonial mais propícios e completos já registrados na sua história dos últimos quarenta anos. Qual foi o efeito da conquista de Túnis sobre a prosperidade da França?

"Em trinta anos, ao preço de muitos milhões de libras esterlinas (faz parte do estilo da administração colonial francesa não informar o custo real das colônias), a França fundou na Tunísia uma colônia onde há atualmente cerca de 25 mil colonos autênticos, excluindo soldados e oficiais. Ou seja, exatamente o equivalente à diminuição anual da população francesa, da verdadeira França! E o valor da Tunísia como mercado não representa sequer a soma gasta pela França com a ocupação e a administração do território, para não mencionar o aumento indireto do orçamento militar com a conquista. Está claro que, como mercado, o que Túnis contribui para a produção francesa continuaria a existir de alguma forma, mesmo que o território fosse administrado pela Inglaterra ou pela Alemanha.

"Em outras palavras: a população metropolitana da França perde anualmente o equivalente a uma colônia como Túnis, admitindo o conceito de colônia como um agrupamento de emigrantes do país que a possui. Não obstante, quando depois de uma geração os diplomatas e governantes franceses podem mencionar os 25 mil franceses que vivem em Túnis, artificial e exoticamente, em condições que no longo prazo estão destinadas a ser funestas, qualifica-se isso de 'expansão', como prova de que a França é uma potência de primeira classe. Mais alguns anos e, do modo como vão as coisas, se não houver uma completa mudança das tendências (que atualmente não exibem qualquer atenuação), terá desaparecido a raça francesa, como a conhecemos hoje. Talvez sem a necessidade de um só disparo, submersa diante da inundação de alemães, belgas, ingleses, italianos e judeus. Atualmente, há na França mais alemães do que franceses em todas as colônias adquiridas nos últimos cinqüenta anos; e o comércio da Alemanha com a França excede em muito o comércio da França com todas as suas colônias. Hoje, a França é para os alemães uma colônia melhor do que poderia ser, para eles, qualquer um dos exóticos territórios coloniais que a França possui.

"Comentava um deputado francês, recentemente, de forma muito expressiva, embora não de todo original: 'Dizem-me que os alemães estão em Agadir. De meu lado, sei que estão nos Campos Elíseos.' O que realmente é muito mais sério.

"Reciprocamente, devíamos contestar a afirmativa de que a partir da guerra – durante o período da expansão francesa – a Alemanha não teve qualquer expansão; foi comprimida e asfixiada, sem encontrar um lugar ao sol. E que, nessas condições, não tem outro remédio senão lutar para garanti-lo, ameaçando assim a segurança dos seus vizinhos.

"Atrevo-me novamente a sustentar que isso é falso; a Alemanha não foi comprimida ou asfixiada: ao contrário – conforme podemos ver, se abandonamos a miragem do mapa – sua expansão foi assombrosa. Sua população aumentou em 20 milhões (metade da população atual da França), durante um período em que a população francesa diminuiu. De todos os países europeus, foi o que mais desenvolveu o comércio, a indústria e sua influência mundial. Apesar de não ter mostrado uma 'expansão', no sentido da maior abrangência do seu poder político, uma parte da população equivalente a toda a população branca do Império colonial da Grã-Bretanha deriva sua subsistência, total ou fundamentalmente, da exploração e do aproveitamento de territórios situados fora das suas fronteiras. Esses fatos não são novidade; há alguns anos que sobre eles vêm sendo pregadas homilias políticas. No entanto, uma parte do seu significado parece ter-se perdido.

"Temos assim o seguinte quadro: de um lado uma nação que amplia imensa-

mente a esfera do seu domínio político e que, não obstante, vê reduzir-se o seu vigor nacional – se entendermos por "vigor nacional" o crescimento de um povo robusto, empreendedor e tenaz (não pretendo negar que a França dispõe de riqueza e bem-estar em grau superior ao seu rival, mas este é outro assunto). De outro lado, assistimos a uma grande expansão que se manifesta precisamente em termos de crescimento e vigor da população, com recursos para alimentála, sem que, em termos práticos, o poder político tenha tido um incremento perceptível.

"Se o linguajar da alta política significa alguma coisa, esse estado de coisas é incompreensível e retira todo o valor real do tema das 'necessidades primordiais' e de tudo o que a ele se refere.

"Na verdade, chegamos aqui a uma dessas confusões vitais que constituem o fundo da maior parte dos conflitos internacionais, revelando a influência das idéias antiquadas e da linguagem em que são expressas.

"Na época dos barcos a vela e das carroças que rodavam penosamente por caminhos quase impraticáveis, um país só podia derivar rendimentos consideráveis de outro se o administrasse politicamente. A máquina a vapor, a estrada de ferro e o telégrafo modificaram profundamente os termos do problema. No mundo político atual, o domínio político desempenha um papel cada vez mais secundário como fator comercial. Os fatores não políticos reduziram o domínio político a uma expressão virtualmente desprovida de valor prático. Vemos assim que, como regra geral, para os países contemporâneos, os territórios mais valiosos, os que lhes dão seus verdadeiros rendimentos, são os que não lhes pertencem politicamente. Mesmo no caso da Grã-Bretanha, que é a maior potência colonial, verificamos que o seu comércio ultramarino é feito principalmente com países que não lhe pertencem e que não pretende 'possuir', dominar ou subjugar, advertindo que renunciou também a qualquer tentativa de domínio político sobre suas próprias colônias.

"Milhões de alemães, tanto da Prússia como da Vestfália, derivam rendimentos mais ou menos consideráveis, e até mesmo sua subsistência integral, de países sobre os quais não exercem domínio político. Os alemães exploram a América do Sul sem precisar sair da Alemanha. E, toda vez que se afastam dessa regra e procuram subordinar a ação comercial à política, não conseguem bons resultados. As colônias alemãs são colônias *pour rire*. O governo tem de pagar aos emigrantes para que nelas se instalem; seu comércio com elas é imperceptível, e, se os 20 milhões acrescentados à população alemã depois da guerra precisassem contar com as conquistas políticas do seu país para sobreviver, morreriam de miséria. Com efeito, sua subsistência provém de países que a Alemanha não 'possui' nem sonha 'possuir': Brasil, Argentina, Estados Unidos, Índia, Austrália, Canadá, Rússia, França e Inglaterra (sem ter investido um só centavo na

conquista política da América do Sul, a Alemanha aufere hoje maiores rendimentos desse continente do que a Espanha, que na sua conquista gastou uma montanha de ouro e perdeu um oceano de sangue). Essas são as verdadeiras "colônias" da Alemanha. No entanto, os interesses imensos que esses países representam, verdadeiramente vitais para os alemães, já que deles depende a subsistência de uma grande parte da sua população, ocupam uma posição inteiramente secundária no espírito dos seus militares e diplomatas. O amplo comércio que ali se realiza nada deve absolutamente aos diplomatas ou a incidentes de Agadir e nada tem a ver com os couraçados alemães. As rivalidades, os conflitos, o desperdício de riquezas e a indizível vilania revelada pelos acontecimentos de Trípoli ficam reservados a objetos aos quais os antagonistas em conflito poderiam muito bem renunciar – não apenas sem qualquer prejuízo, mas como notável vantagem. E a Itália, cujos estadistas permanecem fiéis a todos os velhos "axiomas", disso logo se convencerá. As mesmas pessoas que hoje a defendem não se atrevem a afirmar que poderá tirar algum proveito do colossal equívoco com que se comprometeu.

"Parece chegar a hora para que o cidadão comum – menos sofisticado no que respeita a gíria diplomática usada pelas pessoas de classe superior, mas menos escravizado a essa fraseologia caduca – exija que os especialistas colocados em postos de responsabilidade se dêem conta da realidade das coisas, da proporção entre elas, dos números e o seu significado, das lições da história industrial e do mecanismo exato da cooperação entre os homens."

Devemos assim deduzir que toda tentativa feita por um país europeu de estender ao ultramar a sua autoridade é infrutífera e que não pode ou não deve ser associada a conflitos internacionais? Que o papel da Inglaterra na Índia ou no Egito, por exemplo, não é nem benéfico nem produtivo? Na segunda parte deste livro, procurei definir o princípio geral – o qual precisa ser formulado politicamente – que pode melhor indicar as vantagens e desvantagens do emprego da força. Com base no fato de que a força desempenha um papel indiscutível no progresso da humanidade e na cooperação entre os homens, chega-se à conclusão precipitada de que a força militar e a luta entre grupos devem ser um traço normal das sociedades humanas. Um crítico sustentava que os exércitos são tão necessários e justificáveis quanto a polícia, e acrescentava: "Mesmo nas comunidades como Londres, onde alcançamos quase todos os nossos ideais cívicos, sus-

tentamos e aprimoramos constantemente a nossa polícia." O que me provocou a seguinte resposta:

> "Quando ocorrer que, em vez de usar a sua polícia para defender-se dos ladrões e de outras pragas sociais, Londres a utilize para dirigir um ataque contra Birmingham – com o propósito de conquistá-la a título de 'expansão municipal' ou 'imperialismo cívico', 'panlondrinismo' ou algo assim – ou então a empregue para defender-se de uma tentativa análoga por parte da polícia de Birmingham (resultante de política semelhante adotada pelos patriotas locais), só então caberá comparar um exército europeu a uma força policial. No entanto, essa aproximação é impossível, pois os papéis respectivos, do exército e da polícia, são diametralmente opostos. A polícia existe como instrumento de cooperação social. O exército, como resultado da curiosa ilusão de que, se uma cidade não pode enriquecer-se pela conquista ou pela sujeição de uma outra, isto é possível para um país, mediante procedimentos maravilhosos e inexplicáveis, que o leve a enriquecer-se pela conquista ou pela sujeição de um outro Estado."

O exemplo precedente esclarece plenamente a questão, dado o estado atual das coisas na Inglaterra. Os cidadãos de Londres não teriam nenhum interesse na conquista de Birmingham – e vice-versa. Suponhamos, porém, que houvesse um transtorno da ordem política do norte, tão considerável que chegasse a comprometer a vida e o comércio de Londres. Nessa hipótese, dispondo da força indispensável, Londres teria motivo para enviar sua polícia a Birmingham, presumindo que isso fosse possível. A manutenção da ordem no norte seria para os londrinos uma questão de interesse concreto e direto, importante e talvez mesmo decisiva para resguardar o seu patrimônio.

Ora, na Alsácia-Lorena imperava completamente a ordem pública antes e depois da conquista alemã. Portanto, a Alemanha não teve nenhuma vantagem com essa conquista. O mesmo não acontecia na Califórnia, por exemplo, e sob o domínio do México a ordem não teria reinado ali tanto como sob o domínio dos Estados Unidos. Portanto, os americanos tiveram uma vantagem genuína com a conquista da Califórnia. A França tirou partido da conquista da Argélia, como a Inglaterra da conquista da Índia, porque nos dois casos as armas foram empregadas não para a conquista propriamente, mas para fins policiais,

ou seja, para estabelecer e manter a ordem pública; e, na medida em que esse objetivo foi alcançado, o papel das armas foi justo e benéfico.

De que forma essa distinção afeta o problema que estamos discutindo? Ela o afeta na sua essência. A Alemanha não precisa preocupar-se em manter a ordem na Inglaterra, nem a Inglaterra precisa preocupar-se com a manutenção da ordem na Alemanha; assim, a luta virtual entre os dois países é imotivada e pueril: não resulta de qualquer necessidade inerente de um lado ou de outro, mas única e exclusivamente da infeliz confusão hoje reinante nos conceitos políticos, e está destinada a desaparecer quando essa confusão for dissipada.

Onde quer que as condições sociais prevalecentes impossibilitem a cooperação econômica dos outros países com o território afetado podemos esperar que haja uma intervenção militar, não devido a uma ilusão anexionista, mas como conseqüência normal e necessária das forças sociais que levam à sustentação da ordem. Tal é a história da Inglaterra no Egito, e também, essencialmente, na Índia. Mas os países estrangeiros não precisam sustentar a ordem pública nas colônias britânicas, ou nos Estados Unidos. E, mesmo que surgisse tal necessidade em países como a Venezuela, por exemplo, como nos ensinam os eventos dos últimos anos, o resultado será melhor se esses países forem atraídos para a grande corrente da economia mundial, vinculando-se a eles certos interesses favoráveis à sustentação da ordem pública, em vez de apelar para a conquista por meio da força. De tempos em tempos, ouve-se falar nos desígnios da Alemanha com relação ao Brasil ou a outros países, mas basta a informação do estadista europeu ordinário (não muito ampla, aliás) para perceber que esses países estão, como os demais, "por demais consolidados" para serem conquistados militarmente e ocupados por outros Estados.

Um dos aspectos mais curiosos do conflito anglo-alemão consiste em que, à força de preocupar-se com os aspectos fictícios e fantásticos do caso, o público britânico perdeu de vista inteiramente a realidade dos dois países. Nem o pangermanista mais furioso lançou um só olhar sobre o Canadá; mas o fizeram, e continuam a fazê-lo, com relação à Ásia Menor. E a atividade política da Alemanha pode muito bem con-

vergir para aquela região, precisamente devido às razões que resultam da distinção já exposta entre a tarefa da polícia e o empenho do conquistador. A indústria alemã ocupa uma posição cada vez mais predominante no Oriente Próximo, e como os interesses comprometidos – mercados e valores – aumentam a cada dia, aumenta proporcionalmente a necessidade de uma ordem mais estável e de uma melhor organização. É provável, assim, que a Alemanha precise intervir policialmente (por assim dizer) na Ásia Menor.

De nosso lado, que interesse teríamos em impedir uma tal intervenção? Alegar-se-á que a Alemanha nos fecharia esses mercados. Mas mesmo que o fizesse, o que não é nem verossímil nem admissível, uma Ásia Menor protecionista, organizada dentro da eficiência alemã, seria melhor para os interesses comerciais ingleses do que uma Ásia Menor livre-cambista organizada *à la turca*. A Alemanha protecionista é um dos nossos melhores mercados na Europa. Se fosse criada uma segunda Alemanha no Oriente Próximo, se a Turquia tivesse uma população com demanda proporcional à da Alemanha, mesmo com a tarifa aduaneira alemã, esse mercado valeria 40 ou 50 milhões de libras por ano, em vez de 15 milhões. Assim, por que deveríamos opor-nos a que a Alemanha nos abrisse novos mercados?

Tocamos aqui o problema da "porta aberta" dos novos territórios e das lutas correspondentes. Mas a verdadeira dificuldade não consiste na porta, mas no fato de que a Alemanha nos está batendo – pelo menos é o que tememos – naqueles territórios onde competimos com ela com as mesmas tarifas, e até mesmo com tarifas mais favoráveis. E nos bate também nos territórios que "possuímos", em nossas colônias no Oriente e na Índia. Como poderíamos mudar essa situação por mais que esmagássemos os alemães militarmente? Vamos supô-los esmagados e suponhamos também que "possuíssemos" a Ásia Menor e a Pérsia nos mesmos termos que à Índia e que a Hong-Kong. Como poderíamos evitar que os comerciantes alemães continuassem triunfando como triunfam hoje nas regiões do Oriente que já nos pertencem politicamente? E de que forma e em que sentido o desaparecimento da marinha alemã afetaria o problema na sua essência?

Além disso, nesta questão da "porta aberta" dos novos territórios, perdemos a noção das proporções. Em importância relativa, nosso comércio se faz em primeiro lugar com os grandes países: Estados Unidos, França, Alemanha, Argentina, a América do Sul de modo geral. Depois, com as colônias de raça branca; em seguida, com o Oriente organizado; por último, em escala muito reduzida, com os países em que surge o problema da porta aberta (ou fechada), com os quais o comércio efetivo é tão pequeno que não justifica a construção e a manutenção de uma dúzia de navios de guerra.

Quando o cidadão particular ou o jornalista discorrem sobre a diplomacia comercial, sua aritmética é a primeira coisa que desaparece. Há alguns anos, a questão das posições assumidas pelas três potências na Samoa inflamou os espíritos com ardores bélicos, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. Não obstante, o comércio daquela ilha é inferior ao de uma aldeia inglesa, e a idéia de que seria necessário aumentar os orçamentos navais para "manter a nossa posição", ou de que um dos países envolvidos tenha pensado em acrescentar uma só unidade à sua esquadra para esse fim, equivale a usar uma baleia como isca para pescar uma sardinha. Melhor dizendo, para não pescá-la, porque, por mais que consigamos a supremacia política e incorporemos mais um couraçado, ou uma dezena deles, o comércio ficará com a nação mais bem organizada. E, enquanto perdemos tempo e força em agitações estéreis sobre o comércio de territórios sem importância, nossos rivais – inclusive a Alemanha – se apoderam de um comércio que é importante e acentuam o seu predomínio em territórios como os Estados Unidos, a América do Sul e os países menores do continente europeu.

Se essas questões forem estudadas abstraindo antigas preocupações despidas de sentido, será possível compreender que na realidade nos interessa mais contar com uma Ásia Menor organizada sob tutela alemã do que ter entrada franca em uma Ásia Menor independente, mas desestruturada. A melhor alternativa seria talvez que fôssemos nós a implantar a ordem, ou pelo menos que o fizéssemos de comum acordo com os alemães, embora na realidade a Inglaterra tenha nesse sentido

uma tarefa mais do que suficiente a realizar no Egito e na Índia. Por outro lado, por que deveríamos opor-nos a que a Alemanha fizesse, em menor escala, o que nós fizemos em escala mais ampla? No *Nineteenth Century* de dezembro de 1910, *Sir* Harry Johnston penetra mais do que qualquer outro escritor nesse tema, o verdadeiro problema que preocupa a Alemanha. Depois de minuciosa investigação, ele admite que na verdade o objetivo da Alemanha não é a Inglaterra ou as suas colônias, mas a região da península balcânica, ainda intacta, a Ásia Menor, a Mesopotâmia e os territórios associados que vão até a foz do rio Eufrates. E repete o que lhe disseram os alemães mais bem informados:

> "Com respeito à Inglaterra, mencionaremos uma frase do ex-Presidente Theodore Roosevelt, em importante discurso pronunciado em Londres, o qual por alguma razão não foi noticiado pela imprensa londrina. Roosevelt afirmou que a melhor garantia para a Inglaterra no Nilo era a presença alemã no Eufrates. Descartando a habitual hipocrisia dos povos teutônicos, sabe-se que isso é verdade; que deveríamos juntar esforços para entender-nos com os povos atrasados do mundo. Quando a Inglaterra e a Alemanha tiverem chegado a um entendimento sobre as questões do Oriente Próximo, o mundo não precisará temer os malefícios de uma grande guerra em nenhum lugar do globo, se tal guerra é adversa aos interesses dos dois Impérios."

Para *Sir* Harry, essa é a opinião dos alemães. E com toda probabilidade ele tem absoluta razão, na medida em que pode haver unanimidade na opinião de 65 milhões de seres humanos.

O perigo de que surjam disputas e querelas só tem realidade e substância devido à confusão perpétua de duas coisas bem diferentes: 1) a redução eficaz dos povos desordenados e retrógados ao regime da ordem e 2) a ilusão anexionista. Os ciúmes com respeito à presença inglesa na Índia não decorrem do fato de que a Inglaterra desempenhe ali um papel útil para o mundo, de modo geral, mas da impressão superficial de que ela "possui" esse território, dele derivando tributos ou vantagens exclusivas. Quando a Europa entender um pouco melhor esse assunto, os seus povos compreenderão também que não teriam um interesse especial em fornecer os policiais necessários. A opinião pública alemã se convencerá de que, mesmo que isso fosse possível, a

Alemanha não teria qualquer vantagem em substituir a Inglaterra na Índia, especialmente se for levado em conta que o trabalho administrativo dos europeus em todo o Oriente terminará por qualificar esses povos para exercer sua própria função policial. E se uma das potências que exercem hoje esse papel desatendesse as lições do passado, fazendo tentativas como a da Espanha na América do Sul e da Inglaterra na América do Norte, em busca de privilégios e monopólios, as outras nações contariam para sua represália com os inúmeros elementos fornecidos pelo conjunto das relações econômicas e financeiras, além de com recursos militares.

CAPÍTULO IX

O QUE ENSINA A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA*

O PAPEL das finanças no organismo econômico moderno: servir como sistema nervoso sensorial. A diferença entre o mundo econômico moderno e o antigo. A sensibilidade orgânica e o desenvolvimento da política internacional. A Espanha e o Novo Mundo. Quais seriam, no século XX, os efeitos da antiga política espanhola. O desenvolvimento da política da Inglaterra. O desenvolvimento da política francesa e alemã. A verdadeira lição da crise marroquina. A Alemanha moderna e o crédito europeu.

Quando procuramos definir a influência do desenvolvimento financeiro sobre a história moderna no campo internacional, é necessário encontrá-la não na ação pessoal exercida por determinados financistas ou grupos financeiros (tema sobre o qual se tem publicado um

* A maior parte do que precede constava de um pequeno volume publicado em 1909. Os comentários e as críticas que provocou partiam do princípio de que, certas ou não, essas considerações não tinham influído até o presente na política européia, e eram poucas as probabilidades de que chegassem a afetá-la. Os acontecimentos de 1911 projetam bastante luz sobre esse ponto, e nos primeiros dias de 1912 foi pedido ao autor destas páginas que, em uma conferência pronunciada no Instituto dos Banqueiros da Grã-Bretanha, expusesse suas idéias a respeito da influência do desenvolvimento financeiro nos últimos vinte ou trinta anos sobre a marcha das relações internacionais. Com muito prazer ele aceitou o convite, e a conferência foi feita no dia 17 de janeiro de 1912. O tom do debate subseqüente (V. *Journal of the Institute of Bankers*, fevereiro de 1912) dá a entender que de modo geral a tese aqui desenvolvida tem o acordo dos banqueiros. O presidente do Instituto declarou: "O que é necessário é que as idéias do Senhor Norman Angell se difundam não só na nossa corporação, pois não basta contar com o apoio dos banqueiros, mas no seio de todas as outras corporações." A conferência foi em parte o que neste capítulo se reproduz.

grande número de tolices), mas em forças impessoais, pouco perceptíveis. Essas forças são suscitadas e mobilizadas pela rotina bancária habitual e pelo efeito cumulativo das inumeráveis operações efetuadas diariamente em domínios fora de qualquer controle por parte de governos ou financistas, muitas vezes sem que eles próprios cheguem a percebê-las, e não raro a despeito deles mesmos. Essas forças são, em conjunto, por demais poderosas e intangíveis para que sejam suscetíveis de controle, identificando-se de tal forma com a própria textura da vida atual no mundo que dão diariamente à sociedade o caráter de um todo indissolúvel, com funções vitais inconscientes, mas tão precisas e definidas como a respiração ou a digestão no organismo animal.

Valho-me de uma analogia fisiológica para expor o modo como as finanças têm influído na história contemporânea, indicando ao mesmo tempo o processo fundamental que explica e determina os acontecimentos.

Preciso prevenir uma provável objeção levantada contra a analogia anterior, a qual, como todas as da sua espécie e como qualquer exemplo ou ilustração, presta-se a interpretações exageradas ou equivocadas. Poder-se-ia assim argumentar que, se as forças em questão são tão poderosas que conseguem anular o poder das combinações políticas, qual a razão de nos preocuparmos? Deixemos que os políticos se desempenhem como podem. Contudo, essa conclusão não poderia ser justificada. Embora os processos orgânicos – respiração, digestão, circulação – sejam inconscientes, alheios a qualquer controle deliberado, a vida do organismo pode depender da vontade consciente e do emprego que dela se faça para favorecer ou contrariar aqueles processos. E quanto maior a vitalidade de um organismo, pela progressiva adaptação ao ambiente, maior a importância do fator representado pela vontade consciente, ou seja, tratando-se do ser humano, por sua inteligência.

Com efeito, o homem não é dono de governar arbitrariamente a sua respiração, mas pode suprimi-la, tirando a própria vida, ou comprometê-la, expondo-se a um resfriado que provoque uma bronquite. Não pode dirigir a sua digestão, mas pode evitar a indigestão abstendo-se de alimentos nocivos. Se nos expusermos a um resfriado ou se tomarmos uma dose de veneno, o resultado final não dependerá da

nossa vontade; mas depende de nós expor-nos a uma corrente de ar frio ou ingerir uma substância tóxica, e podemos chegar à decisão correspondente com o desenvolvimento dos nervos sensoriais, sem os quais o organismo pereceria. Se imaginarmos um animal incapaz de sentir o frio ou a fome, ou o sabor de certas substâncias, teremos de aceitar o fato de que a sua vida seria precária e que provavelmente não tardaria a se extinguir. Nada teria que lhe servisse de norma ou guia para a sua adaptação ao meio, não disporia dos estímulos que levam normalmente o organismo a procurar as condições mais propícias ao desenvolvimento eficaz dos processos inconscientes e espontâneos que condicionam a vida. Atualmente, o crédito desempenha, entre outras funções, esse serviço fundamental no organismo econômico, dotando-o de nervos habilitados a perceber as lesões de suas funções ou de seus componentes, de modo a poder evitá-las.

Mal nos damos conta da importância que tem essa sensibilidade. Enquanto ela não se desenvolve, os fatos deixam de afetar necessariamente o curso e o caráter da política governamental. Nossa conduta é determinada não pelos fatos que nos afetam, mas apenas pela parte desses fatos que podemos perceber. Um pensador já disse que "não são os fatos que importam, mas sim as opiniões que os homens têm sobre eles". E, a despeito da condição reinante de dependência mútua entre os Estados, a rivalidade entre eles e a expansão dos armamentos poderiam, na ausência desse fator, seguir imperturbavelmente o seu curso, como alguns dos meus contestadores pretendem que acontecerá. Eles observam que também entre os povos da Antigüidade havia um certo grau de dependência mútua; que Roma tinha um sistema bancário complexo; que o crédito já era importante no mundo durante as lutas napoleônicas, e mais ainda quando a Alemanha atacou a França, procurando invalidá-la economicamente para atingir seus objetivos políticos. Penso porém que, ao fazer essas reflexões, não se tem levado em conta o desenvolvimento da sensibilidade coletiva.

Permitam-me examinar dois exemplos recentes.

Sabemos qual foi a política espanhola na América Meridional durante três séculos: explorar sem piedade o continente, com o objeti-

vo principal de apoderar-se do seu ouro. Não só grande parte da produção das minas ia para o governo espanhol, como todo o comércio desse vasto território estava sujeito aos ditames de alguns interesses privilegiados da metrópole, o que era assegurado pela ação governamental. Todas as mercadorias eram acumuladas em determinados centros e embarcadas sob certas condições, em conseqüência do que às vezes o transporte se fazia, em lombo de mula, por centenas e até milhares de quilômetros fora do caminho direto. E esse era apenas um detalhe. O ponto mais importante é que essa política não favoreceu a Espanha. O país cujos cofres recebiam todo o ouro produzido por metade do mundo tinha nessa época uma das populações mais pobres da Europa. Não obstante, os estadistas espanhóis insistiam em uma política que consistia na extorsão da riqueza particular e que arruinava o seu povo, sem perceber a relação entre essa política e os seus resultados, demasiadamente remota para se tornar evidente. De fato, a relação entre causa e efeito era muito lenta para se tornar visível. Assim, em busca de ganhos imediatos e especiais, a Espanha adotava uma política que acarretava a completa ruína de um vasto território; mas os efeitos dessa ruína só se faziam sentir depois do hiato possivelmente de toda uma geração, e não havia forma de registrar ou perceber esses efeitos sucessivos em um período tão dilatado, durante o qual intervinham outros fatores, contribuindo para tornar mais complexa a relação de causa e efeito, em especial em uma época em que o livro impresso era praticamente desconhecido. Assim, a visão do estadista era dominada pelo imediato e apriorístico. Sabia que, com ouro, podia comprar o que quisesse, e pensava: "Guardemos portanto uma grande quantidade de ouro, impedindo que ele saia do país, e tudo se passará à perfeição." Durante essa época, a política governamental consistia na extorsão dos metais preciosos, com base na teoria mercantilista primitiva em toda a sua crueza – e sabemos quais foram os resultados. Quanto mais vigorosa a aplicação dessa política, mais se acentuava a pobreza da Espanha, enquanto a condição saudável da de-

pendência recíproca, a única política razoável que um país pode adotar no seu relacionamento com os demais, era completamente ignorada.

Imaginemos agora uma Espanha moderna conduzindo uma política sul-americana contemporânea, em pleno desenvolvimento industrial e financeiro. Perceberíamos mais claramente esse relacionamento supondo que a revolução norte-americana não tivesse ainda ocorrido e que a Inglaterra ainda "possuísse" (segundo o termo convencional) a América do Norte e procurasse implantar o sistema que durante trezentos anos a Espanha impôs a suas colônias, determinando, por exemplo, que cada mina e todo poço de petróleo dos Estados Unidos pagasse um tributo de 80% a determinados monopolistas sediados em Londres; decretando que todo o algodão procedente da Luisiana com destino a Lancashire fosse primeiro levado até Winnipeg e ali submetido à cobrança de uma taxa especial, posto em determinadas mãos, embarcado em determinados navios, com fretes especiais, e logo encaminhado, por exemplo, a Deal, sede de outros monopolistas, antes de ser transportado a Derby, para favorecer certos negociantes influentes ali radicados e, por último, embarcado de Derby a Manchester, seu destino final. Não é difícil entender que um sistema como esse, análogo ao que a Espanha aplicou à América do Sul durante seu domínio, provocaria rapidamente uma crise financeira, primeiro na América e depois na Inglaterra, que afetaria numerosos negociantes londrinos, aparentemente estranhos aos interesses comprometidos de forma direta, e aniquilaria praticamente todo um ramo da indústria nacional em Lancashire, do qual depende a subsistência de muitos milhares dos nossos concidadãos. Ninguém poderia contar com que o seu banco estivesse aberto no dia seguinte.

O ponto principal é o seguinte: as conseqüências de uma tentativa como a descrita não seriam sentidas ao fim de vinte, trinta ou cinqüenta anos, como na Espanha do século XVII, mas vinte minutos depois de divulgadas tais normas. Basta pensar em todos os valores, ações etc. que se depreciariam; no pânico dos mercados, no caos resultante, para compreender que, se as associações comerciais de Londres e de Lancashire tivessem alguma influência junto ao governo, toda essa

influência e todas as influências imagináveis se poriam em ação para revogar tais disposições. Essa reação instantânea seria o resultado simplesmente dos processos suscitados pelo funcionamento do regime bancário, utilizando o telégrafo, que permite (melhor dizendo, obriga) o banqueiro a antecipar seus movimentos, e, na hipótese descrita, o levaria a agir antes mesmo da promulgação dessas medidas.

É isso que quero dizer quando falo em sensibilidade e consciência orgânica. A bolsa de valores e a taxa bancária permitiriam ao organismo atual perceber instantaneamente o que outros organismos mais rudimentares não perceberiam, simplesmente porque isso não estava previsto pelo seu sistema nervoso. O regime bancário desempenha o papel de um sistema nervoso, com a correspondente coordenação de atos e a percepção das relações de causa e efeito. E esses nervos sensitivos são uma criação da nossa época.

Por tudo isso, penso que as críticas feitas à minha obra em grande parte não têm fundamento. Dizem-me que a dependência recíproca das nações é coisa antiga, que todos esses fatores existem desde tempos imemoriais e que ela não contribuiu para despojar a força militar das suas prerrogativas ou para modificar a conduta dos Estados entre si. Mas o fator determinante já existia: a reação imediata que procurei indicar – único fator que afeta realmente o curso da política. A noção analítica dessas verdades pode ser tão antiga quanto se queira, mas a sua demonstração prática, em termos acessíveis à opinião geral ditada pela política das nações, é bem nova. E a prova histórica disso é muito simples.

A dependência recíproca das nações foi invocada como argumento, pela primeira vez com uma certa seriedade, por Hume, em 1752, e trinta anos depois por Adam Smith, em uma obra de alcance muito maior. No entanto, no fim do século XVIII, seus argumentos evidentemente ainda não tinham influenciado a política geral – é o que transparece do tom dos debates políticos na Inglaterra, na época da revolução americana, e no continente, durante as guerras napoleônicas. Na realidade, a dependência vital dos Estados entre si era praticamente muito limitada, como se pode ver pelos resultados do sistema continental de Napoleão. Até mesmo a Inglaterra, o país de maior desenvolvimento industrial, só

dependia do estrangeiro (exceto em casos extraordinários de escassez) no tocante a artigos de luxo, como madeiras raras, vinhos, sedas, licores - produtos que representavam um comércio importante, mas que só afetavam uma parte ínfima da população, sem que esse intercâmbio estivesse sujeito às fases de prosperidade ou adversidade dos povos vizinhos. A Inglaterra ainda não tinha uma grande indústria vinculada à prosperidade dos seus vizinhos – ou seja, com a possibilidade de que eles lhe enviassem provisões e matérias-primas em abundância, indispensáveis para o funcionamento das suas indústrias. É a manifestação patente da mencionada dependência recíproca, que no princípio do século XIX não existia em nenhum país do mundo. A Inglaterra se encontrava por assim dizer cinqüenta anos mais perto dessa dependência do que qualquer outro país. Na realidade, seria possível afirmar que, no último quartel do século XIX, não havia nenhuma nação além da Grã-Bretanha em que as necessidades cotidianas da massa da população revelasse tal dependência como a encontramos, por exemplo, entre a região de Lancashire e os territórios produtores de algodão na América, ou entre os milhões de pessoas que constituem a nossa população e as várias regiões que nos fornecem alimentos. Por conseguinte, apesar das especulações dos fisiocratas, até uma fase muito avançada do século XIX prevaleceu a idéia de que convinha aos interesses econômicos de um país a destruição da indústria dos demais. Mas aí pela terceira ou quarta década daquele século, fez-se sentir plenamente a divisão de trabalho. O uso do vapor como força motriz adquiriu a sua plena importância, e, quando a abundância de carvão nos permitiu empregar esse combustível em larga escala, aproveitando todas as vantagens da nossa posição geográfica (que corresponde, em um mundo que contém a América, à posição de Veneza quando o mundo ocidental era principalmente mediterrâneo), o desenvolvimento cada vez maior da nossa indústria tornou indispensável fornecer alimentos baratos para o consumo de massa. A perda de algumas colheitas e a chuva que "prejudicou a produção de cereais" eram suficientes para revelar que dependíamos da importação. Essa dependência provocou uma revolução em matéria fiscal e política. A mudança que durante quinhentos anos a magní-

fica argumentação dos fisiocratas não conseguira provocar, os fatos a fizeram em cinco dias, obrigando a que se entendesse a necessidade absoluta de tais importações.

Tal mudança foi aproximadamente simultânea à das nossas idéias sobre a relação recíproca das nações, com o abandono de qualquer propósito de exploração das colônias por parte da metrópole e com a aceitação integral do princípio de auto-administração das possessões de ultramar. Basta refletir um pouco para compreender que esse novo conceito do relacionamento entre a metrópole e as grandes comunidades que ela criara é o resultado lógico daquela alteração do conceito das relações internacionais que os fisiocratas vinham divulgando e que de repente os fatos tornaram inteligível para todos.

No entanto, uma nação não é uma pessoa. Por limitação ou abuso da linguagem, temos o costume de dizer que "a Inglaterra pretende isso, e a Alemanha quer aquilo". No entanto, 40 ou 60 milhões de habitantes não podem ter uma opinião unânime. E, embora o abandono das antigas concepções políticas parecesse bastante completo ao consumar-se a obra de Cobden, muitas pessoas continuaram convencidas de que o maior perigo que podia ameaçar a Inglaterra era o crescimento da prosperidade dos outros países, o que se viu com clareza quando começou a Guerra de Secessão nos Estados Unidos. A expansão da federação americana tinha perturbado mais de um estadista inglês e, quando a guerra foi declarada e a dissolução dos Estados Unidos parecia iminente, não foram poucos os ingleses que manifestaram sua complacência diante da perspectiva de tal dissolução. O primeiro resultado concreto do desastre pendente – a saudável dissolução de um Estado estrangeiro – consistiu na ruína parcial de uma grande indústria e na miséria e no desespero de milhares de operários em nosso próprio território. Ficou assim, uma vez mais, claramente comprovada a dependência recíproca das nações, e ao mesmo tempo as idéias antiquadas receberam um dos golpes mais decisivos. Por outro lado, observe-se o desenvolvimento das idéias políticas. Até 1860, impedir na medida do possível o desenvolvimento dos Estados Unidos era um princípio aceito pela política britânica, uma idéia fundamental dos governantes ingleses. Que resta hoje dessa política? Quem aceita que a

riqueza e a prosperidade dos Estados Unidos representem um perigo para o nosso país?

Voltemo-nos para o continente e continuemos com o esboço histórico que estamos traçando. Enquanto a prosperidade da Inglaterra se associava, em termos vitais e durante uma geração, com a obra de outros países (a Inglaterra recebia carne e cereais da América e lã da Austrália), as nações do continente, sem exceção, se bastavam, embora algumas praticassem um comércio importante, baseado especialmente na exportação de artigos de luxo, como sedas e vinhos. E a sua política se ajustava a essa situação.

Em 1870, diante da perspectiva desoladora de uma confederação alemã, Luís Napoleão teve a mesma impressão que, dez anos antes, o espectro de uma união americana havia provocado nos estadistas ingleses; e, agindo em consonância com o princípio de que o poder do vizinho é fatal para as nações limítrofes e a sua prosperidade é incompatível com a prosperidade nacional (o que, em certo sentido, nesse caso, era certo, pois essa era a motivação dos países, de modo geral, exceto da Inglaterra, a qual começava a perceber o sentido real das coisas), agindo, repito, em harmonia com o princípio vigente, Luís Napoleão encaminhou toda a sua ação no sentido de esmagar o poder e a prosperidade nascentes do outro lado do Reno. Em outras palavras, secundou uma política dirigida ao entorpecimento e à frustração da consolidação dos Estados alemães. Bismarck se defendeu bem desses golpes, empregando as forças alemãs, por outro lado, para destruir a França, política e economicamente. Sua intenção declarada foi impedir que a França recuperasse sua posição como potência econômica européia. Entre os dois países, não havia uma ligação econômica que pudesse moderar os impulsos do Chanceler germânico: não havia na Alemanha, por assim dizer, uma Lancashire onde se manifestasse a fome, enquanto os soldados alemães invadiam e assolavam os algodoais do inimigo. A indústria alemã não dependia do trigo ou do dinheiro da França. Vejamos, porém, o que aconteceu: a Alemanha se dedicou a consolidar sua posição econômica e política, consagrando-se às atividades comerciais e industriais, por caminhos análogos aos percorridos pela Inglaterra na geração precedente. Ao

cabo de quarenta anos, surgiu um novo conflito franco-alemão; os exércitos novamente se defrontaram, e um estadista alemão, imbuído explicitamente dos princípios da filosofia de Bismarck, assumiu o lugar deste último, com grandes vantagens sobre ele: enquanto Bismarck presidira uma Alemanha de 40 milhões de habitantes, não consolidada politicamente, contra uma França de igual número, *Herr* von Kiderlen Waechter representava uma Alemanha de 65 milhões de habitantes contra uma França de 38 milhões; uma Alemanha disciplinada e fortalecida por quarenta anos de trabalho sério e que crescera sem cessar, enquanto a França permanecia estacionária. Contudo, a guerra foi impossível. Enquanto Bismarck pôde ferir friamente a França, aparentemente sem pôr em perigo o seu país, *Herr* von Kiderlen Waechter (para enorme surpresa sua, pelo que me informaram) verificou que a tentativa de atacar a França relativamente fraca de 1911 traria para a pujante Alemanha contemporânea a mais desastrosa desordem econômica. O que o algodão americano representava para Lancashire em 1865, eram agora o dinheiro francês e tudo o que ele significava, direta ou indiretamente, para a indústria alemã de 1911; e com maior espanto ainda o Chanceler alemão percebeu que os 20 milhões de habitantes adicionais dependem em grande medida das importações; mantêm-se a serviço de indústrias que dependem por sua vez do capital estrangeiro, principalmente inglês e francês; e que, se por alguma mágica o sonho de Bismarck – apagar a França do mapa econômico da Europa – pudesse ser realizado, seria preciso abster-se desse projeto, não por consideração ao bem-estar dos franceses ou à sua existência, mas devido aos interesses da indústria alemã e à influência de todos os financistas e comerciantes alemães. No caso concreto, bastou a ameaça. O simples rumor de que as exigências da Alemanha eram intoleráveis provocava uma queda na bolsa de Berlim, e em seguida um banco alemão precisava fechar as portas. Os *jingos* patrioteiros alemães levantavam a voz para apregoar a iminência da guerra, e logo a taxa de juros subia um ponto, deixando algumas empresas alemãs na insolvência. Se houvesse espaço aqui, poderia exibir em um diagrama eloqüente a relação objetiva entre a "energia" da política exterior alemã e os números da insolvência de empresas na Alemanha durante esse período.

O Cônsul inglês na Alemanha, *Sir* Francis Oppenheimer, descreve em termos adequados a situação real do país, ao observar, no seu último relatório, que a íntima relação existente na Alemanha entre os bancos e a indústria cria uma situação que provoca, para usar as suas palavras, "uma quebradeira generalizada, quando ocorre uma crise internacional". Entre outros inumeráveis comentários, reproduzo o seguinte, da *Gazeta da Bolsa* de Berlim: "A política adotada pelo governo, de 1º de julho até hoje, causou ao comércio e à indústria do país perdas quase tão grandes como as que uma guerra infeliz poderia ter provocado."

Pode ser uma opinião exagerada, mas não se trata disso, e sim do fato de que a opinião prevalecente nos meios financeiros se ressente dos efeitos de tal política. Em outras palavras, os condutos nervosos a que antes me referi faziam e fazem sentir suas funções no organismo, afetando a opinião pública, a qual por sua vez não podia deixar de influir na posição do governo. Além disso, temos o testemunho cabal de que essa opinião, transmitida pelos nervos do sistema financeiro, não demorou a se fazer sentir na política governamental. Trata-se de um incidente característico, entre muitos do mesmo tipo que se desenrolavam naquela ocasião, e que foi transmitido por via telegráfica ao *Times*, a partir de Berlim.

Estávamos então no pior momento de um período de pessimismo, e o governo alemão, com objetivos evidentes, havia expedido uma série de notas pessimistas. O telegrama dirigido ao jornal *Times* dizia:

> "Uma conseqüência das inquietantes manifestações semi-oficiais foi o fato de que, antes mesmo de a Bolsa começar a funcionar, começaram a chegar ordens de venda de títulos, e tudo parecia indicar que estávamos experimentando uma nova queda dos preços. Não obstante, as principais instituições bancárias se comunicaram imediatamente com o Ministério das Relações Exteriores, e em seguida os representantes dos grandes bancos, entre eles *Herr* von Helfferich, diretor do *Deutsche Bank*, *Herr* Carl Furstenburg, diretor do *Berlin Handelsgesellschaft* e os representantes do Banco Nacional e da casa *Bleichoroeder* foram recebidos no Ministério das Relações Exteriores por *Herr* Zimmerman, subsecretário incumbido do assunto, que respondeu às perguntas dos visitantes com palavras tranqüilizadoras sobre a situação, ditas com a maior firmeza.

> Reanimados por essas afirmativas, os bancos deram o seu apoio, e o resultado foi que os preços se sustentaram satisfatoriamente durante todo o dia."

Não é possível que haja um testemunho mais claro de que a Alemanha chegara a uma época em que o seu governo precisava modificar os termos e a orientação da política de acordo com as necessidades econômicas que a tornam solidária com a segurança financeira dos seus vizinhos.

Como estamos distantes dos dias venturosos em que Bismarck podia jactar-se sem escrúpulos de atacar a França com a convicção tranqüilizadora de que nenhum alemão ficaria por isso mais pobre, enquanto o Estado alemão ganharia imensamente! Eis um exemplo da lei da aceleração, que já procurei explicar: a mil e quinhentos anos de distância de Átila, Bismarck tinha melhores condições para imitar os seus métodos do que nós, a quarenta anos de Bismarck, para aplicar os métodos bismarckianos.

Dir-se-á seguramente que não foram essas considerações que impediram a guerra, mas sim o fato de que a Alemanha tinha de enfrentar não só o exército francês, mas a esquadra inglesa. De meu lado, permito-me lembrar que nos últimos dez anos tivemos dois incidentes em Marrocos, e no primeiro a esquadra inglesa não respaldava a França em nenhum sentido especial. Examinando a imprensa financeira alemã desse período, encontramos as mesmas considerações econômicas e comer-ciais que influíram tão poderosamente na política geral de 1911, desempenhando um papel igualmente decisivo, embora não tão claro, na política alemã de 1905.

Afirma uma autoridade francesa: "Não há a menor dúvida de que o grande obstáculo à guerra foi a dependência industrial da Alemanha com relação ao crédito internacional." E acrescenta esta observação significativa: "A influência dessa solidariedade econômica internacional tende a aumentar, a despeito da posição que adotemos. Não se originou em nenhum ato que tivéssemos praticado, consciente ou deliberadamente, e não será anulada por nenhum ato deliberado ou consciente de nossa parte."

Não direi que os fatores políticos e militares, como por exemplo a esquadra inglesa, não tenham influído. Cinqüenta pessoas igualmente bem informadas dariam cinqüenta opiniões divergentes sobre o peso de cada um dos fatores que determinam qualquer ato de qualquer governo. Um homem que passou toda a sua vida no centro dos assuntos germânicos e que está em contato não só com os círculos comerciais, financeiros e jornalísticos, mas com a Corte e com os negócios governamentais, disse-me o seguinte:

> "Acompanhei de perto a evolução de diversas questões e intrigas políticas e delas participei; devo ter visto a intimidade da política alemã tão bem quanto qualquer outra pessoa, mas, se me perguntarem se o futuro nos trará a guerra ou a paz, direi que na verdade não sei. O senhor me pergunta se a Alemanha é favorável à paz, e novamente tenho de dizer que não sei. O Imperador ignora se a Alemanha tende para a paz ou a guerra, embora pessoalmente ele favoreça a paz, incisivamente; mas não teria condições de dizer se o seu desejo e os seus esforços terminarão prevalecendo."

Não obstante, há quem fale de um país – da Alemanha, por exemplo – como se as suas ações resultassem de uma opinião determinada e estável, análoga à de um indivíduo que adotasse um certo partido, e não como acontece na realidade: de um corpo de opiniões submetidas a forças de todo tipo que influenciam desigualmente esse conjunto, imprimindo-lhe uma flutuação permanente. Não há um só governo na Europa que nos últimos dez anos não tenha mudado radicalmente seus conceitos em matéria política. Em 1900, a França era a antagonista mortal da Inglaterra. A opinião pública inglesa nada se dispunha a ouvir a favor da França ou contra a Alemanha. Há quinze anos, a anglofobia era um dos fatores dominantes da política externa dos Estados Unidos, e não há manifestação de qualquer anglófobo alemão dos nossos dias que não encontre uma cópia fiel em algum homem público americano conhecido daquela época. Ouvimos, por outro lado, que o governo alemão leva a sério as opiniões do mundo bancário e financeiro, assim como o que possam sofrer bancos e o sistema financeiro por causa da sua política. Não insistirei em repetir que todos os depoimentos contradizem

essa opinião e que o caso particular já mencionado a desmente completamente. Mas devemos compreender que, na verdade, *o governo se identifica com o mundo dos negócios*, porque o rumo da política deve acabar obedecendo aos interesses e às necessidades do povo do qual derivam a sua autoridade, seus recursos e sua capacidade de agir com eficácia e precisão. Uma guerra moderna implica, como condição por excelência do êxito militar, uma capacidade que só pode resultar do concerto com as grandes correntes econômicas e morais da época e do povo. Nenhum Estado importante pode pensar em participar ativamente da vida do mundo de forma diferente. O Estado é impotente diante da magnitude dessas correntes. Não só a obra do povo alemão anulou os planos mais meditados dos estadistas, independentemente da sua intenção, como a criação da Alemanha moderna teria sido impossível sem o fracasso desses planos. A política de Bismarck consistia, segundo a sua declaração expressa, em entorpecer e obstaculizar com todos os meios ao seu alcance a expansão econômica da França, para que este país desaparecesse como fator econômico da Europa. Pois bem: se isso tivesse acontecido, o desenvolvimento comercial da Alemanha nos últimos vinte anos teria sido impossível.

O comércio da Alemanha se dirige principalmente para a América do Sul, o Oriente Próximo e a Rússia; e o desenvolvimento desses países, do qual depende em grande parte o comércio alemão, é devido principalmente ao capital inglês e francês. Portanto, se os estadistas alemães tivessem conseguido eliminar os rivais da Alemanha, a expansão do comércio do seu país não teria sido possível.

Do seu lado, todos os esforços dos estadistas franceses para influenciar essas correntes foram também inúteis. A política francesa teve por objetivo impor um contrapeso à Alemanha, e com esse fim firmou uma aliança com a Rússia. Como parte essencial desse acordo, combinou-se que uma porção considerável do imenso capital francês seria emprestada à Rússia. O capital foi fornecido, e em conseqüência o comércio alemão com a Rússia cresceu entre 15% e 45%, graças em boa parte ao estímulo do dinheiro francês; pode-se dizer, assim, que hoje a Alemanha domina comercialmente a Rússia, que representa um dos grandes mercados com

que contam a indústria e o comércio alemães. Tudo como fruto de uma política cuja meta era justamente debilitar a Alemanha.

Observe-se também o seguinte: com as atuais facilidades de comunicação, seria materialmente impossível impedir que o capital francês contribuísse, de uma forma ou de outra, para o comércio alemão. Enquanto a França, com a população estacionária e um grande excedente de capital, deseja colocar seus recursos rendendo juros; e enquanto o chefe de família francês aspira a formar um dote para a filha; enquanto, por fim, estejam sendo alcançados em alguma medida os objetivos para os quais existe o Estado, seus capitais irão secundar o comércio alemão.

Vale notar igualmente o fato de que a divisão de trabalho, que como vimos leva à dependência recíproca das nações, não só se intensifica mediante a influência do crédito, mas nasce com essa influência. Sabemos bem que bastam alguns centavos de diferença no preço da tonelada de carvão e umas poucas moedas no da tonelada de trigo para que um território produza trigo e outro, o carvão; e que essa diferença não teria sido possível sem os serviços que o mundo moderno presta à atividade comercial. Mas há uma forma da divisão do trabalho – das mais importantes para os efeitos de que estamos tratando – relacionada diretamente com os mecanismos bancários. Antes de 1870, a França tinha uma população numericamente igual à de hoje e era um dos países ricos da Europa, em comparação com os demais. No entanto, sob o Império, o valor total dos seus investimentos externos não chegava à décima parte das cifras de hoje. Temos assim uma demonstração de que a influência do fator financeiro no mundo cresce em termos absolutos e não proporcionalmente à população. A partir da guerra, um grande número de fatores – um dos quais foi indubitavelmente o extermínio do homem aventureiro e impulsivo, pela própria guerra – vem fazendo da França uma nação de famílias pequenas, que poupam tudo o que é possível poupar pensando no futuro e reúnem um dote para o filho único, menino ou menina, dispondo assim de uma soma imensa para inverter no exterior. Em contraste, a Alemanha tem uma população adicional de 20 milhões de indivíduos que precisam ser instala-

dos na vida, e a demanda do capital necessário para isso consome tudo o que a Alemanha pode poupar. Os mecanismos bancários permitem aos dois países dividir o trabalho de acordo com as suas inclinações, sendo um deles a fonte do capital e o outro o seu aplicador. E, com essa divisão de trabalho possibilitada pela atividade bancária, criou-se ao mesmo tempo a condição de dependência recíproca que procurei explicar no princípio deste capítulo. O não crescimento demográfico da França, que libera o seu capital, é precisamente o fator que impede a Alemanha de destruir a França.

Devo agora pedir que se recapitulem por um momento as proposições fundamentais da minha exposição, a saber: as relações mútuas entre os Estados se modificam rapidamente em resposta à rápida mudança das circunstâncias que as condicionam a uma mais ativa divisão do trabalho, que resulta da maior rapidez das comunicações; essa divisão do trabalho, cada vez mais acentuada, faz com que seja inevitável uma relação de dependência recíproca entre os que colaboram no empreendimento comum; essa dependência recíproca implica, por sua vez, o declínio da força como fator ou recurso empregado nesse relacionamento; o referido declínio do uso da força debilita o significado do predomínio político e, em virtude da própria complexidade da divisão do trabalho, tende à cooperação universal, agrupando as diferentes unidades em uma ordem independente de toda divisão, de modo que as fronteiras políticas deixaram de demarcar fronteiras econômicas ou de coincidir com elas. Por último, devido ao efeito cumulativo de todos esses fatores e como conseqüência direta dos mecanismos inerentes à sua coordenação, ocorre o que poderíamos chamar de "reação telegráfica das finanças" – a sensibilidade que permite ao organismo perceber rapidamente qualquer lesão de um dos seus componentes.

Tudo isso pode ser resumido na afirmativa de que a força militar está cada vez mais longe de produzir os efeitos a que se destina e deverá portanto chegar à mais completa inutilidade do ponto de vista econômico – o que creio que já aconteceu. Que o leitor leve

em conta por um momento as proposições precedentes e a síntese histórica que evoquei e que diga se essa síntese não confirma as proposições do modo mais minucioso.

Nos albores da história, tivemos o Estado predador, difundindo à sua volta todos os danos que a força física pode causar, sem sofrer qualquer prejuízo. No outro extremo, encontramos uma ordem de coisas na qual um Estado não pode causar a outro um dano semelhante sem que o agressor sofra com isso prejuízos proporcionais. No princípio, tínhamos uma Inglaterra que poderia ter visto todos os seus rivais políticos aniquilados, sem qualquer desvantagem. Atualmente, temos uma Inglaterra para a qual uma tal destruição condenaria à fome os seus habitantes. No princípio, tínhamos uma potência como a Espanha exercendo livremente o seu poder e aplicando a sua força, agredindo outros povos aparentemente de modo proveitoso para si. Hoje, temos uma situação em que o emprego da força militar com esse propósito seria fatal para a prosperidade do país que a aplicasse. No princípio, tínhamos um desenvolvimento tão lento de qualquer forma de dependência mútua que ao longo de dois mil anos ela mal pode ser percebida. Atualmente, no fim da primeira década do século XX, temos uma evolução tão rápida dessa dependência, ao lado de uma sensibilidade tão grande, que ela governa a política internacional de todos os Estados continentais, quando até o último quartel do século precedente não exercia qualquer influência. As proposições indicadas resistem sob qualquer aspecto à prova dos fatos, ao exame concreto à luz do desenvolvimento da humanidade. E resistem a essas provas simplesmente porque, como procurei mostrar, essa condição não só fundamenta o relacionamento entre as nações como é essencial nas relações entre os homens, considerados individualmente.

Na verdade, essas forças, cuja existência procurei demonstrar, presidem a própria existência da sociedade organizada.

PARTE 2

Capítulo I

DEFESA PSICOLÓGICA DA GUERRA

Os motivos não-econômicos da guerra. Motivos de ordem moral e psicológica. A importância desses argumentos. Os autores alemães, ingleses e americanos. O argumento biológico.

A objeção mais comum levantada contra os fatos enumerados na primeira parte deste livro é a de que os verdadeiros motivos que levam as nações à guerra não são de ordem econômica; que esses conflitos emanam de causas naturais; que resultam do conflito de direitos ou procedem de causas não só distintas das econômicas, mas estranhas ao influxo da razão, como a vaidade, o espírito de emulação, o orgulho da situação, o desejo de prevalecer, de ocupar uma posição preeminente, de ostentar poder e prestígio, do ressentimento causado por ofensas, de um impulso de ira, do desejo de dominar um rival a qualquer preço, alimentado por querelas e desavenças, da "hostilidade inerente" que existe entre nações rivais, do contágio dos impulsos coléricos, da luta cega dos homens, entre si, e, de modo geral, do fato de que tanto os seres humanos como as nações sempre se digladiaram e continuarão a fazê-lo porque "esta é a sua natureza".

Certas observações, entre as muitas dirigidas a este livro em tom crítico, expressam e resumem o primeiro desses pontos de vista. Dizem os críticos:

> "A causa da guerra é espiritual, não material. As grandes guerras resultaram de conflitos sobre certos direitos, e as causas perigosas da guerra consistem na existência de idéias antagônicas sobre determinados direitos ou sobre o direito em geral ... Os homens estão dispostos por excelência a sacrificar-se às idéias morais." [35]

[35] *Morning Post*, 1.º de fevereiro de 1912.

De seu lado, o Almirante Alfred Mahan faz observações análogas.[36] Do mesmo modo, o *Spectator*, embora admita a verdade dos princípios assinalados na primeira parte deste livro, estima que os fatos em questão não afetam seriamente a causa fundamental da guerra:

> "Assim como os indivíduos conflitam entre si e se batem dentro dos limites impostos pela polícia e pelos tribunais, não porque esperem enriquecer-se dessa maneira, mas porque seu sangue ferve e querem sustentar o que acreditam ser o seu direito, ou vingar afrontas recebidas, assim também as nações estão dispostas a bater-se, por mais que se demonstre que com isso nada ganharão ... Ora precisam de liberdade, ora de poder. Às vezes são possuídas pela paixão de dominar e expandir-se. Outras sentem o impulso de lutar por lutar – ou, como dizem seus líderes e ideólogos, de cumprir o seu destino ... Às vezes, os homens combatem por amor à luta, às vezes por uma causa grande e nobre, ou por uma causa má; mas nunca, praticamente, guiados por um livro de contabilidade ou um contrato."

Quero dar toda importância a essas idéias, sem deixar de lado um só detalhe, e creio que as páginas que seguem abarcam todos esses pontos. Há porém uma escola de filosofia que vai além dos argumentos do *Spectator*. O conceito expresso implica de certo modo que, mesmo quando os homens resolvem suas diferenças pela força e pela paixão, em vez de recorrer à razão, o fato é deplorável. Essa escola de pensamento declara que os homens devem ser estimulados à luta e que a guerra é a solução por excelência dos conflitos. Para esses filósofos, a força é uma disciplina valiosa para as nações, e não se deve desejar que o conflito natural entre os homens seja transportado a outro terreno que não o da força. Insistem em que a raça sofrerá um empobrecimento irreparável quando as grandes lutas da humanidade (como afirma um deles) se reduzirem a uma simples questão de "palavras e moedas".

Convém lembrar, entre parênteses, que o assunto não tem interesse puramente acadêmico. Com efeito, essa filosofia constitui um elemento perpétuo de oposição a todas as reformas da tradição e da opinião política que devem preceder necessariamente uma reforma das

[36] *North American Review*, março de 1912.

condições objetivas das nações. Quando dos dois lados da fronteira se cultiva geralmente a fé na "guerra pela guerra", não só as questões internacionais se tornam infinitamente mais perigosas como surge também uma tendência a desacreditar o emprego da paciência, qualidade tão necessária no relacionamento dos povos como dos indivíduos, chocando-se com a propensão de justificar tudo o que favorece a guerra, em oposição a tudo o que poderia evitá-la. Na Europa, esses argumentos e pretextos, biológicos e de outra natureza, contribuem fortemente para criar a atmosfera e o temperamento favoráveis às hostilidades e desfavoráveis à harmonia entre as nações. Vale notar que a filosofia expressa não é peculiar a este ou aquele país, mas encontra-se difundida profusamente na Inglaterra e na América, assim como na França e na Alemanha. É uma doutrina européia, parte daquele "espírito europeu" que determina, entre outros fatores, o caráter da civilização da Europa em seu conjunto.

Essa opinião ou doutrina foi recentemente [37] confirmada e exposta em termos decididos pelo General Friedrich von Bernhardi, distinto oficial de cavalaria e provavelmente o maior escritor alemão sobre questões de tática e estratégia, no seu livro *A Alemanha e a próxima guerra*, no qual afirma ingenuamente que o dever da Alemanha é alcançar a supremacia, abrindo caminho para isso a ferro, sangue e fogo, e sem preocupar-se com os direitos e interesses dos outros povos. Um dos capítulos intitula-se "O dever da guerra". O autor qualifica como "deletério" o movimento pacifista alemão e proclama a doutrina de que os deveres próprios do povo alemão só podem ser atendidos por meio da guerra. "O dever da auto-afirmação não se reduz apenas à rejeição da hostilidade alheia, mas inclui a necessidade de garantir à população do Estado a possibilidade de existir e desenvolver-se." Segundo o autor, é desejável que a conquista se faça pelos métodos da guerra, e não pelos procedimentos pacíficos. A Silésia não teria o mesmo valor para os prussianos se Frederico, o Grande a tivesse adquirido pela adjudicação de um tribunal arbitral. Assim, a tentativa de abolir a guerra não só é "imo-

[37] Abril de 1912.

ral e indigna da humanidade" como retira dos homens sua qualidade mais elevada, que é o direito de expor a vida em defesa de um ideal. O povo alemão "deve convencer-se de que a manutenção da paz não é e nunca poderá ser o objetivo da sua política".

Esforços análogos vamos encontrar na Inglaterra, por parte de escritores ingleses que pretendem pôr em vigor essa doutrina da "força pela força". Em livros de autores como o Almirante Alfred Mahan e o Professor Spencer Wilkinson,[38] encontramos a cada momento passagens que reproduzem as opiniões de von Bernhardi ou, quando menos, exaltam a doutrina da força, de modo geral.

É costume dar a essa filosofia da força um certo colorido científico, invocando em seu apoio as leis biológicas da evolução. Afirma-se assim que, no passado, o progresso humano consistiu na sobrevivência dos mais aptos, mediante a luta e o conflito armado, e que os sobreviventes dessas lutas são precisamente os indivíduos mais combativos, os mais inclinados ao combate. Portanto, a tendência combativa não é uma simples manifestação de perversidade, mas parte do instinto de conservação, que tem suas raízes na profundidade biológica – na luta das nações pela sua sobrevivência.

O mesmo conceito é expresso também por Sebald Rudolf Steinmetz, em *A filosofia da guerra,* de 1907. Para esse autor, a guerra é uma prova, instituída por Deus, para pesar as nações na balança. É essencial para o Estado e a única função em que os povos podem usar todas as suas forças simultaneamente e de modo convergente. Não se consegue uma vitória que não resulte de um conjunto de virtudes, e só se é derrotado devido aos vícios e às fraquezas do homem. A fidelidade, a coesão, a tenacidade, o heroísmo, a consistência de propósitos, a educação, a inventiva, a economia, a riqueza, a saúde e o vigor físico – enfim, todas as formas e graus da superioridade física e intelectual – se fazem sentir conjuntamente na hora "do julgamento divino, quando Deus lança uns povos contra os outros" (*Die Weltgeschichte ist das Weltgericht,*

[38] Veja-se em particular o artigo do Almirante Mahan "The Place of Power in International Relations", na *North American Review* de janeiro de 1912, e obras como a do Professor Spencer Wilkinson, *The Great Alternation: War and Policy.*

ou seja: a *história universal é o juízo universal*). O Dr. Steinmetz nega que, no curso das acontecimentos, a sorte e o azar desempenhem até mesmo o papel mais insignificante, que possam exercer qualquer influência.

Afirma-se também que a hostilidade internacional não passa do estímulo psicológico que desperta a combatividade, elemento necessário para a luta e que, por odiosa e repugnante que seja, ao lado de outros instintos primordiais (como, por exemplo, os nossos apetites animais) participa do plano universal e contribui para a nossa sobrevivência. A confiança desmedida diante dos "avanços amigáveis" de outras nações e a ausência de suspicácia concorreriam, por outro lado, para eliminar as sociedades mais humanas e fraternas diante das mais agressivas e brutais, em virtude de uma espécie de "lei de Gresham" vigente nas relações internacionais. Se as idéias de harmonia e amizade entre as nações nos induzem a afrouxar nossa vigilância defensiva, isso abre aos povos belicosos uma oportunidade para o ataque. Dessa situação resultaria a tendência dos mais civilizados a claudicar e desaparecer diante dos menos civilizados. Portanto, a animosidade e a hostilidade internacionais são um corretivo para o sentimentalismo dissolvente, e desempenham um papel útil e importante, por detestável que isso nos pareça. Assim, embora hoje os motivos econômicos e materiais que levam ao conflito careçam de validade, outros surgirão, suficientes para conduzir ao choque, tal é o ímpeto dos fatores psicológicos determinantes.

Algo semelhante é a doutrina formulada com peculiar exaltação na obra recente de um militar norte-americano, o General Homer Lea.[39] O autor afirma não só que a guerra é inevitável, mas que qualquer esforço sistemático para aboli-la atenta inutilmente contra as leis universais:

> "As entidades coletivas nascem, vivem e morrem sob a influência das mesmas leis que governam toda a vida, vegetal, animal ou nacional: leis de luta e sobrevivência. Essas leis, universais no que respeita à vida e ao tempo, inalteráveis na sua determinação causal e em sua consumação, só variam no transcurso da existência de uma nação em função do conhecimento que se tem delas e da obediência com que são tratadas. Qualquer tentativa de desvirtuá-las ou de fugir

[39] *The Valour of Ignorance*, Harpers.

> delas, de as burlar ou falsear, desdenhá-las ou violá-las, é uma loucura que só a presunção humana pode conceber. E nunca nenhuma tentativa nesse sentido (como as que o homem não cessa de cometer) deixou de ter em pouco tempo conseqüências maléficas e funestas.
>
> "Em teoria, a arbitragem internacional é a negação do caráter inexorável das leis naturais, que se almeja substituir por fórmulas mágicas, à moda de Cagliostro, quando não se recai na loucura de Canuto, enfrentando com o peito aberto o oceano da vida e ordenando às ondas que cessem seu movimento.
>
> "A idéia da arbitragem internacional como substituta das leis naturais que presidem à existência das entidades políticas emana não só da negação dos seus mandatos e da ignorância da sua aplicação, mas de um conceito totalmente equivocado da guerra, de suas causas e do seu significado."

Na introdução ao livro encontramos a tese do General Lea expressa com toda ênfase por outro militar norte-americano, o General John J. Storey:

> "Alguns idealistas alimentam a sua visão de que, com o progresso da civilização, a guerra deixará de existir, com seus temidos horrores. Mas a civilização não mudou a natureza humana.
>
> "É a natureza humana que torna a guerra inevitável. A luta armada não desaparecerá da terra enquanto a natureza humana não mudar."

No livro *Weltstadt und Friedensproblem* (*A situação mundial e o problema da paz*), do Professor Barão Karl von Stengel, reputado jurisconsulto, delegado alemão à Primeira Conferência da Paz de Haia, há um capítulo intitulado "O significado da guerra no desenvolvimento da humanidade", no qual o autor diz o seguinte:

> "A guerra tem contribuído para o progresso, em lugar de prejudicá-lo. Atenas e Roma ascenderam ao ápice da sua civilização não só a despeito de numerosas guerras, mas devido a elas. Foi a ferro e fogo que grandes nações, como a Alemanha e a Itália, constituíram-se em Estados. A tempestade purifica a atmosfera e arrasa as árvores menores, deixando de pé os carvalhos robustos. A guerra é a prova do verdadeiro valor de uma nação, tanto política quanto intelectual e fisicamente. Na paz, um Estado que contém partes apodrecidas pode vegetar durante algum tempo, mas na guerra suas fraquezas se tornam evidentes.
>
> "Os preparativos bélicos da Alemanha não provocaram um desastre econômico; ao contrário, causaram uma inaudita expansão da economia, à qual se deve indiscutivelmente nossa indubitável superioridade sobre a França. É preferível

gastar com armamentos do que comprando artigos de luxo, automóveis supérfluos e outros objetos da sensualidade."

É sabido que Moltke se expressava em termos análogos na sua célebre carta a Bluntschli. Dizia o Marechal que "a paz perpétua é só um sonho, e não chega a ser um belo sonho. A guerra é um dos elementos da ordem estabelecida por Deus, e nela se manifestam as mais nobres virtudes do homem. Se não fosse a guerra, o mundo se degeneraria, mergulhando em pouco tempo no pântano do materialismo".[40]

No momento em que Moltke emitia essa opinião, declarações muito parecidas eram ouvidas na França, expressas por ninguém menos do que Joseph Ernest Renan. No seu livro *La Réforme Intellectuelle et Morale* (Paris, Levy, 1871, p. III), ele afirma :

> "Se a torpeza, a negligência e a falta de visão dos Estados não levassem ao choque entre eles, mal podemos imaginar os abismos de degeneração a que desceria a raça humana. A guerra é uma das condições do progresso, o aguilhão que impede os povos de adormecer, e obriga até mesmo os medíocres a despertar da sua apatia. As únicas coisas que sustentam o homem são a luta e o esforço. No dia em que a humanidade edificar um grande Império Romano pacífico, sem inimigos externos, nesse dia sua moralidade e inteligência estarão ameaçadas pelo maior perigo."

Ouvimos hoje os ecos dos mesmos ensinamentos nas declarações públicas do ex-Presidente Theodore Roosevelt. Cito algumas frases tomadas ao acaso nos seus escritos e discursos:

> "Uma nação que suporta o insulto nos inspira desprezo, como um homem. O que se aplica a um homem aplica-se também a uma nação." [41]
> "Precisamos desempenhar um papel no mundo, e especialmente ... praticar aqueles atos cruentos e corajosos que promovem por excelência o prestígio das nações. Não valorizamos o homem tímido e suave."
> "Só na guerra podemos adquirir aquelas qualidades viris necessárias para triunfar nas árduas batalhas da vida real."

[40] Opiniões análogas, de forma mais definida, encontramos em Gustav Ratzenhofer, *Die Sociologische Erkenntniss* (*O conhecimento sociológico*), de 1898.
[41] Discurso de 6 de junho de 1910 no *Stationers Hall*.

> "O mundo é assim: a nação que segue o caminho da paz e do isolamento indolente está destinada no fim a sucumbir, cedendo lugar às que não perderam suas qualidades viris e ousadas." [42]

O Professor William James resume no parágrafo seguinte todas essas idéias:

> "Evidentemente o partido da guerra tem razão quando sustenta que as virtudes marciais, embora adquiridas originalmente na guerra pela raça humana, são atributos permanentes e benéficos. O orgulho patriótico e a ambição na sua forma militar constituem, definitivamente, simples manifestações específicas de uma paixão ou tendência mais universal e duradoura. O pacifismo não faz prosélitos nas fileiras do partido militar. Este não nega a baixeza animal, o horror e o desperdício, mas afirma que isso não é senão uma parte e diz que a guerra justifica o pagamento desse preço; que, considerando a natureza humana em seu conjunto, a guerra é a melhor proteção contra a sua própria fraqueza e covardia, e que a humanidade não se pode permitir a adoção de uma economia pacifista ... O militarismo é o grande preservador dos nossos ideais de vigor, e sem esse vigor a vida humana é desprezível ... A meu juízo, esse sentimento natural representa a própria alma dos escritos militares. Tanto quanto posso ver, todos os escritores militaristas, sem qualquer exceção, tratam os seus temas do ponto de vista místico, exaltado, considerando a guerra como uma necessidade biológica ou social ... Nossos antecessores infundiram o espírito de luta no íntimo e na medula dos seus descendentes, e milhares de anos de paz não conseguiriam extingui-lo." (*McClure Magazine*, agosto de 1910)

Não faltaram membros reputados do clero inglês para apregoar as mesmas idéias. Ao defender a guerra da Criméia como "guerra justa contra os tiranos e opressores", Charles Kingsley dizia: "Pois Nosso Senhor Jesus Cristo é não só o Príncipe da Paz, mas também o Príncipe da Guerra. É o Senhor dos Exércitos, e todos os que lutam em uma guerra justa, movida contra tiranos e opressores, estão com Cristo, e Cristo está com eles. Cristo é o seu chefe e o seu capitão, e nenhuma causa pode ser mais justa. Podem acreditar nisso, porque é a Bíblia que vos diz." [43]

---

[42] *The Strenuous Life.*

[43] No seu prefácio à primeira edição inglesa de *The Bigelow Papers*, Thomas Hughes fala sobre os que se opõem à guerra da Criméia, que chama de "camarilha envaidecida e daninha que levantou no nosso meio o clamor pela paz". Vide também *A psicologia do jingoísmo*, de Hobson, p. 52.

O Cônego Newbolt, o Decano Farrar e o Arcebispo de Armagh escreveram todos em termos análogos.

Em conjunto, a tese poderia ser assim resumida:

1) As nações lutam por idéias antagônicas sobre os seus direitos: é o conflito moral dos homens.

2) Lutam por motivos não racionais, de ordem inferior: por vaidade, rivalidade, orgulho da sua posição, ambição de grandeza e predomínio; ou por simples hostilidade com relação às pessoas de outra nação. Uma luta cega de ódios recíprocos.

3) Essas causas justificam a guerra ou a tornam inevitável. A primeira é em si mesma admirável; as demais são inevitáveis, pois os povos mais dispostos à luta e os que nela entram com maior energia não demoram a tomar o lugar dos que têm inclinação pacífica; por isso o tipo guerreiro tende a prevalecer e a perpetuar-se: "As nações guerreiras herdarão a terra."

Dito de outra forma, dedutivamente: como o conflito, tanto entre as nações como entre os demais organismos, é condição de vida e de sobrevivência, a capacidade de iniciativa, que não é mais do que uma intensa energia para a luta, a disposição de aceitar o combate na sua forma mais crítica, deve ser necessariamente a qualidade distintiva dos contendores na disputa vital. E essa lei biológica, profundamente enraizada, é que proíbe a humanidade de obedecer ao conselho de oferecer ao agressor a outra face e veda à natureza humana aceitar esse ideal. Aceito o ideal, os melhores – isto é, os homens e as nações mais humanos e benevolentes – ficariam à mercê dos mais violentos. E estes, ao eliminar os menos brutais, imprimiriam a sua marca aos sobreviventes, de modo que prevaleceriam sempre as características do militarismo. Por isso a disposição para a luta, que implica as qualidades do orgulho e da emulação, o vigor, a tenacidade e o heroísmo (que conhecemos como qualidades varonis) deve perdurar enquanto subsista a nossa espécie; e, como representa um obstáculo à supremacia exclusiva da violência brutal pura e simples, é parte integrante da moral superior.

Capítulo II

DEFESA PSICOLÓGICA DA PAZ

O terreno movediço da argumentação favorável à guerra. A crescente aproximação dos ideais morais e materiais. As causas não-racionais da guerra. A falsidade das analogias biológicas. A verdadeira lei da luta pela vida: uma luta contra a natureza, não contra os homens. Resumo do progresso humano e da sua principal causa. O progresso no sentido da supressão da força física. A cooperação através das fronteiras e os seus resultados psicológicos. A impossibilidade de fixar limites para a extensão das sociedades. A expansão irresistível desses limites. Deslocamento da homogeneidade dos Estados. Os limites dos Estados deixam de coincidir com a demarcação dos conflitos entre os homens.

Aqueles que acompanharam com uma certa atenção a propaganda feita a favor da paz nos últimos anos puderam observar uma mudança curiosa por parte dos seus antagonistas. Até muito recentemente, os pacifistas (cujos argumentos se baseiam de modo geral em razões de ordem moral e material) eram combatidos como idealistas extraviados e sentimentais, propensos a esquecer as árduas condições da luta vital e inclinados a exigir da natureza humana mais do que ela pode proporcionar em sacrifício a um dogma simplesmente ideológico. Foi dito e repetido que, embora a paz represente um ideal elevado no campo da moral, a cobiça dos homens e, de modo geral, as paixões perversas que lhes são próprias se oporiam invariavelmente a que esse ideal fosse alcançado. Os trechos citados no capítulo II da Primeira Parte deste livro provam suficientemente que essa era a realidade e, até época muito recente, representava a firme opinião dos que defendem a guerra como um aspecto inevitável da luta entre os homens.

No entanto, no curso dos últimos anos, os defensores da guerra, em sua maioria, mudaram de posição. Argumentam os antipacifistas que a paz pode promover os interesses materiais da humanidade, mas contraria os interesses da sua natureza espiritual, opondo-se eternamente à sua realização. O estigma da "sordidez materialista" sucede assim a marca do "idealismo sentimental", anteriormente invocada contra o pacifismo.

Ao mencionar esse fato, não pretendo simplesmente ganhar um ponto nessa fútil polêmica. Meu objetivo é tratar com plena justiça os que levantam motivos de ordem moral como estímulo eficaz à guerra. Na realidade, nunca pretendi que os defensores da guerra fossem moralmente inferiores aos pacifistas, ou que fosse possível avançar muito ressaltando em especial a superioridade moral dos ideais da paz. Com excessiva freqüência, pretendeu-se, ao longo da propaganda pacifista, que o fator indispensável para resolver as dificuldades da questão internacional seria uma maior dose de benevolência, um teor ético mais elevado etc., deixando de levar em conta o fato de que a emoção humana contrária à guerra, e que tende a nos afastar dos conflitos armados, tem um contrapeso mais forte na influência das emoções que costumamos associar ao patriotismo. O patriota admite que a guerra pode causar sofrimentos, mas insiste em que os homens devem enfrentar esses sofrimentos por amor ao seu país. Conforme dissemos no primeiro capítulo deste livro, os argumentos humanitários dos pacifistas geralmente se extraviam, porque os militaristas também sustentam que estão trabalhando e sofrendo pela causa da humanidade.

Meu objetivo ao chamar atenção para essa mudança de atitude, talvez inconsciente, por parte dos que defendem a guerra, é simplesmente mostrar que a evolução natural das coisas na última geração invalidou toda a argumentação econômica a favor dos conflitos armados, obrigando os seus defensores a transferir a sua defesa para outro campo. Não pretendo também que a justificativa sentimental da guerra seja uma doutrina moderna. As citações feitas no capítulo precedente demonstram o contrário. Observo simplesmente que hoje se atribui uma valor primordial ao aspecto moral da questão e aos respectivos argumentos.

Assim, em um artigo datado deste ano (1912), o Almirante Alfred Mahan afirma o seguinte com respeito a este livro:

> "O objetivo primário dos armamentos, no espírito dos que hoje os defendem, não é obter vantagens econômicas, no sentido de despojar um Estado vizinho, nem o temor de sofrer essa predação em mãos de rivais que tenham tal objetivo ... A proposta fundamental do livro está errada. Nenhum país tem ilusões sobre a improdutividade da guerra, considerada em si mesma ... A idéia fundamental da obra é uma ilusão, resultante de uma interpretação profundamente equivocada das ações humanas. Considerar o mundo como se fosse governado exclusivamente pelo interesse equivale a situar-se em um mundo inexistente, em um mundo ilusório, dominado por uma idéia de dignidade muito inferior às que alimentam a espécie humana em matéria de força e justiça, como devemos reconhecer." [44]

Não obstante, quatro anos antes o mesmo Almirante Mahan tinha formulado assim os elementos da política internacional:

> "É tão certo hoje como na época em que Washington o disse pela primeira vez, e como será eternamente, que não devemos esperar das nações nenhum ato conseqüente emanado de outros motivos que não o interesse. Essa é, sob o nome do realismo, a razão declarada da política alemã. Disso se deduz diretamente que o estudo dos interesses – interesses internacionais – é para o estadista a única base de ação sadia, sensata e previdente...
> "Sobrevive ainda o velho instinto predatório que induz os fortes a se apoderarem pela força do que desejam ... e por si só a energia moral não é suficiente para provocar resultados definitivos, a não ser com o concurso da força material. Os governos são instituições, e as instituições não têm alma ... Devem consultar em primeiro lugar os interesses daqueles que representam ... seus povos. O instinto da supremacia obriga os países a procurar mercados e, na medida do possível, a exercer controle sobre eles por si mesmos e por meio da força, cuja expressão definitiva é a posse ... vínculo inevitável em uma cadeia de seqüência lógica: indústria, mercados, controle, bases marítimas." [45]

É bem verdade que, antecipando-se à crítica, o Almirante Mahan lembra o caráter inegavelmente complexo da natureza humana, e diz: "O bronze é cobre, mas também é estanho." Esquece, contudo, o fato

[44] *North American Review*, março de 1912.
[45] *The Interest of America in International Conditions*, Londres, Sampson Low, 1908.

de que, se um desses dois metais é extraído da liga, o bronze desaparece. O autor destas páginas não disse (nem pretende) que todo ato internacional possa ser explicado por uma única razão, mas sustenta que, se conseguirmos modificar profundamente a ação de um dos seus elementos constitutivos (sobretudo de um tão importante, ao qual o Almirante Mahan atribui papel decisivo nas relações internacionais), haverá uma modificação profunda no teor e na própria contextura das relações entre os Estados. Portanto, mesmo que a tese aqui apresentada fosse na realidade estrita e exclusivamente econômica, como sugerem as críticas apontadas, ela teria uma ampla incidência nas relações internacionais, como atestam as palavras do próprio Almirante.

Além disso, longe de propor uma idéia tão limitada da motivação humana, ao desenvolver esses princípios levou-se muito em conta o fato de que não é possível dissociar os interesses do direito e da moralidade, da forma absoluta presumida por Mahan, pois o direito e a moralidade implicam a proteção e o estímulo indispensáveis ao interesse geral.

O que nos dizem é que uma nação e um povo têm razões mais elevadas para agir do que o dinheiro ou o simples interesse. Mas, que queremos dizer quando falamos do dinheiro de uma nação ou do interesse de uma comunidade? Estamos pensando certamente em maior bem-estar para a massa da população (e, em uma discussão como esta, as palavras não podem ter outro sentido); em condições de vida mais amplas; na abolição ou diminuição da pobreza e da limitação de recursos; em melhor moradia e vestimenta para a população; na capacidade de prevenir as necessidades da velhice e da doença; em uma existência mais alegre e mais longa. E não só isso, mas também uma educação melhor e mais difundida; uma disciplina mais elevada do caráter por meio do trabalho sustentado e do emprego mais eficaz do lazer; uma atmosfera social que promova os afetos familiares, a dignidade, a cortesia e o adorno da vida, não só para uns poucos privilegiados, mas para o maior número possível.

Permito-me agora indagar se objetivos e propósitos como esses não constituem uma meta digna e nobre. No entanto, falando em termos coletivos, são simples aspirações do interesse comum, intimamen-

te vinculadas a problemas econômicos, ou seja, ao dinheiro. Devemos tomar em sentido literal as palavras do Almirante Alfred Mahan quando ele associa a tais esforços e objetivos o desprestígio que acompanha a qualificação de mercenário, quando aplicada a um indivíduo? Pretenderá o Almirante convencer-nos de que os grandes movimentos sociais característicos da nossa época – o socialismo, o sindicalismo, a seguridade social, as leis agrárias, as pensões para os velhos, a caridade organizada, a reforma educacional –, intimamente associados como estão a outros tantos problemas econômicos, não são por excelência os objetivos aos quais a parte civilizada da humanidade dirige suas melhores atividades?

Nas páginas seguintes, procurei demonstrar que, de modo geral, as formas de atividade estranhas a essas preocupações (como as guerras religiosas, as cruzadas e movimentos análogos, as tradições que associamos à prática do duelo, extinta na sociedade anglo-saxônica, etc.) hoje não formam, nem podem formar, parte dos motivos determinantes de conflitos vitais entre grupos de nações, como o implicado em uma grande guerra européia.

Procurei definir de forma sumária a evolução de certos processos vigentes, mostrando, entre outras coisas, como, à medida que os ideais humanos se modificam, vai sendo superado o suposto abismo entre eles e os objetivos materiais que perseguimos. De modo geral, os ideais primitivos, tanto políticos como religiosos, são estranhos a toda aspiração de bem-estar geral. Em sua origem, todo ideal político se reduz a uma questão de submissão e acatamento pessoal de um chefe dinástico, senhor feudal ou monarca. O bem-estar comum não é levado em conta. Mais tarde, o chefe ou líder tem de incorporar esse bem-estar à sua pessoa, sob pena de alienar os grupos dotados de algum discernimento; depois, o bem-estar coletivo assume o caráter de um fim por si mesmo, sem estar encarnado na pessoa de um chefe hereditário, e a coletividade termina compreendendo que os seus esforços, em vez de se orientarem para a defesa e a promoção dos interesses pessoais de um líder, propõem na realidade a defesa e os interesses próprios, e o seu altruísmo se transforma em interesse particular, já que o sacrifício de uma comunidade pela mesma comunidade é uma contradição de termos irredutível.

Houve um desenvolvimento análogo no campo da religião. Os ideais religiosos primordiais não têm qualquer relação com a melhoria material da condição humana. Os primeiros cristãos consideravam meritório passar a vida de forma estéril, no topo de uma pilastra, recobertos de parasitas imundos, como os santos hinduístas que ainda acham meritório passar a vida deitados em uma cama de pregos. Com o tempo, porém, o ideal cristão progrediu, e aquele sacrifício vazio, distante da natureza humana e da melhoria da vida, perdeu todo o prestígio. Nossa admiração e nosso respeito não privilegiam hoje o recluso que priva os semelhantes do concurso das suas aptidões, mas o sacerdote que está pronto a arriscar a vida para levar a um leprosário um pouco de consolo e bem-estar. O santo cristão que deixasse as unhas dos dedos contraídos em êxtase traspassar as palmas da mão não provocaria nossa admiração, mas o nosso protesto. A propaganda religiosa precisa cada vez mais consultar este critério: está contribuindo eficazmente para a reforma social? Caso contrário, não tem nem deve ter o nosso apoio. Ora, os ideais políticos seguirão cada vez mais esse mesmo itinerário e serão submetidos à mesma prova. [46]

Compreendo perfeitamente que hoje as coisas não se passam desse modo. Impregnado como está o nosso pensamento político pela retórica romana e feudal, hipnotizados que estamos por símbolos e analogias que perderam o seu valor diante do desenvolvimento inevitável das sociedades, os ideais das democracias são muitas vezes simples abstrações alheias a qualquer fim que concorde com o progresso ou a reforma da humanidade. O delírio da expansão territorial, do simples aumento

[46] No seu livro sobre as repúblicas hispano-americanas, Critchfield observa que, no meio do caos de sangue e distúrbios a que se reduziu durante todo um século a história desses países, o clero católico manteve intacta a dignidade dos seus costumes e a nobreza do seu caráter, sustentando a propaganda a favor da paz e da ordem, contra toda a esperança. Por muito comovedor que seja esse espetáculo, e por mais que se queira render o tributo da nossa admiração a esses bons varões, não podemos deixar de surpreender-nos diante da ineficácia dessa pregação, no que respeita ao desenvolvimento da região. A mudança ali havida se explica pelo fato de que esses países passaram a fazer parte da corrente econômica mundial. O banco, a fábrica e a estrada de ferro introduziram fatores e motivos de ordem completamente distinta dos invocados pelos sacerdotes e tendem rapidamente a converter esses povos do militarismo, com suas tentações e aventuras, valorizando o trabalho honrado, o que a propaganda de ideais elevados não pôde alcançar.

da área administrada, ainda é considerado um objetivo digno de imensos, incalculáveis sacrifícios.

No entanto, esses ideais, arraigados como estão na linguagem e nas tradições, precisam ceder espaço, e hoje o cedem rapidamente diante da força dos acontecimentos. Uma geração atrás teria sido inconcebível que um povo ou um monarca presenciassem calmamente a secessão de uma parte do território do país, constituído em unidade política distinta, sem que se esforçassem por impedi-lo pelas armas. Não obstante, foi o que aconteceu há dois ou três anos na península escandinava. Durante quarenta anos a Alemanha agravou os seus problemas, e os da Europa, buscando assimilar a Alsácia-Lorena à sua confederação; mas, mesmo neste caso extremo, obedecendo à tendência que prevalece hoje em todo o mundo, procurou organizar ali um governo constitucional autônomo. Nos últimos cinqüenta anos, a história do Império Britânico consistiu em desfazer ponto por ponto todo o esforço da conquista original: atualmente as colônias da Grã-Bretanha não são nem colônias nem possessões, mas Estados autônomos. Durante séculos a Inglaterra fez sacrifícios tremendos para reter a Irlanda, e hoje se sacrifica para facilitar a sua secessão. Todas as combinações e todos os ideais políticos precisam passar por uma prova final, expressa na seguinte indagação: contribuem ou não para aumentar o bem-estar da massa coletiva a que se aplicam?

* * *

Os que insistem na causalidade psicológica das guerras poderiam retrucar traçando outra distinção: as controvérsias entre as nações, mesmo quando têm sua origem em um problema econômico, convertem-se em questão moral e de direito. Para John Hampden, o problema principal do imposto sobre os navios (*ship tax*) consistia não nos poucos centavos cobrados, mas na questão de direito envolvida. O mesmo acontece com relação aos países. Embora ineficaz por si mesma para alcançar um objetivo econômico, improdutiva quando o seu custo excede o ganho previsto, a guerra ocorrerá porque uma determinada questão, economicamente insignificante, pode ser capital do ponto de vista dos di-

reitos implicados; e, mesmo quando não há uma divergência real de interesse entre as nações, ainda que esses interesses estejam efetivamente inter-relacionados, bastará uma pequena diferença para determinar um surto de violência e provocar a explosão. A guerra nasce de uma "crise decisiva" dos homens, "do demônio de que se encontram possuídos".

Nesse aspecto, como em quase todos os temas análogos, os escritores militaristas exibem contradições flagrantes, mas coincidem na negativa de que a guerra resulte de um simples impulso de cólera das nações. A maior parte desses autores, sejam cientistas sociais ou escritores populares, expressa o contrário. Os escritores da escola de Blatchford declaram habitualmente que a típica política militarista – a da Alemanha, por exemplo – é residida por um espírito frio e meditado de profundo oportunismo maquiavélico, alheio a qualquer consideração sentimental e distante, em toda a medida do possível, das explosões emocionais irrefletidas e insensatas. Diz Blatchford:

> "Com base nos ensinamentos de Clausewitz, a política da Alemanha pode ser resumida em duas questões expressas por esse autor: é conveniente agir assim? Podemos fazê-lo? Se a destruição do Império Britânico beneficiar a *Vaterland* (a Alemanha), é conveniente destruí-lo. Clausewitz ensinou aos alemães a doutrina de que a guerra é parte da política. E ensinou que a política é um sistema de negociações respaldadas pelas armas. Clausewitz não discute os aspectos morais da guerra: limita a sua análise à conveniência e à força disponível. Seus discípulos pensam da mesma maneira e não estão interessados em poemas sobre as bênçãos da paz nem desperdiçam tinta com especulações filantrópicas."

Tanto quanto eu saiba, todos os autores com um embasamento científico mais sólido repudiam unanimemente o caráter "acidental" da guerra. Todos eles, de Grotius a von der Goltz, afirmam que a guerra decorre de leis definidas, que podem ser determinadas, como todos os grandes processos humanos. Von der Goltz (*Da direção da guerra*) afirma:

> "Não se deve perder de vista que a guerra é a conseqüência e a continuação de uma política dada. Promove estrategicamente a defensiva ou adota uma posição ofensiva, conforme a política tenha sido defensiva ou ofensiva. Por sua vez, a política ofensiva ou defensiva é indicada pela linha de conduta seguida historicamente. É o que vemos com clareza na Antigüidade com o exemplo dos persas

> e dos romanos. Nas suas guerras, a função estratégica acompanha a curva do papel histórico. O povo que chegou no seu desenvolvimento histórico ao período da inércia ou do retrocesso não assume uma política de ofensa, mas simplesmente de defesa; nesse estado, a nação aguardará o ataque, e portanto a sua estratégia será defensiva. E de uma estratégia defensiva se seguirá necessariamente uma tática também defensiva."

Lorde Esher se expressou sobre esse ponto da mesma forma. [47] Mas, qualquer que seja a verdade a respeito da guerra, decorra de impulsos de ira ou de uma "crise decisiva" da nação, o certo é que grandes preparativos bélicos, a situação de "paz armada", o peso dos armamentos – que é quase pior do que um conflito ocasional – não resultam daquelas causas.

O equipamento e os elementos utilizados na guerra moderna não podem ser improvisados ao sabor dos acontecimentos, para serem eventualmente descartados. A construção de belonaves, a discussão e a adoção dos orçamentos militares, a formação de exércitos e os preparativos de uma campanha são demorados, e, nos nossos dias, cada empreendimento militar exige preparativos especiais. Os entendidos informam que os navios alemães são construídos expressamente para navegar e combater no mar do Norte. Sabemos, em todo caso, que o conflito com a Alemanha esteve em perspectiva por toda uma década, o que, como "crise de ira", ou "crise decisiva", é um período bastante longo. A verdade é que, no mundo moderno, a guerra é fruto da paz armada e, com todo o aparato complexo de orçamentos anuais e laboriosa construção de barcos e fortificações, com seus exércitos disciplinados, exige e pressupõe uma orientação política sustentada ao longo de anos, e talvez mesmo de gerações. Os homens não fazem esses sacrifícios, repetidos a cada mês e a cada ano, pagando impostos, mudando governos e sustentando debates parlamentares, por um capricho efêmero. E, como os conflitos estão destinados cada vez mais a serem decididos por métodos científicos, nos veremos obrigados a preparativos cada vez mais minuciosos, formando idéias cada vez mais claras e precisas sobre a essência, a causa

[47] *Today and Tomorrow*, p. 63.

e o efeito dos conflitos e cuidando ao mesmo tempo, com a maior atenção, do relacionamento entre eles e os objetos e molas da política nacional. E a única justificativa para toda essa imensa tarefa e para os sacrifícios dela inseparáveis não pode deixar de ser o bem-estar nacional.

Isso não implica, como pretendem alguns críticos, a conclusão de que os ingleses digam: "Que venham os alemães, se vamos desfrutar o mesmo bem-estar sob o seu domínio", mas que de seu lado os alemães pensem: "Como nossa situação não iria melhorar, não temos por que nos deslocarmos para a Inglaterra".

O argumento das autoridades citadas no capítulo precedente sofre na realidade de um vício importante na exposição feita. Os que defendem a guerra no campo da moral dizem: "A guerra subsistirá porque os homens defendem os seus ideais éticos, políticos, sociais e religiosos." E o caso deveria ser colocado assim: "A guerra subsistirá porque os homens se obstinam em atacar os bens espirituais dos seus semelhantes", pois está claro que a necessidade de se defender decorre do perigo de que esses bens sejam atacados.

Formulado deste segundo modo, o argumento cai por terra pelo seu próprio peso. O menos informado dos homens sabe perfeitamente que as coisas caminham no sentido contrário a toda tendência de agressão contra as crenças e os ideais alheios. No domínio da religião, esse movimento é evidente, pois na Europa a imposição de idéias ou crenças religiosas pela força foi praticamente abandonada, e as causas que provocaram essa mudança no espírito europeu se fazem sentir com igual força no campo político.

No terreno da religião, essas causas tiveram uma dupla natureza, e sua ação se exerce também duplamente sobre o problema de que tratamos. A primeira é a já indicada: a mudança frontal dos ideais em geral, no sentido da reforma e do aprimoramento da sociedade. A segunda consiste no desenvolvimento das vias de comunicação, que destruiu a homogeneidade espiritual dos Estados. Não acontece mais que um determinado movimento de opinião religiosa desponte dentro de um Estado e o transforme por completo, enquanto outro movimento, de orientação diferente, produza mudanças em outro Estado. Hoje, graças à

facilidade das comunicações, esses movimentos se fazem sentir de modo uniforme em todos os Estados.

Desde muito tempo vimos desaparecer da ordem européia o Estado exclusivamente católico ou protestante: o conflito religioso se concretiza dentro de cada país, entre opiniões e crenças opostas. Igual sorte esperam as idéias políticas e sociais. A luta entre elas não assumirá a forma de disputa entre Estados, mas de grupos dentro de cada Estado, com a cooperação de grupos afins em outros Estados. Essa cooperação intelectual através das fronteiras nacionais é uma conseqüência da cooperação econômica que se pratica, analogamente, através de todas as fronteiras, produto da divisão do trabalho permitida pelos meios de comunicação. Assim, tornou-se impossível para as forças de qualquer Estado empenhar-se na luta por um ideal, pela simples razão de que as grandes questões morais dos nossos dias não podem ser formuladas em termos de nacionalidade. É o que veremos claramente mais adiante.

Resta um argumento favorável à guerra: o de que ela é uma disciplina saudável para as nações e representa a prova culminante da sobrevivência dos mais aptos.

No primeiro capítulo desta seção, mostrei a influência desse argumento sobre o teor geral da opinião pública européia, da qual depende inteiramente a subsistência ou o desaparecimento do regime militarista. Sem embargo, dentro de uma lógica estrita, não será necessário rebater esse ponto detalhadamente, pois só uma fração muito pequena dos seus advogados percebe o valor das suas convicções.

O defensor do armamentismo sustenta sua posição, invariavelmente, com o argumento de que os armamentos garantem a paz. *Si vis pacem*, etc. Entre a guerra e a paz, adotou esta última como meta definida dos seus esforços. E, como se propôs a manutenção da paz, vê-se obrigado a aceitar todas as desvantagens que ela pode oferecer. Está pronto a admitir que, entre as duas situações, a paz é preferível, e que para ela devem ser orientados todos os nossos esforços. Decidida assim a questão, qual o sentido de declará-la não desejável?

Antes de mais nada, devemos fazer justiça a nossos antagonistas e admitir como assentado que, diante de toda alternativa em que a esco-

lha entre paz e guerra dependa da sua ação, essa ação estará subordinada à consideração geral das vantagens morais que a guerra poderia trazer para o nosso país. E ainda mais importante do que essa consideração é a do ânimo nacional, que a sua filosofia não pode deixar de respeitar, por maior o desacordo com a sua política e os seus desejos. Por todas as razões citadas, é preciso considerar detidamente o aspecto biológico dos argumentos apresentados.

A ilusão em que o caso repousa resulta da aplicação distorcida de fórmulas científicas. A luta é condição de sobrevivência para o homem, como para todos os seres; trata-se, porém, de luta do homem contra o universo e não contra outros homens. "O cão não come cão", nem os tigres se devoram entre si. Todos vivem das suas presas. O mundo é a presa do homem, e a luta do homem é a luta de um organismo – a sociedade humana – para adaptar-se ao seu meio: o mundo. Não se trata da luta entre diferentes partes do mesmo organismo.[48]

O erro aqui assinalado consiste realmente em confundir o funcionamento imperfeito de partes diferentes da mesma estrutura orgânica com o conflito entre organismos individuais. As ilhas britânicas sustentam hoje seus 40 milhões de habitantes com maior folga do que os 20 milhões de um séculos atrás. O que se deve não pela luta de vários grupos entre si – escoceses, irlandeses, ingleses, galeses –, mas justamente pelo contrário: pela maior cooperação entre eles e a de todos, em conjunto, com os demais povos do mundo.

A conclusão de que a humanidade representa o organismo, e o planeta representa o meio ambiente ao qual ele se adapta progressivamente é a única que se ajusta aos fatos. Se a luta do homem contra o homem é a verdadeira chave das coisas, então aqueles fatos são absolu-

[48] Depois de publicada a primeira edição deste livro, apareceu na França uma obra admirável de M.J.Novikow, *Le Darwinisme Social* (Paris, Felix Alcan), que discute com grande lucidez e detalhe essa aplicação da teoria de Darwin à sociologia. Conforme foi aqui exposto, o exame biológico do problema inspirou-se em grande parte nessa obra. Novikow estabeleceu em termos biológicos o que antes eu tentara fixar em termos econômicos. A aplicação legítima da lei biológica à sociedade humana tinha sido também antecipada em parte pelo Professor Karl Pearson (*The Grammar of Science*, pp. 433-8, Walter Scott, Londres), ao retificar certas conclusões a que chegaram Spencer e Huxley.

tamente inexplicáveis, uma vez que a tendência geral é contrária aos conflitos e ao emprego da força física e favorece a cooperação. E tudo isso é inegável, conforme veremos adiante.

Neste caso, se a lei vital, quando se trata do homem, é a luta pela eliminação dos rivais, a humanidade se coloca contra as leis naturais e deve encaminhar-se para a extinção.

Felizmente, neste particular, a lei natural foi interpretada erroneamente. No aspecto sociológico, o indivíduo não é o organismo completo, e quem evitar a associação com os seus semelhantes está destinado a perecer. E a nação também não é o organismo completo. Se as Ilhas Britânicas procurassem evitar a cooperação com outras nações, metade da sua população desapareceria. A vitalidade está em razão direta da cooperação: quando mais imperfeita ou reduzida esta última, menor a vitalidade de um povo. Ora, um corpo cujos componentes estão vinculados entre si em tais termos que à falta de coordenação sua vitalidade diminui e sua morte se aproxima deve ser considerado, para todos os efeitos, não como um agrupamento de organismos rivais, mas como um só organismo. Isso está de acordo com o que sabemos sobre o caráter dos organismos vivos e o seu conflito com o meio ambiente. Quanto mais elevado o organismo, quanto maior a sua complexidade e a dependência recíproca das partes que o compõem, mais e mais imperativa a necessidade de coordenação.[49]

Se entendemos assim a lei biológica, toda a questão se esclarece, e compreende-se então que a tendência irresistível do homem para afastar-se do conflito e promover a cooperação não passa da adaptação crescente do organismo (o homem) ao seu ambiente (a natureza, o planeta), levando a uma vitalidade mais intensa.

Essa é a expressão biológica da lei.

[49] A cooperação não exclui a competição. Se um competidor me elimina do mercado, isto significa que a sua cooperação é mais eficaz do que a minha. Se um ladrão me rouba, está claro que não coopera com a obra social, e se o roubo é importante, na realidade impede que preste a minha cooperação. O organismo (a sociedade) tem um interesse vital em estimular o competidor e suprimir os parasitas.

O desenvolvimento psicológico que se segue da luta nessas direções pode ser definido mediante um esboço dos caracteres de que se reveste sucessivamente nesse curso.

Se no período do canibalismo (prática comum no homem primitivo) mato um prisioneiro, a minha "natureza humana" aconselha a que o guarde na despensa, em vez de dividi-lo com terceiros. É a forma extrema do emprego da força, a expressão última do individualismo. Mas a putrefação aparece antes de que possa consumi-lo inteiramente (e convém levar em conta essas dificuldades do homem primitivo, já que "a natureza humana não muda"), e em conseqüência fico privado de alimento.

Entretanto, meus dois vizinhos, cada um com o seu prisioneiro degolado, encontram-se na mesma situação, e, mesmo que eu pudesse defender a minha despensa, chegamos à conclusão de que será melhor associarmo-nos para matar um prisioneiro de cada vez e compartilhar da refeição, evitando assim o desperdício causado pela putrefação. Eis aí, na sua forma mais primitiva, o abandono da força e sua substituição pela cooperação – primeira atenuação da tendência a agir por impulso.

No entanto, uma vez devorados os três prisioneiros, como não há outros, ocorre-nos que teria sido preferível obrigá-los a caçar e a procurar raízes nutritivas para o nosso consumo. Na vez seguinte, nova atenuação do impulso e do fator força física: os prisioneiros não são mortos, mas simplesmente reduzidos à escravidão; a violência que antes levava a matá-los é empregada na sua escravização. Mas a violência está tão alheia aos conselhos da razão que os escravos não são alimentados e em pouco tempo ficam impossibilitados de trabalhar. Aprende-se assim a tratá-los melhor, com nova redução da violência. Chega um dia em que os escravos se domesticaram o bastante para permitir que os amos se dediquem à caça, enquanto os escravos procuram raízes. A violência, antes reservada para manter a sujeição dos escravos, passa a impedir que sejam capturados pelos tribos vizinhas; tarefas difíceis, pois os próprios escravos estão prontos a mudar de senhor. Mas eles são induzidos, com um melhor tratamento, a manter fidelidade, o que representa uma nova diminuição no uso da força e um novo passo no sentido da cooperação: os escravos trabalham e em troca recebem alimentos e proteção. À me-

dida que as tribos crescem, é possível perceber que têm maior coesão aquelas onde a condição dos escravos implica o reconhecimento de certos direitos e privilégios. Assim, a escravidão se transforma em servidão e vassalagem. O senhor doa terras e garante proteção; o servo trabalha e presta serviço militar – outra redução do recurso à força e nova conquista do espírito de cooperação. Com a introdução do dinheiro, desaparece até mesmo a forma da força: o trabalhador paga um tributo e o senhor paga os seus soldados. Há uma livre troca, e a força física é substituída pela força econômica. E quanto maior a substituição da força pelo interesse econômico, melhores resultados do esforço respectivo. O Khan dos tártaros, que se apodera com violência das riquezas dos seus súditos sem dar-lhes qualquer compensação, não tarda a descobrir que não há mais riquezas que possam ser apropriadas. Os homens não se esforçam por criar o que não podem desfrutar, e chega o dia em que o Khan se vê obrigado a matar um súdito depois de torturá-lo, para conseguir a milésima parte do que um comerciante inglês está disposto a gastar para obter um título que não o habilita a usar a força, concedido por um soberano que não tem o direito de empregar a força física e que é o cabeça de um país, o mais rico do mundo, cujas fontes de riqueza estão absolutamente distantes de tudo o que signifique o exercício da força física.

Mas, enquanto esse processo se desenvolve no seio da tribo, do grupo ou nação, subsistem a força e a hostilidade nas relações entre tribos ou nações, embora sofrendo uma redução. A princípio, basta que se divise no horizonte um membro da tribo rival para despertar o impulso de matá-lo: é um estrangeiro, é preciso acabar com ele. Depois, só é preciso matá-lo se as tribos estão em guerra, havendo períodos de paz, com a diminuição das hostilidades. Nos primeiros conflitos, deve-se matar todos os membros da tribo inimiga - homens, mulheres e crianças. A força e a violência são supremas e absolutas. Mas a redução dos cativos como escravos e concubinas atenua essa atitude: o emprego da força diminui. As mulheres das tribos conquistadas têm filhos dos conquistadores: diminui o estado de violência. Na incursão seguinte ao território do inimigo, descobre-se que nada há mais a saquear. Assim, nas

incursões ulteriores o conquistador se limita a matar os chefes (nova diminuição da violência, nova atenuação do impulso original) ou simplesmente o despoja das terras do inimigo para dividi-las entre os seus sequazes (como na conquista normanda). Deixamos para trás a fase do extermínio.[50] Hoje, o conquistador simplesmente absorve os conquistados, ou vice-versa. Nenhum dos dois devora o outro. Na fase seguinte, nem mesmo os chefes são despojados, o que representa mais uma redução das prerrogativas da força física: impõe-se apenas um tributo. Mas a nação conquistadora não tarda a encontrar-se em posição análoga à do Khan no seu Estado: quanto mais exige, menos obtém, até o ponto em que o custo da obtenção de recursos pelo método militar excede o resultado. No caso da Espanha no continente americano, quanto mais extensas as suas possessões, mais pobre o país. Por isso o conquistador razoável infere que um sistema de mercados exclusivos é melhor do que a cobrança de tributo (o antigo sistema colonial). No entanto, o processo de manutenção do controle exclusivo da colônia custa mais do que é produzido, e assim se concede às colônias o direito de adotar o seu próprio sistema: nova abdicação da força, da hostilidade e da violência.

[50] Sem penetrar nas analogias um tanto obscuras da ciência biológica, os fatos evidenciam que, se em alguma época do desenvolvimento humano a guerra contribuiu para a sobrevivência dos mais aptos, essa época está muito distante de nós. Nos nossos dias, quem conquista uma nação não a extermina: ela permanece como estava. Ao "submeter" raças inferiores, em vez de eliminá-las, abrimos para elas novas oportunidades, introduzindo no seu seio a ordem social etc., de modo que as condições humanas da ordem inferior tendem a perpetuar-se ao ser conquistadas por uma ordem superior. Se acontecer algum dia que as raças asiáticas disputem com a raça branca o predomínio industrial ou militar, isso se deverá em grande parte à tarefa de conservação das raças que a Inglaterra empreendeu ao conquistar a Índia, o Egito e a Ásia em geral, e à influência que exerce sobre a China, obrigando os chineses, pela força, a ingressar no comércio internacional. A guerra entre países de desenvolvimento aproximadamente igual contribui para a sobrevivência dos menos aptos, pois hoje não há mais o extermínio maciço dos vencidos, mas apenas dos seus melhores elementos (os que fazem a guerra), e porque o conquistador, de seu lado, desperdiça também nas hostilidades os seus melhores elementos, de modo que dos dois lados subsistem os menos aptos para perpetuar a raça. Da mesma forma, os fatos do mundo moderno também não sustentam a teoria de que a preparação para a guerra, nas condições atuais, possa favorecer a conservação da energia viril do povo, pois essa preparação significa o aquartelamento artificial, a disciplina mecânica, contrária a qualquer iniciativa, a uniformidade e a centralização que tendem a eliminar a individualidade, acentuando a propensão para a burocracia centralizada, que já é excessiva.

Eis o resultado final: completo abandono do recurso à força física, cooperação com base nas vantagens recíprocas adotada como única relação possível, não só com respeito às colônias (equiparadas para esse fim aos países estrangeiros), mas com os outros Estados soberanos. Chegamos assim não à intensificação da luta entre os homens, mas à identificação vital com a prosperidade dos estrangeiros. Se por um ato de magia a Inglaterra pudesse exterminar todos os estrangeiros, a metade da sua população sucumbiria. Essa não é uma condição propícia à atitude de hostilidade com relação aos estrangeiros; e menos ainda uma condição que permita justificar essa hostilidade a título de conservação ou de lei biológica fundamental. E, à medida que a dependência das partes que constituem o organismo se acentua e se torna mais sensível, acentua-se também o desenvolvimento psicológico que acompanha o progresso realizado desde os dias em que se sacrificavam os prisioneiros para servir de alimento, sem partilhá-los com os vizinhos, até o presente, quando o telégrafo e o sistema bancário tornam o emprego da força militar economicamente estéril.

O que foi dito, aliás, não abrange todos os fatos possíveis nem todos os fatores presentes. Se em tempos de paz a Rússia causa um prejuízo à Inglaterra – se põe a pique alguns barcos de pesca, por exemplo –, não será adequado que os ingleses promovam uma hecatombe de franceses ou irlandeses. Precisaremos matar russos. Mas, se fôssemos mais ignorantes da geografia - se fôssemos *boxers* chineses, por exemplo – a nacionalidade seria menos importante no que respeita à hecatombe; para os chineses, todos os envolvidos seriam uniformemente "demônios estrangeiros", pois seus conhecimentos não lhes permitem distinguir entre as várias nacionalidades européias. Tratando-se de um negro do Congo, a responsabilidade coletiva é ainda mais ampla: se for ofendido por um branco, ele pode vingar-se de qualquer alemão, inglês, belga, holandês ou mesmo chinês. À medida que o nosso conhecimento se amplia, diminui nossa noção da responsabilidade coletiva dos grupos exteriores à nossa sociedade. Uma vez iniciada essa diferenciação, ela não cessa. Ao camponês bastará "dar uma surra nesses malditos estrangeiros" – mesmo que sejam alemães, se não houver russos por perto. O

homem mais educado procura russos; mas, se pensar um pouco, chegará à conclusão de que para esse fim daria no mesmo matar indianos ou camponeses russos, pois nenhum deles teve qualquer relação com o atentado que se pretende punir. Surge então a idéia de atacar o governo russo, mas essa entidade congrega grande variedade de russos – liberais, conservadores, reformistas etc. Finalmente, parece claro que o verdadeiro conflito não opõe ingleses a russos, mas todos os homens honrados e corretos (sejam russos ou ingleses) a opressão, corrupção e incompetência. E dar ao governo russo um pretexto para a guerra significaria fortalecer a sua causa, em detrimento da causa daqueles que contam com a nossa simpatia – ou seja, os reformistas. E, como na Rússia a guerra fortaleceria a influência dos reacionários, a reação inglesa não teria qualquer efeito no sentido de impedir incidentes do mesmo tipo e as vítimas não seriam as pessoas que merecem punição. Se os fatos e as responsabilidades fossem interpretados corretamente, um povo liberal responderia à agressão usando todos os meios e elementos disponíveis no contexto das relações sociais e econômicas entre os dois Estados para dar força aos liberais russos, até que eles pudessem executar certos almirantes e instalar no país um governo liberal.

De qualquer forma, quando percebemos os fatos reais, nossa hostilidade declina. Do mesmo modo, à medida que levarmos em conta os fatos relevantes, diminuirá nossa hostilidade para com a Alemanha. Não faz muito tempo, dizia um patriota inglês: "Temos de acabar com o prussianismo." Ora, a maioria dos alemães está de acordo com isso e trabalha para esse fim. Mas, se com esse objetivo a Inglaterra apelar para a agressão militar, todos os alemães precisarão bater-se em defesa do prussianismo. A guerra entre dois Estados por um ideal político como esse é fútil e mesmo contraproducente, tendendo a perpetuar a condição que se quer abolir. Em sua maior parte, os conflitos internacionais se baseiam na idéia equivocada de que o Estado inimigo tem uma personalidade homogênea. Com efeito, a diversidade dos interesses materiais e morais da coletividade falseia completamente a analogia entre as nações e as pessoas, independentemente dos limites territoriais.

Na verdade, onde a cooperação entre as partes do organismo social é tão completa como a obtida com nossos progressos tecnológicos, é impossível fixar limites não só para a economia, mas para a moral da comunidade, e distinguir uma sociedade de outra. Hoje, os limites do Estado não definem os da sociedade; não obstante, são esses limites que servem como ponto de partida para os antagonismos entre as nações. Se a colheita de algodão da Luisiana se perde, uma parte de Lancashire fica na miséria. Assim, há uma comunidade de interesses mais íntima entre Lancashire e a Luisiana do que entre Lancashire e as Ilhas Orkneys, por exemplo, que são parte do mesmo Estado: a Grã-Bretanha. Entre as Ilhas Britânicas e os Estados Unidos há uma vinculação muito mais estreita em termos de desenvolvimento social e moral do que entre as Ilhas Britânicas e Bengala, por exemplo, embora esses dois territórios sejam partes do mesmo Estado. Um nobre inglês tem mais pontos de contato, maior comunidade de pensamento e de sentimentos com um aristocrata do continente europeu (se contrai matrimônio com a filha deste, por exemplo) do que com um concidadão britânico – como por exemplo um *babu* de Bengala, um negro jamaicano ou um camponês do Dorset. Um professor de Oxford terá mais semelhança de sentimentos com um membro da Academia Francesa do que com um morador de Whitechapel. Pode-se ir ainda mais longe e afirmar que um súdito britânico de Quebec tem contato mais íntimo com Paris do que com Londres; o súdito britânico da África de língua holandesa, mais com a Holanda do que com a Inglaterra; o súdito britânico de Hong-Kong, mais com Pequim do que com Londres; o do Egito, mais com Constantinopla do que com Londres etc. Sob muitos aspectos e em mil direções a proximidade real supera a fronteira dos Estados, que são linhas meramente convencionais, reduzindo a uma simples impropriedade científica a divisão da humanidade em Estados independentes e hostis.

Os vários fatores introduzidos pela natureza das relações internacionais modernas já tornaram a conquista territorial um exercício em grande parte fútil em termos de orgulho e vaidade nacional. Assim como na esfera econômica certos fatores peculiares à nossa geração falsearam a antiga analogia entre o Estado e a pessoa, do mesmo modo esses

fatores falseiam a analogia respectiva no terreno sentimental. O indivíduo que possui muitos bens é tratado com uma deferência que satisfaz a sua vaidade, enquanto aquele que pertence a uma grande nação não desfruta das vantagens correspondentes, comparativamente ao cidadão de um país menor. O mujik russo a ninguém infunde respeito pelo fato de pertencer a uma grande potência, e não há quem despreze um belga ou escandinavo por pertencer a um pequeno país; por outro lado, em qualquer sociedade se trata com deferência o nobre da Noruega, Holanda, Bélgica ou Espanha, e ainda de Portugal, ao mesmo tempo em que se rejeita o inglês de classe inferior. Qualquer nobre, de qualquer país, estará disposto a casar-se com uma mulher nobre de outro país, mas não com uma conterrânea de origem plebéia. O prestígio de um país estrangeiro raramente influi sobre os fatos da vida cotidiana, tão fictício é o sentimento real que hoje separa os Estados. E, assim como na ordem material a comunidade de interesses e a diversidade de relações ultrapassam as fronteiras dos Estados, também podemos contar com o mesmo na comunidade de interesses mentais e de toda ordem.

Por outro lado, assim como a lei biológica da associação e cooperação entre os indivíduos da mesma espécie na luta contra o ambiente levou os homens a sujeitar-se a essa lei no campo material, o mesmo acontecerá na esfera dos sentimentos. Um dia entenderemos que as verdadeiras divisões mentais e morais não são as que existem entre as nações, mas as que separam as concepções de vida que se opõem. Mesmo se admitirmos que a natureza humana nunca conseguirá livrar-se da combatividade, das hostilidades e da animosidade que a dominam em um grau tão considerável (embora a manifestação desses sentimentos tenha mudado, ao longo da história, a ponto de dizer-se que os próprios sentimentos mudaram de caráter), não há dúvida de que veremos essas condições psicológicas desviadas do domínio dos conflitos artificiais para o dos conflitos reais da humanidade. Compreenderemos então que, no fundo dos conflitos entre os exércitos ou os governos da Alemanha e da Inglaterra, não há realmente o pretendido antagonismo entre interesses "alemães" e "ingleses", mas sim o conflito existente, em cada um desses Estados, entre a democracia e a autocracia, ou entre o socialismo

e o individualismo, a reação e o progresso – como quer que chamemos nossas simpatias sociais. Essa é a verdadeira divisão, que persiste nos dois países, e a conquista dos ingleses pelos alemães ou dos alemães pelos ingleses não favoreceria minimamente a solução eficaz de tais conflitos. E, à medida que eles se tornem mais intensos, o individualista alemão verá que para ele é mais urgente proteger sua liberdade e sua propriedade contra o socialista e o sindicalista, que podem atacá-lo, e efetivamente o atacam, do que contra o exército britânico, que não tem condições de atacá-lo. Do mesmo modo, Lloyd George e seus orçamentos darão aos conservadores ingleses mais motivo para reflexão do que a Alemanha e a sua política externa.[51]

Da compreensão desse fato há só um passo para entender este outro: a cooperação dos democratas britânicos com os democratas de uma nação hostil, cuja situação é a mesma no seu país, é a única coisa, ou a mais essencial, para que as somas imensas hoje mal gastas em armamentos sejam aplicadas na reforma social. Se a história tem algum sentido, é um passo que não tardará a ser dado. Depois disso, a propriedade, o capital e o individualismo terão de dar à organização internacional, já bastante ampliada, uma forma ainda mais definida e completamente alheia às divergências entre as nações. Chegados a esse ponto, os dois Estados considerarão inconcebível a idéia de que simples divisões políticas artificiais (que se aproximam cada vez mais do caráter de simples divisões administrativas, dentro das quais e acima das quais cabe o desenvolvimento de nacionalidades genuínas) possam demarcar os conflitos reais da humanidade.

[51] Na verdade, parece estranho que os alemães provoquem no patriota britânico sentimentos tão acerbos como os que este alimenta contra os seus concidadãos de opinião contrária às suas. Leo Maxse (*National Review*, fevereiro de 1911) se expressa a esse respeito da seguinte maneira, referindo-se não aos alemães, mas aos estadistas ingleses eleitos por uma maioria do eleitorado britânico: Lloyd George é "um celta efervescente, cheio de ódio contra tudo o que é inglês". Churchill é "um político da escola de Tammany Hall, mas sem o patriotismo deste último". Harcourt pertence a "esse tipo de demagogo da sociedade que denigre os lordes em público e os adula particularmente." Maxse diz que alguns dos ministros deveriam ser processados publicamente e enforcados. McKenna é "o papagaio eleitoral de Lorde Fisher", e a Câmara dos Comuns é o "Parlamento venenoso de infame memória", no qual os ministros contavam com o apoio de todo um grupo de chacais da Alemanha.

Resta naturalmente a questão do tempo necessário para essa evolução, e ouvimos sempre que essas transformações requerem "centenas" ou "milhares" de anos. No entanto, a dependência recíproca dos países modernos é fruto dos últimos cinqüenta anos. Há um século, a Inglaterra poderia bastar-se a si mesma sem prejudicar o bem-estar da sua população. Portanto, é preciso não desprezar a lei da aceleração do tempo social e político. Estima-se que o surgimento do homem na terra date de duzentos mil a trezentos mil anos. Sob vários aspectos, a humanidade progrediu mais nos últimos dois milênios do que em todo o tempo precedente. Presenciamos maiores mudanças hoje, no espaço de dez anos, do que antes, em dez mil anos. Portanto, quem se atreve a prever o que nos trará o espaço de tempo de uma geração?

Capítulo III

A PERMANÊNCIA DA NATUREZA HUMANA

A escala do progresso, dos canibais até Herbert Spencer. A desaparição do despotismo religioso dos governos. A abolição do duelo. Os cruzados e o Santo Sepulcro. Queixas dos militaristas devido à decadência do espírito militar.

Todos os que tivemos a oportunidade de discutir estes assuntos estamos familiarizados com as frases convencionais que servem de pretexto ou de recurso para escapar do estudo da realidade do problema: "Não se pode modificar a natureza humana". "O homem continuará sendo eternamente o que foi durante milhares de anos". São esses os postulados enunciados habitualmente como proposições conclusivas e indiscutíveis. E, se por acaso se dá a essas afirmativas um acento menos dogmático, tendo em vista as inegáveis e profundas modificações sofridas pela natureza humana, subsiste a afirmação de que só com o transcurso de milhares de anos as tendências belicosas sofrerão uma mudança sensível. No entanto, quais os fatos verdadeiros? São que se seguem.

Em primeiro lugar, não existe a pretendida imutabilidade da natureza humana; embora não desapareça, o espírito de combatividade e de violência tende a transformar-se manifestamente sob a ação das forças que presidem o desenvolvimento mecânico e social, convertendo-se em um conjunto de objetivos cada vez menos destrutivos e antieconômicos, facilitando a cooperação dos homens na luta contra o ambiente, condição da sua sobrevivência e do seu progresso; e as conseqüentes modificações, que no nosso período histórico têm sido bastante rápidas, aceleram-se necessariamente, seguindo hoje uma proporção geométrica, e não aritmética.

Na verdade, chega um momento em que precisamos perguntar-nos como interpretaram a história aqueles que afirmam que a natureza humana deve permanecer imutável em todas as suas manifestações. Vimos o homem ascender do período da luta brutal com os animais, da luta cruel pelos alimentos e pelas fêmeas; da fase em que devorava seus próprios filhos, e em que os filhos disputavam com o pai a posse das suas mulheres. Vimos esse caos incoerente de conflitos animalescos ser substituído, pelo menos em parte, pelo trabalho mais ou menos estável e ordenado; e, de outra parte, subsistindo sob a forma da guerra mais organizada e metódica da pilhagem organizada, como entre os vikings e os hunos. Vimos que depois esses mesmos predadores abandonaram suas predações em favor do trabalho mais regular, e pelos combates regulamentados do regime feudal. Vimos mais tarde o conflito feudal substituído pelas disputas de dinastias, religiões e territórios, e esses conflitos por fim também abandonados, subsistindo unicamente as lutas entre os Estados, com o próprio conceito e o caráter do Estado passando por uma modificação radical e profunda. Pode ser que a natureza humana não mude (seja qual for o sentido dessa frase, que é bastante vaga), mas a verdade é que a natureza humana é um fator complexo. Dela participam inumeráveis motivos, muitos dos quais se alteram em relação aos demais à medida que mudam as circunstâncias. Assim, as manifestações dessa natureza devem forçosamente modificar-se e, com efeito, modificam-se por completo.

Quando dizemos que "a natureza humana permanece invariável", pretendemos porventura que não haveria nenhuma diferença entre os sentimentos do homem paleolítico, habituado a devorar o cadáver dos inimigos e dos seus próprios filhos, e os sentimentos de um Herbert Spencer ou de qualquer londrino contemporâneo? Partindo do mesmo princípio, de que a natureza humana não se modifica, devemos supor então que o cidadão comum está pronto a degolar a mãe para devorá-la? Admitiremos também, dentro da mesma suposição, que Lorde Roberts ou Lorde Kitchener tenham o hábito, no curso das suas campanhas, de fisgar com a ponta da lança as crianças da nação inimiga, ou

passar seus automóveis sobre os corpos das mulheres, como faziam os antigos guerreiros setentrionais, que esmagavam sob as rodas dos seus carros as filhas e esposas dos vencidos?

Que significam essas frases? Todas elas, e muitas outras do mesmo teor, são repetidas por jornalistas e escritores reputados, com um ar de meditação e de grande sabedoria, e preenchem estrepitosamente os jornais e as revistas contemporâneos. No entanto, basta o exame mais superficial para demonstrar que não são nem sábias nem profundas e que só subsistem porque são repetidas, como por papagaios, ostentando sua falta de sentido diante dos fatos da nossa experiência cotidiana.

Os fatos que compõem essa experiência nos dizem que nossa atitude atual ignora não só as modificações mais recentes e notórias da natureza humana, como as que foram testemunhadas pela nossa geração, mas também aquelas que engendram as simples diferenças de costumes, práticas e perspectivas da sociedade. Tomemos o duelo, por exemplo. Na França, na Itália e na Alemanha, até mesmo as pessoas educadas estão prontas a sustentar que qualquer esperança de abolir o costume do duelo entre os homens "contraria a natureza humana". Afirma-se que a idéia de que uma pessoa honrada deixe sua honra ser maculada pelo primeiro que queira ofendê-la é abjeta e pueril. Assim, o assunto não chega a ser debatido.

No entanto, sociedades importantes como a inglesa, a norte-americana e a australiana – na verdade todo o mundo anglo-saxônico – aboliram a prática do duelo, e ninguém se atreverá a qualificar de abjeta ou pueril toda a raça dos anglo-saxões.

Uma mudança como essa, consumada no curso de uma geração, conflitando com formas insidiosas do instinto combativo como o orgulho, a vaidade pessoal, as tradições da hierarquia aristocrática – fatores ainda vigentes nos antagonismos internacionais –, deveria provocar a dúvida nos que rejeitam como simples quimera a esperança de que a razão venha a prevalecer na conduta das nações.

Discorrendo sobre a impossibilidade de decidir pela arbitragem todas as disputas internacionais, Theodore Roosevelt dizia,

justificando o armamentismo: "Desprezamos uma nação ou um homem que se deixe insultar impunemente." Ao que parece, Roosevelt esquece a extinção do duelo nos nossos países. Será que nós, da raça inglesa, desprezamos realmente o homem que se abstém de vingar uma ofensa por meio das armas? Ao contrário, não é certo que aquele que se vinga dessa maneira nos infunde desprezo? E contudo a mudança que houve neste particular é tão recente que de modo geral ainda não alcançou os povos do continente europeu.

As explicações vagas dadas a público sobre a honra nacional, significando que se trata de uma qualidade confiada à vigilância dos militares, revelam, talvez mais do que qualquer outra coisa, o atraso das nossas idéias políticas em comparação com as outras noções que orientam atualmente a nossa vida. Quando um indivíduo começa a vociferar sobre a sua honra, podemos ter certeza de que se prepara para executar algum ato irracional e provavelmente nocivo ao seu prestígio. Como as simples interjeições, o vocábulo embriaga a imaginação com a amplitude e imprecisão do seu significado. A elasticidade do seu sentido permite classificar arbitrariamente qualquer evento ou como inócuo ou como *casus belli*. Nossa noção das coisas e das suas proporções é próxima da infantil. A brincadeira efêmera de um jornalista estrangeiro ou a caricatura mais insignificante são um sinal suficiente para que se faça em pedaços o entusiasmo bélico. A isso se chama "defender o prestígio nacional", "impor o respeito devido" e outras coisas igualmente imponentes, mas vazias de significado.

A conquista por excelência do mundo anglo-saxônico no domínio da sociedade civil está compendiada na extinção da idéia secular da honra como um bem que deva ser resguardado por meio das armas. Essa conquista representa o maior galardão do século XIX, e cada vez que essa idéia ressurge podemos tomá-la como indício de que o progresso no desenvolvimento moral da humanidade sofreu um desses retrocessos repentinos que sobrevivem no campo mental tão freqüentemente como no das formas orgânicas.

Há duas ou três gerações, a adoção de um critério racional de conduta a esse respeito pareceria, até mesmo aos anglo-saxões, tão

impossível no plano pessoal como parece em nossos dias a perspectiva da paz entre as nações. Entre a oficialidade do continente, continua intacta a doutrina de que só por meio de um duelo é possível sustentar e defender a dignidade pessoal, e qualquer um desses oficiais estará pronto a perguntar, com ar triunfante: "Que fará V. o dia em que for ultrajado por um indivíduo da sua mesma condição?" "Vai defender sua dignidade levando-o a um tribunal?" E, com essas perguntas, dá-se por finda a discussão.

A subsistência do critério fundamental do código do duelo em tudo o que se refira ao prestígio nacional aparece a cada momento nas declamações patrióticas. O exército e a marinha são a garantia da "nossa honra nacional", e não a boa-fé dos nossos estadistas. Como o duelista, o patriota parte do princípio de que os atos de iniqüidade se transformam em atos honrosos desde que se mate o que foi vítima da iniqüidade. Quando se trata da arbitragem, o primeiro cuidado do patriota é excluir do regime arbitral todas as questões que envolvem a "honra nacional". Assim, um "insulto à bandeira" precisa ser "lavado com sangue". Os países pequenos, que pela natureza das coisas não têm condições de vingar dessa forma os ultrajes recebidos, ficam naturalmente excluídos dos privilégios da "honra", que pelo visto é uma prerrogativa dos Estados poderosos. Caberia perguntar aos patriotas dispostos a vingar desse modo os "insultos à bandeira" se se atreveriam a condenar o oficial alemão que mata friamente um cidadão inerme "pela honra do uniforme".

O patriota não parece ter pensado que, assim como a dignidade pessoal e a conduta de modo geral melhoraram com o abandono do duelo, em vez de piorar, há razão para supor que a conduta e a dignidade internacionais não seriam prejudicadas se os conflitos entre as nações fossem submetidos a um tratamento diferente do atual.

Hoje, o critério em que se fundamenta o duelo como recurso pessoal parece ridículo aos anglo-saxões. Contudo, eles o subscrevem no concernente às relações entre Estados.

No entanto, profunda como é a mudança que provocou a supressão do duelo no mundo anglo-saxônico, podemos registrar uma trans-

formação ainda mais profunda, e que afeta de forma mais imediata nossos impulsos psicológicos, ocorrida em um período relativamente mais próximo. Refiro-me ao direito de impor uma crença religiosa, direito do qual todos os governos da Europa abdicaram. Como sabemos, ao longo de séculos e através de inúmeras gerações, um dos direitos (e deveres) mais evidentes e indiscutíveis do soberano consistia em prescrever uma crença religiosa e impô-la aos seus súditos.

Conforme observou Lecky, durante incontáveis gerações a preocupação dominante, em torno da qual gravitaram como coisa subalterna todos os outros interesses, foi pura e simplesmente abandonada. Coalizões que antes constituíam a ocupação suprema dos estadistas atualmente só existem no domínio dos que publicam profecias. Hoje, entre os elementos de afinidade e repulsa que orientam as combinações políticas, mal se pode dizer que existam as influências dogmáticas que em outras épocas desempenharam um papel tão preeminente.

Testemunhamos assim uma mudança que afeta os impulsos fundamentais do espírito humano. "Até o século XVII, toda discussão desses pontos, que a filosofia considera parte essencial de qualquer investigação, estavam assinalados em toda parte com o estigma do pecado, enquanto os vícios mentais mais desastrosos eram inculcados sistematicamente como virtudes."

Se naquela época alguém se tivesse atrevido a sustentar que as diferenças entre católicos e protestantes não podiam nem deviam ser resolvidas pelo recurso à força, e que um dia todos aceitariam essa verdade, considerando a hipótese de uma guerra religiosa entre os Estados europeus como o anacronismo mais absurdo e inverossímil, seria considerado um pensador infantil, desprovido de qualquer noção das leis fundamentais da "natureza humana".

Os anais das disputas religiosas entre os Estados oferecem um exemplo em particular no qual se reflete com clareza característica a mudança sofrida pelas nossas idéias. Durante cerca de duzentos anos os cristãos combateram os infiéis para conquistar o Santo Sepulcro. Todas as nações européias contribuíram para esse grande

empreendimento, de tal modo que ele parecia ser o seu único vínculo; e o impulso determinante das cruzadas era tão profundo e radical que a luta durou várias gerações, sem que tenha havido provavelmente um episódio comparável em todo o curso da história universal. Vamos supor que, durante esse conflito, um estadista europeu tivesse ouvido a predição de que chegaria uma época em que, tendo-se apoderado totalmente dos infiéis e dos seus domínios, os representantes da Europa teriam podido, com um simples golpe de caneta, apoderar-se do Santo Sepulcro e garantir a sua posse definitiva para a Cristandade, mas não o fizeram por julgar que não valia a pena. Evidentemente qualquer estadista medieval teria considerado essa profecia um claro indício de loucura. No entanto, foi exatamente assim que os fatos se passaram. [52]

Basta um olhar lançado sobre o conjunto da história européia para revelar a mudança radical havida não só no espírito, mas no coração dos homens. Fatos que, no estado atual da civilização, não teriam sido possíveis, devido a essas mesmas mudanças na natureza humana que parecem impossíveis aos militaristas dogmatizantes, já foram aceitos com naturalidade pelos nossos antepassados. É evidente que a mudança no campo da religião a que antes me referi reflete uma alteração não só intelectual como emocional. Por si sós, os fatos de caráter emocional tornariam inconcebível na nossa época uma teologia segundo a qual, antes de nascer, uma criança pudesse estar condenada às penas eternas pelo único crime de ter sido

[52] Na sua *História da ascenção e influxo do espírito racionalista na Europa*, diz Lecky: "O que dirigiu os habitantes da Cristandade para o local simbólico onde nasceu a sua fé não foi a preocupação política com o equilíbrio do poder, mas um intenso entusiasmo religioso. Naquela ocasião, o fervor religioso superou todos os interesses, e todas as classes governantes e todas as paixões foram subjugadas ou modificadas por esse fervor, cujo poder se impunha às animosidades nacionais inflamadas durante séculos. As intrigas dos estadistas e as rivalidades dos monarcas desapareciam sob a sua influência. Diz-se que cerca de 2 milhões de vidas foram sacrificadas por essa causa. A incompetência dos governos, o esgotamento dos recursos financeiros, a devastação das cidades, tudo parecia aceitável como o preço a pagar pelo êxito religioso. O mundo nunca viu guerras mais populares do que as religiosas, as mais desastrosas e mais afastadas de qualquer motivação egoísta.

concebida.[53] Essa afirmativa, que em outros tempos se considerava uma verdade elementar, provocaria hoje indignação e horror em todo o mundo. Cabe aqui citar novamente Lecky, que afirma:

> "Silenciosamente, a Cristandade percorreu um longo caminho. Sem comoção perceptível, toda uma doutrina foi apagada da mente humana."

Mas não só no campo da religião testemunhamos esse progresso. Em uma civilização que sob muitos aspectos era admirável, admitia-se que, para castigar o crime de uma só pessoa, fossem imolados quatrocentos escravos; que, para satisfazer um capricho momentâneo, uma senhora da alta sociedade mandasse crucificar um escravo. Ou que, há apenas uma ou duas gerações, todo um povo se embriagasse com o espetáculo público da tortura,[54] transformado em festa nacional. Assim, ainda ontem (falando do ponto de vista histórico), os monarcas presenciavam pessoalmente a tortura dos acusados de bruxaria.

Na sua obra *Julgamentos criminais na Escócia*, Pitcairn relata que Jacó I, Rei da Escócia, presidiu pessoalmente a tortura de um certo doutor Fian, acusado de ter provocado uma tempestade no mar. O prisioneiro teve os ossos das duas pernas quebrados na *bota do tormento*, e o próprio

[53] Diz Santo Agostinho: "Podeis estar certos, e não duvideis de que serão castigados com as torturas do fogo eterno não só os homens que alcançaram o pleno uso da razão, mas também as crianças, que começam a viver no ventre materno e ali morrem ou sucumbem ao nascer, sem ter recebido o santo sacramento do batismo." Para melhor elucidar essa doutrina, o santo dá o exemplo de uma mãe com dois filhos. Cada um deles é um fruto da perdição, embora nenhum deles tenham praticado qualquer ato, moral ou imoral; um dos dois perece sem o batismo e é encaminhado para o tormento eterno. O outro é batizado e se salva.

[54] Compreende-se que assim fosse, pois era a época dos autos de fé na Espanha. Na Galeria de Madrid há um quadro de Francisco Rizzi que representa a execução, melhor dizendo, o desfile de alguns heterodoxos caminhando na direção da fogueira, durante as festas do matrimônio de Carlos II, em presença da sua esposa, da corte e do clero de Madri. A grande *plaza* estava disposta como um teatro, com damas vestidas a rigor, em traje de corte. O soberano ocupava, com os membros da aristocracia, um estrado elevado. Na sua *História da inquisição*, Limborch conta que, entre as vítimas de um auto de fé, se encontrava uma menina de 16 anos, cuja singular beleza surpreendeu todos os espectadores. Ao passar diante da Raínha, a caminho da fogueira, exclamou: "Grande Raínha, não bastará a vossa presença para dar algum alívio à minha desgraça? Pensai, Senhora, na minha juventude, e em que me vejo condenada por uma religião que recebi com o leite materno."

monarca sugeriu e presenciou uma variação da tortura que consistia em arrancar com alicates as unhas dos dedos das duas mãos, cravando depois agulhas nos dedos mutilados e sangrentos.

Haverá quem se atreva a negar que as condições da vida moderna modificaram a psicologia a esse respeito? Haveria quem negasse seriamente o fato de que nosso horizonte mais dilatado, resultante de uma perspectiva um pouco mais ampla das coisas, e nossas leituras mais extensas determinaram uma tal mudança que torna impossível a repetição de atos semelhantes em Londres, Berlim ou Edimburgo?

Ou haverá quem sustente seriamente que ainda estamos destinados a assistir à repetição dessas cenas e que poderíamos deleitar-nos assistindo à queima de um belo menino vivo? Há alguma probabilidade de que os católicos ou os protestantes se vejam confrontados outra vez pelo perigo de semelhante perseguição?

Claro que sim, desde que a natureza humana permaneça efetivamente estranha ao progresso das idéias e que a adoção generalizada da liberdade religiosa seja um erro, e cada seita precise armar-se contra as outras, como em outros tempos, e a única esperança efetiva de paz e tranqüilidade religiosa resida no domínio de uma Igreja única, universal e absoluta. Esse era na realidade o argumento dos antigos inquisidores e hoje é o argumento do *Spectator*, quando afirma que a única esperança de paz política consiste no predomínio de uma potência universal:

> "Só há um caminho para pôr fim à guerra e aos preparativos bélicos, que é, como já dissemos, uma monarquia universal. Supondo que um determinado país – por exemplo, a Rússia – chegasse a dispor do poder necessário para desarmar o resto do mundo e manter uma força suficiente para impedir qualquer tentativa de ataque a algumas potências por outras ..., nesse caso chegaríamos sem dúvida à paz universal." [55]

Essa afirmativa lembra uma outra, não menos absoluta e peremptória, emitida por um colega do finado Procurador do Santo Sínodo russo:

[55] *Spectator*, 31 de dezembro de 1910.

> "Só há um meio para que um Estado alcance a paz religiosa: obrigar todos os seus habitantes a se submeterem à sua religião. Os que não se submeterem devem ser expulsos, no interesse da paz."

William Lecky, possivelmente o autor que tenha escrito com maior lucidez sobre a supressão das perseguições religiosas, observa que, embora presidida muitas vezes por uma pessoa desinteressada, de espírito elevado (pois ele nega decididamente o motivo do interesse no ânimo dos perseguidores), a luta entre facções religiosas que se opõem não tinha sido purificada pelo racionalismo. E acrescenta que a irracionalidade, que antes caracterizava o sentimento religioso, foi hoje substituída pela irracionalidade do patriotismo.

Diz Lecky:

> "Se dirigimos um olhar suficientemente amplo para o curso da história e examinamos as relações dos grandes agrupamentos humanos, verificamos que a religião e o patriotismo são as principais forças morais a que eles foram submetidos, e quase se pode dizer que as modificações particulares e as ações recíprocas desses dois agentes constituem a história moral da humanidade."

Não devemos esperar que a racionalização e a humanização verificadas no campo mais complexo das crenças e doutrinas religiosas se façam sentir igualmente no domínio do patriotismo? Especialmente, como indica o mesmo autor, se levarmos em conta as exigências do interesse material, às quais se deveu a reforma, na primeira ordem de idéias, e também o fato de que "com o progresso da civilização, o interesse tende a prevalecer independentemente da paixão, e a própria paixão recai sob a influência crescente do interesse."

Não temos provas palpáveis de que, independentemente do interesse material, a paixão patriótica sofre modificações provocadas pela pressão que ele exerce? Não tendem a esse resultado os numerosos fatos que constituem a dependência recíproca das nações, como fica indicado? Temos razões para deduzir que, assim como o progresso do racionalismo permitiu que os grupos religiosos vivam em contato, sem entrar em conflito material, e assim como não se manifestou nesse campo o pretenso dilema entre o domínio universal e a luta indefinida,

do mesmo modo os progressos do racionalismo terminarão por influir nas relações entre os vários grupos políticos. Por que não devemos acreditar que a luta pelo predomínio se extinguirá quando a humanidade perceber que o predomínio físico é fútil? Em vez do conflito universal ou do domínio universal, poderá surgir um dia, sem necessidade de tratados ou de uma Santa Aliança, a determinação geral de que cada um observe seu credo político e nacional, sem ser perturbado, assim como já pratica sem empecilhos a sua profissão religiosa.

Mas é justamente nos autores que consideram a guerra inevitável que vamos encontrar a prova mais decisiva de que em seu conjunto as tendências da humanidade se opõem a todo conflito entre nações que precise ser resolvido por meios militares. Entre os escritores que citamos no primeiro capítulo desta seção, não há um só cujos textos, quando devidamente examinados, não revelem a sensação, consciente ou inconsciente, de que a tendência belicosa dos homens tende a debilitar-se rapidamente. Vejamos por exemplo *The Valour of Ignorance*, a obra mais recente em que se expõe a filosofia de que a guerra é inevitável, com a afirmativa de que toda tentativa de evitá-la é ao mesmo tempo pueril e malsã.[56] Embora sustente a tese de que os conflitos armados são inevitáveis, o autor começa o seu livro com um capítulo intitulado "O declínio do espírito militar", demonstrando claramente que as atividades mercantis orientam os homens para caminhos que se opõem à guerra:

> "O comércio, o dinheiro e as hipotecas são considerados hoje como elementos e fontes do poder, muito mais importantes do que os exércitos e as esquadras, e provocam a efeminação e a esterilidade das nações."

Ora, como todas as nações da Cristandade participam dessa tendência – na verdade, todos os países do mundo, pois o desenvolvimento industrial e comercial abrange todo o globo – concluímos que,

[56] *Apud* o livro do General Homer Lea, *The Valour of Ignorance*.

se a afirmativa é válida para uma determinada nação, em todo o mundo temos hoje um abandono das tendências belicosas.

Em boa parte, o livro do General Homer Lea é uma espécie de sermão hiperbólico contra o que ele chama de "saciedade e regurgitação protoplásmicas" (referindo-se à atividade industrial e social dos seus concidadãos na América do Norte). Afirma que, quando um país converte a riqueza, a produção e as indústrias em um único objetivo, torna-se "um glutão entre as nações, vulgar, porcino e arrogante". Para ele, "o mercantilismo efeminado do povo americano projeta sobre ele a sua sombra e tende a destruir não só as aspirações e o percurso mundial que se abriam para ele, mas a própria república." Para o General, o patriotismo, na sua verdadeira acepção (ou seja, o desejo de matar os outros) está quase extinto nos Estados Unidos. Mesmo no caso dos que nasceram na América, os ideais nacionais estão por terra:

> "Encontramos não só a preocupação individual contra os ideais militares, mas uma verdadeira aversão pública, o antagonismo de políticos, jornais, igrejas, colégios, sindicatos, de teóricos e de instituições. Todos combatem o espírito militar como se fosse uma calamidade pública e um crime nacional."

Se é assim, que significa o discurso sobre "a tendência natural e invencível para a guerra"? Toda essa curiosa retórica do General Lea (a quem dediquei atenção especial porque os seus princípios, se não a sua linguagem, são representativos desse tipo de pregação, como se vê na Inglaterra, na França, na Alemanha e em todo o continente europeu) não passa do reconhecimento implícito de que a tendência real é contrária à guerra, e não favorável.

Temos assim um autor para quem a guerra é e será sempre inevitável e que ao mesmo tempo nos diz que a humanidade está possuída por uma "indiferença enervante" com relação à guerra, se não por uma antipatia profunda com relação aos ideais militares.

Naturalmente, o General Lea entende que essa tendência é peculiar à república americana e perigosa para o seu país; no entanto, o seu

livro poderia ser visto como uma tradução livre dos escritos nacionalistas que circulam na França e na Alemanha. [57]

Não lembro de um só autor, em nenhum dos países citados, que, ao falar sobre o caráter inevitável da guerra, não lamente o abandono do espírito militar no seu próprio país, ou pelo menos uma tendência nesse sentido. Assim, um jornalista inglês do *Daily Mail* escreveu o seguinte a respeito do livro de Homer Lea:

> "Será necessário comentar que a moral de tudo isso tanto se aplica a nós quanto aos norte-americanos? Está claro que tudo o que observa o General Lea é aplicável à Grã-Bretanha, pelas mesmas razões que aos Estados Unidos. Nós também nos abandonamos aos sonhos e deixamos estiolar os nossos ideais, entregando-nos à gula ... A desonra e a necessidade se abatem sobre nós, tanto quanto sobre os nossos irmãos. Devemos apressar-nos, com toda energia, a purificar-nos de ambas, para poder olhar o futuro com trepidação."

O mesmo tom predomina nos escritos de um protagonista como Blatchford, que se refere à "apatia fatídica" do público britânico, dizendo em tom irritado, ao ver a pouca inclinação que mostra para matar os outros: "O povo é presumido, relaxado, ávido e decadente. Está pronto a vociferar pelo Império, mas não a bater-se por ele." [58] O *Blackwood*, a *National Review*, o *Spectator*, o *World* nos revelam a cada passo explosões desse tipo.

Naturalmente, Blatchford declara que os alemães são diferentes e que a menção à "saciedade e regurgitação" pelo General Lea a propósito do seu país não engloba a Alemanha. Não obstante, essa frase poderia ter sido transposta da obra de qualquer pan-germanista, mesmo dos mais respeitáveis. É possível que Blatchford e Homer

[57] Assim, o Capitão d'Arbeux (*L'Officier Contemporain*, Paris, Grasset, 1911) lamenta "o desaparecimento progressivo do ideal da *revanche*", deterioração do espírito militar que na sua opinião está arruinando o país. Não desmente a verdade de tudo isso o fato de que, em 1911, devido ao incidente de Marrocos e outros eventos, houve um renascimento *chauviniste*, que no entanto já vai desaparecendo. Em dezembro de 1911, *Le Matin* observa: "O número de candidatos às academias de St. Cyr e St. Maixent decresce em termos pavorosos e não passa de um quarto do que costumava ser ... A carreira das armas deixou de exercer a atração que teve em outros tempos."

[58] *Alemanha e Inglaterra*, p. 19.

Lea tenham esquecido que ninguém menos do que o Príncipe Bernhard von Bülow empregou quase as mesmas palavras em um discurso pronunciado na Dieta prussiana, falando sobre a degeneração e a falta de vigor, o luxo furioso e efeminado da Alemanha moderna, contrastando com as antigas virtudes, hoje em declínio, dos fundadores do Império. [59]

Ouvimos o coro cotidiano do lamento das classes governantes alemãs, queixando-se sem cessar da infiltração das idéias antimilitaristas na sociedade, e essas queixas talvez justifiquem o aumento constante dos votos socialistas.

Termos análogos são usados pelos escritores nacionalistas franceses, declamando a tendência pacifista do seu país e contrastando-a com a atividade bélica das nações vizinhas. É o que nos testemunhará qualquer publicação nacionalista ou conservadora francesa. Todo dia essa nota aparece em órgãos como *L'Echo de Paris*, *Gaulois*, *Figaro*, *Journal des Débats*, *Patrie*, *Presse*; e vamos encontrá-la de forma dominante em obras de escritores da seriedade de Paul Bourget, Émile Faguet, Gustave Le Bon, Auguste Barrès, Vincent Brunetière, Paul Adam, ao lado de outros de índole mais popular como Deroulède, Millevoye, Drumont etc.

Todos esses defensores da guerra – americanos, ingleses, franceses, alemães – concorrem na declaração de que os países estrangeiros são belicosos, mas que a sua pátria, "mergulha no relaxamento", afasta-se dos caminhos saudáveis da guerra. Ora, como se deve presumir que todos estejam mais a par do que acontece no seu país do que nos vizinhos, seus testemunhos implicam a anulação recíproca das teorias que defendem. Com efeito, eles testemunham, embora contra a sua vontade, que em todos os países citados declina o impulso que leva à guerra, assim como antes perdera força a inclinação para matar o vizinho devido a divergências religiosas e, pelo menos entre os anglo-saxões, de matar-se mutuamente em duelo devido à vaidade ofendida.

Poderia ser diferente? Na vida moderna, dominada por correntes irresistíveis de atividade industrial, e com a presença tão pouco percep-

[59] Vide o capítulo inicial do livro admirável de Harbut Dawson, *A evolução da Alemanha moderna*, Londres, T. Fischer.

tível do elemento militar, como poderiam manter-se vivos os instintos associados à guerra, em oposição aos que promovem a paz?

Não só a evolução, mas também o senso comum e a observação nos ensinam que as nossas faculdades se desenvolvem à medida que são exercitadas, alcançando o máximo da sua eficiência no tipo de ocupação que nos é mais familiar. Assim, a prática da agricultura, a centenas de quilômetros do litoral, não forma um povo de marinheiros.

Observe-se o caso da Alemanha, nação reputada (erroneamente) como a mais profundamente militar da Europa. A imensa maioria dos alemães adultos – praticamente todos os indivíduos que em seu conjunto formam o que chamamos de Alemanha – nunca viu uma batalha e com toda probabilidade jamais a verá. Nos últimos quarenta anos, 8 mil alemães participaram de uma campanha militar ... contra tribos de negros despidos.[60] Assim, para os alemães em geral, sua experiência em atividades bélicas, em contraste com as pacíficas, representa algo como um contra centenas de milhares. Gostaria de poder representar essa proporção com um diagrama, mas isso seria impossível, pois, se empregasse um ponto para representar o tempo dispendido pela população alemã com a guerra, precisaria preencher com pontos todas as páginas restantes deste livro para representar na mesma escala as atividades pacíficas.[61]

Nessas condições, como podemos esperar que as qualidades guerreiras perdurem, se todos os nossos interesses e atividades – nosso meio ambiente – têm uma índole pacífica?

Em outras palavras, as ocupações propícias ao desenvolvimento das qualidades industriais e pacíficas excedem enormemente as que associamos à guerra, e esse excedente supera todos os recursos da

[60] Não estou levando em conta as "operações" com os aliados na China, que só duraram poucas semanas e mal podem ser chamadas de "guerra". O exemplo é dado por Novikow no seu livro *O darwinismo social*.

[61] As opiniões mais recentes sobre a evolução tendem a demonstrar que o meio ambiente contribui mais do que a seleção natural para a formação do caráter (vide um artigo do Príncipe Kropotkin, em *Nineteenth Century*, de julho de 1910, em que ele mostra como a experimentação demonstrou a preponderância do meio como fator da evolução). Pode-se assim inferir a medida em que o nosso ambiente industrial modificou as primitivas tendências guerreiras.

ilustração visual, ultrapassando por completo a capacidade habitual da percepção humana. A paz nos acompanha quase todo o tempo; a guerra, raramente. Não obstante, há quem nos venha dizer que são as qualidades guerreiras que devem prevalecer e que as pacíficas ocuparão sempre o segundo lugar.

Não estou esquecendo, naturalmente, a educação militar, a vida de quartel, destinada a manter viva a tradição militar – um ponto que vou tratar no capítulo seguinte. No momento, basta observar que, para justificar essa educação (especialmente entre os que querem introduzi-la na Inglaterra), invoca-se o fato de que ela contribui para sustentar a paz; que torna os homens mais eficientes nas artes da paz. Em outras palavras, que perpetua o estado de "luxúria negligente", tão perigosa para o nosso caráter, segundo certos autores, e que nos leva a perder as qualidades bélicas, convertendo a sociedade cada vez mais à "gula" de que fala o General Lea com tanto desprezo, e ao "cobdenismo" mencionado por Sidney Low. Ora, é preciso tomar partido. Se a paz prolongada é enervante, seria deliberada tolice advogar o recrutamento com a justificativa de que assim se prolongaria esse estado enervante. Se Sidney Low despreza a sociedade industrial e o ideal pacifista ("o ideal cobdenista de comprar barato e vender caro"), não deveria defender o recrutamento militar alemão (como o faz), com a alegação de que torna mais eficiente o comércio da Alemanha, ou seja, que favorece o mesmo "ideal cobdenista". Se é assim, a guerra ficará cada vez mais afastada de nós. Essa inconsistência parece ter passado pelo espírito de Theodore Roosevelt quando ele declara que "só por meio da guerra" o homem pode desenvolver as qualidades viris etc.

Se o recrutamento militar prolonga a paz e promove nossa aptidão para as artes pacíficas, ele próprio não passa de uma manifestação da tendência humana de afastar-se da guerra e da mudança da sua natureza em direção à paz.

A verdadeira razão do declínio da tendência dos homens para a luta não é terem degenerado ou caído em um estado de "gula porcina" (essa linguagem aplicada por Homer Lea à parte mais numerosa e seleta da humanidade parece denotar um rancor pouco inteligente diante da

importância de certos fatos que a retórica não consegue afetar). Penso que é outra a verdadeira razão: estamos destinados por uma autêntica "lei primordial" a ganhar o pão com o suor do rosto, e por isso a natureza humana escolhe e desenvolve as qualidades que melhor se ajustam a suas exigências fundamentais.

Finalmente (é preciso não esquecer), afirma-se que, com respeito às forças mencionadas, milhares de anos passarão antes que a sua ação se faça sentir. Ora, esse dogmatismo não reconhece a lei da aceleração, que mencionei no capítulo precedente, tão certa na dimensão social como no mundo físico. Os testemunhos mais recentes ensinam que, como animal que usa o fogo, o homem, data da época terciária, ou seja, de uns 300 mil anos. Para todos os efeitos pertinentes à presente discussão, o homem da Europa setentrional – digamos, o da Grã-Bretanha – permaneceu imutável durante cerca de 298 mil anos, e nos últimos dois milênios se modificou muito mais do que nos 298 precedentes. E, nos derradeiros cem anos, deve ter mudado mais do que nos 2 mil anos anteriores.

A comparação é ainda mais clara se reduzimos esse tempo a horas. Durante, digamos, cinqüenta anos, o homem foi um canibal ou um simples animal feroz que perseguia e devorava outras feras; em três meses se transformou no Senhor John Smith, de Surbiton, e freqüenta a igreja, legisla, usa o telefone, etc. Essa é a história da humanidade na Europa. Diante dessa história, os pedantes discorrem com sua habitual sapiência, estabelecendo como um fato patente e demonstrável que a abolição da guerra entre os Estados – a qual, devido aos mecanismos da civilização, nada pode fazer de positivo – é eternamente impossível, porque, quando o homem se habitua a agir de certo modo, precisa continuar agindo assim mesmo se desaparece a razão que o induziu originalmente a adquirir aquele comportamento – em outras palavras, devido à "imutabilidade" da natureza humana.

Capítulo IV

AS NAÇÕES BELICOSAS POSSUEM REALMENTE A TERRA?

A auto-suficiência dogmática dos militaristas que escrevem sobre o tema. A realidade dos fatos. O exemplo da América Hispânica. De como a sobrevivência dos menos aptos favorece a conquista. O sistema colonial espanhol e o inglês no Novo Mundo. As virtudes da educação militar. O caso Dreyfus. A pretendida germanização da Inglaterra. A guerra que engrandeceu e diminuiu a Alemanha.

Como já vimos, os escritores militaristas mencionados no capítulo anterior admitem (e o fazem em toda a extensão da palavra) que as tendências da humanidade, no que concerne aos sentimentos, tendem a se afastar da guerra. Ao mesmo tempo, declaram que esse afastamento corresponde a uma degeneração.

À falta das qualidades que, no dizer de Theodore Roosevelt, "só a guerra" pode promover, o homem recairá em completa "podridão e decomposição". Naturalmente, esse argumento tem relação com ao assunto principal que estamos tratando aqui. Sustentar que as qualidades belicosas, e exclusivamente belicosas, são indispensáveis para o sucesso de uma nação na sua luta com as outras nações equivale a afirmar que as que se afastem da guerra sucumbirão diante das que preservem, graças a essa atividade, as qualidades que são essenciais para a sua sobrevivência. Em outras palavras, se os homens aspiram a perpetuar-se, devem ser sempre belicosos, e as nações belicosas herdarão a terra: a índole agressiva dos homens é fruto da grande lei da sobrevivência, e toda diminuição dessa índole denota um retrocesso e não um progresso na luta pela vida. Indiquei antes em linhas gerais (no capítulo II da Segunda

Parte) a proposição da qual se deduz, como única alternativa, essa conclusão. E essa é a base científica do pensamento formulado pelas autoridades que citamos: Theodore Roosevelt, von Moltke, Renan, Nietzsche e os representantes do clero belicoso. [62] Nela repousa fundamentalmente o argumento de que a natureza humana é permanente e imutável no que se refere à tendência belicosa dos homens; que as qualidades guerreiras são um componente essencial da vitalidade humana na luta pela existência; em suma, que tudo o que sabemos sobre a lei da evolução exclui a esperança de que o homem possa perder sua combatividade ou de que as nações não precisem mais do recurso à força para sobreviver e perpetuar-se.

Essa maneira de pensar foi exposta, possivelmente melhor do que por qualquer outro autor, pelo General Homer Lea, que afirma:

> "Assim como o vigor físico representa a força do homem na sua luta pela existência, assim também o vigor militar constitui a força das nações. Ideais, leis, constituições não passam de aparências transitórias." (p. 11)
> "A deterioração da força militar e a conseqüente destruição do espírito militar foram fatos concorrentes no aniquilamento nacional." (p. 24)
> "Os desentendimentos entre as nações são ... o resultado de condições primordiais que mais ou menos rapidamente levam à guerra ... a lei da luta e a lei da sobrevivência universal são inalteráveis ... desvirtuá-las, escapar delas, negá-las, menosprezá-las, infringi-las, isso é uma demência tão grande que só a presunção dos homens pode conceber. ... A arbitragem ignora o caráter inexorável das leis naturais ... que presidem a existência das entidades políticas." (pp. 76-77)
> "As leis que governam o espírito militar de um povo não são feitas pelos homens, mas exprimem exigências primordiais da natureza, presentes em todas as formas e estruturas vitais, desde os protozoários que flutuam no ar até os impérios construídos pelo homem." (*The Valour of Ignorance*, Harpers)

---

[62] Vide essas citações, e principalmente a afirmação de T.Roosevelt de que as nações que seguem "o caminho da paz e do isolamento indolente" estão condenadas a sucumbir diante das que não perderam "suas qualidades aventureiras e varonis". Conceito que confirmou e reforçou em discurso pronunciado na Universidade de Berlim (V. *Times* de 13 de maio de 1910), quando declarou: "A civilização romana se extinguiu primordialmente porque o cidadão romano deixou de bater-se; porque Roma tinha perdido seu fio de combate." Segundo observa o *Times*, essa observação causou surpresa aos que aprenderam em outros autores que *latifundia perditere Romani.*

Já indiquei o erro grave contido nesta forma de interpretar as leis da evolução. É preciso considerar os fatos em que se apóia indutivamente esse pretenso princípio geral. Vimos no capítulo anterior que a natureza humana é suscetível de modificação e que vem sofrendo modificações. Com base nessa observação e nos fatos contemporâneos, veremos que as qualidades guerreiras não contribuem para a sobrevivência e que não são as nações belicosas que possuem a terra.

Com efeito, quais são as nações militares? Consideramos geralmente como tais, na Europa, a Alemanha e a França, e talvez também a Rússia, a Áustria e a Itália. Segundo os militaristas pedantes e os economistas ingleses e americanos que lhes fazem coro, a Inglaterra é claramente a nação menos militarizada da Europa, e os Estados Unidos são o país menos militarizado do mundo. A Alemanha é, por excelência, a nação tida como tipo e modelo de militarização, aquela que, no rígido ensino das artes da guerra, contribui para a preservação da suas "qualidades viris e aventureiras".

No entanto, os fatos reclamam uma observação mais minuciosa. Como pergunta Theodore Roosevelt, que significa uma carreira isenta de conflitos? Já vimos que, nos últimos quarenta anos, dos 60 milhões de alemães, só 8 mil viram de perto um combate, durante um ano ou um pouco mais, contra negros hotentotes ou hereros, o que corresponde à proporção de um dia de guerra para várias centenas de milhares de dias de paz por habitante. Portanto, se devemos considerar a Alemanha como um tipo de nação militarizada e se aceitamos a afirmativa de Roosevelt de que só com a guerra é possível adquirir as qualidades viris indispensáveis para vencer os conflitos da vida real, teremos de resignar-nos a perder tais qualidades, pois, nas condições como as da Alemanha, muito poucos teremos a oportunidade de ver de perto uma guerra, e poderemos aspirar aos benefícios decorrentes da sua influência. Como já foi dito, as pessoas que imprimem sua marca à nação alemã, à vida e à conduta dos alemães – ou seja, a grande maioria dos alemães adultos – jamais assistiram ou assistirão a uma batalha. Nesse particular, a França foi mais favorecida, pois não só combateu infinitamente mais do que a Alemanha como tem uma população muito mais militarizada – 50%

mais, para sermos precisos, já que, para recrutar o mesmo efetivo militar da Alemanha, que tem 60 milhões de habitantes, vê-se obrigada a manter em armas 1,5% da sua população de apenas 40 milhões, contra 1% da Alemanha.[63]

Muito mais militarizada, nos dois sentidos, é a Rússia, como bem sabemos, e mais ainda a Turquia. E mais do que a Turquia, no conjunto do país, algumas das suas regiões, a Arábia, a Albânia e, talvez acima de todos esses países, o Marrocos.

No hemisfério ocidental, podemos formar um quadro análogo, comparando os povos "guerreiros, viris, aventureiros e progressistas" com os "pacíficos, indolentes, relaxados e decadentes". O Canadá é a nação menos guerreira de todas, que menos praticou a guerra, nela tem menos experiência e por ela foi menos purificada. Depois, temos os Estados Unidos e em seguida as menos belicosas das repúblicas hispano-americanas, como o México e a Argentina, enquanto os países mais "viris e progressistas" são as renomadas repúblicas de São Domingos, Nicarágua, Colômbia e Venezuela, que se batem sem cessar. Quando não guerreiam umas contra as outras, os partidos internos de cada uma combatem entre si. Eis aí o que buscávamos. Nesses países, os militares não levam uma vida estéril, praticando a marcha forçada, limpando armas e polindo as fivelas dos cinturões, mas distribuem e recebem golpes. Várias dessas repúblicas "progressistas", desde que ficaram independentes, não deixaram um só ano de participar de alguma guerra, e uma parte considerável dos seus cidadãos passa a vida lutando. Na

[63] Vide o relatório de Messinny sobre o orçamento militar para 1908. A importância dessas cifras não tem sido apreciada devidamente. Por inaudita que possa parecer esta afirmativa, é preciso saber que na Alemanha o recrutamento militar não é universal, como na França, onde todos os homens, de qualquer classe ou condição, passam pelos quartéis e recebem a disciplina militar: toda a educação do país é militar. O mesmo não acontece na Alemanha, onde cerca da metade dos jovens não é reservista. Outro ponto importante é que a parte da nação alemã em que a vida intelectual tem raízes não passa pelos quartéis. Praticamente quase todos os jovens das classes de melhor nível entram no exército como voluntários, por um ano, e portanto não experimentam mais do que algumas semanas em quartéis, evitando além disso o pior da vida de quartel. Como diz um escritor, "no sistema alemão, essa classe não passa pelo moinho", e o sistema adotado pretende justamente excluir essa classe de tal desgaste. Na França, desde 1870 as atividades militares têm sido mais intensas do que na Alemanha: no Tonquim, em Madagascar, na Argélia, no Marrocos. Enquanto isso, a Alemanha teve apenas a campanha contra os hereros, na África.

Venezuela, durante os primeiros vinte anos da sua existência independente, houve 120 batalhas importantes, internas ou com os países vizinhos, e depois disso os venezuelanos procuraram manter esse média. Cada eleição é uma batalha: nada de ridículos "torneios de palavras" ou discursos efeminados, mas sim golpes, honrados e viris, deixando por terra até 5 mil mortos. Os presidentes dessas enérgicas repúblicas não são simples políticos covardes, mas soldados: homens de ferro e sangue, bem ao gosto de Theodore Roosevelt, adeptos da "regra verdadeira de outros tempos, do velho método simples", que seguem à risca o conselho de Carlyle: "fechar as tendas da conversa" para lutar como homens. Falam pelo cano dos fuzis e das pistolas. Ah, que raça esplêndida de soldados varonis! Se a belicosidade contribuísse para a sobrevivência, teriam já derrotado o Canadá e os Estados Unidos; o primeiro, que não participou de uma só batalha em cem anos de existência pacífica, sórdida e covarde, enquanto o segundo, de acordo com o General Lea, caminha para a extinção, pela sua tendência a fugir da luta.

O General Homer Lea não esconde o fato (e se quisesse ocultá-lo a sua retórica o delataria) de que não simpatiza com os ideais prevalecentes na América do Norte. Deveria assim emigrar para a Venezuela, a Colômbia ou a Nicarágua, onde poderia demonstrar sucessivamente a cada ditador que, ao converter o país em um matadouro, longe de cometer um crime horrendo, digno da execração das pessoas civilizadas, está na realidade obedecendo pontualmente a um mandamento divino dos que encarnam as leis imutáveis do universo. De bom grado eu trataria essas questões com absoluta seriedade, mas quem pôde contemplar de perto as condições resultantes da teoria militarista não pode fazê-lo. Como conciliar o espetáculo apresentado pela América Latina com as crenças e afirmações de Theodore Roosevelt, para quem só na guerra é possível avaliar as qualidades viris indispensáveis para vencer na vida real; de von Stengel, para quem a guerra é a "pedra de toque" da saúde física, moral e política de um povo; de Sidney Low, para quem o estado militarista é tão decisivamente superior ao cobdenista, com o seu predomínio mercantil; de Ernest Renan, quando declara que a guerra é condição do progresso e a paz nos conduziria a um abismo inconcebí-

vel de degeneração? Como se atreveriam a sustentar que a industrialização não belicosa nos leve à degeneração se, com todas as suas deficiências, a ela devemos no hemisfério ocidental o Canadá e os Estados Unidos, e o militarismo, com seus instintos e qualidades peculiares, nos deu a Venezuela e São Domingos? Não estamos todos de acordo em que o regime industrial (a despeito da "saciedade de regurgitação" de Homer Lea) é o único que pode salvar essas repúblicas militaristas, e que a condição suprema desse resgate presume que renunciem de uma vez por todas à estupidez dos uniformes e se convertam ao trabalho honrado?

Se alguma vez se justificou plenamente a frase de Spencer quando afirma que "a ascensão às formas superiores do homem e da sociedade depende do declínio do espírito militar e da preponderância da industrialização", essa justificativa pode ser encontrada nas repúblicas das Américas do Sul e Central. Na realidade, a América hispânica nos dá lições e oferece exemplos claros do que queremos ver, e, se o militarismo contribui de alguma forma para a sobrevivência e o progresso das nações, é incompreensível que todos os que vivem nesses países, que deles dependem ou com eles se relacionam expressem tanta satisfação pela tendência que desponta, pelo menos em alguns deles, para abandonar o charlatanismo heróico-sanguinário que nestes três séculos foi a sua perdição, para abraçar o ideal cobdenista, desprezado por Sidney Low, de vender caro e comprar barato.

Há alguns anos, um advogado italiano chamado Tomasso Caivano escrevia uma carta com recordações e impressões de vinte anos passados na Venezuela e nas repúblicas contíguas, e suas conclusões são dignas de serem mencionadas, pois têm a ver com o que estamos discutindo. Ao despedir-se dos venezuelanos, exorta-os com as seguintes palavras:

> "A maldição que pesa sobre vós é o soldado e a índole do soldado. É impossível para dois entre vós em particular, e mais ainda para dois dos vossos partidos, manter um debate sem querer em seguida brigar pela causa em disputa. Os venezuelanos consideram uma abdicação da sua dignidade tudo o que signifique levar em conta o ponto de vista da outra parte para tentar ajustar-se a ele, enquanto for possível combatê-lo usando a força. A coragem pessoal parece compensar todos os defeitos. O militar de má-fé é mais considerado na vossa sociedade do que o civil de boas qualidades; as proezas e aventuras militares são

consideradas mais honradas do que o trabalho honesto. A pior corrupção é perdoada, assim como os vexames mais graves, desde que os vossos líderes saibam revesti-los com o ouropel da fanfarronada e de declamações sobre a bravura, o destino e o patriotismo. Enquanto não ocorrer uma mudança radical no vosso espírito, continuareis sendo vítimas da opressão. Enquanto a massa do vosso povo – camponeses e operários – não se recuse a deixar-se arrastar para a matança em querelas que não lhe interessam, e a que só se deixam levar porque preferem a guerra ao trabalho, vosso belo território, dos mais fecundos que Deus proporcionou aos homens, não terá um povo próspero e feliz, desfrutando tranqüilo e feliz os frutos do seu trabalho." [64]

A América hispânica parece em vias de sacudir o jugo do militarismo, despertando dos pesadelos de sucessivos despotismos e assassinatos militares, resignando-se a abandonar, nas palavras de Caivano, "as proezas e aventuras militares" pelo trabalho honesto, renunciando aos atos exibicionistas e sangrentos que têm sido tão comuns na sua história. No entanto, podemos estar seguros de que aqueles cuja opinião vale alguma coisa não se preocupam com isso.[65]

O caso encontra repetição pontual nesta parte do hemisfério. Basta trocar alguns nomes e temos o exemplo da Arábia ou de Marrocos. Vejamos o que diz um artigo recente do *Times* (2 de junho de 1910):

"A verdade é que durante anos a Turquia esteve quase que invariavelmente em guerra com esta ou aquela região da Arábia. ... Neste mesmo momento, os turcos mantêm três pequenas campanhas na Arábia ou nas suas regiões fronteiriças, além de uma quarta série de operações menores na Mesopotâmia. Esta última operação é dirigida contra os curdos do distrito de Mossul ... Outro avanço, mais importante, é dirigido contra os ferozes árabes de Muntefik, no

[64] *Voz de la Nación*, Caracas, 22 de abril de 1897.

[65] O próprio Theodore Roosevelt qualifica a história da América do Sul de má e sanguinária. Vale observar que, no seu artigo do *Bachelor of Arts* de março de 1896, T.Roosevelt, que criticou os ingleses de forma tão enérgica sobre o seu dever de evitar o sentimentalismo na administração do Egito, escrevia o seguinte, nos dias em que Cleveland enviou à Inglaterra uma mensagem sobre a Venezuela: "Má e sanguinária como tem sido a história das repúblicas sul-americanas, é de interesse evidente para a civilização que ... essas repúblicas sejam deixadas na capacidade de desenvolver-se à sua maneira ... Mesmo nas circunstâncias mais propícias, toda colônia se encontra em uma posição falsa; mas se a colônia é uma região onde a raça colonizadora precisa servir-se de outras, inferiores, sua condição é ainda pior. Nenhuma colônia tropical de propriedade de raças setentrionais tem qualquer possibilidade de êxito."

delta do Eufrates ... A quarta campanha, que é a principal e interminável, é da província do Iêmen, ao Norte de Aden, onde os turcos há mais de uma década vêm lutando intermitentemente. Quanto aos povos da Arábia, sustentam também seus próprios conflitos internos. Assim, foi renovada a disputa permanente entre os potentados rivais de Nedjed, Ibn Saud de Riad e Ibn Rashid de Kail, e acredita-se que as tribos da província e da costa de El Qatar tenham entrado no conflito.
"Não satisfeitos em hostilizar os turcos, os árabes de Muntefik estão assolando os territórios do Xeque Murbarak, do Kuwait. Na direção do Sul distante, o Sultão de Sher e Mokala, feudatário do governo britânico, sustenta uma guerra de pequenas dimensões sobre um tribo hostil do misterioso Hadramaut. A Oeste, os beduínos ameaçam espasmodicamente certas seções da ferrovia do Hedjaz, que odeiam especialmente. ... Há dez anos os Ibn Rashid eram senhores nominais de uma grande parte da Arábia, tornando-se tão agressivos que pretenderam apoderar-se do Kuwait, mas o velho e feroz Xeque de Kuwait foi ao seu encontro, saindo ora vencedor ora vencido. Vingou-se, porém, enviando um corajoso guerreiro, descendente dos Ibn Saud, à antiga Wahabi, capital de Riad, e com apenas 50 homens o jovem se apoderou da fortaleza, mediante um hábil estratagema. Depois disso, a luta entre esses rivais se renovou, com alguns intervalos."

E assim sucessivamente, de modo que Arábia, Albânia, Armênia, Montenegro e Marrocos correspondem, no Velho Mundo, a Venezuela e Nicarágua no continente americano. Na América, como na Europa, encontramos em vigor a mesma regra: todo progresso no sentido da civilização se verifica às custas do espírito militar, e, à medida que declina a tendência à luta, desenvolve-se a inclinação para o trabalho. A nação progride mediante a cooperação entre as pessoas, que trabalham umas com outras em vez de digladiarem-se. Observando a marcha em sentido contrário ao militarismo, podemos ordenar os países em um quadro mais ou menos assim:

- Arábia e Marrocos;
- Território da Turquia, de modo geral
- Montenegro e os Estados balcânicos mais turbulentos
- Rússia
- Espanha, Itália e Áustria
- França
- Alemanha
- A Escandinávia, Holanda e Bélgica
- Inglaterra

Será que Theodore Roosevelt, o Almirante Alfred Mahan, o Barão von Stengel, o Marechal von Moltke, o General Homer Lea e os clérigos ingleses acreditam seriamente que essa lista pode ser invertida, adotando a Arábia e a Turquia como tipos de nação progressista e Inglaterra, Escandinávia e Alemanha como exemplos de decadência?

Poder-se-á argumentar que a lista não é absolutamente correta, porque a Inglaterra, que sustenta pequenas guerras (embora o conflito com os boers, um povo reduzido e de índole pastoril, mostre como uma guerra de pequenas dimensões pode sangrar uma grande nação), merece ser considerada mais militarizada do que a Alemanha, que nunca promoveu nenhuma guerra. Na verdade procurei simplesmente apresentar em estado bruto, por assim dizer, a medida do militarismo de cada Estado, e, no caso da Alemanha (como de outros Estados menores), a inexistência de conflito armado é compensada pela educação militar do seu povo. Como já disse, a França é mais militarizada do que a Alemanha, tanto pela maior proporção dos seus habitantes obrigados ao serviço militar como pelo fato de haver sustentado diversas guerras (Madagascar, Tonquim, África etc.). De outro lado, os Estados balcânicos e a Rússia são mais militarizados nos dois sentidos: mais guerras, mais educação militar.

É possível que alguns militaristas digam que, embora as guerras injustas e desnecessárias levem à degeneração, as guerras justas correspondem a uma regeneração moral. Haverá porém algum exemplo de nação, tribo ou grupo, família ou indivíduo que tenha empreendido uma guerra sem considerá-la justa? Os ingleses, ou a maioria deles, consideraram justa a guerra contra os boers, enquanto fora da Grã-Bretanha os principais apóstolos e defensores da guerra em geral declararam que era injusta. Em nenhuma parte encontramos uma crença tão arraigada, absoluta e indefectível na justiça da guerra como naqueles conflitos que a Cristandade considerou maciçamente como os mais desnecessários e injustos: as guerras religiosas promovidas pelos fanáticos maometanos.

Podemos supor que, quando a Nicarágua e El Salvador, o Peru e o Chile, a Colômbia e o Peru ou o Chile e a Argentina chegam às vias de fato, em cada caso o fazem convictos de que estão defendendo princí-

pios imutáveis e imortais. A civilização desses países se assemelha entre si como um ovo a outro, e, excetuada sua aversão comum ao trabalho sustentado e ao raciocínio justo, não têm melhor motivo para bater-se do que poderia ser invocado na Inglaterra por Dorset contra Devon – o que quer que diga o General Lea sobre o caráter primordial das divergências e os antagonismos internacionais. Aqueles países são tão parecidos como os condados ingleses, e a vitória da Guatemala sobre El Salvador ou de El Salvador sobre a Guatemala não tem a menor importância prática. Mas a retórica patrioteira – o sacrifício, a glória e tudo o que se diz costumeiramente – é tão sincera lá como aqui. É o que há de trágico no caso e o que imprime dificuldades excepcionais ao problema da América Hispânica.

Além disso, mesmo se admitirmos que a guerra *à espanhola* é degradante, ao contrário das guerras justas, não evitaríamos a condenação à decadência e à degeneração. A guerra justa implica que alguém nos tratou de forma injusta; mas, à medida que melhora a condição humana, de modo geral (como melhora na Europa, em comparação com a América Central e Meridional e com a Arábia e o Marrocos), teremos cada vez menos uma "depuração moral": à medida que os homens estejam menos dispostos à agressão injustificável, serão cada vez mais degenerados. A tais incoerências nos leva a filosofia impossível segundo a qual a decadência e a extinção constituem a sorte que espera os que se recusam a continuar matando-se entre si.

Qual o erro fundamental da teoria de que a guerra contribui para a sobrevivência dos mais capazes, de que é uma manifestação da lei da sobrevivência? É a ilusão produzida pela influência hipnótica de uma terminologia antiquada. O mesmo fator que desvia o nosso julgamento na ordem econômica nos engana igualmente no campo biológico.

A conquista *não* provoca a eliminação dos conquistados: os mais fracos não desaparecem, por mais que assim o digam os que se apóiam, neste caso, na fórmula da evolução.

A Grã-Bretanha conquistou a Índia. Podemos dizer que nesse país a raça inferior tenha sido substituída pela superior? De nenhum modo: a raça inferior não só sobrevive, mas com a conquista recebeu, por as-

sim dizer, um novo impulso vital. Se algum dia os asiáticos se converterem em uma ameaça aos brancos, isso se deverá em medida não pequena à obra de conservação das raças que tem sido associada às conquistas feitas pela Inglaterra no Oriente. Portanto, a guerra não provoca a eliminação dos menos aptos e a sobrevivência dos mais capazes. Com maior propriedade poder-se-ia dizer que ela contribui para a sobrevivência dos menos aptos.

Em que consiste realmente o mecanismo da guerra? Em selecionar com cuidado a parte mais sã e robusta da sociedade, a mais perfeita física e moralmente, a que tem em grau mais elevado as qualidades enérgicas e varonis a que aspiramos perpetuar e, depois dessa seleção da elite das duas populações empenhadas no conflito, exterminá-las em batalhas e com doenças, deixando que, pela derrota e pela conquista, haja uma fusão da parte pior dos dois lados (pois deste ponto de vista as duas partes se equivalem) – e esse amálgama de elementos inferiores constitui a nova nação ou sociedade, que deve reproduzir o tipo assim selecionado. Mesmo admitindo que triunfe a nação de mais qualidades, a conquista proporciona a absorção e a perpetuação das condições inferiores dos vencidos – inferiores, pelo que deixa presumir a própria derrota, e inferiores porque se destruiu a parte mais capaz, absorvendo a menos apta, pois não foram mortos as mulheres, crianças e anciãos, assim como aqueles incapazes de modo geral, que não puderam combater. [66]

Bastará manter esse sistema por tempo suficiente, com a devida perseverança, para eliminar completamente, dos dois lados das fronteiras, o tipo destinado pela natureza a preservar o vigor físico, a energia

[66] O Doutor Otto Seeck (*Der Untergang der Antiken Welt*, ou seja, *A decadência do mundo antigo*) atribui a queda de Roma a este único fator: a extirpação dos melhores (*Die Ausrottung der Besten*). Seeley afirma: "O Império Romano sucumbiu pela falta de homens". Um historiador da antiga Grécia, discutindo o fim das guerras do Peloponeso, observa: "Sobreviveram só os de espírito inferior e deles nasceram as novas gerações." Nas guerras napoleônicas, pereceram 3 milhões de homens: a elite da Europa. Diz-se que depois dessas guerras a estatura do francês adulto se reduziu bruscamente em uma polegada. Certo ou não, a verdade é que no seu físico o povo francês padeceu um prejuízo imenso como resultado das guerras napoleônicas, e que, ao cabo de um século de militarismo, a França se vê obrigada de tempos em tempos a reduzir as suas exigências em termos de perfeição física para manter seu efetivo militar, de tal forma que hoje são recrutados verdadeiros anões.

e a virilidade. Não pode haver a menor dúvida de que esse processo contribuiu em medida não pequena para a decadência de Roma e de modo geral dos povos sobre os quais recaiu o peso da disputas de que o Império participou. A degeneração progressiva dos conquistadores é complementada, além disso, por este fator adicional: se o conquistador extrai vantagens materiais da conquista, como aconteceu em certo sentido com os romanos, fica ameaçado pelos efeitos daninhos do luxo e da dissipação, enquanto os vencidos, obrigados a trabalhar para os conquistadores, adquirem as qualidades de perseverança e engenho, que são mais valiosas e eficazes, como disciplina, do que os costumes parasitários dos que subsistem sob alguma forma às custas do trabalho alheio. Na realidade, é o conquistador que degenera, enquanto o conquistado adquire a disciplina e, de modo geral, as qualidades que contribuem para a prosperidade dos Estados.

Por conseguinte, dizer, como o Barão von Stengel, que a guerra destrói as árvores raquíticas, deixando de pé só as mais fortes, equivale simplesmente a enunciar com frases retumbantes o contrário da verdade, desvirtuando e falseando a realidade das coisas. Nossas idéias cotidianas nos oferecem exemplos incessantes dos mesmos fatos. Durante séculos falamos da "sabedoria madura dos antigos", dando a entender que a geração presente representa a inexperiência juvenil, enquanto as gerações passadas contavam com os tesouros da experiência: ou seja, o contrário da verdade. E, não obstante, a "sabedoria dos antigos" e a "sapiência dos nossos antepassados" foram frases praticadas em pleno Parlamento britânico até que um eclesiástico inglês as derrubou com o uso do ridículo.

Não quero dizer que o processo seletivo antes descrito, simples e elementar, explique por si só a decadência dos povos militarizados: essa é só uma parte do processo. O conjunto é na realidade bem mais complexo, pois a eliminação dos bons elementos, favorecendo os maus, é tanto social como biológica. Em outras palavras, se uma nação se entrega à guerra por um período muito longo, o comércio se debilita, decai o hábito da indústria, corrompem-se o governo e a administração pública, os abusos se mantêm impunes e esgotam-se os recursos genuínos e

as energias germinantes da vitalidade nacional. Por que fracassaram na Ásia e no Novo Mundo os esforços de expansão dos portugueses, franceses e espanhóis, enquanto os da Inglaterra tiveram um relativo êxito? Devemos atribuir aos azares da guerra a aquisição pela Grã-Bretanha da Índia e da metade do Novo Mundo? Seria entender muito superficialmente as lições da história. A verdadeira explicação consiste em que os métodos empregados pela Espanha, pela França e por Portugal foram essencialmente militares, enquanto os dos ingleses foram principalmente comerciais e pacíficos. Não sabemos que tanto na Índia como no Novo Mundo o homem de negócios e o colono suplantaram o soldado e o conquistador? A diferença entre os dois métodos consiste em que um era um simples caso de conquista e o outro um processo de colonização não militar, ajustada a princípios e objetivos comerciais. O primeiro era a encarnação do sórdido ideal cobdenita, escarnecido pelos militaristas, enquanto o segundo era a própria expressão dos ideais elevados destes últimos. Um era o parasitismo, o outro, a cooperação. [67]

Os que confundem o poder de uma nação com as dimensões do seu exército e da sua armada estão confundindo o livro de cheques com o dinheiro em efetivo. A criança que vê o pai pagar contas por meio de cheques pensa naturalmente que basta ter um talão com muitos cheques para dispor de dinheiro em abundância, sem perceber que a validade dos cheques depende dos depósitos invisíveis feitos naquela conta. De que serve o domínio se não se acompanha da aptidão individual, da educação social, dos recursos industriais e dos elementos de cultura que permitem o seu aproveitamento? E como é possível conseguir essas coisas, se as energias úteis são desperdiçadas em aventuras militares? O fracasso da Espanha não é explicável pelo fato de que esse país nunca se deu conta dessa verdade? Durante três séculos os espanhóis procuraram viver das suas conquistas, e ano após ano os seus recursos se reduziram, enquanto seu renascimento social moderno data justamente da perda das últimas colônias americanas e asiáticas. A partir da perda de Cuba e das Filipinas, os títulos espanhóis duplicaram o seu valor:

[67] Vide a distinção formulada no princípio do capítulo seguinte.

quando começou a guerra com os Estados Unidos, o título a 4% estava cotado a 45; depois, seu valor foi aumentando até chegar ao par. E, se a Espanha manifestou na última década um renascimento social desconhecido nos últimos cento e cinqüenta anos, isso se deve ao fato de que um país menos militarizado e mais exclusivamente industrializado do que a Alemanha – os Estados Unidos – obrigou os espanhóis a renunciar definitivamente a qualquer sonho de império e conquista.

As circunstâncias peculiares dessa derrota são significativas do ponto de vista que estamos considerando, porque mostram que, na própria guerra, a educação e a tradição industriais – o ideal cobdenita de Sidney Low – podem derrotar facilmente um povo em que predominam as atividades simplesmente militares. Assim como quem saiu vitorioso em Sedan foi o mestre-escola, quem venceu em Manila foi o comerciante de Chicago. O autor destas linhas teve a oportunidade de entrar em contato com espanhóis e americanos, durante a guerra, e não pode esquecer o tom de desprezo com que os espanhóis descartavam a possibilidade de que os "salsicheiros ianques" pudessem vencer uma nação com as suas tradições militares, rindo da idéia de que simples comerciantes pudessem derrotar os bravos soldados, orgulho da legendária Espanha. E a opinião pública francesa não era muito diferente. [68]

Pouco depois da guerra, publiquei em um jornal americano o seguinte comentário:

> "A Espanha representa o fruto de vários séculos de atividade principalmente militar. Ninguém dirá que não tenha sido belicosa ou que careça das qualidades próprias do soldado ou da profissão militar. No entanto, se essas condições contribuem efetivamente de alguma forma para a eficiência e a conservação da vida nacional, é preciso reconhecer que a história da Espanha é absolutamente inexplicável. No recente conflito com os Estados Unidos, os espanhóis revelaram não pequena medida das virtudes caracteristicamente militares. Além da deficiência numérica e de recursos monetários, a inferioridade espanhola con-

---

[68] Pierre Loti, que se encontrava em Madri no momento em que as tropas espanholas partiam para o combate, escrevia assim: "São as antigas e esplêndidas tropas espanholas, heróicas desde a época mais remota. Basta vê-las para entender o que se espera dos mascates americanos, quando tiverem de enfrentar soldados legítimos como estes." E previa *des surprises sanglantes*. Pierre Loti é membro da Academia francesa.

sistiu precisamente na falta daquelas qualidades que o regime industrial promoveu nos americanos, que carecem, por outro lado, de tradição e costumes militares. Episódios autênticos de suprimento desastroso, de fornecimento inadequado de meios, de direção incompetente nos revelam a que extremos de incompetência havia chegado o serviço naval e militar espanhol. Podemos com justiça supor que nações numericamente inferiores, mas mais bem disciplinadas industrialmente e menos militaristas, se tivessem comportado melhor do que a Espanha, nesse conflito com os Estados Unidos, para a defesa das suas colônias. É o que parece demonstrar a situação atual da Holanda na Ásia: os holandeses, que de modo geral têm uma tradição mais industrial do que militar, revelaram mais energia e eficiência como nação do que os espanhóis, numericamente superiores.

"Nesse caso, como em todos, vemos que, ao considerar a questão da eficiência nacional, e mesmo expressando-a em termos de força militar, não é possível dissociar o aspecto econômico do militar, sendo um erro fatal a suposição de que a pujança de uma nação depende exclusivamente do poder das suas corporações governamentais, ou que possa ser avaliado pelas dimensões do seu exército. Na realidade, um grande exército pode ser indício da debilidade da nação, ou seja, da sua fraqueza militar. Nos dias que correm, a guerra é um negócio como qualquer outro, e nenhum acervo de coragem, de heroísmo, de 'passado glorioso' e de 'tradições imorredouras' poderá compensar a deficiência das rações e o efeito das fraudes administrativas. As boas qualidades civis são, definitivamente, as que asseguram a um país as suas verdadeiras vitórias. No entanto, o espanhol é em todo o mundo o último a poder compreender essa realidade; ele fala e sonha sobre os temas eternos da coragem castelhana e da honra espanhola, desprezando as exigências prosaicas de natureza administrativa. Referindo-se à Espanha, um escritor contemporâneo observa que todo espanhol de inteligência mediana está pronto a reconhecer a incompetência do seu país na condução dos negócios públicos: 'Sim, é verdade, nosso governo é detestável. Em qualquer outro país os responsáveis seriam fuzilados.' Eis o eterno dogma militar: a única solução é matar alguém."

Temos aqui uma amostra da herança intelectual que o Novo Mundo recebeu da Espanha e que se acha inscrita de forma indelével na história da América hispânica. Em outra oportunidade escrevi o seguinte sobre este tema:

"Para reconhecer os efeitos da vida militar e as marcas deixadas pelo militarismo em um povo, convém estudar a América hispânica. Há ali cerca de vinte nações semelhantes do ponto de vista político e social, na língua, nas leis, instituições etc., de tal forma que para o estrangeiro seria indiferente morar em uma

> ou outra dessas repúblicas, que não duram mais do que seis meses, e viver sob o governo criado pelo último pronunciamento na Colômbia ou na Venezuela. Aparentemente nenhum desses países tem nada que o diferencie dos outros, e portanto nada que defender dos demais. Seus governos poderiam transferir-se de um para outro sem que o povo se tornasse mais cordato. Não obstante, esses países estão de tal forma hipnotizados com a pretensa 'necessidade de defesa' e com o prestígio e o brilho dos armamentos e equipamentos militares que não deixam de manter uma organização militar complicada e custosa para defender-se uns dos outros.
>
> "Ao que parece, em nenhuma parte do mundo haveria condições mais propícias para criar uma grande confederação. Com poucas exceções, a virtual unidade do idioma, das leis e dos ideais étnicos pareceriam próprios para tornar supérflua a proteção das fronteiras. No entanto, nesses países os cidadãos sacrificam um grande volume de recursos, de esforço e de vida, com os sofrimentos correspondentes, para se defenderem de governos que são uma cópia fiel do seu próprio governo. E esse grande desperdício de energia e de recursos se vem mantendo indefinidamente, sem que nunca tenha ocorrido a qualquer um desses Estados que seria mil vezes preferível ser anexado por um dos outros, pois essa incorporação nada traria de diferente na condição do povo, a não ser continuar rendendo o estéril tributo de sangue e dinheiro a uma antiga superstição. Assuntos tão insignificantes em si mesmos como o das estradas da Patagônia, que quase detonou uma guerra entre o Chile e a Argentina, já provocaram explosões de patriotismo comparáveis às da Velha Guarda francesa em defesa da bandeira tricolor, com batalhas que superam as da África do Sul, com milhares de mortos, e que no entanto têm para o mundo menos importância e suscitam menos comentários do que uma escaramuça no território de Natal, na qual sejam tomados vinte prisioneiros de cada lado, logo libertados." [69]

Na década transcorrida desde o surgimento dessas idéias, a situação na América do Sul passou por uma mudança profunda. A que esse deve essa mudança? À simples razão indicada no capítulo V da Primeira Parte deste livro: a América hispânica ingressou gradualmente na corrente econômica do mundo. Graças à instalação de fábricas, que representam um capital importante, de bancos, firmas comerciais etc., a atitude dos indivíduos interessados nessas empresas se modificou. O *jingo* nacionalista, o aventureiro militar, o político desonesto mostram a sua verdadeira fisionomia, não de patriotas, mas de agentes perniciosos da destruição.

[69] Vide também a carta do advogado italiano Tomasso Caivano, citada anteriormente

Essa verdade genérica tem dois aspectos diferentes: se o estado de guerra prolongado desvia os povos do caminho da industrialização, do mesmo modo, paulatinamente, a pressão econômica (isto é, o conjunto das influências que convertem a energia popular às preocupações do bem-estar social) é fatal para a tradição militar. Nenhum dos dois fatores é constante: a guerra provoca a pobreza; a pobreza induz ao trabalho e à poupança, que levam à riqueza; e com esta surge o orgulho que arrasta o país mais uma vez para a guerra.

Onde a natureza não retribui espontaneamente o esforço industrial e onde, pelo menos aparentemente, a predação é mais produtiva do que o trabalho, a tradição militar tende a sobreviver. Desde a época de Abraão o beduíno é um malfeitor, pela simples razão de que o deserto não sustenta nem retribui a atividade industrial. Assim, só a atividade predatória promete frutos adequados. Em Marrocos, na Arábia, em todos os povos pastoris e pobres acontece o mesmo; e também nos países montanhosos, áridos e afastados dos centros da atividade econômica. Algo semelhante talvez se possa dizer da Prússia, antes da era do carvão e do ferro; mas o fato de que hoje 99% da população está empregada normalmente na indústria e no comércio e só 1% em atividades militares, enquanto a parte empenhada efetivamente na guerra é tão diminuta que não pode ser expressa, mostra-nos a influência mínima que podem ter os ideais e as tradições desse 1%, em contraste com os interesses dos outros 99%. A história das Américas do Sul e Central, por ser mais recente e menos complexa, manifesta mais claramente a tendência em questão. A América hispânica herdou a tradição militar em todo o seu vigor. Como se disse antes, a ocupação do continente americano pelos espanhóis foi uma conquista, não uma colonização; e, enquanto a metrópole espanhola se empobrecia sem cessar exercendo essa conquista, os novos países tinham a mesma sorte, ao perseguir a mesma e funesta ilusão. Os ouropéis da conquista provocaram a ruína da Espanha. Enquanto os espanhóis puderam sustentar-se com a espoliação sistemática não progrediram. Ao contrário do que geralmente se supõe, a Alemanha soube manter afastado esse hipnotismo pernicioso e, em vez de deixar que suas atividades militares prevaleçam sobre as industriais, o

que se passa é o contrário: seu amplo comércio e sua prosperidade estão baseados não na cobrança forçosa de tributos, mas nas trocas comerciais eqüitativas. Por isso o tributo legítimo que hoje a Alemanha deriva da América hispânica, sem nunca ter enviado àquele continente um único soldado, é incomparavelmente maior do que o recebido pela Espanha, depois de desperdiçar nesses territórios sangue e tesouros, durante três séculos. Será essa uma prova conclusiva de que as nações guerrreiras herdarão a terra?

Se o destino da Alemanha não é repetir o exemplo de decadência da Espanha, é preciso atribuir isso, precisamente, a duas causas: 1) porque ela não foi afetada pela tendência histórica da Espanha de viver da conquista; 2) porque, como vive da indústria, a supremacia que exerce comercialmente sobre o próprio território conquistado em outra época pelos espanhóis é muito mais sólida do que foi, no passado, o domínio espanhol sobre essa região.

Podemos resumir essa questão em uma fórmula geral que compreenda todos os impérios antigos e modernos – Assíria, Babilônia, o Império dos medas e dos persas, a Macedônia, Roma, o Império dos francos e dos saxões, Espanha, Portugal, o Império dos Bourbon e o napoleônico. O resumo é o seguinte: em todos eles se repetiu o mesmo processo – ou permanecem como militares, declinam e perecem; ou então compartilham o processo universal, prosperam e perdem o seu caráter militar. É o que a história nos demonstra, com fatos que não admitem outra interpretação.

A inexistência de qualquer justificativa histórica para a doutrina de que a combatividade e o antagonismo entre as nações estejam relacionados de algum modo com o fenômeno real da sobrevivência nos parece um dado concreto quando vemos que os países formados na escola da paz competem vantajosamente com os que cresceram no regime da guerra; que as sociedades de instintos e tradições não militares, como as de origem anglo-saxônica no Novo Mundo, revelam uma vitalidade muito maior do que aquelas presididas pelo espírito e as tradições militares, como as de origem espanhola e portuguesa; que a posição das nações industrializadas da Europa, comparadas às de caráter militarista, não

justifica em absoluto o argumento de que as qualidades bélicas contribuem para a sobrevivência das nações. Fica claro, portanto, que não há qualquer justificativa biológica, em termos de evolução política, para perpetuar o antagonismo entre as nações, assim como para a tese de que a atenuação desse antagonismo contraria o que nos ensina a "lei da natureza". Com efeito, essa alegada "lei natural" é inexistente; ao contrário, a tendência das leis naturais é promover irresistivelmente a cooperação mútua das sociedades, e não o conflito entre elas.

Resta o argumento de que, embora o conflito em si mesmo leve à degeneração, a preparação para enfrentá-lo pode favorecer a sobrevivência, contribuindo para aprimorar a natureza humana. Já disse algo sobre a confusão inextricável em que incorre quem sustenta que a paz prolongada é prejudicial, ao mesmo tempo em que se argumenta a favor dos preparativos militares, afirmando que contribuem para manter essa paz.

Na passagem que citei, Low critica o ideal da paz porque ele promove o ideal cobdenita de comprar barato e vender caro, mas defende o armamentismo, não como meio para estimular a guerra, escola de tantas virtudes, mas como forma por excelência de consolidação da paz, ou seja, o estado de coisas que consiste em "comprar barato e vender caro", justamente o que acabara de condenar! E, para tornar essa confusão ainda mais irreparável, sustenta em seguida a importância que tem para a paz o regime militar, afirmando que o comércio alemão derivou desse regime imensas vantagens; ou seja, que esse regime fomentou o "ideal cobdenita". Analisando esse raciocínio, como John M. Robertson o fez com a maior lucidez, temos mais ou menos o seguinte:[70] a guerra é uma escola de moralidade elevada; portanto, precisamos contar com grandes armamentos para garantir a paz; a paz firme engendra o ideal cobdenita, que é prejudicial; por isso devemos adotar o recrutamento militar a) porque representa a precaução mais eficaz para preservar a paz; e b) porque é uma boa escola para o comércio, ou seja, para o ideal cobdenita.

[70] *Patriotism and Empire*, Grant Richards.

Será verdade que a educação dos quartéis (o tipo de escola que o regime belicoso impôs aos povos da Europa continental) favorece a salubridade moral? Devemos acreditar que essa "preparação perpétua para algo que nunca se realiza, e que caso se realize assume um aspecto completamente distinto do que foi objeto da preparação" seja um treinamento eficaz para a vida real? Um processo semelhante pode ter afinidade com as coisas do mundo real? Deve-se esperar que a rotina mecânica de ocupações artificiais, crimes artificiais e castigos artificiais seja um exercício saudável como preparação para as lutas da vida real? [71] Que diremos do caso Dreyfus? E dos escândalos abomináveis que caracterizam nos últimos tempos a vida militar na Alemanha? Se a educação pacífica do militar é uma escola tão perfeita, é difícil entender o que afirmou o *Times*, e que reproduzimos adiante, referindo-se à França e ao espetáculo que ela oferecia depois de privilegiar essa educação na sua forma mais intensa ao longo de toda uma geração:

"Um estremecimento de horror e de vergonha percorreu todos os redutos civilizados fora da França quando foi revelada a decisão da corte marcial de Rennes ... Segundo as próprias declarações dos oficiais, lançadas como um desafio aos juízes, seus inferiores, ou extraídas pelos interrogatórios, os principais acusadores de Dreyfus foram condenados por ilegalidades tão monstruosas que em qualquer país teriam bastado não só para desautorizar o seu testemunho (caso tivessem contado com algum depoimento eficaz para oferecer), mas para transpô-los do banco das testemunhas para o banco dos acusados ... Sua honra 'cravava suas raízes na própria desonra ...' Cinco dos sete juízes conseguiram demonstrar mais uma vez a verdade do axioma espantoso enunciado durante o julgamento de Zola, de que 'a justiça militar não é como a outra justiça...' Não vacilamos em afirmar que o tribunal militar de Rennes deu um exemplo da mais crassa e, à luz das circunstâncias imediatas, da mais absoluta prostituição da justiça que o mundo presenciou nos tempos modernos ... A justiça foi pisoteada

[71] "Para o trabalho permanente, o soldado é mais do que inútil. Toda a sua formação está destinada a enfraquecê-lo para esse fim, porque tem a mais fácil das existências: não conhece nem a liberdade nem a responsabilidade. Política e socialmente é uma criança, com rações em vez de direitos. É tratado como uma criança, castigado como uma criança; vestido, banhado e penteado como um menino; desculpamos seus arroubos de impertinência, proibimos que se case e adulamo-no, tratando-o com diminutivos. A única tarefa a que se dedica, e que o impede de enlouquecer, é o trabalho regular de limpeza."

> do modo mais concreto, deliberado e impiedoso ... O veredicto foi uma bofetada no rosto da opinião do mundo civilizado e na plena consciência da humanidade ... Hoje a França está sendo julgada perante a história, em um tribunal muito mais elevado e respeitável do que aquele ao qual Dreyfus compareceu, e precisará decidir se vai reparar essa enorme injustiça, reabilitando um nome limpo, ou se prefere manter a sentença irrevogável de desonra produzida por essa sentença iníqua. Hoje, mais do que nunca, não podemos equivocar-nos sobre o alcance das forças contrárias à verdade e à justiça ... Hipnotizados pelas lendas fantasiosas levadas diariamente aos ouvidos dos crédulos, sobre um sindicato internacional de traição que conspirasse perpetuamente contra a honra do exército e a segurança da França, a consciência do povo francês foi conturbada, sua inteligência atrofiada ... Entre os estadistas do Senado e da Câmara que mantêm contato com o mundo exterior, deve haver algum que lembre aos seus concidadãos esta verdade: as nações, como os indivíduos, não podem suportar impunemente todo o peso do opróbrio universal... A França não pode tampar os ouvidos ao clamor do mundo civilizado, que é o clamor da história." (11 de setembro de 1899)

E o que o *Times* dizia então estava sendo dito por toda a Inglaterra, e não só por toda ela, mas também por toda a América.

Podemos afirmar que a Alemanha tenha escapado de um veredicto análogo? Supomos normalmente que o caso Dreyfus não poderia ser repetido na Alemanha, mas muitos alemães não pensam dessa maneira. Na verdade, pouco antes de o desenvolvimento do caso Dreyfus atingir o ponto crítico, o escândalo Kotze (tão grave, na sua espécie, quanto o de Dreyfus, e não menos significativo como expressão moral) induzia o *Times* a observar que "certos aspectos da civilização alemã são tão peculiares que diante deles não se pode compreender, na Inglaterra, por que todo o Estado não rui sob o peso da sua podridão." E se isso era dito com relação ao caso Kotze, que poderíamos dizer da situação revelada, entre outros, por Maximiliano Harden?

Desnecessário dizer que o autor destas linhas não quis sugerir que os alemães fossem mais depravados do que os seus vizinhos. Mas nem os observadores imparciais nem muitos dos próprios alemães parecem convencidos de que as vitórias de 1870 e o regime que elas impuseram à nação, ao reorganizar-se, tenham favorecido o povo alemão, econômica, moral ou socialmente. É o que provam não só a situação atual dos

negócios no Império alemão, mas também as dificuldades que oprimem o povo, o crescente descontentamento, a influência cada vez mais perceptível dos elementos que crescem com esse descontentamento; o aumento da intransigência radical, de um lado e, de outro, a de uma aristocracia quase feudal; a incapacidade de promover normalmente e sem obstáculos os progressos democráticos ocorridos de modo geral em toda a Europa; os perigos que traz para o futuro uma situação como esta; a situação financeira precária da Alemanha; o pouco proveito que a massa da população deriva até hoje do comércio exterior. Tudo isso, e muito mais que se poderia acrescentar, contribui para reforçar o quadro que descrevemos.

Na Inglaterra, parece difundir-se atualmente a superstição da Alemanha. Com a curiosa perversidade das crenças e opiniões "patrióticas", a tendência reinante é tomar a Alemanha como base para comparações que deixam os ingleses e outros povos europeus em desvantagem. Não obstante, para acreditar no que dizem os próprios alemães, a superioridade que atribuímos à Alemanha está tão distante da realidade como o globo fantasma alemão visto e discutido seriamente pelos nossos jornalistas; como as tropas, não menos fantásticas, acampadas na floresta de Epping, às portas de Londres; como os armamentos fantásticos ocultos no sótão de casas de Londres; como o espião alemão que nossos delirantes patriotas pensam descobrir em cada empregado italiano dos restaurantes da cidade. [72]

Apesar da sugestão que o "progresso" alemão exerce no espírito dos nossos patriotas, o povo alemão (diferentemente do grupo reduzido de *Junkers* prussianos) não está muito entusiasmado com esse progresso, como se vê pela extraordinária expansão dos social-democratas, que constituem a própria negação do imperialismo e do militarismo. Expansão que, como mostram as estatísticas, encontra apoio não em uma única classe, mas nas esferas do comércio, da indústria e da vida profissional.

---

[72] É preciso que as coisas andem bem extremadas na Inglaterra para que o dono do *Daily Mail*, patrocinador de Blatchford, dedique coluna e meia, assinada, a combater a histeria e o sensacionalismo malsão dos seus leitores.

A agitação a favor da reforma eleitoral da Prússia nos mostra a que extremo chegou o conflito; de um lado, o crescente elemento democrático, com tendências revolucionárias cada vez mais acentuadas; de outro, a autocracia prussiana, cada dia mais surda e obstinada. Ninguém deve supor que essa situação possa prolongar-se indefinidamente; que os partidos democráticos, cada vez mais numerosos, sejam submetidos pelas botas dos prussianos, aceitando assim a democracia prussiana uma ordenação política que permita ao Imperador a qualquer momento chamar um tenente do exército e ordenar-lhe: "Vá com uma escolta de dez homens e feche o *Reichstag*."

E que pensará o alemão que queira medir e sopesar o valor real da vitória militar e do militarismo, ao perceber que foram essas as causas que comprometeram a nação em um conflito que outros países, menos militarizados, já resolveram há uma geração? E que dirão os que recomendam a adoção do regime militarista pela Inglaterra, como escola de disciplina, e para apoiar a sua tese citam o exemplo da Alemanha, ao ver o Primeiro-Ministro, que sustenta a denegação do sufrágio democrático, habitual na Inglaterra, dar a explicação de que o povo da Prússia ainda não adquiriu as qualidades de disciplina coletiva que permitem que na Inglaterra esse sistema seja aplicado eficazmente? [73]

No entanto, o que ainda não está ao alcance da Prússia, na opinião do Chanceler, as nações escandinavas, a Suíça, a Holanda e a Bélgica souberam conquistar, pondo-se à altura do seu regime político sem precisar de vitórias militares e sem adotar o militarismo universal. Pensando nisso, não faltou quem dissesse que a guerra engrandeceu a Alemanha e apequenou os alemães.

[73] O *Berliner Tageblatt* de 14 de março de 1911 diz: "É preciso admitir o patriotismo e a fidelidade consistente da raça inglesa, que contrastam com os métodos erráticos dos alemães, com a sua desconfiança e suspicácia. Apesar das suas muitas guerras, dos desastres e do derramamento de sangue ocorridos, a Inglaterra ressurge sem obstáculos das suas crises militares e enfrenta com a habitual frieza e deliberação as novas condições e circunstâncias... Não se pode deixar de render tributo ao caráter e às sólidas qualidades da aristocracia inglesa, que mantém suas portas abertas à ambição e ao mérito das outras classes sociais, ampliando assim, lenta, mas seguramente, a esfera da classe média e granjeando o seu respeito e acatamento; o que é praticamente desconhecido na Alemanha e traria vantagens imensas para os alemães.

Cabe perguntar: por que razão, ao atribuir uma proporção tão desmedida do progresso alemão (que ninguém pode negar) às vitórias militares e à disciplina militar, omite-se deliberadamente qualquer consideração sobre o progresso dos pequenos Estados que citamos, onde esse progresso foi tão notável como o da Alemanha no aspecto material e ao mesmo tempo maior em termos morais? Por que ocultar o fato de que, se a Alemanha fez muito no campo da organização social, a Escandinávia e a Suíça fizeram ainda mais? E se é verdade que a militarização tem tão grande valor social, por que não nos perguntamos o motivo da sua completa ineficácia em países ainda mais militarizados do que a Alemanha: a Espanha, a Itália, a Áustria, a Turquia e a Rússia?

Mesmo admitindo (o que não é pouco) que no progresso da Alemanha o espírito militar tenha desempenhado o papel que é identificado pelos germanomaníacos, é possível acreditar que um processo semelhante se adaptaria a nossas condições sociais, morais, históricas e materiais?

A posição da Alemanha a partir da guerra (o que sustentou com princípio na geração posterior à vitória e o que sustentou na geração subseqüente à derrota) é apropriada para dar-nos uma lição muito necessária sobre os resultados da filosofia da força. Praticamente todos os observadores imparciais da Alemanha estão de acordo com as seguintes observações de Harbutt Dawson:

> "É duvidoso que, unificada, a Alemanha valha hoje no mundo, como agente moral e intelectual, o que valia quando era pouco mais do que uma simples expressão geográfica ... A Alemanha conta com uma reserva de força física e moral aparentemente inesgotável; mas a influência e a autoridade real que exerce são proporcionalmente muito pequenas. A história da civilização abunda em exemplos de que as duas coisas não são sinônimas. A força pura e simples de uma nação é, em última análise, o seu acervo de força bruta. É bem verdade que essa força pode estar acompanhada de um poder intrínseco, o qual porém pode muito bem não depender em caráter permanente da força disponível, e isso é fácil de determinar ... Nenhum admirador genuíno dos melhores aspectos do caráter alemão, ninguém que deseje o bem dos alemães, procurará dissimular a deterioração que parecem ter sofrido os antigos ideais nacionais; daí o descontentamento das classes ilustres com relação às leis políticas sob as quais vivem, descontentamento de modo geral vago e indefinido, de homens que não sabem

> bem o que os mortifica e o que querem, mas que sentem que lhes é negada uma liberdade de ação inseparável da dignidade, do valor intrínseco e da própria essência da personalidade humana."

Existe atualmente uma "cultura alemã"? – é o que indaga Fuchs. [74] E responde: "Nós alemães sabemos aperfeiçoar todas as obras de alcance civilizador e nesse ponto estamos à altura da nação mais favorecida, e até mesmo acima de qualquer uma delas. Não obstante, nenhuma obra que sai das mãos dos heróis do nosso trabalho consegue ultrapassar as nossas fronteiras." E o mais extraordinário é que aquelas mesmas pessoas que enxergam melhor a condição da Alemanha – os mesmos que exageram essa condição e nos assinalam com um ar triunfal a brutalidade dos métodos e das idéias prevalecentes na Alemanha – convidam-nos simultaneamente a fazer desse país um modelo.

Em sua maior parte, a agitação armamentista se fundamenta no pretexto de que a Alemanha está dominada pela filosofia da força. São mencionados livros como os do General Bernhardi, que idealizam o emprego da força, e proclama-se a política de opor a essa atitude também a força, nada mais do que a força, o que justificaria as idéias de Bernhardi, e, por reação das forças opostas, tenderia a enraizar e estereotipar essa filosofia na Europa, introduzindo-a na tradição européia. Na sua determinação de combater o prussianismo – melhor dizendo, de procurar combatê-lo não com os recursos e elementos intelectuais que conquistaram a liberdade religiosa gozada na Europa, mas única e exclusivamente com a força material – a Inglaterra corre o risco de prussianizar-se.

Alguns dos mais inteligentes observadores do progresso da Inglaterra, como Edmond Demolins, por exemplo, atribuem-no precisamente às qualidades que o sistema alemão extinguiria irremediavelmente – o dom da iniciativa, a auto-confiança, a oposição tenaz (hoje em declínio) a toda intrusão do Estado, a aversão (também declinante) à burocracia e às sua fraquezas – tudo o que encontra sua expressão suprema na nossa oposição ao sistema militar.

Baseamos em parte a defesa do armamentismo no argumento de que, deixando de lado todos os interesses econômicos, aspiramos a vi-

[74] *Der Kaiser und die Zukunft des Deutschen Volkes* (*O Imperador e o futuro do povo alemão*)

ver ao nosso arbítrio, a seguir o nosso próprio caminho. No entanto, não haverá claramente o perigo de que essa mania de imitar os métodos alemães termine por germanizar a Inglaterra, ainda que nunca desembarque nas nossas costas um único soldado alemão?

Naturalmente, sempre se dá como certo que, mesmo se chegarmos a adotar o sistema de recrutamento da França e da Alemanha, nunca seremos vitimados pelos seus defeitos e que os escândalos que ocorrem de tempos em tempos nesses dois países nunca poderiam acontecer no nosso regime de aquartelamento; que o ambiente dos nosso quartéis e a educação do nosso exército seriam saudáveis. No entanto, que dizem os próprios defensores do sistema? Blatchford, por exemplo:

> "A vida em quartel é má; é e tem de ser sempre má. Não é conveniente para um grupo de homens viver juntos, longe da influência doméstica e feminina, como não é conveniente para as mulheres viver ou trabalhar em grupos compostos só de mulheres. Os dois sexos exercem uma influência recíproca, em que cada um tem uma ação restritiva e provoca um estímulo saudável no outro ... os quartéis e as guarnições não são convenientes para os jovens. Fechado e comprimido em todos os sentidos por uma disciplina de severidade desnecessária, e freqüentemente estúpida, o soldado noviço desfruta ao mesmo tempo de licenças que constituem um perigo para quem não possui um vigoroso bom senso e uma sólida vontade. Tive a oportunidade de ver jovens de boas qualidades, decentes e corretos que ingressaram no exército e em menos de um ano se perderam completamente. Não sou puritano, sou um homem do mundo; mas qualquer homem sensato e honrado que conheça o exército sabe que estou dizendo a verdade, e a verdade contada sem crueza ou violência, muito pelo contrário. Algumas horas de quartel ensinariam a um civil muito mais do que todas as histórias de soldados do mundo da literatura. Quanto eu entrei no exército era mais ingênuo e ignorante do que a maioria dos moços de 20 anos. Tinha sido educado pela minha mãe e havia freqüentado escolas dominicais e a capela. Tinha muito que aprender. A linguagem usada no quartel me horrorizou; não entendia a metade do que ouvia e não acreditava nos meus olhos diante de certas cenas. Quando comecei a tomar consciência da verdade, reuni a coragem necessária para percorrer passo a passo o mundo em que tinha caído, com os olhos abertos. Foi assim que cheguei a inteirar-me das coisas como elas são, mas não devo descrevê-las." [75]

---

[75] *Minha vida no Exército*, p. 119.

CAPÍTULO V

A FORÇA FÍSICA COMO FATOR DE IMPORTÂNCIA DECRESCENTE: RESULTADOS PSICOLÓGICOS

A RELEVÂNCIA *cada vez menor da força física, que não obstante tem desempenhado um papel importante nos assuntos humanos. Qual o princípio fundamental que determina a vantagem ou a desvantagem no emprego da força física? A força que favorece a cooperação, de acordo com a lei do progresso humano. A força que favorece o parasitismo, em oposição à lei do progresso humano e com desvantagens para os dois lados. O processo histórico do abandono da força física. O Khan e o comerciante londrino. A Roma antiga e a Inglaterra moderna. Defesa sentimental da guerra como fator de purificação da vida humana. A realidade dos fatos. A transformação do sentido da combatividade humana.*

A despeito da tendência geral assinalada pelo fatos referidos no capítulo precedente, será possível observar, com perfeita justiça, que, embora os métodos usados pelos anglo-saxões possam ter sido mais comerciais e industriais do que militares, comparativamente àqueles empregados pela Espanha, por Portugal e pela França nos seus impérios coloniais, a guerra foi também uma parte necessária da sua expansão, e, se não tivessem recorrido à força, os anglo-saxões teriam sido expulsos da América do Norte e da Ásia ou não teriam chegado a realizar conquistas nesses continentes.

Quer isso dizer que não é possível formular com base nos fatos enumerados no capítulo precedente um princípio geral bem

definido que nos sirva de orientação prática em matéria política, indicando com suficiente acerto a tendência geral dos assuntos humanos? Seguramente não! O princípio que explica a inutilidade da força no uso que dela fazem os impérios militaristas, justificando também, em grande parte, o modo como a Grã-Bretanha a utiliza, não é um princípio incerto ou obscuro, por mais que o empirismo (atualmente, o inimigo por excelência da sensatez política e o maior obstáculo ao progresso da política) tente superar essa dificuldade, afirmando que nenhum princípio humano pode ser levado a suas conclusões lógicas e teóricas e que uma coisa pode ser certa "em teoria" e errônea na prática.

Assim, Theodore Roosevelt, que costuma expressar com tanto vigor e precisão o pensamento médio dos seus leitores e ouvintes, segue geralmente este rumo: devemos ser pacíficos, mas não exageradamente; belicosos, mas não em excesso; morais, mas não em demasia.[76]

Mediante essa forma de mistificação verbal, somos induzidos a evitar as passagens ásperas e dolorosas do caminho intelectual. Se não podemos levar um princípio a suas conclusões lógicas, onde devemos deter-nos? Para responder a essa pergunta, alguns citarão uma regra; outros, uma regra diferente – todos com igual justiça e razão. Com efeito, que significa ser "moderadamente" pacífico ou "moderadamente" belicoso? O temperamento e a preferência de cada um ampliarão indefinidamente os termos dessa delimitação, até a mais completa obscuridade.

Se uma teoria é correta, é possível levá-la a suas conclusões lógicas. E nisso consiste a única prova do seu valor. Se está errada do ponto de vista da prática, também está em teoria, pois a teoria correta abrange todos os fatos a que se refere e não apenas uma parte deles.

No capítulo II desta seção, indiquei em termos gerais o processo mediante o qual o emprego da força física nos assuntos do mundo tem diminuído desde os dias em que o homem primitivo matava os seus semelhantes para devorá-los. Não obstante, em todo o curso

[76] Penso que não há exagero em reduzir a estes termos o ensaio "Latitude e longitude entre os reformistas" (*Strenuous Life*, pp. 41-61).

desse processo, o uso da força tem sido parte integrante do progresso das coisas e ainda hoje, nas nações mais avançadas, a força é parte integrante da civilização, sob a forma de polícia.

Qual é o princípio que determina a vantagem ou a desvantagem do emprego da força?

Antes do resumo a que me referi, há um outro que indica a verdadeira lei biológica da sobrevivência e do progresso da humanidade; sua chave é a cooperação entre os homens e a sua luta contra a natureza. Em seu conjunto, a humanidade é um organismo que precisa coordenar as partes que o compõem para alcançar uma maior vitalidade mediante o aprimoramento da sua adaptação ao meio ambiente.

Portanto, esta é a chave: empregada para obter uma cooperação mais completa e para facilitar a mudança, a força contribui para o progresso; aplicada no sentido contrário, mediante a imposição, que em todos os aspectos é uma forma de parasitismo, a força caminha para o retrocesso.

Por que se justifica o emprego da força pela polícia? Porque os bandidos se recusam a cooperar. Em termos de troca, nada querem dar à sociedade: aspiram a viver como parasitas, tomando dos outros o seu patrimônio sem qualquer compensação. Se o número dos bandidos se multiplicasse, a cooperação entre as diferentes partes do organismo ficaria impossível, pois a sua presença tende a desintegrar os vínculos sociais. É preciso assim limitar a sua liberdade, e, enquanto a polícia usar a força para esse fim, estará simplesmente favorecendo a cooperação; não estará lutando contra o homem, mas contra a natureza, ou seja, neste caso, contra o crime.

Vamos supor agora que essa força policial se converta no exército de uma potência e que os diplomatas dessa potência dizem aos representantes de uma potência menor: "Estamos em superioridade numérica; por isso vamos anexar o seu território e cobrar-lhes um tributo." A potência menor que saber: "Que receberemos em troca desse tributo?" E a maior responde: "Absolutamente nada. Nós somos mais fortes, por isso vamos devorar vocês. Esta é a lei da vida, que sempre foi e será assim, indefinidamente."

Pois bem: convertida em exército, essa força policial deixou de favorecer a cooperação, situando-se simplesmente na mesma categoria dos criminosos; interpretar que esse exército equivale a uma força policial, para justificar a sua intervenção, significa desconhecer a metade dos fatos, cometendo uma dessas generalizações negligentes próprias dos selvagens.[77]

Mas a diferença não é só moral. Se o leitor percorrer uma vez mais o referido resumo, provavelmente admitirá que os diplomatas das grandes potências se estão conduzindo de forma bem estúpida. Não falo da sua filosofia fictícia (que contudo é a mesma adotada pelos modernos Estados europeus), mediante a qual se procura considerar esse tipo de agressão como manifestação da lei da luta pela vida, quando na realidade corresponde à negação dessa lei. Mas hoje se sabe que esses diplomatas seguem um caminho que alcança um resultado muito pobre, mesmo dentro do seu ponto de vista, em comparação com o esforço feito.

Temos aí também a chave da diferença entre a história dos impérios militares, como Espanha, França e Portugal, e os de tipo industrial, como a Inglaterra, conforme mencionado no capítulo precedente. O que proporcionou à Grã-Bretanha a influência que exerce sobre meio mundo, retirando-o da Espanha, não foi a mera sorte na guerra ou uma maior eficiência no uso da força, mas uma diferença radical nos princípios envolvidos, embora eles não tenham sido bem compreendidos e definidos.

De modo geral, a Inglaterra tem empregado a força para fins sobretudo policiais, enquanto a Espanha a usou para os objetivos formulados pelos seus diplomatas. A Inglaterra tendia à cooperação; a Espanha, ao entorpecimento da cooperação. A Inglaterra se manteve à altura da lei fundamental da luta; a Espanha tem agido de acordo com a lei artificial que os praticantes da política de "ferro e fogo" esgrimem a toda hora à nossa vista. Que fim tiveram todas as tentativas de viver de tributos? Todas fracassaram completa e miseravelmente, de tal forma que hoje a imposição de um tributo se converteu em uma impossibilidade econômica.

[77] Para melhor ilustrar a diferença em questão e o seu valor em termos de política prática, vide o cap. VIII da Primeira Parte.

Se, em vez de exigir um tributo, os nossos diplomatas hipotéticos tivessem dito: "O seu país está em desordem; a sua política é deficiente; os seus comerciantes estão sendo roubados e assassinados; oferecemos a vocês a assistência da nossa polícia e, para ajudá-los a manter a ordem, vocês pagarão a essa polícia um salário justo, nada mais." Se tivessem cumprido honradamente este papel, o emprego da força teria sido favorável e não adverso. Teria havido uma luta contra a natureza, não contra o homem. A "potência preponderante" teria subsistido não às custas dos outros, mas mediante uma organização cada vez mais eficiente da luta do homem contra a natureza.

Essa é a razão por que na primeira parte deste livro dei um realce especial a esta verdade: a justificativa das guerras passadas nada tem a ver com o nosso problema atual; a dimensão exata da luta, por assim dizer, que era necessária há cento e cinqüenta anos, é um problema essencialmente acadêmico. O problema que enfrentamos hoje é o montante de combate necessário nos dias que correm, e a esse problema se agregaram muitos fatores desde os dias em que a Inglaterra conquistou a Índia e a América do Norte. Mudou a face do mundo, e com ela mudaram de maneira radical os fatores do conflito. Ignorar isso é ignorar os fatos, deixando-se levar pela pior das formas de sentimentalismo teorizante: o que se recusa a reconhecer os fatos. A Inglaterra não precisa preocupar-se com a manutenção da ordem na Alemanha, nem os alemães com a ordem na França; a luta entre esses países não é parte da luta dos homens contra a natureza, nem encontra justificativa na lei genuína da luta enfrentada pela humanidade. É um anacronismo, que só se justifica por uma pretensa filosofia que não resiste à prova dos fatos e que está destinada a dissipar-se com a difusão progressiva das luzes intelectuais, pois não obedece a qualquer necessidade real nem se encaminha a qualquer objetivo verdadeiro.

Oxalá não fosse necessário repetir constantemente, a cada passo, que o mundo progrediu. Mas nesta discussão é preciso fazê-lo. Hoje, se um navio italiano inesperadamente bombardeasse Liverpool, a bolsa de Roma sofreria um tal choque, e as taxas de juros prevalecentes na Itália

dariam um salto tão grande que isso arruinaria milhares, dezenas de milhares de italianos, causando provavelmente um dano maior à Itália do que à Inglaterra. Mas se há quinhentos anos piratas italianos tivessem desembarcado no Tâmisa e saqueado Londres, nenhum habitante da Itália teria perdido um só centavo.

Será possível pretender seriamente que, tratando-se da aplicação da força física, não há diferença entre as duas situações e que os fenômenos psicológicos que acompanham essa ação devem permanecer imutáveis?

* * *

O capítulo precedente é, na realidade, a justificativa histórica das verdades econômicas estabelecidas na Primeira Parte do livro, em termos que concordam com os fatos do mundo atual, os quais ensinam que o fator predominante da sobrevivência se vem transferindo da ordem física para a intelectual.

Esse processo de evolução alcançou hoje nos temas internacionais uma tal situação que marca a completa inutilidade da força militar. No penúltimo capítulo, abordei as conseqüências psicológicas dessa profunda mudança no que diz respeito às atividades normais dos homens, mostrando o modo como a sua natureza tende a adaptar-se sem cessar àquilo em que se ocupam normalmente e durante a maior parte da vida – em alguns casos toda a vida –, resultando daí a abolição dos impulsos próprios de uma ocupação anormal ou inusitada.

O leitor talvez se pergunte por que apresentei os fatos nessa ordem, mencionando o resultado psicológico implicado naquela mudança antes de explicar a própria mudança. Adotei essa ordem porque, para justificar seu dogmatismo, o adepto da guerra adota o que, segundo a sua argumentação, representa o fato dominante da situação – a saber, a imutabilidade da natureza humana. Ora, conforme pudemos ver no penúltimo capítulo, essa pretensa alegação não resiste a um exame cuidadoso. Com efeito, a natureza humana muda, e muda a ponto de tornar-se irreconhecível. Hoje os homens não só combatem menos como, de modo geral, para obrigar os outros, utilizam cada vez menos a força física, em todas as suas formas.

Como resultado inevitável, vão perdendo os atributos psíquicos que acompanham forçosamente o emprego da força. E servem-se cada vez menos da força porque o testemunho cumulativo dos fatos impõe a conclusão, mais ou menos evidente, de que, para alcançar os seus objetivos, existem meios mais eficazes do que a força.

Mas são poucos os que compreendem claramente até que ponto a força física foi substituída, nos negócios humanos, pela pressão econômica – entendida no sentido exato da expressão, que abrange não só a busca do dinheiro, mas tudo o que ele implica, como bem-estar, reputação social etc. Como é natural, a mente primitiva não podia conceber um mundo no qual tudo deixou de depender do uso da força. Mesmo os grandes espíritos da Antigüidade não podiam acreditar que o mundo se dedicasse ao trabalho e à produção a não ser mediante o emprego da força física, ou seja, por meio da escravidão. Nos dias da antiga grandeza romana três quartos da população da Itália eram escravos e viviam encadeados nos campos durante o trabalho e, à noite, nos seus dormitórios; e os que trabalhavam como porteiros ficavam encadeados às portas. Era uma sociedade de escravos – combatentes, trabalhadores, lavradores e, como observa Gibbon, o próprio Imperador era também um escravo, "o primeiro escravo das cerimônias que ele mesmo criava". Na Antigüidade, houve muitos espíritos profundos, mas nenhum deles parece ter imaginado com alguma clareza um estado social em que o estímulo econômico pusesse substituir a imposição material. [78]

E, se lhes tivessem anunciado que chegaria o dia em que o mundo iria trabalhar com maior afinco movido por uma abstração chamada "interesse econômico", teriam considerado essa afirmativa um simples impulso teórico e sentimental. De qualquer forma, não é preciso ir tão longe: se há sessenta anos um senhor de escravos americano tivesse ouvido que chegaria o dia em que o Sul produziria mais algodão sobre a pressão das livres forças econômicas do que por obra da escravidão, sua resposta teria sido a mesma. Teria respondido seguramente que "um bom chicote

[78] No entanto, Aristóteles entreviu a verdade: "Se o martelo e a lançadeira pudesem mover-se por si mesmos, a escravidão seria desnecessária."

de couro cru é melhor do que todas as pressões econômicas", ou alguma coisa do que ainda se ouve dos apóstolos contemporâneos do militarismo: muito viril, mas sem qualquer conteúdo de verdade.

Por outro lado, a necessidade presumida da imposição pela força não se limitava à escravidão. Conforme já vimos, um dos axiomas correntes da arte de governar era o de que até mesmo as crenças religiosas, ou o modo de vestir, deviam ser impostos pela força. Tivemos assim durante centenas de anos leis suntuárias complicadas, séculos de controle artificial dos preços e do comércio, todo um sistema complexo de monopólios, com a proibição absoluta de introduzir certos gêneros em determinados países, com penalidades previstas para os que violassem tais proibições. Tivemos até mesmo o curso forçado de certas moedas, cuja rejeição constituía um delito. Em muitos países, a exportação de ouro era também considerada um delito.

Em conjunto, tudo isso mostra que o espírito humano esteve dominado pela curiosa obsessão de que a vida do homem deve estar regulada pela força física. E só gradualmente, mediante esforços dos mais penosos, chegamos a aceitar esta verdade: o homem trabalha melhor quando está livre para agir sem a influência de forças invisíveis ou incorpóreas. Durante os 3 ou 4 mil anos de história que nos interessam, um mundo no qual a força física não tivesse um papel importante na organização do trabalho, nas crenças, no vestuário, no comércio e na linguagem seria completamente inconcebível. Qual a explicação fundamental da mudança profunda a que hoje assistimos, espécie de translação do pivô dos assuntos humanos, para todos os efeitos relativo ao indivíduo e à coletividade, das forças físicas para as econômicas, do concreto para o abstrato? Por estranho que possa parecer, as forças abstratas da economia alcançam o objetivo visado muito mais eficaz e diretamente, em termos tais que, ao compará-las com as forças simplesmente físicas, estas se mostram mais dispendiosas e têm resultados equívocos, embora não cheguem a ser inúteis. É o resultado da lei da economia de esforços. De fato, o emprego da força física impõe normalmente aos que dela se utilizam a mesma limitação da liberdade

(às vezes em grau menor) que se pretende conseguir ao aplicá-la. Herbert Spencer o demonstra em uma passagem interessante:

> "O exercício do domínio material traz inevitavelmente, para quem o pratica, uma escravidão mais ou menos acentuada. As massas incultas e uma proporção não reduzida das pessoas cultivadas devem considerar essa afirmativa absurda; e embora muitos dos que leram a história com olhos atentos ao essencial, e não ao trivial, saibam que este é um paradoxo positivo (ou seja, daqueles que contêm a verdade, mesmo que não o aparentem), não percebem de forma cabal e plena o conjunto de testemunhos que a fortalecem, e convirá assim que tenham em conta alguns exemplos ilustrativos. Começaremos com o mais simples e antigo e também o mais adequado para simbolizar esse conjunto.
>
> "Temos um prisioneiro com as mãos amarradas e uma corda no pescoço (como se vê nos baixos relevos assírios), que um conquistador feroz leva preso para reduzi-lo à escravidão. Diremos que um é livre e o outro cativo? Estaremos seguros de que o primeiro é realmente livre? Na verdade, ele segura uma extremidade da corda, para que o prisioneiro não escape, e deve mantê-la presa para que não se solte. Portanto, está tão preso ao cativo quanto este ao guerreiro. Em outros aspectos, a sua atividade se encontra igualmente reduzida, e pesam sobre seus ombros algumas restrições. Um animal selvagem atravessa o seu caminho, mas ele não pode persegui-lo. Deseja saciar a sede em um arroio próximo e precisa imobilizar o cativo para que este não o ataque quando se curvar para beber. Em seguida, precisa conseguir alimento para ambos. Portanto, em mais de um sentido perdeu sua completa liberdade. Essas dificuldades e obstáculos mostram em termos simples a verdade universal de que os instrumentos com os quais se pode sujeitar os outros por sua vez sujeitam o vencedor, o amo ou o soberano."[79]

Acontece assim que as nações que pretendem viver de conquistas acabam vítimas de uma tirania militar semelhante à que querem impor; em outras palavras, a tentativa de impor pela força das armas uma situação econômica desfavorável, que traga vantagens para o conquistador, acaba por vitimar este último com as próprias desvantagens provocadas pela pretendida espoliação.

A verdade de que no longo prazo a força da economia prevalece sobre a força física e militar se manifesta em um fato tão simples

[79] *Facts and Comments*, p. 112.

como o uso universal da moeda, que não é eletivo ou facultativo, mas imposto pela ação de forças superiores à nossa vontade, mais poderosas e inflexíveis do que a tirania do mais cruel de todos os tiranos que já governaram a sangue, ferro e fogo. Um dos fatos mais assombrosos, para quem aborda a história do mundo com ânimo um tanto desprevenido, é o de que os déspotas mais absolutos, os que dispõem da vida dos seus súditos do modo mais completo e incontroverso, nunca conseguem os recursos de que necessitam. Cabe perguntar, assim, como um déspota absoluto, autorizado pela sua posição e pelo seu poder a adonar-se de tudo o que existe no seu reino, a exigir e impor a prestação de todos os tipos de serviço, pode ver-se necessitado de dinheiro, já que este é o instrumento com o qual é possível obter serviços e gêneros, a título de troca livremente consentida. Sabemos, porém, que tanto na Antigüidade como nos tempos modernos o déspota mais absoluto é muitas vezes o que sofre maiores dificuldades financeiras.[80] Essa é uma demonstração patente de que a eficácia da força física está reduzida aos limites mais estreitos. Não é simples retórica, mas uma tremenda verdade a afirmativa de que, sob o absolutismo, é fácil dispor de vidas humanas, mas é difícil, e às vezes impossível, conseguir recursos monetários. E, quanto mais se emprega a força, mais difícil é conseguir esses fundos. A razão é clara e revela em termos rudimentares o princípio da futilidade econômica da força militar que temos estudado. O fenômeno pode ser mais bem percebido em um caso concreto. Se vamos a um dos territórios independentes da Ásia Central, regidos pelo despotismo, encontraremos o espetáculo da miséria mais abjeta. Por quê? Afinal, o soberano local tem autoridade absoluta para apoderar-se da riqueza onde a encontre, valendo-se para isso de todos os meios – tortura, morte etc. –, chegando ao limite extremo que é o exercício da força física sem qualquer controle. Qual é o resultado? A riqueza não é produzida e não a tortura pode proporcionar algo inexistente. Do outro lado da frontei-

[80] Em *History of Civilization*, Buckle observa que Felipe II, dono de meio mundo, que recebia tributos de toda a América hispânica, era tão pobre que não podia pagar seus empregados, nem custear as despesas da sua corte.

ra, chegamos a um território que é protetorado britânico, onde a vontade do Khan encontra algumas limitações, e a diferença é clara e palpável: os testemunhos de riqueza e bem-estar são relativamente abundantes, e, em igualdade de condições, o soberano, cuja faculdade de empregar a força física contra os súditos está limitada, é muito mais rico do que aquele cujos poderes não sofrem essa limitação. Em outras palavras, quanto mais nos afastamos do domínio da força física como instrumento de aquisição econômica, maiores são os resultados do esforço aplicado. Em uma extremidade da escala, temos o déspota andrajoso exercendo sua autoridade sobre um território talvez potencialmente rico, obrigado a matar uma pessoa sob tortura para conseguir a mesma quantia gasta por um comerciante de Londres, no outro extremo da escala, em um restaurante, em troca da honra de almoçar com um duque, ou a milésima parte da soma que esse comerciante dedica à filantropia ou à aquisição de um título despido de sentido prático, outorgado por um monarca desprovido do direito de utilizar a força física.

Julgadas as coisas pelo critério do que todo o mundo deseja e persegue, cabe perguntar qual procedimento leva aos melhores resultados: o da violência, do ferro e do sangue, que podemos ver, ou o da força psíquica e intelectual, que escapa aos nossos olhos. Ora, o princípio que rege na forma limitada que descrevemos governa com não menor eficácia todo o campo da política internacional. A riqueza do mundo não está representada por uma quantia certa em ouro e prata, hoje em mãos desta potência, amanhã no cofre de outra. Depende, ao contrário, do conjunto das múltiplas e irrestritas atividades da comunidade em um momento dado. Se essas atividades forem perturbadas, seja pela imposição de um tributo, seja por condições comerciais desfavoráveis ou por uma administração que produza agitação política estéril, logo haverá menos riqueza tanto para o conquistado como para o conquistador. Em termos mais amplos, podemos dizer que a experiência em geral, e especialmente a experiência dos fatos estudados no capítulo anterior, ensina que o comércio exercido livremente, em benefício mútuo, produz melhores resultados para cada esforço feito do que a força física com a qual se procura obter vantagens para uma das partes às custas da outra.

Não vou discutir aqui novamente as teses da primeira parte deste livro; no entanto, como veremos, o princípio geral do decréscimo da importância da força física acarreta uma mudança psicológica na natureza humana, que modifica de forma radical os impulsos que nos levam ao conflito material puro e simples. Agora, o que importa levar em conta é a aceleração incalculável impressa ao processo de redução do fator força. Está claro que para a antiga Roma esse princípio era menos certo do que é hoje para a Grã-Bretanha; por parcialmente que fosse, Roma vivia em grande parte de tributos. O desenvolvimento dos métodos mecânicos no mundo moderno tornou inviável o tributo, no sentido romano. Roma não precisava abrir mercados e oportunidades para a aplicação de capital, como acontece conosco. O resultado? Os romanos podiam ser relativamente indiferentes à prosperidade dos territórios que lhes estavam sujeitos, o que não é o nosso caso. Hoje, se o território não prospera, acaba-se nosso mercado, e, com ele, o campo propício para a colocação dos nossos fundos. Por isso não temos condições de imitar os romanos. Até certo ponto, é possível extrair tributos pela força, mas não é possível obrigar uma pessoa pela força a comprar nossos produtos se ela não os deseja e não tem dinheiro para pagá-los.

A diferença que se deixa aqui entrever resultou da ação combinada de toda uma série de mudanças mecânicas: imprensa, pólvora, vapor, eletricidade, meios de comunicação aperfeiçoados. Estes últimos, sobretudo, criaram o importante fator crédito. O crédito não passa de uma extensão do emprego do dinheiro, e não podemos liberar-nos de nenhum dos dois. Já vimos que o déspota mais feroz é um escravo do dinheiro, já que não pode renunciar a ele. E nenhum montante de força física poderia aniquilar a força do crédito.[81]

Para um povo moderno, é tão impossível viver sem crédito como sem dinheiro, sendo o crédito parte do dinheiro. Não transparece aqui outra vez o fato de que as forças econômicas aniquilam, ponto por ponto, a força das

[81] Entendo por "crédito" o conjunto de mecanismos de intercâmbio que substituem o uso de metais ou de notas que os simbolizam.

armas? Uma das particularidades desse desenvolvimento mecânico, que tem profundas conseqüências psicológicas, é a incapacidade geral de perceber o alcance de cada um dos seus passos sucessivos. A imprensa foi considerada a princípio como um simples procedimento que deixava sem emprego um grande número de escribas e de monges. Quem chegou a imaginar que a simples invenção da imprensa libertaria e poria em ação uma força muito maior do que o poder dos reis? Aqui e ali, encontramos alguns pensadores isolados que perceberam o alcance político dessas invenções e esta grande verdade: à medida que os homens triunfam na sua luta contra a natureza, tende a diminuir entre eles o papel da força física, já que em cada sucessivo triunfo dessa luta a sociedade caminhou mais um pouco no sentido da sua completa integração orgânica. Em outras palavras, aumentou a dependência recíproca das partes que a compõem, e portanto diminuiu a possibilidade de que uma dessas partes possa lesionar outras sem também se ferir. Cada parte do conjunto depende cada vez mais das restantes, e, pela natureza das coisas, o impulso de fazer-se mal não pode deixar de diminuir. Esse fato tende a se inclinar, e efetivamente se inclina, no sentido da modificação da combatividade humana.

Vale observar que o serviço por excelência prestado pelos instrumentos usados pelos homens na sua luta contra a natureza, no curso de seu aperfeiçoamento, foi a modificação que introduziram nas relações humanas. As máquinas e o motor a vapor fizeram algo mais do que a fortuna dos seus fabricantes: aboliram a escravidão do homem, conforme Aristóteles previra. Em seu conjunto, enquanto não conheciam o livro impresso, os homens não podiam deixar de ser supersticiosos e irracionais.[82] Caminhos construídos para a circulação das riquezas se convertem em canais para a circulação das idéias, facilitando aquela ação simultânea da qual depende toda liberdade. As operações bancárias por via telegráfica não se limitam ao corretor de ações: influem sobre toda a

[82] William Edward Lecky (*History of Rationalism in Europe*, p. 76) diz: "O protestantismo não poderia existir sem a grande difusão da Bíblia, e essa difusão teria sido impossível sem a invenção do papel e da imprensa ... Antes dessas invenções, as imagens e pinturas eram os principais meios de instrução religiosa." Desse modo, as crenças religiosas adquiriam um caráter necessariamente material, cru e antropomórfico.

sociedade, demonstrando de forma objetiva e dramática a dependência recíproca das nações, e estão destinadas a transformar a mentalidade dos estadistas. Nossa luta é contra o ambiente e não contra nossos semelhantes; e os que falam como se a luta entre as partes que compõem o organismo devesse continuar indefinidamente e como se a mudança de direção que vêm sofrendo cada dia os impulsos humanos não pudesse jamais verificar-se no sentido do abandono da luta entre os Estados, estão usando as fórmulas da ciência sem conhecê-las e esquecem a metade dos fatos pertinentes. E, assim como a direção dos nossos impulsos muda forçosamente, da mesma forma mudará o caráter da luta. A força adequada à satisfação das nossas necessidades será a força do intelecto, do trabalho, do caráter, da paciência, do império sobre si mesmo; e também do empenho e da combatividade, que em lugar de se consumirem em inúteis conflitos destrutivos, serão canalizados no sentido dos esforços racionais. Os impulsos viris se convertem não em árbitro e déspota, mas em instrumento e servo do cérebro que ordena.

A concepção das forças abstratas e imponderáveis é para a mente tarefa lenta e laboriosa: uma dificuldade que não escapou aos teólogos. É o que nos revela a história em seu conjunto. Durante séculos o homem só podia conceber o mal como um monstro feroz, com cornos e cauda, que percorria o mundo devorando as pessoas. Para tornar inteligíveis as idéias abstratas, era preciso recorrer às formas mais toscas do antropomorfismo. Talvez seja desejável que a humanidade possa vislumbrar os grandes eventos do universo, mesmo que precise interpretá-los em termos de lendas, demônios, fadas e duendes. No entanto, não podemos deixar de reconhecer que nesse processo os fatos reais são desfigurados, e os nossos progressos morais se revelam na capacidade crescente de formar uma concepção abstrata do mal como um fato (não menos real porque incorpóreo), sem ver-nos obrigados a identificá-lo com uma criatura inexistente de cauda bifurcada ou outra imagem semelhante.

Se o progresso no sentido de uma compreensão correta da moralidade é acompanhado pelo abandono desses toscos símbolos materiais, não devemos também esperar que o progresso no enten-

dimento dos problemas sociais, que afetam tão de perto o nosso bem-estar geral, manifeste-se da mesma forma?

É um tanto infantil e primitivo que o conceito da força se apresente sob a forma exclusiva de canhões e de couraçados e o da luta, sob o aspecto de luta material entre os homens, em vez de associar essas idéias à aplicação da energia humana no domínio do planeta. Aproxima-se o dia em que a verdadeira luta, nesta última forma, nos inspirará em nós o mesmo respeito e a mesma emoção que hoje nos infunde uma carga militar, especialmente se levarmos em conta que as cargas de cavalaria ou de infantaria são um método de combate antiquado e em breve desaparecerão completamente das guerras. Uma visão que só pode conceber a luta sob a forma de bombardeio e de assalto é, por exemplo, a dos dervixes. Não quer dizer que essa personagem não seja um bom exemplar humano: é varonil, robusto, tenaz, corajoso e dotado de qualidades militares que nenhum europeu poderia igualar. Mas é superado pelo oficial inglês, esguio e frágil, e algumas dúzias de ingleses destruirão hostes de sudaneses; o mesmo está fazendo em toda a Ásia o inglês, relativamente pouco belicoso, simplesmente pela superioridade do seu cérebro e do seu caráter, por sua maior capacidade de pensar, e pensar racionalmente, e de agir com firmeza e serenidade. Dir-se-á que é o armamento superior que o faz assim. No entanto, que é o armamento superior sem pensamento e trabalho superiores? E, mesmo sem armas melhores, a inteligência mais ampla alcançaria os mesmos resultados, porque o que faz hoje o inglês o romano fez antes, com armas iguais às dos vencidos. Na realidade, é a força que triunfa, mas a força do intelecto, do caráter e da razão.

Imagino muito bem o desprezo com que o apóstolo da força física lerá o que precede. Bater-se com palavras! Pelejar com frases! Não: não com palavras, mas com idéias. E algo mais do que idéias: a sua tradução para a ordem prática em termos de direção, organização e administração, de estratégia e tática da vida humana.

E que é na realidade a guerra moderna nos seus aspectos mais elevado senão isso? Nada mais antiquado e alheio à realidade das coisas do que a imagem dos heróis marciais cavalgando lado a lado, acampando nas florestas, dormindo em tendas e lançando-se à luta à

frente dos regimentos, as couraças reluzindo e os penachos ao vento, em filas cerradas, contra as formações não menos cerradas dos seus cruéis inimigos. Em suma, fazendo a "guerra" como ela aparece ilustrada nos livros infantis. Até que ponto essa idéia corresponde à realidade – à idéia que têm os alemães, por exemplo? Mesmo admitindo que esse quadro não fosse o mais atrasado, que proporção da nação mais militarizada chegaria a presenciá-la ou a dela participar? Nem uma pessoa em dez mil. O aspecto verdadeiro do conflito militar é, em sua maior parte, uma tarefa ampla e pesada, sustentada por anos e anos, uma rotina mecânica distinta da vida real, mas não menos monótona. É assim para todas as fileiras do exército; e, nas posições mais altas, onde estão situadas as inteligências diretoras, a guerra se converteu em uma função quase que exclusivamente intelectual. O finado W.H.Steevens, correspondente militar, dizia de Lorde Kitchener que daria um excelente diretor das lojas Harrod: travava suas batalhas no escritório, considerando o combate propriamente dito como o incidente culminante do processo, a sua parte suja e barulhenta, da qual com muito gosto preferia poupar-se.

Os verdadeiros capitães da nossa época, os que representam o cérebro dos exércitos, levam uma vida que não é diferente da dos adeptos de qualquer outra vocação intelectual, obrigados a menos esforço físico do que muitas profissões civis – em todo caso, menos do que os engenheiros, marinheiros, mineiros, pecuaristas etc. Nos exércitos mesmo, verificamos que a dedicação ao trabalho se traduz em esforço intelectual e não físico.[83]

Durante muito tempo a guerra foi uma forma de atividade que implicava uma mudança e grande contraste com relação à "luta pela vida" em tempos de paz, mais intelectual, substituindo o trabalho regular pelo perigo, o pensamento sustentado pela aventura, o que explica em boa parte os atrativos que podia oferecer à imaginação. Como já vimos, porém, a guerra se converteu cada vez mais em uma ativida-

[83] "As batalhas deixaram de ser o espetáculo heróico do passado. O exército de hoje e de amanhã é uma máquina sombria e gigantesca, desprovida de heroísmo melodramático. Máquina que requer anos para compor nas suas diferentes peças, anos para armar e mais anos para que chegue a funcionar com irresistível perfeição." (General Homer Lea, *The Valour of Ignorance*, p. 49).

de tão completamente intelectual e científica como qualquer outra. Os oficiais são especialistas em ciências; os soldados são simples operários. O exército é uma máquina; as batalhas são "operações táticas"; as cargas de cavalaria saíram de moda. Um pouco mais e a guerra se terá convertido na menos romântica de todas as atividades.

Neste como em outros domínios, a energia intelectual tende a substituir a energia física, e nos vemos impulsionados por esta como por outras formas de luta a utilizar cada vez mais a razão, racionalizando o estudo dos conflitos; e, à medida que a nossa atitude geral se torna mais científica, o elemento simplesmente imaginativo perde o império que exercia sobre nós. Esse é um dos fatores, mas há naturalmente outro mais decisivo. Apesar das reações momentâneas, nosso respeito e nossa admiração se orientam definitivamente para as qualidades que permitem alcançar os resultados que todos buscamos. Se esses resultados são principalmente intelectuais, as qualidades mentais são as que recebem o tributo da nossa admiração. Para fazer de um homem Primeiro-Ministro, não queremos que seja campeão de boxe, e ninguém pensa em perguntar se o Senhor Asquith joga pólo melhor do que o Senhor Balfour ou o contrário. Mas, em uma situação social em que a força física ainda era o fator determinante, esse ponto teria sido decisivo, e mesmo em épocas como a Idade Média, em que outros fatores haviam adquirido uma influência considerável, a luta material desempenhava um papel importante. O cavaleiro com sua armadura resplandecente firmava seu prestígio pela força das armas, e ainda subsiste um resíduo disso nos países que mantêm o sistema do duelo. Em certa medida (mesmo quando limitada), em Paris, Roma, Budapeste ou Berlim, a destreza de um homem com a espada e a pistola pode afetar o seu prestígio político. Mas são apenas uns vestígios curiosos, e, tratando-se dos povos anglo-saxônicos, esses vestígios desapareceram inteiramente. Meu amigo o comerciante, que, segundo conta, trabalha quinze horas por dia para conseguir certas vantagens sobre o seu competidor do outro lado da rua, precisa vencê-lo nas vendas, não no embate das armas; de nada serviria ao orgulho de um ou outro apelar para a força dos punhos, e não há a mais remota possibilidade de que troquem punhaladas.

Será que fatores como esses deixam incólume a ordem social estabelecida? Será que já não a afetaram de forma clara? As proezas militares da Rússia ou da Turquia inspiram alguma satisfação aos russos ou ao turcos? E inspiram na Europa algum respeito especial? Qualquer um de nós não preferiria ser um civil americano em vez de um turco militarizado? Todos os fatores concorrem para demonstrar que a força física pura e simples está perdendo o seu prestígio na ordem pessoal e ao mesmo tempo na ordem nacional.

Não quero perder de vista o caso da Alemanha. Mas a história desse país no último meio século não exibe essa cega disposição cuja pretensa preponderância nas relações internacionais supõe-se que compense completamente qualquer questão de natureza material. Nem a história, geralmente aceita, das intrigas metódicas, dos cálculos e combinações anteriores ao conflito de 1870, nem as medidas frias e premeditadas dos que dirigiram a política alemã naqueles anos exibem de alguma forma a cega subordinação a essa paixão irracional de fazer a guerra pela guerra que os militaristas pretendem converter em elemento predominante dos nossos conflitos internacionais. Demonstram, ao contrário, que os destinos da Alemanha estavam governados por interesses muito frios e deliberados, ainda que esses interesses se traduzam em termos da doutrina econômica e política que as mudanças ocorridas nos últimos trinta anos derrogaram por completo.

Não deixo de levar em conta também a chamada "tradição prussiana": a classe aristocrática firmemente estabelecida, o legado intelectual do paganismo cavalheiresco etc. Contudo, até mesmo o *Junker* prussiano mais estúpido se torna menos estúpido quando se aproxima da ciência,[84] e, embora a ciência alemã tenha gasto suas energias em especialidades um tanto áridas, a influência de idéias mais

[84] No seu livro sobre a cavalaria, o General Friedrich von Bernhardi trata essa mesma questão da influência funesta que a "pompa da guerra" exerce sobre a tática, pompa que, na sua opinião, deve desaparecer. E acrescenta, com sabedoria genuína: "O espírito da tradição consiste não em reter as fórmulas e formas antiquadas, mas em agir com aquele espírito que na Antigüidade levou a triunfos tão gloriosos." Nada melhor do que essas palavras para rebater o argumento que valoriza o "espírito militar". Vide a p. 111 da edição inglesa de Bernhardi (Londres, Hugh Ree).

avançadas e esclarecidas no campo da sociologia e da política tem forçosamente de emanar de qualquer estudo com alguma profundidade dos problemas políticos e econômicos. É de supor que o temperamento original alemão tenha seus momento de recrudescência; mas não se encontrará quem sustente que, uma vez demonstrada a completa futilidade da força física como instrumento para alcançar as metas que estamos perseguindo, devamos continuar mantendo a guerra como se fosse um espetáculo teatral e decorativo. Nunca se fez isso no passado, nos diferentes casos em que nossos impulsos e instintos entraram em conflito com os interesses sociais e econômicos mais amplos.

Em outras palavras, tudo isso implica muito mais do que a simples mudança no caráter da guerra. Implica uma mudança fundamental na nossa atitude psicológica com relação à guerra. Ensina que em toda parte, mesmo no aspecto militar, a luta não só precisa ser menos impulsiva e instintiva, mais racional e deliberada; menos uma luta cega de feras enraivecidas e cada vez mais um esforço metódico e calculado visando um fim premeditado, mas também que afetará as próprias fontes do que hoje se alega em defesa da guerra.

Por que razão os autores citados no primeiro capítulo desta seção (Theodore Roosevelt, Helmuth von Moltke, Joseph Ernest Renan e os clérigos ingleses) insistem em louvar a guerra como escola moral? Será que esses defensores da guerra pretendem que ela seja em si mesma satisfatória? Pretenderiam talvez que se promovesse uma guerra desnecessária e injusta simplesmente porque convém ao nosso espírito? Decididamente não! Seu argumento, em última análise, se reduz ao seguinte: embora má, a guerra tem condições que a redimem e justificam, tais como ensinar aos homens a coragem, a firmeza etc. Afinal, a amputação das pernas e uma operação de apendicite também oferecem vantagens e compensações. No entanto, quem se atreveria a elogiar o tifo ou o câncer? Os que argumentam dessa forma poderiam opor-se com justiça à segurança das cidades garantida pela polícia, baseando-se no fato de que os ladrões e assassinos que as infestam na verdade estão promovendo a coragem dos cidadãos honestos. Podemos até imaginar um pregador típico dessa

tese a proclamar seu desprezo pelas pessoas pusilânimes que invocam a proteção da polícia, dizendo: "A polícia é para os covardes sentimentais entregues à comodidade e à debilidade que provoca. Que será da intensidade da vida se permitirmos a intervenção policial?" [85]

Toda essa construção cai por terra. E se não compomos poemas em honra da febre tifóide é porque ela não nos atrai como a guerra. Esse é o fundo da questão, e é preciso admitir honradamente, para simplificar muito as coisas, que o espetáculo da enfermidade não nos entusiasma como acontece com o espetáculo da guerra. Que a cena de alguém que luta contra uma doença não é arrebatadora, mas a visão de dois homens lutando no campo de batalha nos comove. Há algo na guerra, na sua história e no seu aparato que agita nossas emoções pro-

---

[85] A este propósito merece ser reproduzida a seguinte carta dirigida ao *Manchester Guardian* na época da guerra contra os boers: "Prezado Senhor: Vejo que no Congresso Eclesiástico vai ser discutido 'O dever da Igreja com relação à guerra'. É conveniente que isto se faça. Durante um ano os líderes da nossa Igreja nos têm dito em que consiste a guerra, e quais são os seus efeitos: que é uma escola para o caráter; que modera os homens e purifica-os, fortalece-os e consolida o seu coração; torna-os corajosos, pacientes, humildes, ternos, prontos para o sacrifício. Diz um Bispo que 'a virtude cresce irrigada pelas chuvas rubras da guerra'. Um bombardeio com canhões, observa, é um verdadeiro 'oratório', quase uma forma de adoração. Muito bem. E todos os olhares se voltam para a Igreja, pedindo-lhe que ajude a salvar as almas, que as livre de sucumbir por falta dessa formosa escola, dessa chuva benéfica, dessa música sagrada. Os congressos às vezes se perdem em um derramamento de palavras. Mas o que existe hoje não terá esta sorte, podemos estar certos disso: o caminho para o objetivo real é bem claro e simples. Em nossos dias, basta promover uma nova coleta para a guerra e propor a reforma incisiva, embora reverente, daquelas passagens da Bíblia e do Livro de Orações por cegarem momentaneamente e extraviarem os melhores dentre os homens com relação ao seu dever de fazer e sustentar a guerra. Está claro, porém, que a natureza moral do homem não se pode alimentar exclusivamente da guerra; e não me atreverei a dizer, como alguns, que a paz é inteiramente má. Até mesmo no meio dos horrores da paz encontramos às vezes pequenas manifestações de caráter, nutridas pela chuva oportuna e vivificante da fome e da peste, da tempestade e do incêndio; simples lições de paciência e coragem dadas pela escola do tifo, da gota e da pedra. Faltam oratórios, talvez, mas há hinos domésticos entoados pelo punhal nas longas noites de inverno. Longe de mim a idéia de denegrir nossas mercês ou de chamar de treva o que é apenas o crepúsculo. No entanto, o entardecer pode transformar-se em completa escuridão; não podemos esquecer que até mesmo esses humildes substitutos da guerra genuína, a verdadeira escola do caráter – a fome, os acidentes, a ignorância, a enfermidade, a dor – acham-se ameaçados na sua prístina eficiência pela tensão de uma luta constante sustentada por médicos, inventores, professores, policiais etc. Cada ano milhares de pessoas que poderiam fortalecer o ânimo com varonis encontros com a varíola ou a difteria são privadas da fecunda experiência espiritual da viuvez e da orfandade."

fundas, faz o sangue vibrar nas artérias do homem mais pacífico, despertando não sei que instintos remotos, sem falar na admiração natural que sentimos pela coragem e nosso amor pela aventura, pelo movimento e pela ação intensa. Mas esse prestígio romântico reside em grande parte no aspecto teatral de que a guerra se tem revestido e do qual as exigências modernas a vem despojando.

À medida que nos educamos, compreendemos como é complexa a psicologia humana e percebemos que é um erro deduzir da nossa emoção diante do espetáculo de uma batalha a idéia de que o processo geral e o temperamento que as presidem sejam necessariamente dignos de admiração; percebemos também que o menosprezo pela vida e a disposição de perdê-la não constituem prova exclusiva do ânimo varonil ou das qualidades mais nobres do caráter.

No livro de Steevens, que já mencionamos, sobre a campanha de Lorde Kitchener no Sudão, lê-se o seguinte:

> "Que dizer dos dervixes? As honras da luta devem caber aos que morreram. Nossos soldados foram perfeitos, mas os dervixes souberam exceder essa perfeição. Foi o mais numeroso, o melhor e mais bravo dos exércitos levantados contra nós pelos mahdistas, que soube morrer com dignidade pelo grande império que o mahdismo conseguiu formar e sustentar por tanto tempo. Seus atiradores, mutilados por todas as formas conhecidas da morte e do tormento, rodearam a bandeira negra e verde, disparando com coragem a triste e precária munição fabricada localmente. Seus lanceiros tentavam a cada minuto um ataque mais desesperado. Seus cavaleiros lideravam esses assaltos sucessivos, enfrentando as balas do adversário até tombar o último deles ... Não era um assalto, nem dois, nem dez, mas um após o outro, uma companhia depois da outra, sem se deter por mais que seus olhos percebessem, além das fileiras compactas e incólumes do inimigo, os cadáveres da carga precedente. Longe, via-se uma linha escura que surgia e avançava; curvava-se, rompia-se, desfazia-se e desaparecia. Antes que a fumaça se dispersasse, surgia outra linha de atacantes, seguindo os passos da anterior ... Da hoste verde só vinham agora os frenéticos amantes da morte, marchando um a um na direção dos rifles, detendo-se para segurar uma lança, para reconhecer um cadáver, e em seguida, arrebatados por um impulso repentino de fúria, precipitando-se para a frente, até hesitar e cair por terra, em alguns instantes. Agora, sob a bandeira negra, em um círculo de cadáveres, havia só três homens diante dos 3 mil da Terceira Brigada. Apertaram nos

> braços a lança, os olhos cravados no horizonte. Dois deles caíram; o último dervixe ergueu-se e, enchendo o peito, invocou aos gritos o seu Deus, antes de arremessar a sua lança. Em seguida permaneceu imóvel, esperando. O tiro o feriu de morte; oscilou, os joelhos cederam e caiu com a cabeça entre os braços, o rosto voltado para os conquistadores."

Sejamos honrados: haverá um só episódio na história européia – Cambronne, a Brigada Ligeira, outro qualquer – mais esplêndido do que esse? Honradamente devemos dizer que não.

Vejamos agora a continuação do relato de Steevens. Que temperamento pensaríamos encontrar entre esses heróis primitivos? Cruel, talvez, mas pelo menos leal: serão fiéis aos seus chefes. Homens que sabem morrer assim não trairão seu líder por razões mercenárias, pois estão isentos da corrupção do mercantilismo. No entanto, eis o que se pode ler perto da descrição da cena anterior:

> "Como soberano, o Califa chegou ao seu fim ao retirar-se de Omdurman. Seus cavaleiros de Baggara mataram os pastores e roubaram o gado destinado a servir-lhes de ração. Não faltou quem revelasse o paradeiro dos camelos de reserva ... Os seus seguidores se dedicaram a matar-se entre si ... Os habitantes da capital do Califa competiam agora para saquear os seus armazéns de grãos ... Mistérios incompreensíveis da mente selvagem! Seis meses antes morriam aos regimentos para defender o seu amo; agora saqueavam seus armazéns. Seis horas antes trucidavam nossos soldados feridos; agora, mendigavam nossas moedas de cobre."

Essa peculiaridade atribuída aos selvagens não é exclusiva dos selvagens ou dos dervixes. Um inteligente e culto oficial britânico escreve:

> "Como classe, os soldados são homens que abandonaram absolutamente todas as regras da moralidade, que não reconhecem. Assim se explica sem dúvida o fato de que os civis sempre os rejeitam: no jogo da vida, as duas mentalidades não obedecem às mesmas leis. O resultado é uma série de

[86] Designação popular do soldado na Inglaterra.

equívocos e enganos diante dos quais o civil declara finalmente que renuncia a se relacionar com o "Tommy".[86] Aos olhos do soldado, o roubo, a falsidade, a embriaguez, a linguagem brutal etc. não são absolutamente faltas. Os soldados têm uma inclinação para o roubo. Quanto à sua linguagem, eu pensava que a dos marinheiros fosse a pior, mas em blasfêmia e obscenidade a linguagem do soldado a supera em muito: é uma das suas especialidades. E não é menor sua disposição de mentir. 'Mentir como um soldado' é metáfora corrente. Inventa todo tipo de fábula e embuste pelo prazer de inventá-los. Saquear é a sua diversão predileta, movido não apenas pela busca de vantagem, mas pura e simplesmente pelo prazer da destruição."[87]

Não pense o leitor que estou caluniando o soldado inglês. Reproduzo as palavras de um oficial britânico cheio de simpatia pela personagem que está descrevendo. E acrescenta:

"São condenáveis o roubo, a mentira, o saqueio, a linguagem bestial? Nesse caso, Tommy é mau. No entanto, por uma ou outra razão, depois de conhecer o culpado comecei a culpá-lo menos do que antes pela iniqüidade do seu comportamento."

Não sei qual das duas passagens que acabo de citar proporciona um comentário mais eloqüente sobre a influência moral da educação militar: se a primeira, com o quadro que nos apresenta o Capitão March Phillips dos efeitos dessa educação, ou a segunda, sobre a qual John Atkinson Hobson, na sua *Psicologia do jingoísmo*, observa com justiça "que é bem significativo, na boca de um homem de bom caráter e cultura, não vacilar em declarar que aceita o roubo, a mentira, o saqueio e a linguagem bestial". Qual deles oferece um testemunho mais desastroso da atmosfera moral do militarismo? Qual a prova mais convincente da influência corruptora da guerra?[88]

[87] Capitão March Phillips, *With Remington*. Vide também o que diz Blatchford confirmando essa avaliação.

[88] No que diz respeito aos oficiais, eis o que diz *The Spectator* de 25 de novembro de 1911 (não é fruto da minha colheita, mas de origem bem imperialista e militarista): "Poderia supor-se que o soldado, como homem de ação que é, estivesse isento de ruindade. A verdade é que em nenhuma profissão como a militar os superiores se denigrem tanto uns aos outros."

Por amor à justiça, deve-se constatar que os soldados pelo menos não argumentam em favor da guerra como escola de moralidade. Dizia um oficial: "A guerra é em si mesma infernal e suja. Mas neste mundo alguém precisa desempenhar as tarefas sujas, e tenho a satisfação de dizer que ao soldado compete antes impedir a guerra do que promovê-la."

Por outro lado, não serei eu a afirmar que não temos uma grande dívida para com o soldado. E não vejo também por que deveríamos negar que temos uma grande dívida com os vikings. Nem um nem outro são ou foram objetos de desprezo, sob todos os aspectos. De ambos recebemos um legado de coragem, de fortaleza, de tenacidade, de aventuras calculadas e metódicas; a aptidão para golpear e receber golpes; o espírito de companheirismo e a disciplina rude – tudo isso e muito mais. De nenhuma emoção se pode dizer com justiça que é absolutamente boa ou completa e exclusivamente má. A mesma energia psíquica que fez dos vikings animais de presa, ferozes e daninhos, deu a seus descendentes a robustez e a resolução próprias do explorador e do colonizador. A mesma tensão emocional que converteu a África, em grande parte, em uma carniçaria sórdida e sanguinária, poderia, com uma simples mudança de direção, transformá-la em um jardim. E que dizer da esplêndida raça escandinava, que conseguiu converter a sua península rochosa em um grupo de Estados prósperos, exemplo dado pela Europa, e transmitiu aos anglo-saxões um lampejo do seu idealismo nobre e sadio? Dir-se-á talvez que o sangue dos vikings foi estéril? Um mundo em que se precisa em toda parte do homem corajoso, capaz de enfrentar a verdade, por mais difícil e escabrosa que pareça, por mais ingrata a nossas ocupações prediletas, é campo propício para as melhores qualidades do viking e do soldado.

O defensor da paz não deve ignorar, sob nenhum pretexto, fatos que são de uma realidade patente. A raça dos homens ama os soldados, da mesma forma como quando crianças amávamos os piratas. E felizmente muitos de nós somos, a vida inteira, um pouco meninos. No entanto, assim como ao sair da infância descobrimos, pesarosamente, que não é possível seguir a carreira de pirata, sair à caça de índios ou exercer a profissão de "trapaceiro", também chegará o momento de

admitirmos que já deixamos para trás a época em que podíamos ser soldados. O prestígio romântico da guerra abrange também as aventuras dos vikings e mais tarde as dos piratas. Não obstante, derrotamos os vikings e enforcamos os piratas, sem que isso prejudicasse o afeto que continuamos a ter por eles. E não me consta que os que assim mudaram de opinião se viram vilipendiados como sentimentalistas, ignorantes da natureza humana; ou, para usar as palavras do General Homer Lea, "visionários enfermiços e semi-educados, que desconhecem a lei primordial e inexorável da luta". A pirataria opunha um sério obstáculo ao comércio e à indústria dos que aspiravam a ganhar a vida da melhor forma possível, extraindo deste mundo imperfeito o melhor partido possível. Não há dúvida de que a pirataria era uma atividade esplêndida, mas não era um bom negócio. Estamos dispostos a cantar elogios aos vikings, mas não os toleramos nos nossos mares, e aqueles que estão prontos a conceder ao soldado um lugar legítimo na poesia, na lendas e no romance, admitindo com Theodore Roosevelt, Helmuth von Moltke e os outros as suas qualidades à falta das quais seríamos uns infelizes, nem por isso deixarão de perguntar-nos se não chegou a hora de arquivá-lo (pelo menos em sua maioria) na estante dos poetas, juntamente com os vikings, ou pelo menos de encontrar outros campos para as suas atividades. Estas, com todos os seus atrativos, encontram hoje poucas oportunidades, neste mundo em que, a despeito dos homens amarem mais o perigo do que o trabalho – como dizia Bacon –precisam resignar-se a este último, mesmo que contra a vontade, sejam vencedores da Alemanha ou tenham sido derrotados por ela.

CAPÍTULO VI

O ESTADO CONSIDERADO COMO UM INDIVÍDUO: FALSIDADE DA ANALOGIA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

DIFERENÇA entre a agressão a um Estado e a um indivíduo. A mudança sofrida pela nossa concepção da responsabilidade coletiva. O progresso psicológico ocorrido nesse campo. A origem recente dos fatores que concorrem para a dissolução, a cada dia, da personalidade homogênea dos Estados.

Contrariamente ao que se pensa de modo geral sobre este assunto, amamos as abstrações baseadas em fatos mal compreendidos. Os capítulos precedentes devem ter provado pelo menos isto: entre o caráter do Estado moderno e o do antigo, surgiram diferenças essenciais, de natureza fundamental, devido a numerosos fatores peculiares à nossa época. Não obstante, mesmo aqueles que gozam de autoridade reconhecida nesta matéria ainda invocam o conceito aristotélico de Estado como coisa definitiva, abstraindo serenamente tudo o que aconteceu desde Aristóteles até os nossos dias.

Os capítulos precedentes indicam alguns dos fatos ocorridos nesse intervalo. Em primeiro lugar, a natureza humana sofreu uma modificação, associada ao abandono gradual e amplo do recurso à força física, abandono que se explica pela circunstância de que os resultados obtidos mediante o emprego da força não correspondem, proporcionalmente, aos de outras formas de energia. Há nisso uma conexão recíproca entre desenvolvimento mecânico e psicológico que não seria apropriado pormenorizar aqui. Os resultados são evi-

dentes por si mesmos. Hoje raramente recorremos à força, e só em proporção infinitesimal. Mas, além disso, há um outro fator que devemos levar em conta porque tem uma influência mais direta do que os demais na questão do conflito perpétuo entre as nações.

Esses conflitos, e de modo geral a disposição internacional para a luta, implicam a idéia do Estado como um conjunto homogêneo, com responsabilidades análogas às de uma pessoa que nos agride e nos incita assim a devolver o golpe recebido. Ora, não se pode atribuir ao Estado esse caráter de pessoa ou indivíduo, a não ser em termos cada vez mais limitados. Antigamente – na época de Aristóteles, por exemplo –, as coisas podiam ser diferentes. Não obstante, as refinadas sutilezas que fundamentam a teoria da força como fator necessário às nações, e a proposição de que as relações recíprocas entre os Estados só podem ser determinadas por meio da força e que a vida internacional encontrará sempre sua expressão na luta material entre as nações são outros corolários da falsa analogia do Estado com uma pessoa, tão afastada da realidade dos fatos.

O Professor Spencer Wilkinson, cujos trabalhos sobre este ponto são tão meritórios, chega à conclusão de que o impedimento intransponível para que se abandone a força na solução das diferenças entre as nações reside no princípio de que "o emprego da força para a sustentação de um direito é o fundamento de toda vida civilizada, pois essa sustentação cabe ao Estado, e fora do Estado não existe civilização ou vida digna de ser vivida ... A característica do Estado é a soberania, ou a identificação da força com o direito; e a perfeição do Estado é medida pela plenitude dessa identificação".

Na verdade, a exatidão ou inexatidão do que precede não afeta o assunto que estamos discutindo. O Professor Spencer Wilkinson procura ilustrar a sua tese com um exemplo o qual parece mostrar que os opositores da teoria do armamentismo baseiam sua posição no argumento de que o emprego da força é iníquo. Naturalmente há quem pense assim, mas não é preciso levantar a questão de direito. Como outros recursos, distintos da força, produzem o mesmo resultado com maior facilidade e menor esforço, que propósito te-

ria a discussão de um ponto abstrato de direito? E, quando Wilkinson, depois de invocar um princípio abstrato inaplicável, procura reforçá-lo com um exemplo, ao que parece pertinente, mas na realidade irrelevante, podemos dizer que o resultado consiste na confusão dessas idéias. Depois de citar três versículos do quinto capítulo do Evangelho de São Mateus, o Professor Wilkinson diz:

> "Há aqueles que acreditam, ou imaginam acreditar, que as palavras citadas implicam o princípio de que o uso da força ou da violência entre os homens ou as nações é iníquo. Aos que consideram mais justo sofrer violência ou morte em vez de resistir com violência, não posso replicar: o mundo não poderá vencê-los nem o medo os atingirá. Mesmo eles, contudo, só podem aplicar essa doutrina na medida em que ela afeta a si mesmos, deixando-se maltratar se for preciso. É o que vou demonstrar. Há alguns anos a população de Lancashire tomou conhecimento, horrorizada, dos detalhes de um julgamento por homicídio. Em uma aldeia, nos arredores de Boston, vivia uma jovem muito apreciada e respeitada como professora em uma das escolas locais. Ao voltar para casa, depois do trabalho, tinha o hábito de seguir por um caminho através de um bosque solitário, e ali foi encontrado certa noite o seu cadáver. Tinha sido estrangulada por um malfeitor que, aproveitando a solidão, quis saciar nela seus apetites culposos. A moça opôs resistência e na luta que se seguiu o criminoso a matou. Felizmente, o assassino foi capturado, e os fatos, deduzidos das circunstâncias, foram confirmados pela sua confissão. Ora, a pergunta que devo fazer aos que adotem como norma de vida a passagem citada do Evangelho é a seguinte: 'Qual teria sido o seu dever se estivesse passando pelo bosque enquanto a jovem lutava com o seu assassino?' A meu juízo esse é o fato conclusivo que destrói o ensinamento de que o emprego da violência é em si mesmo iníquo. Com efeito, o bem ou o mal não dependem do emprego da força, mas dos objetivos com que é aplicada. O que o exemplo estabelece é que o emprego da força contra a iniqüidade violenta é não só justo, mas necessário."

O trecho precedente mostra muito claramente a falsa analogia que mencionamos. A destreza do Professor Wilkinson é um tanto maquiavélica, pois identifica os adeptos extremados da não resistência com os que aspiram a um acordo internacional em matéria de armamentos. É uma falsa identificação, porque a proporção dos que alegam esse motivo para propor a redução do armamentismo é

tão reduzida que nesta discussão podemos perfeitamente ignorá-los. Por outro lado, não se pode descartar um movimento que reúne alguns dos intelectuais mais competentes da Europa associando-o simplesmente a essa teoria. Mas a base do erro consiste na abordagem enganosa do Estado como se fosse uma pessoa. Ora, o Estado não é uma pessoa, e cada vez menos se assemelha a um indivíduo; a dificuldade indicada por Wilkinson é doutrinária e não real. O Professor queria fazer-nos crer que é possível matar ou ferir um Estado, analogamente ao que acontece com o indivíduo, e que, devendo haver força física disponível para impedir as agressões contra as pessoas, deve haver também para impedir agressões contra os Estados. E como é preciso que haja força física disponível para dar cumprimento às sentenças dos tribunais, o mesmo deve acontecer com respeito às sentenças que tratam de Estados. Mas esse raciocínio é falso e resulta do entendimento equivocado que assemelha o Estado a uma pessoa, deixando de levar em conta os muitos aspectos que os distinguem um do outro.

Como sabemos que tais distinções são doutrinárias? É o Império Britânico que nos dá a melhor resposta. Ele está formado, em grande parte, por pequenos Estados praticamente independentes; a Grã-Bretanha não só não exerce controle sobre os seus atos como abandonou qualquer intenção de usar a força em relação a eles. [89] Há desavenças entre os Estados que compõem o Império Britânico que podem ou não ser submetidas a Londres. Mas, se o fazem, ninguém espera que o governo inglês envie um exército ao Canadá, por exemplo, para garantir o cumprimento do que foi acordado. Sabemos que isso não seria possível. Mesmo no caso de que seja cometida uma séria infração dos deveres internacionais, a Grã-Bretanha não só se abstém de intervir como exerce toda a sua influência no sentido de impedir o emprego da força física. Há algum tempo os indianos de nacionalidade britânica sofrem o tratamento mais injusto e cruel no Estado de Natal, na África meridional.[90] O governo britânico não oculta o fato

[89] Vide as citações de *Sir* C.P.Lucas, no capítulo VII da Primeira Parte.
[90] Vide detalhes no capítulo VII da Primeira Parte.

de que considera esse tratamento injusto e cruel; se Natal fosse um Estado estrangeiro, é possível que chegasse a usar a força para corrigir essa situação. No entanto, seguindo o princípio mencionado por *Sir* C. P. Lucas, que proíbe o emprego da força nesses casos – tenham ou não razão, e mais ainda quando não a têm –, os dois Estados ficam livres para resolver o problema, de alguma forma, sem apelar para a força. O Império Britânico confia que suas colônias se conduzam como sociedades civilizadas, e em última análise essa confiança é bem fundada, pois, se elas se conduzem dessa forma, a retribuição regular das forças sociais e econômicas é mais segura e eficaz do que a força das armas.

O caso do Império Britânico não é único na sua espécie. A verdade é que os Estados que compõem a sociedade internacional mantêm relações recíprocas sem a menor possibilidade de recorrer à força: metade desses Estados não dispõe de recursos para corrigir pela força as agressões sofridas de outros Estados. Milhares de ingleses, por exemplo, se estabelecem na Suíça, e já aconteceu de alguns deles sofrerem ofensas cometidas pelo governo suíço. Mas ninguém pretenderia que as relações entre os dois Estados ou o grau da proteção gozada na Suíça pelos cidadãos britânicos pudessem melhorar se a Suíça fosse ameaçada pelo poder da Grã-Bretanha. A Suíça sabe muito bem que está praticamente a salvo de qualquer possibilidade de intervenção do poder britânico, o que nunca impediu que se conduza de forma civilizada com relação aos súditos britânicos.

Qual o verdadeiro prêmio da boa conduta entre os Estados? Não é senão a complexa dependência recíproca, em virtude da qual toda agressão injustificável por parte de um Estado contra outro recai sobre o agressor. A Suíça tem bons motivos para proporcionar um asilo seguro aos súditos britânicos, cuja segurança em território suíço depende dessa circunstância, e não do poder britânico. Quando o cidadão britânico precisa contar com a proteção do seu governo, esta é bem frágil, pois na prática o recurso à força é tão embaraçoso, difícil e dispendioso que é preferível recorrer a qualquer outro método alternativo. Na Grécia, quando o viajante precisava contar com as armas britânicas, a sua proteção era bastante pre-

cária. Da mesma forma, quando se recorria à força para impor aos governos da América Central e Meridional o cumprimento das suas obrigações financeiras, os esforços feitos nesse sentido eram tão frustrantes e o seu fracasso tão certo que, por fim, a Grã-Bretanha renunciou por completo à idéia de empregá-los. Quais foram os meios eficazes? Limitaram-se a atrair esses países para as grandes correntes econômicas contemporâneas, de forma que hoje a propriedade é infinitamente mais segura no México e na Argentina do que na época em que os navios ingleses bombardeavam os portos desses países para obrigá-los a respeitar os direitos dos seus titulares. O simples motivo econômico, que é apenas um dos que têm eficácia, tende cada vez mais a substituir o emprego da força física. Todas as ameaças feitas de recorrer ao exército turco foram impotentes para impedir que a Áustria consumasse a anexação da Bósnia e da Herzegovina, mas quando o povo turco pôs em vigor um boicote comercial dos navios e das mercadorias austríacas, os comerciantes e a opinião pública em geral da Áustria se apressaram a dar a entender às autoridades que uma pressão desse tipo não podia ser ignorada.

Prevejo o argumento de que, mesmo quando o vínculo recíproco das relações econômicas, cada vez mais complexas, torne desnecessário o emprego da força entre as nações no que diz respeito aos interesses materiais, o mesmo não acontecerá nos casos de agressão ao que se poderia denominar de sua "propriedade moral". Assim, um crítico da primeira edição deste livro comenta: [91]

> "O Estado é a única forma completa da sociedade humana, e muitos fenômenos só se manifestam na sociedade constituída em um Estado pelos seus vínculos políticos. Os produtos dessa sociedade são a lei, a literatura, a arte, a ciência; e está para ser demonstrado que a família, a educação ou a for-

[91] *Morning Post*, 21 de abril de 1910. Passarei por alto o fato de que é absurdo citar tudo isso em apoio ao armamentismo. Será que o *Morning Post* acredita seriamente que os alemães vão atacar a Inglaterra porque têm gostos diferentes dos ingleses em arte, na música ou na cozinha? É grotesco pensar que esse tipo de preferência ou aversão exija a proteção de uma esquadra.

mação do caráter sejam possíveis sem essa estrutura social que chamamos de Estado. Em suma, o Estado é um organismo, criatura viva, suscetível de ser lesionado e morto; e como tudo o que está dotado de vida, requer proteção contra o que pode feri-lo ou destruí-lo ...

"A consciência e a moral são produtos da vida social, não da existência individual; e quando afirmamos que o único objeto do Estado é fomentar ou permitir a aquisição de uma subsistência mediana, é como se dissésse-mos que o objetivo da vida humana é satisfazer os interesses da existência. Uma pessoa não pode viver sem alimento, teto e vestimenta; mas isso não abole ou reduz o valor da vida industrial, intelectual e artística. O Estado é condição de todas essas vidas, e seu objetivo é sustentá-las. Por isso ele precisa defender-se. Em condições ideais, o Estado representa e incorpora a concepção popular e coletiva do que está certo, do que é belo e bom. E é uma conseqüência da qualidade sublime da natureza humana o fato de que toda grande nação produziu cidadãos dispostos a se sacrificarem em vez de se submeterem a uma força externa que tentasse impor-lhes um conceito do bem e do mal diferente do seu."

Como é natural, causa surpresa ler o que precede no *Morning Post.* A frase final justificaria as agitações atuais contra o governo britânico na Índia, no Egito ou na Irlanda. Com efeito, essa agitação não passa de um esforço por parte da população local para resistir a "uma força externa" que tenta impor-lhe "um conceito do bem e do mal diferente do seu". No entanto, felizmente para o imperialismo britânico, a noção que um povo tem "do que é certo, do que é belo e bom" e a sua fidelidade a essa idéia não estão associados necessariamente às condições sob as quais é administrado – a única coisa pressuposta pelo conceito de "Estado". A falácia dessa passagem, que a reduz a uma simples tolice, é a mesma que encontramos no texto antes citado do Professor Spencer Wilkinson (*Britain at Bay*), ou seja, a visão do Estado como uma pessoa, na suposição de que os seus limites políticos coincidem com os econômicos e morais, e que, em suma, o Estado personifica o "conceito do que é certo etc."

Ora, o Estado não é isso. Tomemos como exemplo o Império Britânico: trata-se não de um conceito homogêneo, mas de um conjunto de noções absolutamente contraditórias "do que é certo etc." Na realidade, abrange as diferentes concepções do bem e da verdade

que alimentam o pensamento islâmico, o budista, o copta, o católico, o protestante e o pagão. O que desvirtua essa noção de Estado é o fato de que as fronteiras que o limitam não coincidem com nada do que é enumerado pelo crítico do *Morning Post.* De fato, não existe uma "moralidade britânica" que se oponha à chamada moralidade (arte ou indústria) alemã ou francesa.

Na verdade, pode-se falar no conceito inglês da vida porque há um modo de entender a vida peculiar à Inglaterra, mas que contraria o conceito de vida predominante em outras partes do mesmo Estado – na Irlanda, na Escócia, na Índia, no Egito, na Jamaica. E o que se aplica à Jamaica aplica-se também a todos os grandes Estados modernos. Cada um deles compreende conceitos absolutamente opostos a outros que prevalecem no mesmo Estado, assim como outros ainda que concordam com os que predominam em Estados estrangeiros. Na Irlanda, o Estado britânico abrange um conceito católico, que concorda com o conceito católico italiano, mas difere do conceito protestante reinante na Escócia ou o islâmico que predomina na Bengala. As divisões autênticas de todos esses ideais enumerados pelo *Morning Post* ultrapassam em todos os sentidos a divisão do mundo por Estados, sem respeitá-la. Não obstante, a divisão por Estados é a única relevante no que se refere aos conflitos militares.

Qual foi uma das razões que levaram à interrupção das guerras religiosas entre os Estados? Simplesmente o fato de que as idéias religiosas ultrapassaram as fronteiras dos Estados, que deixaram de coincidir com as divisões religiosas da Europa, produzindo-se uma ordem das coisas em que a Suécia protestante se via aliada à França católica. O conflito se tornou absurdo, e as guerras de religião passaram a ser um anacronismo.

Mas, não estará ocorrendo exatamente o mesmo com relação às idéias conflitivas sobre a vida que hoje separam os europeus? Não presenciamos na Grã-Bretanha o mesmo embate de doutrinas da França, da Alemanha e da América? Tomemos como exemplo o conflito social. Em cada caso estão, de um lado, os interesses associados com a ordem, a autoridade, a liberdade individual não sujeita ao

bem-estar dos mais fracos; de outro, a reconstrução da sociedade humana com base em novos princípios. Para a maioria dos seres humanos, esses problemas são muito mais profundos e essenciais do que qualquer idéia ou conceito suscetível de ser identificado com a divisão do mundo em Estados. Na verdade, se levarmos em conta que o Império Britânico abrange quase todas as raças e religiões conhecidas, quais são os conceitos cujas divisões coincidem com as suas fronteiras políticas? Talvez se pudesse dizer que na Alemanha e na Rússia prevalece um conceito autocrático da organização social, contrastante com a concepção baseada na liberdade individual, que predomina na Inglaterra. Tanto Blatchford como Hyndman parecem ver as coisas desse modo. O primeiro diz: "Para mim é evidente que se nós, os socialistas, triunfássemos, ficaríamos expostos ao ataque por parte das potências militaristas". Mas não percebe que o socialismo e o antimilitarismo já foram muito mais longe, e estão mais bem organizados nos Estados "militaristas" do que na Inglaterra; e que os governos militares já têm muito o que fazer mantendo à distância essas tendências dentro das suas próprias fronteiras e não adotariam a atitude quixotesca de empenhar-se no mesmo sentido em países estrangeiros.

Essa concepção política do Estado, que o vê como personificação política de uma doutrina homogênea, deve-se não só à deformação do conceito produzida por falsas analogias, mas também, em grande parte, à sobrevivência de uma terminologia antiquada, de modo que em conjunto a questão é afetada por dois males distintos. Antigamente o Estado tinha, muito mais do que hoje, o caráter de uma personalidade individual; foram precisamente as tendências mais modernas que destruíram a sua homogeneidade doutrinária, da maior importância para o seu posicionamento internacional. Esse é um assunto que merece um exame pormenorizado. No capítulo sobre o instinto da combatividade, na sua obra admirável, *Introdução à psicologia social*, o Professor William Mac Dougal diz:

"Entre os povos bárbaros de pequenas comunidades fortemente organizadas, temos o exemplo mais claro da substituição da combatividade individual pela coletiva. Nessas comunidades, a luta pessoal e até mesmo as manifestações indi-

> viduais de ira podem ser suprimidas quase completamente, sem prejuízo de que os instintos combativos continuem a manifestar-se sob a forma de conflito perpétuo entre grupos que não obedecem a qualquer lei nas suas relações recíprocas. De modo geral, nessas guerras entre tribos não se busca nenhuma vantagem ... Vive-se em temor constante de ser assaltado; com freqüência populações inteiras são exterminadas, e a sociedade está dessa forma entorpecida no seu desenvolvimento e reduzida a um estado em que não se pode sentir a escassez dos meios de subsistência. Esse guerrear perpétuo, comparável às brigas em um dormitório de meninos indisciplinados, obedece, pelo que parece, à ação descontrolada do instinto elementar de combatividade. Não se pretende alcançar nenhuma vantagem material; algumas cabeças de inimigos e uns poucos escravos são os únicos troféus conquistados; e, se perguntamos a um chefe inteligente a razão desse costume insensato, a melhor resposta que pode dar é que de outro modo os seus vizinhos não o respeitariam, nem a ele nem ao seu povo, e cairiam sobre eles para exterminá-los."

Qual a diferença entre a forma de hostilidade aqui indicada e a das relações internacionais contemporâneas? Essa diferença se manifesta claramente em certos aspectos. No nosso caso, não basta que o estrangeiro seja simplesmente um estrangeiro para que procuremos matá-lo: é preciso que haja algum conflito de interesses. O escandinavo, o belga, o holandês, o austríaco, o espanhol, o italiano nos são indiferentes. Entende-se que o francês nos merece um afeto especial. O alemão é o inimigo. No entanto, há não mais do que uma década o inimigo era o francês, e Chamberlain nos falava de uma aliança com os alemães – "nossos aliados naturais", como dizia – reservando toda a sua oposição para os franceses.[92]

Portanto, não é admissível que haja uma hostilidade racial inerente a nosso caráter nacional, já que nem os alemães nem os franceses mudaram de natureza nestes anos. Se hoje os franceses são quase nossos aliados, e os alemães nossos inimigos, isso se deve apenas ao fato de que nos últimos dez anos os nossos interesses, reais ou aparen-

[92] Refiro-me ao extraordinário discurso em que Chamberlain notificava a França de que devia "mudar de conduta ou enfrentar as conseqüências" (conforme os jornais de Londres entre 28 de novembro e 5 de dezembro de 1899).

tes, se modificaram, e com eles mudaram também nossas preferências políticas. Em outras palavras, nossas hostilidades nacionais seguem o rumo das exigências reais ou imaginárias ditadas pelos nossos interesses políticos. Não será necessário insistir neste ponto ou entrar em pormenores; basta ver que, em matéria de afetos e aversões, percorremos toda a rosa dos ventos, ventilando a nossa animosidade sucessivamente contra espanhóis, holandeses, dinamarqueses, russos, alemães, franceses, outra vez os alemães. Entre os indivíduos, o fenômeno é um autêntico lugar comum: "Não tinha notado que o seu pescoço estava sujo, até que se interpôs no meu caminho", dizia alguém, falando de um rival.

A segunda diferença com relação aos selvagens do Professor Mac Dougal é que, tendo chegado uma vez às vias de fato, nosso furor não recai no conjunto da tribo: não exterminamos homens, mulheres, crianças e o gado do inimigo, à maneira bíblica. Do Adão primitivo subsiste na nossa natureza o bastante para que sintamos aversão pelas mulheres e crianças, vistos como as viu o nosso poeta laureado, como "fêmeas e filhotes de inimigos cruéis." Mas não os matamos.[93]

Mas há um terceiro fato importante que precisamos levar em conta: a "nação" do Professor Mac Dougal se compõe de uma única tribo, completamente homogênea. O simples fato de viver em lados diferentes do mesmo rio bastava para imprimir aos membros de uma das tribos o caráter de estrangeiros, inspirando aos da margem oposta o desejo de matá-los. Dessa época para hoje, a evolução dos acontecimentos compreende, além dos fatores mencionados, este outro: atualmente tendemos a considerar como nossos concidadãos mui-

[93] No entanto, a época em que era usado o método do extermínio não está muito distante. Froude cita o seguinte informe de Maltby ao governo: "Incendiei todas as suas casas e lavouras e passei pela faca todos os que foram encontrados. Assaltei também um castelo. Quando a guarnição se rendeu, entreguei todos à misericórdia dos meus soldados, e todos foram mortos. Continuamos assim, sem perdoar ninguém, e com essa crueldade introduzimos tal confusão entre eles que não sabiam o que fazer." Do comandante das forças inglesas em Munster lemos o que segue: "Voltou suas forças para East Clan-William e assolou o território, matando todos os que encontravam. ... sem respeitar homem ou animal, lavoura ou gado ... sem perdoar qualquer condição, idade ou sexo. Além de muitos que foram queimados, matamos todos os homens, mulheres, meninos, cavalos ou bestas com que topamos."

tos indivíduos que em outra época seriam tidos como estrangeiros; e o mecanismo do desenvolvimento econômico e geral agrega grupos estranhos entre si, entre os quais, segundo a filosofia do General Lea, deveria haver aquela "hostilidade primordial", destinada irresistivelmente a levar à guerra um Estado no qual desapareceu por completo todo conflito de interesses. Na França, o Estado moderno compreende nada menos do que oito Estados distintos que no passado histórico eram beligerantes: cada uma das antigas cidades da Gália representava um Estado diferente. Na Inglaterra, chegamos a considerar concidadãos, entre os quais não podem existir conflitos de interesses, um grande número de tribos cujos membros passavam outrora o seu tempo a se degolar uns aos outros. E hoje reconhecemos que até mesmo divergências profundas como as que dividem o inglês do escocês, do irlandês ou do galês não precisam provocar conflitos de interesses e sequer justificariam a sua existência política em separado.

Falou-se nos últimos tempos do renascimento gradual do nacionalismo, e argumenta-se com freqüência que é preciso opor o princípio da nacionalidade ao da cooperação entre os Estados. No entanto, os fatos não justificam em absoluto tal conclusão. A formação dos Estados se deu com absoluta independência das divisões nacionais. Se as linhas de conflito coincidissem com as divisões de nacionalidade, na Grã-Bretanha o País de Gales se aliaria com a Bretanha, na França; e a Irlanda contra a Normandia e a Inglaterra. A Provença e a Savóia se uniriam à Sardenha contra qualquer uma das províncias francesas. A verdade porém é que, na demarcação final das fronteiras européias, as raças e as províncias se confundiram de modo tão inextricável e com tão pouco respeito pelas divisões "naturais" e "intrínsecas" que hoje não seria mais possível diferenciá-las.

A princípio, o Estado era uma tribo ou família homogênea, e, no curso do desenvolvimento econômico e social, aquelas divisões se apagaram a tal ponto que atualmente um Estado pode abranger não só meia dúzia de raças diferentes, na sua metrópole, mas mil raças espalhadas por todo o globo, como acontece com o Estado britânico: brancos, negros,

amarelos, peles-vermelhas etc., mediante uma tendência que se manifesta tão logo exista alguma atividade econômica. Assim, não teríamos uma justificativa para afirmar dogmaticamente que a tendência à cooperação cesse diante da barreira representada pelas modernas divisões entre Estados, que não representam sequer algumas das divisões íntimas da humanidade, mas refletem sobretudo convenções administrativas, personificando ademais um conceito que se modifica constantemente. Com efeito, essa inclinação cooperativa já fez com que desaparecessem profundas diferenças étnicas e divisões sociais e políticas, processo que observamos continuamente, desde o alvorecer da vida e do trabalho coletivos.

No capítulo II desta seção, há algumas indicações sobre os processos que acompanham o desenvolvimento ali esboçado, e agora o leitor poderá considerá-las com mais cuidado. Tentei explicar com clareza o modo como, simultaneamente ao afastamento da força física e à ação do motivo econômico, ocorre uma diminuição correspondente da combatividade, até o momento em que o fator psicológico, que é a antítese da combatividade, supera em eficácia o fator econômico. Independentemente da questão econômica, hoje o governo britânico não poderia decretar o extermínio de toda uma população, inclusive mulheres e crianças, à maneira bíblica. Da mesma forma, a dependência econômica recíproca promovida pelos meios de comunicação deve criar necessariamente uma maior dependência moral. E uma tendência que hoje aboliu barreiras nacionais tão profundas como as que separavam os celtas dos saxões terminará sem dúvida por derrubar barreiras psicológicas que são claramente mais artificiais.

Entre os muitos fatores que contribuíram para determinar a tendência destrutiva que indicamos, há um ou dois cuja ação imediata não poderá deixar de contribuir para a eliminação de uma hostilidade simplesmente psicológica, identificada com fronteiras entre Estados. Um deles é a diminuição do sentimento recíproco de responsabilidade coletiva implicado pela crescente heterogeneidade do Estado moderno. Que significa o sentimento de responsabilidade coletiva? Para o *boxer*, o rebelde chinês, todos os europeus são "demônios estrangeiros"; ele não consegue distinguir entre alemães, ingleses e russos, e o mesmo aconte-

ce com o negro africano, que confunde todos os povos brancos. Até mesmo o inglês do campo fala do estrangeiro com desprezo. Se um *boxer* chinês é ofendido por um francês, mata um alemão e se dá por vingado: para ele, são todos "demônios estrangeiros". Quando uma tribo africana sofre as predações de um traficante belga, o próximo branco que penetre no seu território é morto, seja inglês ou francês, e a tribo se sente vingada. Mas se o *boxer* chinês tivesse nosso conceito preciso das diferentes nações européias, não experimentaria satisfação ao vingar-se na pessoa de um alemão das ofensas recebidas de um francês. A satisfação psicológica obtida indica a existência de uma responsabilidade coletiva na mente do *boxer* entre os dois europeus, e dos dois brancos no espírito do negro africano. À falta dessa responsabilidade coletiva, a hostilidade para com o segundo branco nem sequer seria suscitada nesses dois casos.

Nossas hostilidades internacionais se baseiam principalmente na noção de uma responsabilidade coletiva em cada um dos Estados que são alvo da nossa hostilidade; mas essa responsabilidade de fato não existe. Nos dias que correm, há um sentimento acentuado de inimizade com relação aos alemães – mas "alemão" é uma abstração inexistente na realidade. Estamos irritados com "os alemães" porque eles se obstinam em construir navios de guerra, possivelmente destinados a atacar o nosso país. Mas há um número considerável de alemães que se opõem tanto quanto nós ao armamentismo promovido pelo governo do seu país, e o desejo que sente o inglês popular, pouco ilustrado, de agredir os alemães é o resultado de uma grande confusão – pelo menos tão grande quanto a do *boxer* chinês, incapaz de diferenciar entre os vários europeus. Blatchford iniciou a sucessão de artigos que têm contribuído tanto para incendiar os espíritos com esta frase:

> "A Alemanha se prepara premeditadamente para destruir o Império Britânico."

E nos seus artigos acrescentava o seguinte:

"A Grã-Bretanha está desunida; a Alemanha é homogênea. Aqui discutimos a respeito do veto dos Lordes, do *Home Rule* e de uma dúzia de diferentes problemas de política interna. Temos um partido da redução da marinha e um partido antimilitarista; mas, quando se trata da expansão naval, a Alemanha é unânime."

Seria difícil emitir em tão poucas linhas outra inexatidão mais perigosa. Quais são os fatos reais? Se a "Alemanha" significa o povo alemão em seu conjunto ou em sua maioria, o Senhor Blachtford sabe que não está dizendo a verdade. Não é verdade que a massa do povo alemão se esteja preparando premeditadamente para destruir o Império Britânico. Se há algum partido que representa a maioria do povo alemão é o dos socialistas democráticos, que desde o primeiro momento têm oposto firme e decidida resistência a essa intenção. Mas, para suscitar o espírito que conduz à guerra, é preciso falsificar os fatos nesses termos. Expondo os fatos corretamente não se provoca esse espírito.

Que diz do seu lado o alemão plenamente competente sobre a generalização do Senhor Blatchford? O Senhor Fried, editor de *Die Friedenswarte*, escreve:

"Não há um único povo alemão, nem uma só Alemanha ... Entre os alemães há contrastes maiores do que os que existem entre os alemães e os indianos. Mais ainda: no interior da Alemanha, há diferenças parciais maiores do que as existentes entre os alemães e os indivíduos de qualquer outra nação estrangeira. Seria possível esforçar-nos por promover o bom entendimento entre alemães e ingleses, alemães e franceses, promover visitas entre esses países; mas seria impossível levar a cabo qualquer tentativa de aproximação entre os democratas socialistas alemães e os *Junkers* prussianos, entre os anti-semitas e os judeus alemães." [94]

[94] Em *A evolução da Alemanha moderna* (Londres, Fisher Unwin) o autor observa que "... Alemanha significa não um só povo, mas muitos ... De diferente cultura, instituições políticas e sociais diferentes ... diversidade de vida intelectual e econômica ... Quando o inglês médio fala da Alemanha, refere-se na realidade à Prússia; e, conscientemente ou não, não leva em conta o fato de que em muito pouco podemos considerar a Prússia como representativa do conjunto do Império Alemão."

A atenuação ocorrida na hostilidade internacional depende, em sua maior parte, de fatos não mais complexos ou abstrusos em si mesmos do que o conhecimento geográfico, mediante o qual percebemos o absurdo cometido pela pessoa simplória quando ataca um francês porque foi fraudada por um italiano.

Pode-se argumentar que no passado nunca houve essa identificação entre o povo e os atos do seu governo, que tornava logicamente explicável o ódio entre os países; não obstante, esse ódio nascia. Isso é certo, mas recentemente alguns novos fatores contribuíram para modificar o problema. Um deles é o fato de que nunca na história do mundo as nações foram entidades tão complexas como em nossos dias. O segundo é que nunca como hoje os interesses dominantes da humanidade transcenderam tão completamente a divisão do mundo em Estados. O terceiro fato é que, graças ao aperfeiçoamento das comunicações, nunca foi possível, como é hoje, contrapor a solidariedade das classes sociais e das idéias à presumida solidariedade dos Estados.

Jamais houve, em nenhum período do desenvolvimento do mundo, como existe hoje, um mecanismo para animar e personificar os interesses e as idéias, assim como os ideais coletivos que vemos expandir-se através de todas as fronteiras nacionais. As pessoas não percebem normalmente a que ponto nossas atividades se internacionalizaram. Duas grandes forças adquiriram um posicionamento internacional: de um lado, o capital; de outro, o trabalho e o socialismo.

Os movimentos sindicalista e socialista sempre foram internacionais e tendem a sê-lo cada vez mais. Raramente acontece uma greve importante em um país sem que as organizações sindicais de outros países aportem algum auxílio, e são grandes as importâncias contribuídas desta forma.

No que diz respeito ao capital, poder-se-ia dizer que a sua tendência fundamental é tão internacionalizante que torna desnecessária qualquer organização formal nesse sentido. Quando o Banco da Inglaterra corre perigo, o Banco da França o socorre automaticamente, mesmo nas épocas de aguda hostilidade política entre os dois países. Nos últimos dez anos, tive a oportunidade de discutir essa questão com finan-

cistas e com dirigentes sindicais e tive a surpresa de identificar em todos eles a mesma orientação internacional. Em nenhum domínio da atividade humana a internacionalização é tão completa quanto no campo das finanças. O capitalista não tem pátria e, se está atualizado, sabe que, para os seus objetivos, armas, conquistas e sofismas sobre fronteiras são estéreis e muitas vezes contrários aos interesses financeiros. De seu lado, independentemente dos capitalistas, os patrões tendem a constituir uma forte organização internacional. Entre outros despachos de Berlim publicados pelo *Times* do dia 18 de abril de 1910, encontramos o seguinte, relativo a uma grande greve no setor da construção, em que cerca de 250 mil trabalhadores cruzaram os braços. Citando um colaborador de jornal do Norte da Alemanha, o correspondente escreve:

> "O autor faz finca-pé na eficiência dos preparativos dos empregadores. Diz, em particular, que provavelmente o *lock-out*, com a exclusão dos grevistas, poderá ser estendido às indústrias associadas à da construção, especialmente a do cimento, e que em breve os patrões completarão uma aliança que impedirá que os operários alemães encontrem trabalho nos países vizinhos, garantindo a esses empresários todo o apoio imaginável no exterior. Diz-se que a Suíça e a Áustria deviam concluir em breve tempo tratados nas mesmas condições dos que já existem na Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e França, e que a Bélgica e a Itália ingressariam nesse sistema, já havendo assim uma completa cooperação por parte de todos os vizinhos da Alemanha, com exceção da Rússia. Nessas condições, é evidente que os órgãos da imprensa operária apresentarão depoimentos complicados sobre a premeditação dos patrões. O *Vorwaerts* comprova que estes já há algum tempo se vinham preparando para 'experimentar as suas forças', e isto está demonstrado. Com efeito, o órgão oficial dos empregadores afirma textualmente que toda intervenção será inútil até que 'as forças se tenham medido em uma batalha franca.'"

Vemos também que essas forças fazem sentir a sua influência no campo da psicologia, de que estamos tratando agora especialmente. Hoje, quem pensaria em comparar, por exemplo, a vaidade nacional com a individual? Não teremos compreendido o absurdo que isso implica?

Citei estas palavras do Almirante Mahan:

> "Até abranger territórios estrangeiros, a extensão da autoridade nacional – nota dominante da política mundial em nossos dias – dignifica e engrandece cada Estado e cada cidadão que ingressa no domínio daquela autoridade ... Sentimento, imaginação, aspirações, a satisfação das faculdades racionais e morais orientadas para um objetivo melhor do que apenas o pão, tudo deve contribuir para formar uma motivação digna. Como os indivíduos, as nações e os impérios têm corpo, assim como alma. O cumprimento de obra ampla e benéfica alimenta satisfações mais dignas do que a simples obtenção de recursos materiais."

Já é tempo de entender que tudo isso não passa de simples música de palavras, aliás uma música muito nociva. Examinemos a questão de perto.

O homem que se vangloria dos seus bens não costuma ser muito agradecido ou admirado; mas ao menos esses bens se destinam ao seu uso pessoal e o deixam com uma satisfação tangível, material e sentimental. Seu objetivo é conseguir uma certa deferência social em função do dinheiro que possui, deferência que não nasce de motivos elevados, mas cujos sinais ostensivos satisfazem a vaidade desse homem. Acontecerá o mesmo com o cidadão de um Estado importante, em comparação com o habitante de um Estado menor? Haverá quem pense em tratar com deferência um *mujik* russo porque a Rússia é um dos Estados de maior extensão territorial? Por outro lado, haverá quem despreze Ibsen ou Björnson – qualquer cidadão escandinavo, belga ou holandês – sob o pretexto de que pertencem aos menores países da Europa? Seria absurdo, e só a completa falta de atenção à realidade das coisas levaria a falar assim. Normalmente não atentamos para o fato de que a extensão territorial de um país em nada afeta materialmente o seu cidadão e que a situação pessoal de um holandês não melhoraria se a Holanda fosse absorvida pelo Império Alemão, convertendo-o assim em cidadão de um país mais importante; da mesma forma, perdemos de vista o fato de que a sua posição moral permaneceria inalterada. A idéia de que um russo "se dignifica e engrandece" cada vez que a Rússia amplia suas fronteiras asiáticas ou "russifica" um Estado como a Finlândia, ou de que um norueguês "se dignificasse" se o seu país fosse conquistado pela Rússia, e ele convertido em cidadão

russo, não passa de palavras sentimentais e perniciosas. Observação que é reforçada pelo fato de que os russos mais sensíveis acompanham com esperança os sinais não da expansão, mas da dissolução desse Império gigantesco, "estúpido, com a estupidez dos gigantes, feroz com a sua ferocidade", assim como o surgimento, dos seus escombros, de uma pluralidade de sociedades completas, donas de si mesmas, "com membros unidos entre si pela simpatia vital e orgânica, não pela submissão a um mesmo policial".

Os fatos mais triviais da nossa vida social nos mostram diariamente até que ponto é pueril e carente de substância a algaravia do prestígio nacional, quando o seu conteúdo é avaliado com relação aos fatos da experiência comum. Em matéria de considerações sociais, a última questão suscitada é a da nacionalidade, mesmo naqueles círculos que cultivam o *chauvinisme,* o repúdio ao estrangeiro. Os membros da família real inglesa têm uma noção tão elevada da dignidade inerente à condição de membros do Império Britânico que os seus membros se casam com pessoas pertencentes à casa real dos Estados mais insignificantes, mas considerariam o casamento com um inglês ou inglesa sem sangue real como um rebaixamento inaudito. Esse critério prevalece de forma tão decisiva em todas as dinastias européias que atualmente nenhum soberano europeu pertence ao povo sobre o qual reina. Em todas as questões sociais, é seguido o mesmo princípio. Em nossos meios "ultra-refinados", um italiano, um romeno, um português e até mesmo um turco são bem recebidos, desde que sejam nobres, enquanto um comerciante inglês seria excluído.

Essa tendência foi percebida por todos os autores que estudaram as reações internacionais modernas com espírito científico. F. Baty, por exemplo, conhecido pelos seus estudos sobre o direito internacional, escreve:

> "Em todo o mundo a sociedade tende a organizar-se por estratos. O comerciante inglês chega a Varsóvia, Hamburgo ou Livorno, em viagem de negócios, e encontra no comerciante alemão, russo ou italiano as idéias, o tipo de vida, as simpatias e aversões com que está familiarizado no seu proprio país. A imprensa e os meios de transporte reduziram muito a importância local.

> Os filhos da geração mais recente começam a respirar a atmosfera mental dos seus confrades, não dos vizinhos. Seja leitor da *Revue des Deux Mondes* ou do *Tid Bits*, no cidadão moderno há duas tendências que se acentuam simultaneamente: o cosmopolitismo e a filiação por classe social. Se esse processo se sustentar por alguns anos, teremos os interesses comuns das classes cosmopolitas convertidos em fatores mais potentes do que os interesses comuns que unem os súditos de um Estado. O comerciante argentino e o capitalista britânico vêem igualmente nos sindicatos possíveis inimigos – sejam eles argentinos ou britânicos. O trabalhador do porto de Hamburgo e seu colega que trabalha no porto de Londres não antepõem os interesses nacionais às suas exigências básicas de classe. O sentimento internacional de classe é uma realidade, e mais do que apenas uma realidade nebulosa, pois essa nebulosa já mostra centros de condensação. Há não muitos dias o Senhor Runciman, que não se pode qualificar de conservador, presidiu um encontro no qual foram estabelecidos os fundamentos de uma União Internacional de Navegação, destinada a congregar em uma organização comum os proprietários de navios de todos os países. O dia em que se reconheça que os interesses genuínos dos Estados modernos não são nacionais, mas sociais, os resultados serão surpreendentes.[95]

Como mostra muito bem o Senhor Baty, essa tendência, que ele chama de "estratificação", estende-se a todas as classes:

> "É impossível desconhecer o significado dos congressos internacionais, não só socialistas, mas de pacifistas, esperantistas, feministas, de toda espécie de arte e ciência, que caracterizam hoje a época das férias. Como fator limitativo, a nacionalidade vai desaparecendo diante do cosmopolitismo. O socialismo não encontrará qualquer obstáculo para canalizar suas forças pela esfera internacional.[96]

[95] *International Law*, Londres, John Murray.

[96] Falando na Sociedade Real das Artes, em 15 de novembro de 1911, sobre o desenvolvimento das relações internacionais, Lorde Sanderson disse: "Na minha opinião, o traço mais notável das relações internacionais nos nossos dias é o aumento das exposições, associações e conferências internacionais de todo tipo, sobre todos os assuntos imagináveis. Quando ingressei no *Foreign Office*, há mais de cinqüenta anos, as conferências eram quase que exclusivamente uma formalidade diplomática, para resolver alguma questão territorial ou política urgente do interesse de vários Estados. Mas, com o passar do tempo, não só as conferências políticas aumentaram em número e freqüência, como surgiu a prática das reuniões ou assembléias mais ou menos oficiais, que conhecemos como congressos e conferências.

> "Enfrentamos assim o surgimento de uma situação em que a força da nacionalidade será claramente inferior à da coesão dentro de cada classe, e em que as classes se organizarão no campo internacional de modo a poder esgrimir a sua força de modo eficaz. Uma perspectiva que nos leva a reflexões curiosas."

Em forma apenas embrionária, temos hoje um grupo de motivos que, além de se oporem reciprocamente, concordam pelo menos em um ponto: a organização da sociedade em bases distintas da divisão territorial e nacional. Quando motivos dessa amplitude impulsionam uma tendência, não é exagero dizer que até as estrelas do céu, girando na sua órbita, atuam no mesmo sentido.

PARTE 3

Capítulo I

RELAÇÃO ENTRE DEFESA E AGRESSÃO

A necessidade da defesa provém da existência de um motivo para o ataque. As rivalidades que todos ignoram. Atenuar o motivo para a agressão equivale a fomentar o trabalho de defesa.

Na sua expressão mais ampla, a tese proposta neste livro – que o mundo deixou para trás o período do seu desenvolvimento em que um grupo civilizado podia aumentar seu bem-estar mediante o domínio militar sobre outros grupos – ou é verdadeira ou é falsa. Se é falsa, está claro que não explicará os problemas da nossa época, e não encontraremos em nenhuma parte as suas conseqüências práticas. Um regime de armamentismo, com alternativas de guerra, será então o estado lógico e natural da sociedade.

Mas a objeção mais comum que o livro tem encontrado é que, embora essa proposição central seja correta na sua essência, por assim dizer carece de qualquer valor prático, pelas seguintes razões: 1) porque o objetivo dos armamentos é a defesa, não a agressão; 2) porque, por mais certos que sejam esses princípios, o mundo não os aceita, e jamais os aceitará, pois os homens não se orientam pela razão.

No que diz respeito ao primeiro ponto, vale dizer que muitos dos nossos problemas desapareceriam se entendêssemos profundamente certas verdades que nos inclinamos a descartar como simples banalidades.

Dizer que "devemos preparar nossa defesa" equivale a afirmar que "alguém pensa em nos atacar", e isso significa dizer que "alguém tem motivos para nos atacar". Em outras palavras, o fato fundamental do qual emana a necessidade dos armamentos, e que explica em sua essência o militarismo europeu, é *a força do motivo que impele à agressão* (no con-

ceito de agressão incluímos naturalmente a imposição de uma força superior, tanto por meio do seu emprego efetivo como da ameaça explícita ou implícita desse emprego).

Esse motivo pode ser material ou moral; pode surgir do conflito real de interesses ou de um conflito simplesmente imaginário. Mas, à medida que desaparece a perspectiva de agressão, desaparece também a necessidade da defesa.

Ora, serão essas trivialidades totalmente supérfluas?

Vou reproduzir algumas das críticas recebidas por este livro. Por exemplo, do *Daily Mail*:

> "As grandes nações estão armadas não tanto porque aspirem a conquistar os despojos da guerra, mas pelo desejo de evitar os seus horrores; as armas são destinadas à sua defesa." (6 de janeiro de 1910)

E o *Times*:

> "Não há dúvida de que [em uma guerra] o vencedor sofre. Mas quem sofre mais: ele ou o vencido?" (10 de março de 1910)

As observações do *Daily Mail* datam de três meses depois da sua furiosa campanha em favor da criação de uma grande marinha, com base na idéia de que a Alemanha perseguia "os despojos da guerra". Assim, o aumento do poder naval da Inglaterra foi o resultado direto dessa motivação, na ausência da qual não se teria suscitado a questão do aumento do poder naval inglês.[97] A única justificativa invocada pelos que clamavam por esse aumento era que estávamos expostos a um ataque. Todos os países europeus justificam da mesma forma os seus armamentos; portanto, todos acreditam na existência universal de motivos para o ataque.

---

[97] "O governo alemão se esforça com tensão máxima, com o apoio zeloso do seu povo, na preparação de uma luta contra este país." (*Morning Post*, 1º de março de 1912). "Quando surgir a oportunidade, a vontade insatisfeita do Estado armado atacará, com toda probabilidade, os vizinhos mais saciados, sem o menor escrúpulo, despojando-os sem piedade." (Dr. Dillon, *Contemporary Review*, outubro de 1911)

O *Times* tem sido só um pouco menos insistente do que o *Daily Mail* com respeito ao perigo da agressão alemã, mas das suas observações entende-se que o motivo dessa agressão não é o desejo de conseguir vantagens políticas ou outros ganhos de qualquer natureza. Ao que parece, os alemães reconhecem que a agressão é não só estéril quanto à utilidade dos seus resultados, mas altamente prejudicial; no entanto, mesmo assim a Alemanha estaria disposta a atacar – se ela se prejudicar com isso, outros se prejudicarão ainda mais.[98]

Da mesma forma que o *Daily Mail* e o *Times*, o Almirante Mahan não consegue compreender essa "trivialidade" em que se baseia a relação entre defesa e agressão.

Assim, ao escrever sobre este livro, valoriza a posição assumida pela Inglaterra durante a época napoleônica, para provar que a supremacia militar traz vantagens mercantis. Vejamos o trecho correspondente:

> "A Grã-Bretanha deveu então a sua superioridade ao controle do mar por meio das armas, colocando o seu comércio e a sua indústria ao abrigo de qualquer atentado do inimigo."

Portanto, a força militar tem um valor comercial, conclusão a que chegamos pelo método de omitir uma das partes, ao decidir uma questão que envolve duas delas.

Na verdade, a superioridade da Inglaterra não se deveu ao emprego da força militar, mas à faculdade de impedir o uso da força militar contra os seus interesses. E a necessidade de agir assim era o resultado do motivo que tinha Napoleão para ameaçá-la. Se não houvesse esse motivo para a agressão – motivo moral ou material,

[98] No capítulo VI da Segunda Parte, mostrei que esses ódios internacionais não são a causa de conflitos, mas sim o resultado de conflitos políticos reais ou presumidos. Se as diferenças da psicologia nacional – as incompatibilidades do caráter nacional – fossem a causa dos conflitos, como se explicaria o fato de que há dez anos ainda odiávamos os franceses como ao diabo e falávamos na possibilidade de uma aliança com os alemães? Se os azares da diplomacia nos tivessem levado a uma aliança com a Alemanha, contra a França, provavelmente não nos teria ocorrido detestar os alemães.

real ou imaginário –, a Grã-Bretanha teria desfrutado de prosperidade e segurança ainda maiores, sem precisar de qualquer espécie de força militar. Não lhe teria sido necessário gastar uma terça parte dos seus rendimentos com a guerra, quando no interior do país os camponeses não tinham o que comer.

De índole análoga às observações do *Times* são as do *Spectator*, que diz o seguinte:

> "A tese principal do Senhor Angell se reduz à afirmativa de que as vantagens geralmente associadas à idéia da independência e da segurança não existem fora do domínio da imaginação ... Sustenta que os ingleses seriam igualmente felizes sob o governo da Alemanha, assim como os alemães o seriam sob o domínio da Inglaterra. Por isso é irracional adotar medidas para perpetuar a ordem das coisas existente na Europa, uma vez que só os ideólogos sentimentais podem atribuir algum valor à manutenção dessa ordem ... Na sua vida privada, o Senhor Angell provavelmente é menos coerente e está menos disposto a divulgar o curioso evangelho do banditismo, segundo o qual para o sábio as palavras 'meu' e 'teu' não passam de nomes diferentes para a mesma coisa. Se ele deseja formar prosélitos fará bem em aplicar o seu raciocínio a um gênero de temas mais doméstico, convencendo o homem comum de que o matrimônio e a propriedade privada são tão ilusórios quanto o patriotismo. Se vamos desterrar o sentimento do campo da política, não há razão para conservá-lo no da moral."

Como a resposta a essa crítica inopinada toca justamente o ponto que precisa ser esclarecido, permito-me reproduzir aqui parte da carta que dirigi na oportunidade ao *Spectator*:

> "Até que ponto o que precede concorda com o alcance e o objeto do livro de que estamos tratando se compreenderá com a seguinte exposição dos fatos: o meu folheto não ataca o sentimento patriótico (a menos que o exame crítico da idéia da dignidade, como é entendida pelos duelistas, seja considerado um ataque). Na realidade, não se trata dessa idéia, que está fora dos limites da tese principal. Não sustentei – e ninguém poderá citar uma só linha de apoio a tal conclusão – que os ingleses seriam igualmente felizes sob o domínio da Alemanha. E não infiro que seria irracional adotar as medidas necessárias para preservar na Europa a ordem de coisas existente. Não mostro que as nações se defenderem é uma insensatez, não combato a inversão de dinheiro em armamentos, na situação atual. Ao

contrário: declaro com toda ênfase que enquanto a filosofia prevalecente for a que é, estamos obrigados a sustentar nossa posição relativa diante das demais potências. Admito que, enquanto houver o perigo de uma agressão por parte da Alemanha, como creio que há, devemos preparar-nos. Não prego o evangelho do banditismo, segundo o qual 'meu' e 'teu' são sinônimos, e a tendência do meu livro, de capa a capa, é exatamente a oposta, limitando-se a ensinar que o evangelho do banditismo, a que se reduz hoje a ciência política, não é mais possível entre as nações; e que, com a maior complexidade do mundo, a diferença entre 'meu' e 'teu' deve necessariamente ser acatada e observada, muito mais rigorosamente do que antes. Não pretendo desterrar os sentimentos do campo da política, se por isso se entende a moralidade comum que nos serve de guia em matéria de matrimônio, por exemplo, e de propriedade privada. O objetivo do meu livro é precisamente enfatizar a doutrina oposta, da forma mais incisiva: a saber, que os princípios da moralidade criados pelas nossas necessidades sociais devem ser aplicados também à sociedade das nações, à medida que ela se torne mais independente em virtude do nosso desenvolvimento.

"Só levei em consideração uma pequena parte do artigo do seu colaborador, que ocupa uma página inteira, e não creio exagerado dizer que ele todo é inexato e tão estranho à realidade do meu pensamento como a parte que citei. O que quis e quero significar é que a necessidade de defesa (a qual reconheço e recomendo decididamente que seja atendida) implica um motivo para a agressão, o qual resulta da crença, hoje universal, nas vantagens sociais e econômicas da conquista.

"Discuti esse axioma universal da política, procurando demonstrar que os progressos mecânicos dos últimos trinta ou quarenta anos, especialmente no campo das comunicações, determinaram certa ordem dos fenômenos econômicos, dos quais os mais característicos são a reação recíproca das bolsas de títulos e a dependência mútua dos grandes centros econômicos mundiais, que tornam a riqueza e o comércio modernos algo intangível, que não se pode capturar nem prejudicar de forma que traga vantagem para o agressor. O resultado disso é que a agressão está ultrapassada, não a defesa; e, quando cessa a agressão, a defesa deixa de ser necessária. Afirmei, assim, que nessas verdades pouco percebidas pode ser encontrada a solução para o armamentismo, e que, se fosse possível demonstrar como é infundado o motivo invocado para a agressão, a tensão européia se aliviaria imediatamente; e o risco de um ataque se reduziria em grande parte ao desaparecer ou diminuir o motivo da agressão. Perguntei se essa série de fatos econômicos (que os políticos europeus mal perceberam, embora pelo menos alguns sejam ligados a financistas altamente capacitados) não tenderia a modificar profunda-

mente os axiomas da política, e insisti na importância de rever esses axiomas, à luz dos fatos citados.

"Em vez de falar sobre essas questões, o seu colaborador me acusa de criticar o 'patriotismo', argumentando que 'os ingleses seriam igualmente felizes sob o governo da Alemanha' e outras tolices injustificáveis. Pode-se chamar isso de uma crítica séria, digna de ser publicada no *Spectator*?"

O crítico do *Spectator* retrucou do seguinte modo:

"Se o livro do Senhor Angell me tivesse causado a mesma impressão da sua carta, eu o teria estudado com outro ânimo. Só posso alegar que escrevi sob a impressão causada apenas pelo que li. Ao contestar a forma como ele enuncia os fatos, permitir-me-ei fazer as seguintes correções: 1) em vez de dizer que segundo o Senhor Angell os ingleses seriam igualmente felizes sob o regime alemão, dever-se-ia ter dito que eles seriam igualmente prósperos. Mas, segundo a sua teoria de que o bem-estar material é 'o objetivo supremo' de toda política, os dois termos poderiam ser mutuamente substituíveis; 2) a ordem existente na Europa repousa no suposto valor econômico da força política. Opondo-se a isso, o Senhor Angell sustenta a futilidade econômica da força política. Adotar medidas para perpetuar uma ordem baseada em uma futilidade me parece realmente irracional; 3) não disse que o Senhor Angell se opõe aos gastos com armamentos enquanto prevalecer a atual filosofia; 4) a insistência do livro com respeito à loucura econômica que é o patriotismo, da forma como é entendido, parece-me indicar realmente que 'o sentimento deveria ser banido da política'. Admito porém que isso era só uma dedução, embora – insisto em pensar assim – uma dedução legítima; 5) peço desculpas pela frase 'evangelho do banditismo'. Como quase todas as frases retóricas, ela tem o inconveniente de ser mais sensacional do que exata."

Na verdade, essa réplica ainda revela a confusão predominante nas primeiras observações do colaborador do *Spectator*. Como eu afirmei que a Alemanha só poderia causar-nos relativamente pouco dano, uma vez que qualquer prejuízo que nos causasse refluiria imediatamente contra a sua própria prosperidade, o crítico descobre que isso equivale a declarar que os ingleses seriam igualmente prósperos e felizes sob o governo da Alemanha; não leva em conta o fato de que, se os alemães se convencessem da inutilidade material da conquista, deixariam de tentá-la, e portanto não caberia discutir a questão da prospe-

ridade e da felicidade dos ingleses sob o governo alemão. Em vez de pensar que os ingleses diriam: "Que venham os alemães!", teríamos os alemães perguntando-se: "Que iríamos fazer lá?" Quanto à segunda questão do crítico, eu disse expressamente que nossa norma de conduta não deve ser o interesse real dos nossos rivais, porém o que eles consideram como o seu interesse próprio. A força militar é certamente fútil como recurso econômico, mas, enquanto a política alemã se identificar com a aceitação do seu valor econômico, teremos de opor a ela o único elemento capaz de detê-la.

Há alguns anos, um banco de uma cidade mineira do Oeste americano sofreu assaltos repetidos, pois sabia-se que uma grande empresa, dona da cidade, mantinha ali somas importantes para o pagamento de diárias aos seus trabalhadores. Por isso a empresa adotou o sistema de efetuar pagamentos mediante cheques contra um banco de São Francisco e organizou as coisas de modo a suprimir praticamente a necessidade de manter um estoque de grande quantidade de ouro na cidade. Em conseqüência, terminaram os assaltos.

Com a demonstração de que o ouro tinha sido substituído por créditos escriturais em um banco, o que se fez foi um trabalho de defesa tão genuíno como se uma grande quantia tivesse sido gasta com a instalação de fortificações em torno da cidade. E, entre esses dois métodos, o recurso a um banco, com a substituição do ouro por cheques, é não só infinitamente mais barato como muito mais eficaz.

Mesmo se as deduções do *Spectator* fossem verdadeiras (e em sua maior parte não o são), elas deixam de levar em conta um elemento de suma importância. Ainda que o meu livro dissesse efetivamente que "o patriotismo é uma loucura", caberia perguntar de que forma isso afeta o que está em discussão, já que afirmei que os países têm o direito de proteger contra outros países até mesmo as suas loucuras. Qualquer que seja a minha opinião particular a respeito dos espiritualistas, dos adventistas ou dos partidários da "Ciência Cristã", mesmo que os considere loucos e nocivos eu seria o primeiro a opor-me com toda a energia de que fosse capaz à promulgação de uma lei para eliminá-los pela força. Em que sentido essas duas atitudes se contradizem? A que estamos discutindo é, creio, a das pessoas

educadas de todo o mundo. Em si mesmo o fato carece de importância e pouco tem a ver com o assunto; mas, em certas questões relativas à lei e à prática social e da filosofia política, prefiro as idéias inglesas às que prevalecem na Alemanha. Assim, se acreditasse que a defesa dessas idéias exigiria indefinidamente o recurso a grandes armamentos, não teria escrito este livro. Mas estou certo de que a idéia de que isso é necessário se baseia em uma grande ilusão, porque, na situação atual do mundo e no estado presente da filosofia política, a Alemanha nem remotamente pensa em fazer a guerra para impor-nos uma mudança de idéias em matéria de legislação ou de literatura, de arte ou organização social; e também porque, mesmo que os alemães pensassem assim, estariam alimentando ilusões que logo seriam obrigados a abandonar, uma vez que o Império Alemão não poderia resistir indefinidamente à influência das idéias prevalecentes na Europa; da mesma forma que nenhum Estado europeu importante pôde subtrair-se ao movimento que pôs fim pela força à imposição de um credo religioso oficial. Eu gostaria de contribuir para o estabelecimento formal de uma doutrina européia análoga – parte tão essencial da defesa como a construção de navios de guerra. E sustento que deveríamos insistir nessa propaganda, a título de defesa, até que a Alemanha a acolhesse.

Em grande parte a confusão de que estamos tratando provém de um certo temor nebuloso de que idéias como as expressas neste livro possam reduzir a mobilização da nossa defesa, colocando-nos em posição relativamente mais débil do que antes com relação aos nossos rivais. No entanto, omite-se o fato de que, se o progresso das idéias debilita a energia agressiva dos nossos vizinhos, na verdade as posições respectivas se restabelecem, menos em um ponto: teremos dado um passo inicial rumo à paz, em vez de caminhar na direção da guerra. Esta nos levará inevitavelmente à pura e simples acumulação dos armamentos, na ausência de qualquer fator de compensação ou restrição.

Mas há um aspecto particular do desconhecimento da relação entre defesa e agressão que nos leva a considerar mais de perto a influência desses princípios sobre as questões da política prática, o que vamos fazer em seguida.

Capítulo II

ARMAMENTOS, MAS NÃO SÓ ARMAMENTOS

O que determina a conduta dos homens não são os fatos, mas a idéia que eles fazem desses fatos. Solução de um problema com dois fatores mediante o desconhecimento de um deles. O resultado fatal desse sistema. A marinha alemã como um "luxo". O que acontecerá se as duas partes concentrarem suas energias no armamentismo e nada mais.

Conforme observou um certo escritor, "o que importa não são os fatos, mas as opiniões que os homens têm sobre eles". E isso acontece porque o comportamento dos homens é determinado não necessariamente pela conclusão correta que se deduz dos fatos, mas pela conclusão considerada correta.

Quando os homens queimavam bruxas, agiam exatamente como se o que consideravam certo fosse efetivamente certo. A verdade efetiva era o que menos podia influir na sua conduta, porque eram incapazes de reconhecê-la. O mesmo acontece na política. Enquanto a Europa estiver dominada por velhas crenças, elas exercerão na política virtualmente a mesma influência que teriam se tais crenças correspondessem à verdade.

Assim como aconteceu no caso da queima das bruxas – em que uma mudança de conduta se seguiu à mudança de opinião, o que por sua vez resultava de uma investigação mais científica dos fatos – a mudança da política européia só poderá ocorrer em função de uma mudança nas idéias prevalecentes, a qual só acontecerá quando as energias humanas nesse campo deixarem de privilegiar exclusivamente o aprimoramento dos instrumentos bélicos. Não só é certo que as melhores idéias derivam unicamente da maior atenção dada ao significado dos fatos reais, como a tendência direta dos preparativos

para a guerra (com as suspeitas que engendram e os problemas que ocasionam) é levantar obstáculos constantes, mecânicos e psicológicos, a qualquer mudança de opinião, e a todo acordo de vontades. Dou o exemplo do General Friedrich von Bernhardi, que acaba de publicar um livro a favor da guerra como agente regenerador das nações, pregando como linha de conduta por parte da Alemanha o ataque a determinados inimigos, antes que estes possam atacá-la. Vamos supor que a nossa reação seja o aumento dos preparativos militares. Qual o resultado? O melhor que von Bernhardi poderia desejar. Com efeito, qual seria efetivamente o resultado desse aumento da preparação bélica britânica sobre os alemães, mesmo os mais dispostos a discordar de tal doutrina? Impor-lhes o silêncio, fortalecendo os argumentos dos belicistas. Seu conselho, a princípio errôneo, passaria a ser relativamente prudente: seus argumentos teriam sido respondidos por meio da força. E o silêncio dos seus críticos induziria cada vez mais as outras nações a aumentar seus armamentos, sentindo-se ameaçadas pela atitude alemã; e cada aumento reforçaria a justificativa da escola de Bernhardi, desautorizando os seus adversários. Desgraçadamente, o processo pelo qual a força tende a extinguir a razão é progressivo e cumulativo, um círculo vicioso que só se interrompe com a introdução em algum ponto do fator racional.

Eis por que, segundo meus contestadores, todo o nosso empenho deve concentrar-se na acumulação de elementos de força.

Ao abordar este tema, a atitude do homem comum, quase universal e invariável, é mais ou menos a seguinte: "Como homens práticos, o que devemos fazer é simplesmente nos tornarmos mais fortes do que os nossos inimigos. O resto é pura teoria e não tem sentido."

Ora, o resultado não é nem pode deixar de ser senão a catástrofe. Em vez de nos aproximarmos da solução, afastamo-nos dela.

Na primeira edição deste livro escrevi o seguinte:

> "Devemos suspender todos os preparativos bélicos, baseando-nos em que a nossa derrota não pode favorecer nossos inimigos nem causar-nos um grave prejuízo? Não é essa absolutamente a conclusão que se retira das considerações aqui expostas. É evidente que, enquanto prevalecer na Europa,

quase universalmente, o equívoco que vê vantagens materiais para o conquistador na sujeição política e militar de outros países, corremos todos o perigo de sofrer uma agressão.

"Não será o interesse real e verdadeiro do nosso presumível agressor que lhe dará motivo para atacar-nos, mas um interesse fictício e imaginário. E, como a ilusão de que estamos tratando domina realmente os espíritos mais ativos da política européia, enquanto perdurar essa situação é nosso dever considerar que, em termos práticos, a agressão é uma possibilidade, até mesmo com as características extremas pressentidas pelo Senhor Harrison (o que está fora dos limites da possibilidade é o grau de devastação que ele prevê como resultado do ataque, o que, creio, ficou demonstrado ao longo destas páginas).

"Só desta forma posso entender que o nosso país, ou qualquer outro, encontre uma justificativa para adotar medidas defensivas contra uma semelhante agressão. Portanto, o meu objetivo não é proclamar o desarmamento sem levar em conta o que estão fazendo os outros países. Enquanto a filosofia política adotada na Europa continuar a mesma, não serei eu quem vai propor a redução de uma só libra no nosso orçamento militar."

Hoje, não vejo motivo para mudar uma só linha do que escrevi naquela oportunidade. Mas se toda a nossa atuação nesta matéria se concentrar no instrumental militar, se a atenção do país descurar todos os demais fatores, os patriotas sinceros terão cada dia um motivo mais forte para perguntar-se se é justo e razoável contribuir para um aumento tão espantoso dos nossos armamentos. Não faltará quem sustente, talvez com razão, que, dos riscos que corremos, o de um ataque devido à superioridade eventual da força militar de um competidor é menor do que o de chegar a um conflito por haver concentrado todas as nossas energias na preparação nos instrumentos de combate, sem nos darmos ao trabalho de compreender a realidade das coisas. E me vejo na situação de opinar assim sem retroceder um só passo na crença constante, e apaixonada, de que um país tem a obrigação de sacrificar o seu último centavo e o seu último cidadão para defender-se de um ataque.

Neste particular, parece que estamos fatalmente condenados a um de dois tipos de ação: a do "homem prático", que se limita a sustentar uma política destinada a aperfeiçoar a máquina de guerra sem

cuidar de outra coisa, ou a do pacifista, que, diante da imoralidade e da brutalidade da guerra, condena todo esforço de defesa. O que é preciso é uma forma de atividade que abranja as duas metades do problema: medidas de educação e de reforma política juntamente com meios de defesa suficientes para opor-se ao impulso agressivo subsistente. Dedicar-se só a um dos lados da questão, excluindo o outro, é tornar o problema insolúvel.

Qual será o resultado inevitável se os povos seguirem o conselho do "homem prático" e dedicarem suas energias apenas à acumulação de armamentos?

Certa vez um crítico me fez a seguinte pergunta, que sem dúvida considerava definitiva: "O senhor propõe que sejamos mais fortes ou mais fracos do que os nossos inimigos?"

Respondi-lhe assim: "A última vez que me deparei com essa pergunta foi em Berlim, feita pelos alemães. Na sua opinião, como poderia respondê-la?" Com isso quis insinuar simplesmente que não é possível resolver a questão do ponto de vista de uma das partes. O resultado será inevitavelmente a guerra, a qual nada resolverá, sendo preciso recomeçar tudo outra vez, desde o princípio.

O catecismo da Liga Naval afirma: "A defesa consiste em tornar-nos tão fortes que atacar-nos seja perigoso para o inimigo."[99] Churchill vai mais adiante, e diz: "O modo de tornar a guerra impossível é tornar a vitória segura."

A definição da Liga Naval é pelo menos suscetível de ser aplicada à política prática, pois a equivalência aproximada dos dois contendores tornaria perigoso o ataque por qualquer um deles. O princípio de Churchill é na prática inaplicável, pois só envolveria uma das partes, privando a outra do direito de defesa, conforme o princípio da Liga Naval. Na realidade, tanto a Liga Naval, com a sua exigência de manter dois navios de guerra para cada um do rival, como Churchill, com seu plano de garantir a vitória, negam à Alemanha o direito de defender-se. Negativa que, tratando-

[99] Dir-se-ia que o preâmbulo da Lei Naval alemã foi reproduzido do Catecismo da Liga Naval britânica.

se de um povo animado por motivação análoga à nossa, tem forçosamente que provocar emulação. Quando se diz, como faz a Liga Naval, que um país que se respeita não deve confiar a sua segurança à boa vontade do estrangeiro, mas contar com suas próprias forças, se está dizendo à Alemanha que sustente seu empenho de chegar a igualar-nos na medida do possível. E, ao avançarmos mais ainda, como Churchill, declarando que um país tem o direito de fortalecer-se ao ponto de garantir a vitória sobre os seus rivais, está claro que, se a Alemanha adotar a mesma doutrina, o fruto inevitável só pode ser a guerra.

Antecipando-se a essa objeção, Churchill sustenta que para a Alemanha a supremacia marítima é um luxo, enquanto para a Inglaterra é uma necessidade; e que, no caso da Alemanha, um esforço naquele sentido seria um simples capricho, que não corresponde a qualquer necessidade real do seu povo e não obedece a nenhum impulso identificado com as necessidades nacionais.[100]

[100] Em um artigo de janeiro de 1897, o *Spectator* observava a posição desesperada em que se encontraria a Alemanha, se a Inglaterra algum dia quisesse atacá-la. O próprio jornal, que tanto se ressente com a expansão da marinha alemã , considerada uma ameaça implícita à Inglaterra, comentava naquela oportunidade o seguinte: "A Alemanha tem uma grande marinha mercante, e a sua bandeira é encontrada em toda parte. Mas, se uma guerra fosse declarada, todos os navios mercantes alemães estariam à nossa mercê. Nossos cruzadores poderiam capturar e confiscar os navios alemães em todos os mares do mundo. Na primeira semana de guerra, a Alemanha teria sofrido perdas de muitos milhões de libras com essa captura dos seus navios. E isso não é tudo. Nossas colônias estão cheias de casas comerciais alemãs, que fazem grandes negócios, apesar da competição extremada ... Naturalmente não pensaríamos em puni-las de qualquer forma, mas a guerra implicaria a transposição dos seus negócios para outras mãos, dentro de certas condições, e a sua retirada obrigatória do comércio alemão. Desse modo, a Alemanha perderia uma situação comercial conseguida com muitos anos de trabalho ... Pense-se, além disso, no que representaria para os alemães o fechamento de todos os seus portos. Hamburgo é um dos maiores portos do mundo. Qual seria a sua condição no dia em que nenhum navio pudesse entrar ou sair desse porto? Na realidade, é difícil sustentar um bloqueio, mas a situação de Hamburgo facilitaria comparativamente essa operação. Na verdade, o bloqueio de todos os portos da Alemanha no Báltico e no Mar do Norte não apresentaria grande dificuldade... Imagine-se o que aconteceria na Alemanha se a sua bandeira desaparecesse dos mares e os seus portos fossem bloqueados. É possível que o país não sentisse falta das suas colônias, que não passam de um peso; mas a perda do seu comércio marítimo custaria no mínimo centenas de milhões de libras. Em suma, por mais que a Alemanha conduzisse a guerra com a maior prudência e sabedoria, o resultado seria uma perda terrível, enquanto para nós a perda seria virtualmente zero." Devido a isso, os alemães têm de resignar-se a ouvir um Ministro da Marinha inglês afirmar que a marinha do seu país não passa de um luxo.

Se é assim, dispomos do melhor argumento imaginável para pedir que o caso seja decidido por um mútuo acordo, levando a cabo a reforma política da Europa – que é o objetivo destas páginas.

Temos a escola de Churchill, que nos diz: o risco de agressão por parte da Alemanha é tão grande que precisamos contar com uma preponderância de forças decisiva: dois a um. A Alemanha está disposta a correr riscos tão grandes que sem dúvida nos atacará se não houver uma garantia absoluta da nossa vitória. No entanto, segundo essa mesma escola, o impulso que acarreta esses gastos enormes e levanta riscos tão grandes pode ser um simples capricho, um luxo; e em si mesmo o assunto é estranho a qualquer necessidade nacional efetiva.

Na presença de tudo isso, devemos concordar que já é tempo de encetar em toda a Europa uma campanha educativa; já é tempo de os 65 milhões de cidadãos que ganham a vida arduamente, e cujo dinheiro serve de combustível para sustentar essa rivalidade, perceberem a realidade das coisas. Esse "capricho" custou aos dois países, Inglaterra e Alemanha, nos últimos dez anos, uma importância maior do que a indenização paga pela França à Alemanha. Será que Churchill supõe que esses milhões de pessoas saibam ou imaginem por um só instante que a luta em questão é um simples capricho, um luxo supérfluo e nada mais? E se chegassem a sabê-lo, a perceber tudo isso, não seria um pouco difícil para o governo alemão continuar sustentando uma comédia tão custosa?

Mas aqueles que na última década têm sustentado na Inglaterra a campanha armamentista na verdade *não acreditam* que o comportamento da Alemanha seja o resultado de um simples capricho. Sendo parte da opinião pública européia, como são, subscrevem a doutrina prevalecente na Europa de que a Alemanha se vê obrigada a seguir essa linha de conduta como exigência da necessidade nacional, que inclui a expansão territorial e a busca de sustento e de um futuro seguro para a população que cresce. Se é assim, o que estamos pedindo à Alemanha, ao exigir que renuncie a essa competição, é simplesmente que atraiçoe as gerações futuras; que subtraia dessas gerações, voluntária e deliberadamente, a herança que lhes proporcionaria a força e a iniciativa

da geração atual. Se a nossa doutrina comum é verdadeira, estamos pedindo à Alemanha que cometa um suicídio nacional.[101]

Com que base poderíamos pretender que a Alemanha concordasse em suicidar-se? Por que razão ela deveria ser menos tenaz e vigilante, menos zelosa dos seus interesses nacionais e da sua posteridade, menos fiel do que outros países aos grandes impulsos nacionais? Já passou a época em que se podia convencer as pessoas educadas de que um inglês valia tanto quanto três estrangeiros. Não obstante, uma crença simplória e absurda como essa seria a única justificativa a invocar para reduzir a nossa política à questão do armamentismo.

O próprio Almirante Fisher se atreve a escrever o seguinte:

> "A supremacia da marinha britânica é a melhor garantia da paz mundial ... Se aqui e no exterior todos perceberem a verdade de que estamos prontos para a guerra a qualquer momento, com todas as unidades das nossas forças na linha de frente prontas para entrar em combate e ferir o inimigo no ventre, pisoteando-o uma vez por terra, a ferver seus prisioneiros em azeite, a torturar suas mulheres e filhos, então ninguém se atravessará no nosso caminho."

Será que o Almirante Fisher renunciaria a adotar determinada linha de conduta pelo temor de que alguém pudesse "feri-lo no ventre etc."? Na verdade, ele rejeitaria essa idéia por desprezível, respondendo que a ameaça seria mais um incentivo para manter o seu propósito. Mas, quem disse ao Almirante Fisher que ele tem o monopólio da coragem, e que os Almirantes alemães não fariam o mesmo? Já é tempo de renunciarmos à idéia, um tanto infantil, de que ninguém mais tem a nossa

[101] Desse modo, o verdadeiro credo da Inglaterra é o seguinte: "Por que a Alemanha atacaria a Inglaterra? Porque os dois países são rivais comerciais e políticos; porque a Alemanha ambiciona ter o comércio, as colônias e o império que tem hoje a Inglaterra ... Com respeito à arbitragem e à limitação dos armamentos, não é preciso um grande esforço de imaginação para ver essa proposta com os olhos da Alemanha. Se eu fosse alemão, pensaria: 'Esses ingleses são negociantes muito espertos. Tomaram conta do que há de melhor no mundo; compraram fortalezas e portos nos cinco continentes ou se apoderaram deles, colocaram-se na posição de comando do comércio, têm o virtual monopólio do intercâmbio comercial no mundo, possuem o domínio dos mares e agora nos propõem que nos comportemos como se fôssemos irmãos, pondo fim à disputa e ao conflito.'" (Robert Blatchford, *Germany and England*, pp. 4-13).

coragem e tenacidade, assim como a noção, não menos ilusória, de que coisas e fatos que não nos provocam medo ou mesmo hesitação poderiam assustar os nossos rivais.

No entanto, nessa matéria, temos como certo que os alemães são menos tenazes do que nós, e que em um conflito o medo os vencerá antes. Mas, que significa a fórmula dos "dois navios ingleses para cada navio alemão"? Temos a ajuda de Lorde Roberts, que propõe tranqüilamente, como contingência do futuro imediato, um orçamento naval da ordem de 80 a 90 milhões de libras esterlinas, mais o serviço militar obrigatório.[102]

Se hoje podemos fazer isso, por que a Alemanha não poderia fazer muito mais, dado o fato de que o seu desenvolvimento industrial supera o nosso, como ele próprio afirma? Mas, quando os alemães tiverem chegado a esse ponto, mantido o mesmo ritmo a Inglaterra precisaria de um orçamento naval da ordem de 150 a 200 milhões de libras e de um orçamento total para armamentos em torno de 250 milhões. E quando mais nos distanciarmos nesse caminho, pior será a nossa posição relativa em tal corrida enganosa e falaz.

O fim não pode deixar de ser o conflito. E já levantam a cabeça alguns políticos que nos aconselham a precipitar esse conflito.

Na importante revista inglesa *Nineteenth Century*, de abril de 1910, *Sir* Edmund C. Cox escreve o seguinte:

> "Não haverá assim uma alternativa para esta competição fútil e interminável na construção naval? Sim, há. É a que um Cromwell, um William Pitt, um Palmerston, um Disraeli teriam adotado já há algum tempo. Eis aqui esta alternativa, a única conclusão possível. Consiste em dizer à Alemanha: 'Tudo o que os alemães estão fazendo é uma sucessão de atos inamistosos. As boas palavras de nada servem. É preciso pôr fim, de uma vez por todas, aos preparativos militares. Se a Alemanha não se decidir a agir assim, de nossa parte vamos pôr a pique os seus couraçados e cruzadores, pois a situação que vocês criaram é intolerável. Se decidirem lutar conosco, se insistirem na guerra,

[102] *Facts and Fallacies: An Answer to "Compulsory Service"*, pelo Marechal de Campo Earl Roberts, V.C. K.G.

teremos guerra; mas a oportunidade de entrar em guerra será escolhida por nós e não por vocês. E essa oportunidade é agora."

Eis aonde nos conduziria inevitavelmente o empenho obtuso em acumular armamentos, desprezando qualquer idéia de aprimoramento doutrinário e político!

CAPÍTULO III

SERÁ POSSÍVEL A REFORMA POLÍTICA?

OS HOMENS não se dispõem a ouvir a voz da razão, "por isso não devemos usar a linguagem da razão". Mas serão imutáveis as idéias dos homens?

Vimos até aqui:

1) que a necessidade da defesa provém da existência de um motivo para o ataque;

2) que por conseguinte esse motivo é parte do problema da defesa;

3) que, como os vários povos da Europa comprometidos com esse empenho têm todos a capacidade de acumular armamentos, não podemos pensar em uma solução do problema da guerra e da paz exclusivamente pela via do armamentismo; é preciso chegar à causa da provocação, ao motivo da agressão;

4) que, se esse motivo emana de uma apreciação justa dos fatos, se o fator determinante do bem-estar e do progresso de uma nação é realmente o poder para que se consiga, com o emprego da força, vantagens sobre as outras nações, então a situação atual de rivalidade armada, com a possibilidade da guerra, é o estado natural e inevitável do mundo;

5) por outro lado, se essa concepção é incorreta, então nosso progresso no sentido de encontrar uma solução para o problema se expressará no reconhecimento progressivo do erro concebido por parte da opinião pública européia.

Chegamos assim à última trincheira ocupada pelos que, ativa ou passivamente, se opõem a toda propaganda dirigida nesse sentido.

Como já dissemos, no curso dos dois últimos anos houve uma mudança sensível no seio dessa oposição. Originalmente, a atitude

dos defensores do antigo credo político consistia em sustentar que a tese econômica esboçada neste livro era equivocada; depois se disse que os princípios apresentados eram corretos em si mesmos, mas alheios à realidade prática, já que a verdadeira causa do conflito entre as nações não residia nos seus interesses, mas nos seus ideais. Isso suscitava, naturalmente, a seguinte pergunta: que ideal, estranho às questões de interesse nacional, podemos encontrar no fundo do conflito mais notório e característico da nossa época? Que motivo ideal seria perseguido pela Alemanha em uma presumida agressão contra a Inglaterra? À falta de uma resposta satisfatória, foi preciso abandonar essa posição, e passamos a ouvir que os homens não se movem impulsionados pela razão, mas pela paixão. Perguntamos então a esses críticos como podem explicar o caráter geral da chamada "alta política", suas intrigas premeditadas, seu oportunismo, o jogo mutável de alianças e *ententes*, em harmonia com um sistema de interesses friamente calculados, com uma ordem de premissas, na verdade falsas, porém logicamente coordenadas. Por outro lado, se é assim que a experiência nos ensina diariamente – que a paixão determina a energia da nossa conduta em um determinado sentido –, é certo que esse sentido obedece propriamente a uma motivação de outra natureza. Por exemplo: João vê ao longe Pedro, seu inimigo mortal, e sente que seu ódio se exalta, suscitando no seu ânimo um pensamento homicida. Ao aproximar-se, percebe que não era Pedro que via, mas Mário, um vizinho inofensivo. Acalma-se, sem que sua natureza tenha mudado, mas porque, ao perceber um simples fato, mudou a direção dos seus impulsos. Em resumo, o que propomos é apenas esclarecer as nações que elas estão confundindo Mário com Pedro.

Agora, o último reduto dos nossos adversários é a afirmativa dogmática de que, embora tenhamos razão no que se refere aos fatos, não é possível demonstrá-los; que a transformação política da Europa desejada pelos racionalistas é um projeto insensato, pois implica uma mudança tão fundamental que precisaria ser feita ao longo de várias gerações.

Supondo que fosse assim, que se poderia deduzir? Deixaremos as coisas entregues a si mesmas, o campo internacional abandonado ao

domínio exclusivo das idéias perversas e malsãs?

Essa conclusão não pertenceria ao domínio da política, mas sim ao do fatalismo oriental: do "*kismet*" e da "vontade de Alá".

Uma atitude como essa não é admissível entre homens e nações que pertencem à tradição do mundo ocidental e são governados pelos impulsos que ele origina. Não podemos escapar desse modo a tais problemas, declarando que na política os homens não se deixam guiar pela razão e que portanto é inútil raciocinar em torno das questões políticas. O tempo dos estadistas é absorvido pela discussão dessas coisas, que estão presentes no pensamento e na linguagem dos homens e ocupam um espaço predominante na imprensa e na literatura. Por mais que eles desconfiem da eficácia do raciocínio para modificar o comportamento, a verdade é que continuam raciocinando. E o progresso da conduta humana depende estritamente do grau com que nossa inteligência alcança os fenômenos de modo geral.

O certo é que o conflito físico marca o ponto em que a razão deixou de surtir efeito; os homens se batem quando não podem "chegar a um entendimento", nas palavras de uma frase popular que é a expressão da verdade. Atreveremo-nos assim a negar a importância do entendimento correto das coisas? Não seria esse, pelo contrário, o melhor motivo para devotar nossas energias à tarefa de facilitar a aplicação da razão àqueles problemas que hoje só parecem solucionáveis mediante o emprego da força?

Chegamos assim, inevitavelmente, ao campo a que levam todos os caminhos nas discussões sobre o assunto. Onde quer que os abordemos, seja qual for o nosso plano e suas alternativas, o fim é invariável: nessa matéria o progresso dos homens depende do grau de exatidão das suas idéias; esse progresso se faz mercê das vitórias da mente e do caráter. Chegamos outra vez à região das trivialidades, mas são trivialidades negadas por todos. Eis o que diz o *Spectator*:

> "Pelo que nos toca, quando se refere à proposição econômica fundamental, está pregando a convertidos ... Se as nações fossem perfeitamente pacíficas e sustentassem doutrinas econômicas perfeitamente sãs, reconheceriam que a mudança é uma união de forças e que é absurdo odiar os que

cooperam conosco, ou invejá-los ... Os homens são criaturas selvagens e sanguinárias ... e, quando o seu sangue ferve, lutam por uma palavra ou um sinal; ou então, como diz o Senhor Angell, por uma ilusão."

No outro extremo da cadeia jornalística – no caso de Blatchford, por exemplo –, as objeções levantadas são as mesmas:

> "É possível que o Senhor Angell tenha razão quando argumenta que a guerra é improdutiva para os dois beligerantes. Não acredito nisso, mas pode ser verdade. No que se engana, porém, é quando pensa que a sua teoria impedirá a guerra na Europa. Para impedir a guerra na Europa, é preciso algo mais do que a verdade das suas teorias: é necessário que os ministros militares, diplomatas, financistas e trabalhadores europeus acreditem na verdade dessa teoria ... Enquanto os soberanos pensarem que a guerra lhes traz vantagens (veja-se Clausewitz) e acharem que dispõem da força suficiente para isso, a guerra continuará a existir ... E continuará existindo até que os homens se convençam plenamente de que ela não lhes trará nenhuma vantagem."

Por conseguinte, argumenta Blatchford, é fútil demonstrar que a guerra não pode acarretar quaisquer vantagens.

Não tenho o propósito de entrar em uma controvérsia, e a conclusão que coloco na boca do Senhor Blatchford não é imaginária. É sua própria conclusão, tal e como ele próprio a deduziu. O artigo do qual estou colhendo suas palavras tinha por objetivo demonstrar a futilidade de livros como este e servia de réplica a uma edição anterior desta obra. Tanto Blatchford como outros contestadores deveriam ter compreendido que o enunciado aqui não é a impossibilidade da guerra, mas a sua futilidade. Disse e repeti enfaticamente que nossa ignorância do assunto torna a guerra não só possível como altamente provável. O que respondem, porém, é que a demonstração da sua futilidade é em si mesma fútil!

A argumentação desse crítico, como de outros, pode ser decomposta assim nos seus vários elementos:

- Os ministros militares e os diplomatas perseveram em aderir às falsas teorias de épocas passadas; *por conseguinte*, devemos deixar intactas

essas teorias, evitando discuti-las de modo geral;

- As nações não percebem a realidade dos fatos; por isso não devemos atribuir a menor importância à tentativa de divulgá-los;
- Esses fatos afetam profundamente o bem-estar dos povos europeus; *por conseguinte* não estimularemos o seu estudo detido e sistemático;
- Se tais fatos fossem geralmente conhecidos, o resultado prático seria o desaparecimento da maior parte das dificuldades que hoje enfrentamos; *por conseguinte*, todos os que procuram torná-los inteligíveis não passam de pessoas sentimentais, mais ou menos simpáticas, visionárias etc.;
- O que importa não são as coisas em si mesmas, mas a opinião que os homens têm sobre elas;[103]
- *Por conseguinte*, não se deve tentar modificar essa opinião;
- O único meio pelo qual essas verdades podem afetar a política, influenciando a conduta das nações, é atribuir-lhes realidade na mente dos homens; *por conseguinte*, discuti-las é fútil;
- Nossas dificuldades provêm das falsas idéias que têm as nações; *por conseguinte*, as idéias não importam: não passam de teorias;
- Nesta matéria, o conceito geral e a visão íntima ainda são coisas indecisas e pouco definidas, de modo que a ação fica à mercê da paixão irrestrita e irracional; *por conseguinte*, nada se fará para definir essa visão e para precisar esse conceito;
- O império do impulso irracional e irrestrito alcança sua maior intensidade quando está associado à ignorância, como no caso dos fanáticos maometanos e dos *boxers* chineses, e só cede diante do progresso geral das idéias, como vemos acontecer no terreno da religião, à medida que surge uma noção mais elevada da verdade que contém, com o desaparecimento dos ódios e horrores da perse-

[103] Discutindo a primeira edição deste livro, *Sir* Edward Grey afirma: "Por verdadeiros que sejam os fatos expostos nesse livro, não se converterão em motivo eficaz na mente e na conduta das nações enquanto não se tenham convencido dessa verdade, familiarizando-se com ela em toda a extensão da palavra." (banquete do Centenário da Argentina, 20 de maio de 1910).

guição religiosa. *Por conseguinte*, o melhor método para manter a paz consiste em não contribuir para o progresso das idéias políticas;

- O progresso das idéias transformou completamente o sentimento religioso, determinando a atitude e a política dos grupos religiosos no seu inter-relacionamento; *por conseguinte*, o progresso das idéias não transformará nunca o sentimento patriótico que define e regula o comportamento recíproco dos grupos políticos.

Em resumo, podem ser assim concretizados os argumentos apresentados pelos críticos e contestadores dessas idéias: o mundo é tão estúpido, tão tardo de compreensão, que, por mais indiscutíveis que os fatos nos pareçam, não serão entendidos ou assimilados por ninguém em um período com o qual possamos preocupar-nos legitimamente.

Não pretendo fazer troça dos meus críticos ou tratá-los com descortesia, mas às vezes me pergunto se não percebem que aos olhos do vulgo a sua atitude deve parecer de uma vaidade colossal: "nós", que escrevemos em revistas e jornais, entendemos tudo isso; "nós" podemos guiar-nos pelos conselhos da sabedoria e da razão. Mas as pessoas comuns não conseguirão penetrar nessas verdades mesmo depois de "milhares de anos!". Quando o meu livro cai em mãos de editores e críticos profissionais, dizem-me que estou pregando a convertidos. Naturalmente, "eles" podem entender e apreciar o que escrevo; mas imaginar que simples diplomatas, estadistas, funcionários governamentais conseguem compreendê-lo é simplesmente ridículo! No que me concerne, por lisonjeira que seja essa idéia, confesso que não posso concordar com ela. Tive sempre a sensação oposta: as verdades que para mim são claras e óbvias não tardarão a ser também claras e óbvias para os meus semelhantes. Dotado provavelmente de tanta vaidade quanto os mais vaidosos, estou absolutamente convencido de que os fatos correntes e habituais enfrentados pelos homens de negócios não deverão permanecer eternamente ocultos aos olhos da multidão. Não nos devemos enganar a esse respeito: se podemos ver as coisas com suficiente clareza, os simples diplomatas e estadistas, e de modo geral os que conduzem o mundo, também poderão vê-las.

Além disso, se o que "nós" escrevemos em revistas e livros não comove a razão dos homens, nem influencia a sua conduta, por que continuamos escrevendo?

Não acreditamos que seja impossível formar ou modificar as idéias dos homens – crença que nos condenaria ao silêncio universal, pondo fim a toda produção política e religiosa. A "opinião" pública não é um fato exterior aos homens: são os homens que a formam, neles ela está radicada, e são as leituras e o aprendizado do trabalho cotidiano, os seus contatos e as suas conversas que contribuem para constituí-la.

Portanto, mesmo se admitíssemos que a tarefa de modificar as opiniões políticas fosse tão laboriosa e política como supõem os críticos, não teríamos por que renunciar a ela: quanto mais eles insistem na importância dessas dificuldades, mais e mais evidente será a necessidade de esforçar-nos por vencê-las.

* * *

Na verdade, porém, não é certo que uma mudança como a desejada exija o transcurso de "milhares de anos", como se diz. Já discuti este ponto, mas me permitirei voltar a um incidente que citei ao discuti-lo: a cena, perpetuada por um dos grandes pintores espanhóis, em que aparecem em uma grande cidade européia a corte e o povo, como se tivessem sido convocados para uma bela festividade, assistindo à execução de uma jovem, entregue às chamas por pertencer a uma crença que, como ela mesma confessava ingenuamente, tinha recebido com o leite materno.

Que distância nos separa no tempo daquela cena? Menos do que as vidas somadas de três homens que não sejam anciãos. Ora, quanto tempo passou para que essa cena, que não era um fato isolado e único, mas um acontecimento diário, característico das idéias e sentimentos da época, se convertesse em uma impossibilidade prática absoluta? Menos de cem anos. A cena que descrevi é de 1680, e pouco tempo depois o mundo se deu conta de que nunca mais uma jovem como aquela viria a perecer entre as chamas, por sentença legal de um tribunal oficial, em sole-

nidade pública, com a assistência do monarca, dos nobres e do povo, em um das grandes cidades européias.

Pretenderão talvez os que falam da imutabilidade da natureza humana e da necessidade de esperar milhares de anos por um mudança radical que devemos temer a repetição dessas cenas? Nesse caso, nossa tolerância religiosa é um engano, e os protestantes correm o risco de torturas análogas, devendo usar as armas seculares distintivas da luta religiosa – o potro, a bota, a donzela de ferro, etc. – em autodefesa.

> "Os homens são criaturas selvagens e sanguinárias ... e quando o seu sangue ferve lutam por uma palavra ou um gesto" – é o que nos diz o *Spectator*, quando é o seu patriotismo que está em jogo. O mesmo se poderia dizer apenas ontem, quando a sua religião estivesse em jogo. O patriotismo é a religião da política. E, como disse um dos grandes historiadores das idéias religiosas, a religião e o patriotismo são as influências morais mais importantes que movimentam as massas, e "as diferentes modificações e a ação recíproca desses dois fatores quase que se pode dizer que constituem por si sós a história moral da humanidade".[104]

Seria possível que, diante do progresso geral que transformou a religião, o patriotismo permanecesse intacto? Que a crescente submissão aos ditames da razão e do sentimento humanitário, sentidos no campo mais complexo da doutrina e das crenças, não se imporia também no domínio da política? O problema da tolerância religiosa oferecia dificuldades incomparavelmente superiores às do problema atual. Naquela época, como hoje, a ordem existente era defendida com profundo desinteresse; o que então se chamava de "fervor religioso" chamamos hoje de patriotismo. Os melhores dos antigos inquisidores eram tão desinteressados, tão sinceros, tão equânimes como o são hoje os *Junkers* prussianos, os nacionalistas franceses, os militaristas ingleses. Antigamente, como hoje, o movimento em favor da paz e da segurança pare-

---

[104] William Edward Lecky, *History of the Progress of Rationalism in Europe (1865).*

cia a esses bons varões uma degeneração perigosa, dissolução da fé, falseamento de toda a sustentação da ordem social. E o católico, ao defender-se com a Inquisição das perigosas intrigas protestantes, estava protegendo não só o que considerava essencial para a sua segurança social e política, como também a salvação eterna de incontáveis gerações futuras. Não obstante, abandonou aqueles recursos defensivos, e chegou o dia em que católicos e protestantes compreenderam que a paz e a segurança de todos seriam mais bem defendidas por esse fator intangível, as idéias corretas e bem-formadas, do que pela prisão e pelos recursos mais terríveis e engenhosos da tortura e a fogueira. Do mesmo modo, chegará o dia em que os patriotas se convencerão de que o reconhecimento sincero de que a conquista e o domínio não atendem a nenhuma necessidade moral ou material superará por si só em eficácia defensiva os couraçados e as esquadras.

E os cem anos que mencionamos, que representam um abismo insondável no progresso das idéias na Europa, período durante o qual houve uma tal evolução que a própria natureza e o espírito dos homens pareceram transformar-se, foi um século sem jornais e quase sem livros, pois nessa época os livros eram tão raros que um deles levou toda uma geração para chegar de Madri a Londres; em que não havia imprensa, máquinas a vapor, estradas de ferro, telégrafo e nenhum dos inumeráveis recursos por meio dos quais as palavras hoje pronunciadas de noite por um estadista inglês são lidas por 60 milhões de alemães na manhã seguinte; em que, de modo geral, as idéias percorrem em dez meses distâncias maiores do que no passado viajavam durante todo um século.

Com esse ritmo, bastaram uma ou duas gerações para transformar o espírito europeu no sentido religioso. Por que então seria impossível modificá-lo no campo da política no curso de uma geração, ou de meia geração, em uma época marcada por tal aceleração? Estarão os homens menos inclinados a mudar suas idéias políticas do que as religiosas? Sabemos que não. Em todos os países europeus encontramos partidos políticos dispostos a ostentar princípios e doutrinas que há dez anos rejeitavam unanimemente. Haverá algum indício de que o aspecto parti-

cular das questões políticas a que nos referimos seja menos suscetível de mudança e modificação, menos permeável às novas idéias?

Correndo o risco de ser acusado de egoísmo e mal gosto, devo chamar a atenção do leitor para o fato mais significativo neste particular.

Há uns quinze anos, ocorreu-me pela primeira vez a idéia de que certos fatos econômicos da nossa civilização – tão notórios e de caráter tão mecânico como a influência recíproca dos transtornos das bolsas, das oscilações bancárias etc. – não tardariam a impor à atenção dos homens um princípio, existente no passado, em algum grau, nos negócios humanos, mas cujo efeito não tinha sido percebido de forma apreciável até os nossos dias. Havia alguma dúvida sobre a realidade desses fatos? Circunstâncias especiais, inerentes ao meu trabalho, me deram a oportunidade de discutir a questão amplamente com banqueiros e estadistas de autoridade indiscutível. Não havia qualquer dúvida sobre a questão fundamental. Teríamos chegado ao ponto preciso em que seria possível apresentar a questão ao alcance do grande público? Estariam os políticos por demais imbuídos de idéias primitivas, demasiadamente absortos nas tarefas da política familiar para poder alterar seus conceitos antiquados? Estariam os mesmos políticos, e com eles a massa da opinião pública, demasiadamente sujeitos ao hipnotismo de uma terminologia secular para poder aceitar novas idéias? Só os fatos poderiam responder satisfatoriamente a essas perguntas.

Assim, fez-se imprimir uma breve exposição dos princípios mais importantes, circulada, sem aviso prévio e apenas com a assinatura de uma pessoa desconhecida. Nessas circunstâncias, o resultado foi surpreendente, e bastou para dissipar a presunção de que o progresso das idéias políticas, no sentido racionalista, tivesse como obstáculo uma hostilidade unânime. Das esferas mais surpreendentes chegaram palavras de estímulo: de homens públicos cuja posição e interesses os vinculavam intimamente ao meio militar; nacionalistas considerados como irredutíveis e até mesmo soldados profissionais. A edição mais completa foi publicada em inglês, alemão, francês, dinamarquês, sueco, espanhol, italiano, russo, japonês, hindi, persa, hindustani – e a imprensa

não silenciou a respeito do livro. Os jornais de tendência liberal em toda parte lhe deram uma boa recepção, e os de tendência mais reacionária revelaram menos hostilidade do que seria de esperar.[105]

Diante de dados experimentais como esse, poderemos dizer que está provada de alguma forma a pretendida incapacidade para o racionalismo político em que meus contestadores fundamentam suas principais objeções? Quando chamo atenção para esse ponto, meu objetivo é evidente: se, mediante o esforço de um único trabalhador obscuro, lutando isoladamente contra todos os elementos, é possível tudo isso, o que não se poderia conseguir com uma organização devidamente equipada e provida de recursos? Em algum lugar Augustine Birrell comenta: "Por mais que se levantem, erectas e atrevidas, muitas opiniões não passam de exterioridades vazias, desprovidas de substância. Bastaria um golpe para dissipá-las. Por que esse golpe não é dado?"

Se pouco se fez, aparentemente, para modificar as idéias reinantes neste campo, é porque houve relativamente poucas tentativas. Somos milhões os que estamos prontos a combater com energia essa parte da defesa nacional que, vista com clareza, não é mais do que ficção – clamando pela construção de couraçados e pela formação de exércitos, de coisas que se impõem à vista –, mas há apenas algumas dezenas de pessoas prontas a empreender com o mesmo empenho essa outra parte da defesa nacional, a única que poderia sustentar com eficácia a segurança do país, embora lance mãos de meios invisíveis: a racionalização das idéias.

[105] Não pretendo em absoluto dar a entender que as verdades aqui discutidas tenham sido minha "descoberta", em um campo nunca antes explorado. No campo das idéias, não há propriamente prioridades. Há três mil anos que a dependência recíproca dos povos tem sido proclamada pelos filósofos. A escola dos pacifistas franceses – Passy, Follin, Yves Guyot, de Molinari e Estournelles de Constant – fizeram neste particular um trabalho esplêndido. Mas, que eu saiba, nenhum deles se aplicou à tarefa de submeter a ortodoxia política e econômica a uma prova minuciosa, à luz do princípio da futilidade econômica da guerra, examinando os problemas cotidianos da política européia. E se alguém já o fez, reduzindo o problema às indagações precisas que procurei apresentar aqui, não estou informado. O que não exclui o maior reconhecimento pelos trabalhos anteriores em favor da paz, melhores do que o atual. Entre outros, a obra de Jean de Bloch, embora em campo diferente, oferece uma erudição e um conjunto de testemunhos estatísticos com que eu não poderia rivalizar. A de J.Novikow, a meu ver a mais importante de todas, já foi mencionada.

Capítulo IV

OS MÉTODOS

O pessimismo reinante a respeito da possibilidade de progresso neste campo se fundamenta no fracasso de tentativas tais como a das conferências de Haia. A competição armamentista nunca foi tão decidida e extremada como depois das conferências de paz reunidas na Europa. Em termos gerais, pode-se dizer que a maior expansão dos armamentos data da primeira Conferência de Haia.

Ora, o leitor que apreciou devidamente a importância da reforma das idéias, discutida nas páginas precedentes, não tem por que surpreender-se com o fracasso de esforços como os citados. As conferências de Haia foram uma tentativa não de buscar a reforma das idéias, mas de modificar com métodos simplesmente mecânicos o maquinismo político da Europa, sem levar em conta as idéias que lhe serviram de origem e sustentação.

Tratados de arbitragem, conferências de Haia, uma confederação internacional – tudo isso implica uma reforma na concepção das relações internacionais. Mas os ideais políticos, econômicos e sociais em que se fundamentam os antigos conceitos, e também a nossa terminologia atual, nossos textos políticos, nossos hábitos inveterados de raciocínio, a inércia diplomática – em suma, tudo o que contribui para perpetuar noções primitivas – permaneceu intacto. E ainda nos surpreende o insucesso das tentativas que são feitas!

Devemos aos políticos franceses esta frase: "Sou o líder, por isso sigo os outros." Não se trata de um paradoxo, mas da expressão de uma verdade profunda. Na linguagem parlamentar dos nossos dias, que é um líder, um dirigente de partido ? É aquele que ocupa o lugar de representante da média das opiniões do seu partido. Portanto, a iniciativa não pode ser dele, a menos que conte com o apoio dos seus representados – ou seja, a menos que a sua iniciati-

va represente a opinião predominante no partido. O autor destas páginas teve a oportunidade de discutir os preceitos deste livro com um líder parlamentar francês, que assim se expressou: "Está claro que no meu caso o senhor está pregando a um convertido. Mas que posso fazer? Suponha que tentasse propor essas idéias antes que elas estejam maduras, ao alcance do meu partido. Perderia simplesmente a minha posição e seria substituído por alguém menos inclinado a aceitar novas idéias, de modo que a perspectiva da sua difusão e aceitação se tornaria mais difícil. E se eu já não estivesse convencido, seria inútil tentar converter-me. Portanto, converta a massa do partido, e os seus chefes não precisarão ser convertidos."

Essa é a situação em todo governo civilizado, parlamentarista ou não. A luta pela liberdade da consciência não foi vencida por meio de convênios entre os Estados católicos e os protestantes, nem entre as instituições católicas e as protestantes. Nada disso era possível, inexistindo, em última análise, qualquer Estado absolutamente católico ou inteiramente protestante. Não há mais perseguição simplesmente porque se chegou ao reconhecimento generalizado da futilidade da força física como instrumento aplicável ao campo das crenças religiosas. Nosso progresso no sentido do racionalismo político ocorrerá do mesmo modo.

Não existe uma estrada real que leve em linha reta a uma situação melhor. Ao que parece, é parte do nosso destino não podermos obter nenhuma melhoria permanente, a não ser em troca de uma meditação obstinada, com o nosso empenho pessoal.

Na política internacional, nada é mais fácil do que fazer declarações acadêmicas em favor da paz. Mas os governos, que são guardiães e depositários, têm o dever primordial de zelar pelos interesses que lhes são confiados, tais como os compreendem, fazendo caso omisso das idéias e tendências que consideramos ter fundamento em motivos de abnegação e altruísmo. A abnegação e o sacrifício são os últimos fatores que um governo pode considerar. Os governos foram criados para proteger os interesses colocados sob a sua custódia, não para sacrificá-los.

É impossível pretender que os governos baseiem os seus planos políticos ordinários em conceitos que excedam o nível geral da opinião popular, que é a raiz do seu poder. As pessoas estão sempre prontas a subscrever em abstrato certos ideais religiosos, como o de não temer pelo futuro, não acumular bens mundanos etc., mesmo sem a menor intenção de fazer desses princípios a norma da sua conduta, ou sequer de perguntar-se *de que forma* eles poderiam servir como normas de conduta. Nas reuniões de pacifistas, o mesmo indivíduo aplaudirá calorosamente, e assinará petições, porque acredita que a Paz é uma grande idéia moral, e que os exércitos, como a polícia, estão destinados a desaparecer algum dia – o dia em que, *acredita*, a natureza humana tiver sofrido uma transformação.

Essa atitude do "homem sensual comum e corrente" pode ser apreciada e compreendida em todo o seu valor legítimo, sem a necessidade de julgar a sinceridade e a autenticidade desses impulsos emocionais a favor da paz, que de tempos em tempos se apossam da Inglaterra (como quando Taft e *Sir* Edward Grey trocaram opiniões e efusões sobre a arbitragem internacional).Mas o que se deve enfatizar, e que nunca será suficientemente repetido, é que tais movimentos, embora sinceros e efusivos, por si sós nunca levarão à revogação do princípio intelectual em que se baseia a política armamentista européia. Esses impulsos não abrangem senão uma parte dos fatores que contribuem para a paz: a parte moral e emocional. E, mesmo quando esses fatores têm um imenso poder, são inseguros e erráticos na sua ação, e, quando se reduz a gritaria e sobrevém a ação que segue a emoção, voltando outra vez às tarefas rotineiras do mundo, da luta de cada um pelos seus interesses, da abertura de novos mercados fazendo tudo o que é possível fazer pelo seu país, em oposição aos outros, preparando-se para o futuro e orientando os esforços de cada um da forma mais eficaz, então o velho código das transações entre o ideal e o necessário recupera inevitavelmente a sua eficiência primitiva.

Enquanto não mudem suas idéias sobre o que a guerra pode conseguir no campo da economia e do comércio, o homem comum

não poderá conceber que os seus inimigos presumíveis se inclinem a converter o ideal da paz em uma norma de conduta. Incidentalmente, vale registrar que, ao adotar essa posição, ele tem suas razões. No seu íntimo (e não falo sem reflexão ou como um adivinho, mas movido por estrita convicção, baseada em observações cuidadosas), o ideal da paz se apresenta sob a forma de uma exigência que debilita as suas defesas, sem outra garantia a não ser a suposição de que o seu rival ou inimigo terá a benevolência de não atacá-lo.

Apresentada assim, essa idéia equivale a pedir-lhe que deixe de trancar as suas portas, porque a suposição de que outras pessoas poderiam entrar na sua casa para roubar implica uma ofensa à natureza humana.

Persuadido como está de que a sua própria posição no mundo (como potência colonial etc.) resulta do emprego da força, pelo que entendeu, da sua inclinação para apoderar-se do que podia ser capturado, vê-se agora confrontado pela afirmativa de que o estrangeiro não fará no futuro o que ele mesmo fez no passado. E acha difícil aceitar isso.

Exceto em ocasiões privilegiadas, em conjunto tudo isso só serve para aborrecê-lo. Parece-lhe uma injustiça que os seus concidadãos lhe peçam o que aparentemente não exigem dos estrangeiros. E a exigência de abdicar das vantagens e dos privilégios obtidos com o uso da força, para honrar um ideal que não está isento da crítica de efeminado, parece-lhe atentar contra o princípio da virilidade.

O patriota está persuadido de que a sua intenção moral é, em todos os seus aspectos, tão sincera quanto a do pacifista. Mais ainda: acredita que o patriotismo é um ideal moral superior ao pacifismo; entre o pacifista e o defensor da *Realpolitik*, há uma diferença intelectual, não ética, e a suposição de uma moralidade superior do primeiro cria na verdade um preconceito indefinido com respeito às suas convicções. Enquanto o pacifista não pode demonstrar que o recurso à força militar não traz quaisquer vantagens materiais, o homem comum persistirá na crença habitual de que o militarista

tem em seu favor uma sanção moral que não é inferior àquela invocada em apoio da tese pacifista.

Haverá quem suponha que é ridículo sugerir que a própria elevação dos motivos invocados pela propaganda pacifista tenha contribuído grandemente para prejudicar o êxito dessa causa. Mas o fenômeno não é novo na história da humanidade. As boas intenções eram tão comuns na época das perseguições religiosas como em nossos dias. Na verdade, o ardor dos que torturavam, queimavam e prendiam para extinguir certas idéias em nome dos motivos mais elevados foi precisamente o fator que impediu qualquer reforma durante tanto tempo. A reforma aconteceu finalmente não por obra das boas intenções, mas pelo emprego mais diligente da razão; em outras palavras, pela força do pensamento constante e decidido.

Enquanto persistia a crença de que a elevação dos motivos e o conteúdo moral é tudo o que se precisa nas relações internacionais, e que a inteligência adequada desses problemas nos chegará por caminhos milagrosos, ou pela sua própria virtude, independentemente do esforço intelectual sistemático e sustentado, não ganharemos muito terreno. Os bons sentimentos, a benevolência, a emoção à flor da pele são parte dos tesouros da vida, mas são qualidades que encontramos mesmo nas nações mais retrógadas, porque nelas essas qualidades não estão associadas à virtude doméstica da constância no trabalho, a qual compreende a tarefa de pensar, a título tão legítimo como qualquer outro. Na verdade, pensar é o preço do progresso; e, se não pagarmos esse preço, não teremos progresso genuíno.

Uma ou duas palavras sobre o valor da amizade nas relações internacionais. A cortesia e uma certa boa-fé são elementos essenciais onde quer que homens civilizados entrem em contato. Se faltassem, a sociedade organizada cairia por terra. No entanto, por si sós esses elementos preciosos nunca conseguiram resolver qualquer diferença; na melhor das hipóteses, favorecem a ação dos outros fatores de concórdia. Por que deveríamos esperar que a cortesia e o respeito pudessem pôr fim às divergências políticas entre ingleses e alemães, quando muitas vezes não conseguem resolver essas dife-

renças entre os próprios ingleses? Que diríamos de um estadista, aparentemente sério, para quem desapareceriam as diferenças de posição entre Lloyd George e seus opositores a respeito da lei dos seguros e, de modo geral, entre os que divergem a propósito de matérias como a segunda Câmara, o imposto adicional, o sufrágio feminino, o ensino do grego em Oxford, a antivivisecção etc., se os respectivos protagonistas se reunissem para o chá? A idéia é um tanto infantil.

No entanto, sou obrigado a admitir que toda uma escola de pessoas interessadas nos problemas internacionais pretende convencer-nos de que esses problemas poderiam ser resolvidos por meio das civilidades anglo-germânicas, de encontros amistosos, de intercâmbio de visitas de párocos e coisas do gênero. Está claro que tudo isso tem a sua utilidade, é importante porque favorece a discussão e o esclarecimento da política em que se baseiam as rivalidades, mas é só. E essas atividades serão uma perda de tempo se não veicularem uma compreensão recíproca do que está em jogo, e se os participantes dos dois lados não perceberem a natureza real dos vínculos internacionais e dos fatores que os regem. Os problemas do mundo não podem ser resolvidos simplesmente cultivando relações amistosas com o próximo, nem serão resolvidos com uma espécie de piquenique internacional.

Por pouco elegante e rude que a afirmativa possa parecer, é inegável que é perigoso deixar as pessoas acreditando, sem qualificações, em que cultivar afetos e amizades entre as nações, independentemente dos outros fatores que afetam as suas relações, pode influenciar seriamente a política internacional. Isso tem a sua importância, pois não é pequeno o esforço malbaratado nas tentativas de converter em fator eficaz um sentimento que não pode ser constante ou positivo e que, pela natureza das coisas, é em grande medida artificial. Psicologicamente, é de todo impossível criar uma afeição especial a 50 ou 60 milhões de pessoas, as mais diferentes entre si, que em sua imensa maioria não conhecemos e que nunca teremos a oportunidade de encontrar. Seria exigir demais dos nossos

sentimentos. Com a mesma razão se poderia pretender que amássemos o Trópico de Capricórnio.

Conforme já comentei, não temos uma afeição clara pela grande massa dos nossos compatriotas. O adversário da proposta sobre o seguro dos empregados domésticos não a tem por Lloyd George, nem o ferroviário em greve pelo seu patrão, ou a sufragista pelo anti-sufragista; e assim por diante. O patriotismo nada tem a ver com isso, e algumas vezes o patriota é quem mais detesta a grande massa dos seus concidadãos, como nos ensinam as obras primas da adjetivação iracunda publicada cada mês por Leo Maxse, ou as efusões dos pangermanistas quando se referem ao seu Império e ao seu governo, tratando-os de "covardes a soldo dos ingleses" – para dar um exemplo –, e outras belas expressões do mesmo tipo.

Portanto, não caberia pedir-nos que tivéssemos pelos estrangeiros um sentimento que não professamos no nosso próprio país, e, mais ainda, que não só alimentássemos esse sentimento, mas (conforme a linguagem usada pelas crenças políticas hoje predominantes) que fizéssemos por ele grandes sacrifícios?

Desnecessário dizer que não pretendo em absoluto ignorar a emoção como fator de progresso.

A emoção e o entusiasmo são os estímulos divinos sem os quais nada se pode fazer. Mas a emoção divorciada da disciplina mental e moral não infunde confiança ao homem sensato. Algumas das emoções mais intensas já vistas no mundo foram provocadas por causas menos meritórias. Analogamente, no mundo físico, as mesmas forças (o vapor, a explosão da pólvora etc.) que contribuem de forma tão eficiente para o trabalho humano podem também provocar os acidentes mais graves quando escapam ao nosso controle.

Também não é verdade que a compreensão mais clara dessa matéria esteja fora do alcance das grandes maiorias e que as idéias mais corretas dependem da elucidação de pontos complexos e abstrusos da economia e das finanças. Fatos e coisas que em determinada época parecem difíceis de entender se simplificam e se tornam claros com a compreensão de determinados fatores confusos

ou ambíguos. Os racionalistas que lutavam há uma ou duas gerações contra idéias tão arraigadas como a crença nas bruxarias provavelmente pensavam que a abolição dessas superstições levaria milhares de anos.

William E. Lecky observa que, durante o século XVIII, centenas de magistrados europeus condenavam milhares de pessoas à pena capital pelo crime de feitiçaria. Não eram homens ignorantes, mas ao contrário perfeitamente educados, habituados a sopesar e avaliar testemunhos; eram pessoas educadas e inteligentes, mas acreditavam nesse delito. Para apagá-lo do espírito humano, foi preciso esclarecer com detalhes a ação das forças naturais, e era a opinião geral que, embora umas poucas personalidades excepcionais poderiam sacudir o jugo do preconceito, ele prevaleceria indefinidamente na grande massa da humanidade.

Que aconteceu? Nos nossos dias, até um colegial rejeitaria testemunhos como os que convenceram homens sábios de outra época, que enviaram para a fogueira milhares de infelizes. Ora, os colegiais dos nossos dias não são mais sábios ou reflexivos do que os juízes do passado, que provavelmente sabiam muito mais sobre a ciência da feitiçaria, a sua literatura, os prós e contras, e com certeza teriam confundido com duas palavras os argumentos apresentados pelo colegial dos nossos dias. Não obstante, este último dispõe de dois ou três fatos que, corretamente compreendidos, contêm a chave do problema.

Todas as belas teorias sobre as vantagens da conquista e da expansão territorial, expostas com tamanha erudição pelos Mahan e von Stengel; o valor excessivo que os políticos contemporâneos atribuem à conquista estrangeira; todas as absurdas rivalidades orientadas para que cada país "roube" o território de outro – tudo isso parecerá uma ilusão absurda ao espírito juvenil capaz de compreender este fato elementar: o cidadão de um pequeno Estado é exatamente tão próspero e feliz quanto o cidadão de um Estado maior. Desse fato, que nada tem de complexo ou difícil, surgirá a verdade de que todo o segredo do governo moderno é um assunto administrativo e que a anexação de uma sociedade por outra, tratando-se de nações, não implica maior proveito do que a

anexação da cidade de Manchester por Londres. São fatos que no futuro não deverão exigir uma extensa argumentação para serem entendidos por um colegial. Serão evidentes, como em nossos dias é evidente que os atos de uma velha não podem provocar uma tempestade no mar.

Naturalmente, é verdade que muitos dos fatores indispensáveis a esse aperfeiçoamento são indiretos. À medida que o nosso processo educacional se aproxime da razão em outros campos, estará contribuindo para a melhor compreensão desse assunto. E, à medida que os fatores visíveis da nossa civilização tornem clara a unidade do mundo moderno e a dependência recíproca das nações, como vão esclarecendo cada vez mais, deverá fracassar a tentativa de dissociar atividades dependentes entre si por meio de divisões arbitrárias. Qualquer progresso na cooperação humana, que é um sinônimo de civilização, contribuirá para a vitória dos que labutam no campo da harmonia internacional. Neste ponto, contudo, preciso reiterar que as tarefas mundanas não se cumprem por si sós, automaticamente. É preciso que os homens as executem. As idéias não melhoraram sem um estímulo externo: é a reflexão que as retifica e aperfeiçoa. E no longo prazo o progresso resulta principalmente da eficiência do esforço deliberado e sustentado.

Os ingleses podemos com justiça orgulhar-nos com o fato de que a Inglaterra sempre esteve na vanguarda das idéias políticas, isto é, da sua aplicação prática. O próprio Império Britânico, um simples conglomerado de Estados independentes, mostra-nos uma imagem antecipada da relação mútua dos Estados europeus no futuro. Se cinco países renunciaram, como vemos hoje, ao emprego da força nas suas relações recíprocas, logrando manter o equilíbrio e a harmonia sem a intervenção da violência, por que cinqüenta países do mesmo tipo de civilização não conseguiriam o mesmo?

Quando todas as nações perceberem que, se hoje a Inglaterra não pode valer-se da força nas relações com suas colônias, nenhum outro país poderá usar esse recurso; que, se os ingleses não podemos apelar para a força com bons resultados, tratando-se de territórios e sociedades que "pertencem" à Grã-Bretanha, quando o mundo tiver

aprendido a lição verdadeira que se pode extrair do desenvolvimento do Império Britânico, não só este alcançará um grau de segurança maior do que aquele que poderia trazer-lhe a sua esquadra, como terá desempenhado um papel incomparavelmente mais elevado e mais útil do que o da supremacia militar, que provoca delírios nos imperialistas de certo tipo e que não passaria de uma nova versão, fútil e ineficaz, do projeto napoleônico.

O mundo buscará orientação para essa matéria na prática e na experiência da Inglaterra. A aplicação do princípio predominante no Império Britânico ao conjunto da sociedade européia é a solução do problema internacional que proclamamos nestas páginas. Mas não serão os métodos militares que poderão estender essa aplicação às outras nações. A submissão das grandes potências militares à Inglaterra, pela sua força militar, é uma impossibilidade física, e pressuporia a invalidação do princípio fundamental em que o Império repousa. Os dias do progresso pela força já passaram para sempre; daqui em diante, não haverá progresso, ou este se fará por meio das idéias.

E como esses princípios de cooperação entre os homens são, nesse sentido muito especial, criação e produto da Grã-Bretanha, a esta cabe a responsabilidade de colocar-se à sua frente. Se essa iniciativa não for tomada pelos ingleses, de quem poderíamos esperá-la, tratando-se de princípios nascidos por assim dizer do seu seio? Se a Inglaterra não tiver fé nos seus princípios, quem poderá ter?

Devemos ao pensamento inglês a ciência da economia política. O pensamento e a prática da Inglaterra precisarão dar-nos uma outra ciência, a política internacional – a ciência das relações políticas entre os grupos humanos. Já conhecemos os princípios gerais dessa ciência, mas ela ainda não se cristalizou em um sistema assimilável pelos que estão destinados a dar-lhe seu desenvolvimento completo.

Desenvolver essa obra, e preparar sua expressão definitiva, seria tarefa digna da raça inglesa, que tanto contribuiu para o progresso da humanidade com o seu gênio e o seu espírito positivo. Penso que, se a questão fosse apresentada como deve ser, contando com o apoio desse tipo de organização, sensata, prática e desinteressada, que tanto contri-

buiu para o êxito de propagandas anteriores – como na ocasião em que o trabalho de dois ou três ingleses deu o golpe de misericórdia na escravidão –, não só esses esforços encontrariam no público o eco mais profundo, como uma vez mais teríamos a satisfação de ver a tradição inglesa à frente de um dos movimentos morais e intelectuais de maior consonância com a sua iniciativa em campos tais como o da liberdade humana e o do governo parlamentarista.

À falta de um esforço como o sugerido e da repercussão popular que promete ter, que esperança nos restaria? Precisaríamos talvez resignar-nos a sustentar e revalidar na ordem política e econômica uma situação da qual conseguimos livrar-nos há já algum tempo, obedecendo cegamente a preocupações e instintos primitivos, escravizados pelo retorno eterno da linguagem popular, pela indolência da tradição e pela aversão à renovação das idéias. Nas primeiras eras da Cristandade, muitos dos nossos semelhantes se esforçaram por sustentar o que no fundo não passa de um absurdo, ao custo de torrentes de sangue e montanhas de ouro. Deveríamos porventura continuar lutando por um objetivo que, uma vez alcançado de nada nos valeria, e que se nos tivesse alguma serventia condenaria as nações a uma matança interminável, assim como ao insucesso constante no que concerne aquelas metas que, nos momentos de serenidade, sabemos que são as únicas dignas de um esforço sustentado?

ÍNDICE REMISSIVO

C

H

I

J

K

L

M

N

O

P

T

U

V

W